UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO E ARTES

Danielle Edite Ferreira Maciel

MIDIATIVISMO: ENTRE A DEMOCRATIZAÇÃO E A ASSIMILAÇÃO CAPITALISTA

São Paulo
2012

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO E ARTES

Danielle Edite Ferreira Maciel

MIDIATIVISMO: ENTRE A DEMOCRATIZAÇÃO E A ASSIMILAÇÃO CAPITALISTA

Dissertação apresentada à Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências da Comunicação.

Área de concentração: Interfaces sociais da comunicação

Orientador: Celso Frederico

São Paulo
2012

MACIEL, Danielle Edite Ferreira.

Midiativismo: entre a democratização e a assimilação capitalista

Dissertação apresentada à Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências da Comunicação.

Área de concentração: Interfaces sociais da comunicação

Orientador: Celso Frederico

Aprovada em,

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Essa dissertação não só teve como tema o trabalho colaborativo como ela mesma é fruto de trabalho colaborativo. Por isso, não conseguiria, de fato, enumerar todos os envolvidos que contribuíram direta e indiretamente para que esse trabalho fosse realizado. Vou mencionar apenas aqueles mais próximos que contribuíram com minha formação e processo de trabalho.

Meus agradecimentos, portanto, aos companheiros da *Rádio Várzea do Rio Pinheiros*, do *Radiolivre.org*, do *CMI*, do coletivo de organização do *Osama Bin Reggae*, aos quais devo minha formação na universidade e para além dela. A todos que compartilharam 51 dias de resistência e experiências na ocupação da reitoria da faculdade em 2007. Aos militantes da *Rede de Comunidades do Extremo Sul*, pelo aprendizado nas lutas sociais.

Aos camaradas do jornal on-line *Passa Palavra*, com os quais divido e aprendo diariamente. Aos amigos queridos que conheci na Unesp de Marília, e que acompanharam, de alguma maneira, todos os passos e percalços desse trabalho. Aos meus alunos da Etec que sempre me abrem novas perspectivas e abordagens sobre a realidade. À Bruna e ao Fábio, meus únicos companheiros no PPGCOM.

Ao Celso, meu orientador, por ter sido receptivo ao meu projeto e me ajudado durante os dois anos de mestrado, aguentando, pacientemente, minhas dúvidas e dificuldades.

À minha família que dividiu responsabilidades para que eu pudesse, tão vagarosamente, terminar essa empreitada. À minha querida Amélie que soube esperar boazinha a “mamãe terminar o trabalho dela”.

E, finalmente, ao meu grande companheiro, Taiguara, que acompanhou cada zigue-zague das minhas confusas reflexões, me ajudando a organizá-las, sugerindo e criticando cada ideia, cada parágrafo, revisando, além de me confortar de forma sempre atenciosa, dedicada e carinhosa.

RESUMO

MACIEL, Danielle E. F. **Midiativismo: entre a democratização e a assimilação capitalista**. 2012. 157f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo: 2012.

O presente trabalho procura apreender algumas características do ativismo político baseado no uso das novas tecnologias de informação e comunicação (NTIC). Investigamos os potenciais e os limites contestatórios e democratizantes da produção colaborativa em rede à luz da reflexão de alguns autores que, de alguma maneira, se dedicaram a pensar a relação entre meios de comunicação e lutas sociais no decorrer do século XX, bem como de outros mais recentes que abordam a temática na sua relação com os aspectos que caracterizam a dinâmica do capitalismo contemporâneo. Para tanto, servimo-nos, igualmente, da observação de debates, fóruns, listas eletrônicas, atas de encontros e outros registros de grupos e coletivos que protagonizam o midiativismo. Discutimos a hipótese de que o midiativismo, da maneira como vem se desenvolvendo, tende a ser incorporado tanto aos mecanismos de controle do capitalismo quanto à lógica de seus processos produtivos, na exata medida em que ganha força o ideário que confere à comunicação centralidade no conjunto da vida social.

Palavras-chave: Midiativismo; Lutas Sociais, Produção Colaborativa; NTIC; Capitalismo.

ABSTRACT

MACIEL, Danielle E. F. **Midiactivism: democratization or capitalist assimilation**. 2012.

This paper attempts to apprehend some characteristics of political activism based on the use of the new information and communication technologies NICTs. We explore the anti-establishment and democratizing potentials and limits of network collaborative production in the light of the reflection of some authors who, somehow, dedicated themselves to think the relation between media and social struggle in the XX century, as well as others authors that more recently approach this issue in its relation with the aspects that characterize the dynamics of capitalism. For that, we equally used the observation of debates, forums, mailing lists, minutes of meetings and other records of groups and collectives that make media activism. We discuss the hypothesis that the media activism, in the way it is developing, tend to be incorporated into the capitalist mechanisms of control and also into its production process logic, in the exact measure that gains strength the ideology that gives to the communication the central role in social life.

Keywords: Media activism, social struggle, collaboration, ICT, Capitalism.

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO.....	7
1.1- Uma polêmica sobre o “novo ativismo” na rede.....	11
1.2- O lugar da comunicação: um problema metodológico.....	27
2- AS TECNOLOGIAS E SEUS POTENCIAIS DEMOCRATIZANTES.....	48
2.1 - O papel das NTIC e as teses midiocêntricas.....	48
2.2 - Os meios de comunicação inseridos nas lutas sociais.....	56
3- O MEDIATIVISMO E OS CICLOS DE ASSIMILAÇÃO CAPITALISTA.....	69
3.1 – A organização dos "Dias de Ação Global".....	72
3.2 – O descenso das mobilizações.....	84
3.3 – O ascenso de um novo negócio.....	94
4- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	114
5- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	120
ANEXOS.....	125

1 - INTRODUÇÃO

Na sequência das manifestações supostamente protagonizadas em grande número por pessoas que se organizaram a partir das redes sociais - como a *Primavera Árabe*¹, as acampadas e ocupações de praças em diversos lugares do mundo² -, encontros, reuniões, fóruns e debates (virtuais ou presenciais), entre ativistas da *web*, gestores públicos, personalidades culturais, movimentos sociais etc., passam a ocorrer com cada vez mais frequência para se discutir novas formas de lutas sociais e ações políticas, a importância das redes sociais, a articulação entre movimentos e mobilizações e a angústia de se converter participação virtual em atitudes concretas com vistas à transformação social. Os turbulentos processos ocorridos na Tunísia, Egito, Líbia e, posteriormente, as acampadas na Praça do Sol, em Madrid, na Espanha, ou no Rossio, em Lisboa e, finalmente, a *Occupy Wall Street*, em Nova Iorque, vieram coroar a importância conferida a esse período, que, na verdade, ainda se desdobra mundo afora. Diversas teses e análises destacam as características desses movimentos: a desvinculação da maioria dos manifestantes, chamados muitas vezes de “multidão de indignados”, em relação a organizações partidárias ou sindicais e o importante papel que as redes sociais haveriam tido na organização das revoltas eram sempre aspectos destacados³. Esta última característica, o uso das redes sociais na organização dos protestos, impulsionou amplos debates no campo da esquerda.

Todavia, nosso trabalho não tem o intuito de se debruçar sobre todos esses movimentos e revoltas – entender suas especificidades regionais, sociais, políticas etc. Primeiro, porque são eventos ainda muito novos, amplos e internacionais, que nos exigiriam demasiado tempo e espaço para, ao menos, nos aproximar de uma análise satisfatória. Segundo, porque

¹ Ficou conhecida como *Primavera Árabe* a onda de protestos que, entre o final de 2010 e o ano de 2011, se espalhou pelo Oriente Médio e norte da África e derrubou quatro ditadores. Vide *Especial Primavera Árabe* (2012). Uma pesquisa da Universidade de Washington, intitulada *Projeto sobre a Tecnologia da Informação e o Islã Político*, foi bastante difundida e comentada na internet e, após analisar cerca de 3 milhões de tuítes, concluiu que, apesar das mídias sociais não terem provocado a revolução em si nos países árabes, “*Twitter, Facebook, YouTube e blogs*, nessa ordem, deram aos protestos velocidade suficiente para culminar na queda dos ditadores Zine Ben Ali, na Tunísia, em janeiro, e Hosni Mubarak, no Egito, em fevereiro” (COELHO, 2011).

² As manifestações na Praça Tahrir, no Egito, inspiraram as acampadas e ocupações de praças de cidades europeias como Madrid e Barcelona, na Espanha, e de Lisboa, em Portugal. Em setembro de 2011, o movimento “Occupy Wall Street” se instalou no centro financeiro de Manhattan, em Nova Iorque. De acordo com a Wikipédia [http://pt.wikipedia.org/wiki/Occupy_Wall_Street], as manifestações norte-americanas foram, a princípio, convocadas pela revista canadense Adbusters (revista ativista mantida pelos leitores e ligada a causas políticas e sociais, muitas vezes de natureza anticonsumista - <http://www.adbusters.org/>).

³ Sobre a insistência em destacar os “novos atores e o novo momento político”, apontamos matérias realizadas pela **Revista Fórum** na edição de junho de 2011 “#Viva la revolución!”: “*Quando novos personagens entraram em cena*”; “*A democracia acampada*”; “*A reinvenção da política*” e o editorial “*A multidão está nas ruas, sem líderes e liderados*”. Cf. [http://www.revistaforum.com.br/conteudo/edicao_materia.php?codEdicao=99]. Sobre a Primavera Árabe e as redes sociais existe uma vasta quantidade de notícias em sites de jornais como o da *Folha*, *Estadão*, *Terra*, *Uol* etc.

acreditamos que a ação política fundamentada nas mídias, que, a nosso ver, emergiu a partir de 1999 com as lutas antiglobalização encabeçadas pelo movimento de *Ação Global dos Povos*⁴ e se estende até os dias atuais, é que constitui um tema a ser estudado: o midiativismo.

As ideias difundidas de “revolução tuitada”⁵ e do potencial de mobilização das redes sociais se uniam e intensificavam a crença nas práticas midiativistas como via de democratização radical da sociedade. Nosso objetivo, portanto, é examinar os potenciais e os limites disso que convencionamos chamar de midiativismo, num primeiro momento, à luz da reflexão de alguns autores que se dedicaram a pensar a relação entre meios de comunicação e ação política no decorrer do século XX; e, posteriormente, cotejar com as formulações de autores mais atuais que se debruçam sobre esta temática tendo em conta as particularidades da dinâmica do capitalismo contemporâneo.

A observação de debates, fóruns, listas eletrônicas, atas de encontros e outros registros de alguns coletivos mais recentes que protagonizam ações políticas baseadas no intenso uso de meios de comunicação, o que nos serviu de material de análise, leva-nos a formular a hipótese de que o midiativismo, tal qual a forma predominante pela qual vem se desenvolvendo, tende a ser incorporado tanto aos mecanismos de controle do capitalismo quanto à lógica de seus processos produtivos na exata medida em que ganha força o ideário que confere à comunicação centralidade no conjunto da vida social.

O avanço das tecnologias de informação e comunicação proporciona a difusão de experiências comunicacionais promovidas por veículos editoriais, como jornais *online* e *blogs*, que surgem como linha de frente em debates e organização de inúmeras lutas sociais. Estes parecem almejar que seus espaços virtuais se configurem como “ágoras” ou fóruns permanentes mais democráticos, procurando - através da interatividade - não se limitarem às tradicionais funções de agitação e propaganda cumpridas pela imprensa alternativa de outrora, mas tentando se posicionarem como canal de comunicação que facilite a articulação entre grupos de

⁴ “A Ação Global dos Povos (AGP) nasceu no início de 1998 e constituía uma ‘rede global de movimentos sociais de base originalmente criada para combater o livre comércio’. Não era uma ‘organização formal, mas uma rede de comunicação e coordenação de lutas em escala global baseada apenas em princípios comuns’. [...] Sendo responsável por convocar e promover os chamados ‘Dias de Ação Global’, a AGP promoveu uma série de mobilizações em escala global, com destaque para o J18, em junho de 1999, quando mais de 50 cidades manifestaram-se contra a reunião do G7 em Colônia, na Alemanha; o N30, por ocasião das manifestações contra o encontro da OMC em Seattle em novembro de 1999; e, principalmente, o S26, quando mais de 100 cidades em todo o mundo, inclusive na América Latina, protestaram contra o encontro do FMI e do Banco Mundial, em Praga, em setembro de 2000. O S26 provavelmente significou o ponto mais alto do movimento e dos dias de ação global [Bergel e Ortellado. *Op.Cit.*]. Além desses dias globais de ação, a AGP realizou encontros visando promover a comunicação e o intercâmbio das experiências de luta.” (CORREA, 2011).

⁵ A matéria “*A revolução tuitada*” publicada na Revista Época em 21. jun. 2011, por José Antonio Lima, relatava o lançamento do livro “*Tweets from Tahrir*”, no qual “a egípcia Nadia Idle e o inglês Alex Nunns descreviam como tuiteiros egípcios participaram, influenciaram e relataram o levante de 25 de janeiro, que culminou na queda do ditador Hosni Mubarak.” (LIMA, 2011).

apoiadores e interlocutores que se somem à luta cotidiana de movimentos sociais, ou mesmo de demandas variadas de setores excluídos da sociedade.

Alguns autores apontam, por exemplo, que a disseminação da internet favorece a mudança de paradigma da produção de informações de um modelo de mídia de massa para a interatividade comunicativa horizontal, fundamentada em relações colaborativas, misturadas ao ativismo político⁶ (BURGER, 2004).

Para Ivana Bentes (INSTITUTO HUMANITAS..., 2010), por exemplo, professora da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a iniciativa do *Fórum de Mídia Livre*, que em sua opinião tem buscado dar visibilidade à rede de produtores de conteúdo em todas as mídias, assim como a novos movimentos no campo da comunicação, como o *Música para baixar*, o *Software Livre*, os *blogs*, além dos protagonistas históricos que sempre lutaram pela democratização dos meios de comunicação, caracteriza uma “era pós-mídia de massa”. Essas “práticas descentralizadas de comunicação podem criar novos ambientes colaborativos e participativos”. Para a pesquisadora, os intermediários e as grandes corporações midiáticas que mantinham uma exclusividade na produção de conteúdos se veem, hoje, em crise diante de uma tecnologia como a internet. “As coberturas de guerras ou catástrofes, como as que ocorreram no Afeganistão e Haiti, estão sendo feitas em blogs, *twitters*, mídias sociais, por redes de ‘pessoas comuns’”, afirma ela.

As possibilidades de interação entre quem produz e quem consome conteúdos na internet, alargando a participação dos usuários no desenvolvimento dos mais diversos tipos de materiais digitais, são apontadas como uma renovação das funções organizativas e de agitação e propaganda comprometidas com os movimentos sociais, já que, sob o aspecto global da internet, poderiam contribuir para uma resistência em rede organizada, em nível internacional, em torno de causas comuns. As redes sociais, como o *Twitter* e o *Facebook*, vêm sendo afirmadas como ferramentas potenciais nesse tipo de mobilização, que demonstraram ser um terreno fértil para a organização de manifestações dos mais variados tipos⁷.

Em um desses diversos encontros referenciados no início do texto, o ex-ministro da cultura, Gilberto Gil, figura sempre presente nesses espaços, discursava sobre a relação da

⁶ Alguns pesquisadores que se debruçaram sobre o estudo das mídias alternativas e/ou ativismo digital, como Marcelo Wanderley Burger (2004), que analisou o Centro de Mídia Independente (CMI) e o ativismo na internet, confirmam esses elementos. Burger fala sobre a possibilidade de uma “mídia da multidão”, em contraposição a uma mídia de massa que se adequava aos padrões industriais de produção.

⁷ Conforme já citado, alguns exemplos foram as revoltas nos países árabes, na Grécia, os acampamentos na Espanha e em Portugal etc. No Brasil também aconteceram ocupações de praças em diversas cidades. Além disso, tivemos as *Marchas da Maconha* e da *Liberdade* em vários lugares do país, inclusive em diversos estados brasileiros, alguns atos do *Movimento Passe Livre* em São Paulo e Florianópolis, entre outros, além de reuniões (como o que ficou conhecido como “*Churrascão da gente diferenciada*”) da classe média paulistana no bairro de Higienópolis contra a construção de uma linha de metrô num bairro que já contava com acesso a outras duas estações e, até mesmo, protestos protagonizados pela extrema-direita, na av. Paulista.

Primavera Árabe com a globalização e os atores que, segundo ele, despontavam na sociedade dominada pelas redes sociais. O músico considerava que “os aspectos perversos da globalização são absorvidos, através da *web*, por comunidades locais em diversos países e utilizados contra o sistema que dá guarita à lógica dominante”. Para ele, “é nessa intersecção que surge a possibilidade de um novo mundo” e que a internet, por possibilitar uma *colaboração global*, tornara-se o instrumento da construção democrática desse cenário - “a primavera árabe e a internet são peças num jogo de xadrez jogado a muitas mãos. A milhões de mãos. A bilhões de mãos.” (OLIVEIRA, 2012) A afirmação de Gil, de que a internet, através de suas relações colaborativas, é instrumento de democratização da sociedade, é, como veremos, bastante representativa do ideário de diversos coletivos e grupos ligados à cultura e comunicação digital que puderam desenvolver experiências de ativismo a partir da apropriação das novas tecnologias de informação e comunicação.

Contudo, em nossa tarefa de traçar um quadro geral de formação do que hoje se apresenta como midiativismo, deparamo-nos com certa dificuldade de indicar especificamente sobre quais grupos e quais práticas estaríamos nos debruçando, já que o ativismo que ocorre no âmbito das redes, ou, como costumam dizer, no “espaço dos fluxos”, é veloz e efêmero; apreendê-lo, defini-lo a partir de um grupo e de uma prática específica restringiria muito o escopo do que tais grupos e práticas poderiam realmente ser. A dificuldade de identificar aquilo que é representativo desse momento, de recortar o nosso objeto para analisar um caso pontual, nos parece guardar mais informações do que nossa aparente incapacidade de descrever esse fenômeno. Acreditamos que o obstáculo em apreender esse ativismo em rede é um sintoma das próprias características que ele encerra e do momento histórico do qual faz parte. As experiências que conseguimos observar se conformam, geralmente, num espaço de tempo muito curto, demonstram potenciais interessantes em alguns momentos e podem subitamente desaparecer. O que contribuiu para o entendimento das experiências midiativistas, exatamente por estarem imbricadas nas mídias, é que seus efeitos são produzidos principalmente a partir de uma disputa também no campo semântico, na produção de teorias e significados que justifiquem o próprio uso das mídias para a construção de uma outra sociedade.

Diante desse quadro, várias alternativas de abordagem relativamente à especificidade do midiativismo nos instigaram, até que, no ano de 2011, diversas manifestações emergiram, desencadeando tentativas de teorização por parte dos ativistas sobre suas próprias práticas. Nosso trabalho, particularmente, toma como referência uma polêmica que se estabeleceu, em alguns *sites* e *blogs* ativistas, em relação às novas formas de mobilização e luta através das

mídias sociais. O frutífero debate trouxe à tona uma série de questões pertinentes que, como pontos de partida, nos permite refletir sobre esse atual momento do capitalismo, como, por exemplo: 1) as experiências midiativistas: formação, trajetória e contradições desse processo; 2) a autonomização do campo da comunicação no capitalismo contemporâneo; e 3) às relações de colaboração e compartilhamento apontadas como possibilidades democratizantes da sociedade ou apenas como renovação das dinâmicas de exploração e dominação capitalista.

1.1 – UMA POLÊMICA SOBRE O "NOVO ATIVISMO" NA REDE

O jornal on-line *Passa Palavra*⁸ publica um texto em 17 de junho de 2011, intitulado *A esquerda fora do eixo*. Como o próprio título deixa entrever, o artigo busca refletir sobre a atuação das esquerdas nessas novas mobilizações midiáticas e denunciar a atuação de um coletivo midiativista, o *Circuito Fora do Eixo*, que estaria se aproximando de manifestações e mobilizações de movimentos sociais e pautas tradicionalmente das esquerdas com o intuito de oferecer seus serviços “culturais-comunicativos” somente para angariar mais colaboradores e consumidores para seus produtos.

O texto abrangia um espectro amplo de interlocutores, a ponto de suscitar 159 comentários em sua página de publicação. Muitos dos comentários extrapolavam as características de simples observações em relação ao texto. Mais do que isso, o espaço destinado à interação dos leitores fora utilizado para fomentar elaborações mais complexas, resultando na publicação de outros artigos ou intervenções interessantes a partir do texto principal e do debate que ali se instaurou. Para se ter uma ideia, da data de publicação de *A esquerda fora do eixo* até aproximadamente o mês de setembro do mesmo ano, entre réplicas e tréplicas, já haviam sido elaborados ao menos 34 artigos em sites e blogs ativistas da internet⁹. A partir do que suscitaram-se: debates e fóruns presenciais; listas de discussão por email; turbulências entre os militantes na organização das marchas, ocupações e manifestações que estavam em curso ou que ocorreram depois, e outros desdobramentos que não fomos capazes de perceber ou identificar. Mesmo já neste ano de 2012 outros artigos recuperaram o debate, no entanto, neste trabalho tomamos como referência apenas quatro deles, que entendemos ser basilares da discussão, pois dão uma noção geral dos diferentes pontos de vista do mesmo fenômeno e das principais problemáticas que animaram a contenda. Optamos por abordar as

⁸ Site coordenado por brasileiros e portugueses fundado sob uma base de princípios anticapitalistas. Nesse espaço, encontram-se desde notícias e conteúdos mais factuais sobre as lutas sociais até artigos de reflexão e análise sobre a questão.

⁹ Índice dos artigos publicados em torno do debate até setembro de 2011, vide ANEXO A dessa dissertação.

colocações que nos parecem mais relevantes seguindo a trilha apontada nos artigos: *A esquerda fora do eixo*, publicado no site *Passa Palavra*, sendo o desencadeador da discussão; o artigo em resposta, polarizando o debate, escrito pela professora Ivana Bentes, *A esquerda nos eixos e o novo ativismo*; o artigo publicado na revista Fórum, por Rodrigo Savazoni, *A reinvenção da política*; e um outro veiculado algum tempo depois pela rede Universidade Nômade, *O comum e a exploração 2.0*.

O caráter de denúncia que o primeiro artigo conformou em relação ao coletivo Fora do Eixo foi o que mais levantou inquietações. Certamente tudo isso fez com que o grupo em questão ficasse mais conhecido dentro do pequeno círculo que frequentam e constroem relações. Por outro lado, para aqueles que consideraram que as críticas faziam todo o sentido, o FdE foi bastante “queimado”, muitas vezes impedidos de se aproximarem de outras lutas depois da atuação que tiveram na Marcha da Liberdade criticada pelo artigo do Passa Palavra.

Entre os debatedores estavam os próprios ativistas que discutiam sobre suas práticas, militantes de diversos movimentos sociais, escritores, professores, pesquisadores, jornalistas, artistas, curiosos etc. O debate conseguiu atingir outros atores além dos sempre participantes nas discussões abertas pelo site, tocando os “acusados” diretamente - apoiadores e difusores do pretense novo ativismo criticado pelo texto, os entusiastas da era “pós-rancor”, do capitalismo cognitivo e das relações em rede. Esse alcance específico do debate deveu-se, sobretudo, a partir do comentário de Claudio Prado, veterano da contracultura e articulador da cultura digital na gestão de Gilberto Gil no Ministério da Cultura (MinC) e da professora da Eco-UFRJ, Ivana Bentes. O comentário tecido por Prado tinha o intuito de provocar a ampliação do debate, polarizando os campos: de um lado, os “rancorosos”, dentre os quais os autores do texto do Passa Palavra, que teriam Marx como “o Arauto maior das tiranias do século XX, da Era Industrial, do Capitalismo Selvagem, da ganância” e que dividem o mundo entre direita e esquerda, lutando contra “o Mercado [...] estoicamente através dos tempos eternamente”; e, do outro, uma “nova esquerda”, “um movimento político Pós-Rancor, que nasce da indignação também nos anos 60 [...] o movimento político hippie que pauta no mundo as questões de hoje”, tais como, ecologia - agricultura orgânica, liberdades sexuais e das drogas, questão feminina, ou seja, o que haveria de mais subversivo ao capitalismo hoje seria a “Cultura do Digital”.

O artigo do Passa Palavra tentava fazer uma reflexão ampla sobre o momento atual da esquerda que encarna, sobretudo, as pautas ecológicas e das minorias (feminismo, homossexualismo, negros etc.) e se organiza preferencialmente através das mídias sociais. O texto tocava em questões caras para diversos segmentos da sociedade: a) aqueles mais

radicais, anticapitalistas, mas que viam nas mídias sociais um potencial de organização e mobilização eficiente e que se sentiam, de certa forma, criticados pelo ponto de vista do artigo; b) os midiativistas que eram diretamente acusados como gestores da cultura e comunicação que, com um discurso “pós-tudo” (pós-fordista, pós-estruturalista, pós-rancor), abriram fogo contra os autores do artigo, apontando-os como marxistas ortodoxos que estariam perplexos diante do novo que estaria surgindo, entre outras formulações, no mínimo, interessantes; c) até os debatedores que enxergavam um potencial analítico no artigo, que se sentiram despertados para a ameaça que esses coletivos como o Fora do Eixo podiam trazer para as lutas sociais de uma forma geral e que pontuavam e criticavam construtivamente alguns pontos do artigo.

Pois bem, mas surge a questão: por que um debate restrito a um universo tão pequeno como o da – como podemos dizer – “extrema-esquerda”, ou “esquerda anticapitalista”, ou ainda “esquerda autonomista”, nos interessaria como fonte de reflexão para uma dissertação de mestrado?

Acreditamos que a polêmica, por menor que possa parecer, reflete questões que perpassam o momento atual do capitalismo: o crescente uso das mídias sociais; os novos modelos de negócios; o trabalho colaborativo em rede; as teorias dos campos da comunicação e da cultura que atribuem uma centralidade a essas áreas na dinâmica social contemporânea; as teses que se debruçam cada vez mais sobre a ideia de um capitalismo cognitivo, digital, enfatizando a hegemonia de um trabalho imaterial; e o ativismo a partir das mídias, horizontal e em rede, que confia num potencial democrático das NTIC e simbolizaria as novas formas de luta.

Compreendemos que os textos pontuam esforços de análises importantes sobre um momento tão atual e que ainda se desdobra, sinalizando que hoje - com o aumento de informações disponíveis proporcionado pela internet, pela possibilidade dos usuários criarem canais para se expressarem e elaborarem suas reflexões, pela agilidade e eficiência na comunicação de pessoas em diversas regiões e locais - o espaço da Rede é também lugar de produção teórica. Assim como muitos músicos disponibilizam suas produções artísticas na internet para que seus fãs baixem gratuitamente e difundam seus sucessos, acreditamos que também as produções teóricas, que outrora foram marcadas pelas edições impressas, passam também a circular mais pela internet a fim de se fazerem conhecidas e discutidas mais amplamente entre seus inúmeros leitores virtuais.

Iremos nesse primeiro momento apresentar as principais questões que o debate levantou, as quais nos servirão apenas de ponto de partida para o desenvolvimento das discussões ao longo desse trabalho.¹⁰

A esquerda fora do eixo (Passa Palavra)

O artigo iniciava com uma retrospectiva de eventos recentes ocorridos na cidade de São Paulo, tais como: a) as manifestações contra o aumento da tarifa de ônibus, organizadas pelo Movimento Passe Livre (MPL); b) uma polêmica levantada com “o deputado federal e militar da reserva Jair Bolsonaro e seu discurso pró-ditadura e moralmente conservador”¹¹, que desencadeou manifestações de grupos de extrema-direita a seu favor; c) a organização do que ficou conhecido como “Churrascão da gente diferenciada”, no bairro de Higienópolis contra um abaixo-assinado feito pelos moradores do bairro que visava impedir a construção de uma estação da linha amarela do metrô na região, com o argumento de que se poderia atrair “gente diferenciada”, empregado no sentido de gente mais pobre, para o local¹²; e, finalmente, d) a convocação da “Marcha da Maconha” que, por ter sido proibida pela Justiça por apologia ao uso de drogas e reprimida pela Polícia Militar foi, logo em seguida, reorganizada como e) “Marcha da Liberdade”.

O que fazia com que o texto tratasse dessas manifestações conjuntamente era o fato de que todas tinham sido organizadas, principalmente, a partir das mídias e redes sociais. O intuito maior parecia ser o de destacar que existia um crescente número de pessoas participando de diversos atos políticos, pessoas que extrapolavam a figura do “ativista-militante e político-partidário”, que através das redes se mobilizaram em torno de causas (seja de direita ou de esquerda) que consideravam importantes, chamando atenção, ao mesmo tempo, para o caráter pouco contestatório de alguns dos atos, como o “churrascão da gente diferenciada” e da marcha genericamente organizada em torno da liberdade.

Dessa série de manifestações e atos, extrai-se que as mídias sociais – principalmente o *Facebook* e o *Twitter* – mobilizaram conjuntamente novos setores da classe média, mas, por outro lado, houve também um caráter diferenciado da pauta tradicional dos movimentos sociais e da esquerda em geral. A pauta genérica de algumas delas (e mesmo neutra) ou de grande relação com os direitos individuais – como explicitamente no caso da descriminalização das drogas e da liberdade de expressão – tem possibilitado a aproximação de elementos da classe política – tanto

¹⁰ Os artigos completos estão disponíveis no final dessa dissertação para que os possíveis interessados numa leitura mais minuciosa possam fazê-la. [Anexos B, C, D, E]

¹¹ Todas as citações desse artigo referem-se a (PASSA PALAVRA, 2011).

¹² De acordo com o artigo: “Higienópolis é um bairro de classes média-alta e alta de São Paulo. A sua origem histórica remete ao estabelecimento das famílias aristocratas, mas no decorrer do século XX passou a receber migrantes de origem judaica.”

de esquerda como de direita [3] – e também de novas empresas e ONGs com foco no marketing virtual, na publicidade e na cultura.

Como a organização dos eventos político-sociais através das mídias digitais extrapolavam os campos entre direita e esquerda, essas ferramentas de comunicação, conseqüentemente, serviriam aos objetivos de todos os usuários. O seu uso não implicaria necessariamente uma ação anticapitalista, comunista, ou seja, com vistas a uma mudança radical da sociedade. O texto procurava evidenciar que, por não ter um campo político muito bem demarcado, a expansão do uso de ferramentas de comunicação digital para todo tipo de mobilização social aproxima, mesmo de lutas com caráter mais radical ou anticapitalista, coletivos especializados nas linguagens e formas de comunicação e cultura digitais, oferecendo seus serviços de produção, organização e divulgação de lutas e atividades político-culturais a partir das novas tecnologias de informação e comunicação. O Passa Palavra sugere que esse tipo de ativismo baseado nas mídias digitais se apoiaria numa crença demasiado otimista em relação ao potencial de articulação das mídias sociais como via para a organização de qualquer luta social hoje, e o tratamento dispensado ao campo específico da comunicação passa a adquirir, assim, um *status* meramente técnico e neutro.

Num segundo momento, o texto especifica melhor o que chamou de "novas empresas e ONGs com foco no marketing virtual, na publicidade e na cultura", no caso, o coletivo Fora do Eixo (FdE), o qual, como já apontamos, para Claudio Prado, constitui "a própria reinvenção da forma de agir dos movimentos sociais do século 20."

De acordo com o artigo do Passa Palavra, Pablo Capilé fundou em 2005 o Fora do Eixo:

um coletivo de gestores da produção cultural independente com o objetivo de promover festivais com intercâmbio de bandas e outras expressões artísticas e contando com a articulação de quatro cidades: Cuiabá, Rio Branco, Uberlândia e Londrina. Diferentemente da produção cultural *mainstream*, o coletivo estimula a cultura fora do eixo Rio - São Paulo. Hoje o Fora do Eixo possui 57 coletivos espalhados pelo país. Segundo a organização, eles possuem a capacidade de realizar 5 mil shows por ano e em mais de 100 cidades.

É importante frisar que serviu como fonte de dados para esse artigo, conforme referências na própria matéria, uma reportagem publicada dias antes pelo jornalista Bruno Torturra (2011), da revista *Trip*, sobre o Circuito Fora do Eixo. Na matéria de Torturra, o que chamava atenção para o coletivo Fora do Eixo recentemente era o fato de seus membros manifestarem seu descontentamento em relação ao retrocesso do mandato da ministra Ana Buarque de Hollanda.

A nosso ver, o coletivo Fora do Eixo começa a aparecer como objeto de discussão somente porque já teria vindo a público antes explicitando seus interesses e objetivos, mas com a finalidade de tornar pública a crítica deles e de outros tantos coletivos midiativistas em relação à nova gestão do MinC de Ana de Hollanda. Toda essa discordância, na verdade, estaria relacionada ao momento em que a ministra fora nomeada pela Presidente Dilma Roussef para assumir o Ministério da Cultura (MinC), depois de oito anos de gestão Gilberto Gil e de seu sucessor Juca Ferreira¹³, conhecidos por estimularem e investirem na chamada "cultura digital". Grupos e coletivos de comunicação e cultura que tocavam projetos baseados nas NTIC se mobilizaram contra a nova orientação política levada a cabo por ela. O primeiro ato de Ana de Hollanda que despertou o descontentamento desses coletivos que até então se beneficiavam da gestão anterior do MinC foi a retirada da licença *Creative Commons*¹⁴ do site do ministério. As críticas se estendiam para a política da ministra em relação ao Programa Cultura Viva¹⁵, sobretudo no que diz respeito à diminuição de verba para os Pontos de Cultura e ainda a questões relacionadas ao papel do Escritório de Arrecadação e Distribuição (ECAD) e da reforma na lei de direitos autorais, ganhando espaço em jornais, redes sociais, blogs, sites, fóruns e debates.

Para Capilé, o grande ponto estava na possibilidade real que a internet havia trazido de se comunicar, de inventar uma carreira, sem precisar passar pelos caminhos corporativos.

De lá para cá, e passando muito abaixo do radar da mídia, o Fora do Eixo se tornou uma central que conecta cerca de 73 coletivos do Brasil e de parte da América Latina. No circuito que montaram, através de casas noturnas, selos e festivais parceiros, apenas em 2010 passaram mais de 5 mil (!) bandas. Sob o guarda-chuva do Fora do Eixo, a rede dispõe de 57 CNPJs de todo tipo: editora, produtora, bar, ONG, Oscip, fundação... Grande também é o número de cartões que eles podem utilizar para financiar projetos e despesas pessoais. [...] Nem Pablo Capilé nem nenhum de seus colegas que trabalham diretamente no Fora do Eixo tem um salário. Vinte e oito pessoas têm a senha do cartão do banco e podem utilizá-lo livremente para suas despesas pessoais. Tudo que precisam fazer é discriminar e justificar o gasto. Em resumo: se você entra e trabalha para o Fora do Eixo, você tem todas suas despesas pagas. E esse tipo de remuneração é seguido por até 2 mil pessoas pelo país nos coletivos ligados ao circuito. As medidas são o bom-senso e a dedicação de cada um. "Se eu quiser eu posso ir à loja e comprar um Nike", Capilé elabora, "mas depois eu vou ter que contar por que eu preciso de um Nike se meu colega está usando um Conga..." Isso explica por que a maioria por ali se veste de maneira bem modesta, vive em quartos quase sem adornos, mas carrega iPhones 4 e Macbooks de última linha. (TORTURRA, 2011)

¹³ ¹³ O cantor Gilberto Gil fica no Ministério da Cultura de 2003 a 2008, quando se afasta do cargo por motivos pessoais e o ministério passa a ser assumido por Juca Ferreira, que fora Secretário-Executivo durante os cinco anos e meio de sua gestão. Juca permanece no cargo até o final de 2010 e, no governo de Dilma Roussef, Ana Buarque de Hollanda assume em 1º de janeiro de 2012.

¹⁴ "Projeto sem fins lucrativos que disponibiliza licenças flexíveis para obras intelectuais", Cf. <www.creativecommons.org.br>.

¹⁵ Voltaremos a esse assunto no capítulo 3.

Em 2011 o coletivo, possuindo uma rede em 112 cidades, aluga em São Paulo uma casa na região central, que se tornou “uma estalagem para artistas que vêm mostrar seu trabalho na metrópole e uma espécie de escola para moleques que saem de suas cidades para aprender, dentro do Fora do Eixo, a gerenciar um coletivo”. No entanto, fica clara a estratégia atual do coletivo de “ganhar o mainstream, atrair artistas com carreiras mais consolidadas e criar um polo para atrair gente, dinheiro e oportunidades.”

Mesmo em um domingo, a maior parte da equipe segue trabalhando em laptops no meio do churrasco. Postam fotos da festa, divulgam os shows que vão acontecer nos próximos dias pelo país, atualizam blogs, respondem e-mails... É digitalmente, na rede, que o Fora do Eixo cria seu público, seu mercado, sua realidade.¹⁶

O artigo publicado no Passa Palavra buscava caracterizar coletivos como o Circuito Fora do Eixo como empresas à procura de novos colaboradores para seus projetos e consumidores para seus produtos. Além disso, denunciava a vinculação estreita que mantêm com o Estado, sobretudo por conta da dependência de convênios e parcerias, que tiveram seu auge durante o Programa Cultura Viva, implementado em 2003, na gestão de Gilberto Gil e Juca Ferreira no MinC, que incentivava a produção cultural através do investimento nos Pontos e Pontões de Cultura, nos novos modelos de negócios e na flexibilização da lei de direitos autorais.

No entanto, a guinada politizada do FdE teria ocorrido em reação a uma mudança de comando no Ministério da Cultura, quando a recém-empossada ministra Ana Buarque de Hollanda passa tomar medidas contrárias às decisões das últimas gestões; pelo que seria acusada por alguns de acenar simpaticamente para os gestores das transnacionais da cultura e dos oligopólios culturais regionais. De acordo com o artigo, a reorientação política teria fechado a porta para os recursos dos pontos de cultura e para as mudanças na Lei do Direito Autoral, que beneficiavam o modelo de negócios adotado pelas organizações parceiras do MinC e pelo próprio FdE. Em resposta, o coletivo em questão haveria encabeçado a fundação do Partido da Cultura (PCult), uma organização suprapartidária contra a ministra Ana Buarque, a favor da retomada e "continuidade das políticas do Gilberto Gil", além de uma rede autodenominada MobilizaCultura¹⁷, “para propor políticas no campo da cultura que radicalizem a democracia”.

Assim, o Fora do Eixo, assim como os coletivos que compõem a Casa de Cultura Digital estariam, para além das aparências, apenas disputando o orçamento do MinC. Nas palavras de um entrevistado anônimo da reportagem:

¹⁶ Ibid.

¹⁷ Cf. <<http://www.mobilizacultura.org/>>

Apesar do discurso e da estética anarquistas de muitos, e da adoção de organizações horizontais, como redes e coletivos enquanto forma de organização, a apropriação do Estado – seus recursos e estruturas – é umas das principais práticas do Fora do Eixo. Já enraizados no aparelho do Estado, principalmente no MinC [Ministério da Cultura] mas não só, participam da elaboração dos editais para projetos culturais e de novos tipos de políticas públicas, como os de promoção do uso de softwares livres e da consolidação da Economia Solidária, cuja articulação entre essas tecnologias e o Estado é de criação e exclusividade deles. Assim, ao incorporarem ao Estado (e não só aos governos) a necessidade de políticas nestas áreas, garantem também a exclusividade na apropriação dos recursos destinados a estas mesmas políticas. O interessante é que por fazerem tudo isso usando de estruturas informais e completamente diferentes das que as organizações político-partidárias e tradicionais grupos empresariais adotam para os mesmo propósitos, é praticamente impossível para um observador desatento ou viciado nas velhas estruturas identificar e combater o novo sujeito formado por este coletivo (ou rede). Outra característica é para a maioria dos membros deste coletivo/rede aumentar o próprio poder já é o mais importante, por mais que para um ou para outro o discurso propalado ainda seja o que os movem, e ao invés de executarem os projetos financiados pelos editais que eles mesmos criaram, usam dos recursos e da estrutura do Estado para se articularem por todo o país e garantirem o tempo livre necessário para o desenvolvimento de novos editais, novos discursos, consolidação de práticas e de tecnologias que os mantêm.

A esquerda fora do eixo buscou ainda dar conta também da discussão em relação à "cultura livre e os novos modelos de negócios", que, segundo os autores, são incentivados por grupos como o Fora do Eixo e organizações que compõem a Casa de Cultura Digital. Os novos modelos de negócios, para utilizar o termo em português, ou o *open business* (negócios abertos) como ficaram conhecidos, se baseiam na inovação tecnológica e jurídica realizada pelo Software Livre, transportando esse modelo de produção para o campo da cultura, no qual "criam uma produção com a ausência ou flexibilidade do direito autoral, permitindo assim novas formas de geração de valor." Contrapondo essa perspectiva, o texto recapitula a crítica em relação às licenças *Creative Commons*, feita por Joanne Richardson e Dmytri Kleiner, no artigo "*Copyright, copyleft and the Creative Anti-Commons*", pela qual se questiona o fato de uma obra ser considerada livre quando pode ser comercialmente apropriada, "uma vez que a liberdade é definida como circulação ilimitada de informação e não como algo livre de exploração."

A ideologia da cultura livre baseia-se na ideia de que a flexibilização da propriedade intelectual com a concorrência proporcionada pelo livre mercado pode estimular a criação e, nesse processo, democratizar a informação e assim as nações caminharem ao progresso. De fato, quanto maior a flexibilização da propriedade intelectual, maior a produtividade dos trabalhadores e, por isso, maior a produção de riqueza a ser apropriada e transformada em mercadoria. Em síntese, a cultura livre é a própria regra do jogo do capitalismo, a apropriação de algo que a classe capitalista não produz.

Dessa forma, a aliança política tática formada por um programa de oposição às transnacionais da cultura e os oligopólios culturais regionais acabou por ocultar a reflexão crítica sobre o que há de surgir em seu lugar.

Finalmente, o artigo do Passa Palavra identifica que grupos como o circuito Fora do Eixo tenderiam a se constituir enquanto novos gestores do capitalismo, afastando-lhes qualquer caráter contestatório: podem inclusive "utilizar meios militantes e ativistas para ampliar sua influência política e até para expandir seu mercado consumidor de cultura independente, mas não deixarão (sic) de ser o que são - uma classe de gestores que visa renovar a burocracia."

A esquerda nos eixos e o novo ativismo (Ivana Bentes)

As críticas direcionadas ao coletivo Fora do Eixo, Casa de Cultura Digital e a todos os midiativistas culminaram numa defesa empenhada destes atores. Isso fica explicitado no artigo *A esquerda nos eixos e o novo ativismo*, da Professora Ivana Bentes, escrito em resposta ao texto do Passa Palavra.

Baseando-se na ideia de que as novas lutas e resistências funcionam em fluxo, em rede, são velozes e dinâmicas, Bentes sustenta que "a 'geração em rede' é o novo conteúdo e linguagem política, ela encarna as novas lutas e está inventando futuros alternativos"¹⁸. Nessa ótica, elas estariam "hackeando o capitalismo, se apropriando de suas estratégias para ressignificar o COMUNISMO das redes, no sentido mais radical de um comunismo DENTRO do próprio capitalismo". Essa seria a "característica esquizofrênica do sistema": estaria produzindo um horizonte do "comum"; conceito de Hardt e Negri que deveria orientar os novos movimentos e por eles ser construído.

Para a autora, o texto do coletivo Passa Palavra seria sintomático da perplexidade em que se encontrariam certos setores da esquerda tradicional, frente à crise do capitalismo fordista e às novas dinâmicas de resistência no "capitalismo cognitivo (pós-fordista, da informação ou cultural)". Esse novo estado de coisas, de acordo com a autora, teria como horizonte

a universalização dos meios de produção e infra-estrutura pública instalada, a constituição de novos circuitos e mercados e a emergência de uma intelectualidade de massa (não mais o "proletariado", mas o cognitariado) com a possibilidade da apropriação tecnológica por diferentes grupo[s] (software livre, códigos abertos, cultura digital). Crise e paradoxo onde o próprio crescimento gera e multiplica precariedade, mas também novas dinâmicas e modelos. O capitalismo da "abundância" produz crise ao entrar no horizonte da gratuidade/compartilhamento/colaboração com uma mutação da própria ideia de "propriedade" (ver a crise do Direito Autoral).

Assim, aquilo que era criticado no artigo do coletivo Passa Palavra, no texto de Ivana aparece como elemento positivo da cultura digital e do midiativismo: permitir a apropriação estratégica da tecnologia das redes, inclusive de ferramentas como *Facebook*, *Twitter* e outras,

¹⁸ Todas as citações do presente artigo referem-se a (BENTES, 2011)

para causas e objetivos próprios, com a finalidade de “hackear as novas corporações pós-fordistas”.

Ivana entende que o FdE não seria nem "nova classe média liberal" nem "nova classe dominante", "despolitizada", mas um arranjo transversal que juntaria e agregaria o chamado precariado urbano - a nova força de transformação:

[...] movimentos como os das marchas (e tantos outros) ou o Circuito Fora do Eixo são a base de um novo ativismo contemporâneo, a da emergência do precariado cognitivo, ou cultural, ou seja, da explosão e da percepção que o sistema trabalhista fordista e previdenciário clássicos não dão mais contas da dinâmica de ocupações 'livres' (mesmo que frágeis e sem segurança) no capitalismo da informação. E que essa precariedade e autonomia não significa apenas “vitimizar” e “assujeitar” é uma potência para novos arranjos, alianças e lutas. O Circuito Fora do Eixo é, no meu entender, um dos mais potentes laboratórios de experimentações das novas dinâmicas do trabalho e das subjetividades.

Para a autora, estaríamos diante de "uma esquerda pós-fordista que está dando certo, que inventa estratégias de Mídia, que inventa 'mercados' solidários, contrariando os anunciadores do apocalipse". Estaríamos, assim, em pleno processo de renovação, no qual o "precariado cognitivo" - os jovens precários das economias da cultura - estaria reinventando as relações de trabalho e tendo potencial para articular não só a classe média urbana, como os pobres e precários das periferias e favelas, ao se conectarem, por exemplo, a outras redes como a Central Única de Favelas (CUFA)¹⁹, segundo ela, “fora da lógica fordista do assujeitamento”. Nessa ótica, o Circuito Fora do Eixo haveria entendido que

o modelo na produção cultural é o modelo de funcionamento do próprio capitalismo. Não o capitalismo fordista da “carteira assinada” mas o dos zilhões de free-lancers, autônomos, diplomados sem empregos, sub-empregados, camelôs, favelados, contratados temporários, designe[r]s, artistas, atores, técnicos, que ou “vendem” sua força livre de trabalho com atividades flutuantes temporárias, ou se ORGANIZAM e INVENTAM o próprio emprego/ocupação e novos circuitos, como tem feito de forma incrivelmente bem sucedida o Circuito Fora do Eixo, resignificando e potencializando o imaginário de jovens no Brasil inteiro.

A reinvenção da política (Rodrigo Savazoni)

Outra perspectiva em relação ao novo ativismo que surgiu no âmbito das “revoluções de 2011” é abordada no texto *A reinvenção da política*, elaborado pelo criador do Festival de Cultura Digital.Br, Rodrigo Savazoni. Numa tentativa de responder ao texto divulgado pelo coletivo Passa Palavra, ativistas da cultura digital encabeçados por Savazoni difundem o texto em 28 de junho de 2011 nas listas de emails da Marcha da Liberdade. O texto, na verdade, havia

¹⁹ Organização Não-Governamental, hoje de alcance internacional, mas que atua, mais fortemente, em favelas do Rio de Janeiro, desenvolvendo ações culturais; é famosa por ter à sua frente o cantor de rap MV Bill e por estabelecer parcerias, entre outros, como a Rede Globo.

sido publicado na edição 99 impressa da revista *Fórum - outro mundo em debate*, de junho de 2011, que tinha com título # *Viva la revolución!*²⁰

Savazoni defende que "as tecnologias libertárias, apropriadas pelas pessoas e pelas redes, transformam a forma de se fazer política", e chama atenção para o fato de que no Brasil uma nova geração de ativistas conectados à internet estaria criando "os movimentos sociais do século XXI". No entanto era necessário diferenciar a conjuntura daqui em relação aos países árabes e europeus - "o Brasil atravessa o melhor momento de sua história, com estabilidade democrática, crença nas instituições e uma inédita inclusão econômica."

As semelhanças que o autor destaca em relação às mobilizações ocorridas no país e as que aconteceram no Oriente Médio e Europa são: o seu caráter internacional, o fato de ocorrerem por fora das estruturas sindicais ou mesmo dos movimentos sociais surgidos nas três décadas anteriores e, "acima de tudo, as forças articuladas em rede, com forte influência do uso das novas tecnologias de informação e comunicação." Aponta ainda que são grupos que não se prendem a filiações ideológicas rígidas, podendo tanto se referenciar numa esquerda libertária como nos métodos e símbolos da cultura corporativa. A origem possível desse ativismo, segundo o autor, remete ao "altermundismo, o movimento por uma outra globalização que se espalhou no final dos anos 1990 e no início da primeira década do século XXI".

O autor acredita que para compreender esses movimentos sociais contemporâneos deve-se recorrer ao conceito de cultura digital e ainda compreender que as tecnologias de que se apropriam "não são apenas 'uma ferramenta de descrição da realidade, mas de construção da mesma'". Segundo Savazoni:

Interessante notar que o objetivo desse movimento "tecnológico" é a radicalização da política e da democracia, que vêm sendo paulatinamente aprisionadas pelos interesses econômicos e pelas posturas corporativas da classe política tradicional. Não à toa, surge nesse contexto a questão da transparência, em suas múltiplas acepções. No Brasil, um dos mais interessantes e combativos movimentos contemporâneos é a comunidade Transparência Hacker. Iniciado há quase dois anos, o grupo ganhou notoriedade quando, utilizando-se de uma prerrogativa aberta pela presidência da República do Brasil, clonou o blog do Planalto²¹, que fora lançado sem permitir aos usuários interagirem com o conteúdo. Para evidenciar que o diálogo é a essência da rede, os ativistas hackers criaram uma página semelhante à oficial, a qual reproduzia integralmente os conteúdos originais, com o diferencial de permitir comentários sem qualquer moderação. Ganharam o mundo.

²⁰ Todas as citações do artigo de Savazoni referem-se a (SAVAZONI, 2011).

²¹ A comunidade Transparência Hacker, usada como exemplo de ativismo pelo autor, tem em sua lista de discussão mais de 500 membros, entre ativistas, jornalistas, programadores e gestores públicos, e ainda conta com o apoio do escritório brasileiro do W3C, a instituição criada por Tim Berners Lee para manter a web aberta e livre. Uma das fundadoras da comunidade, citadas no texto de Savazoni, destaca que essa ação [de clonar o blog do Planalto] só foi possível porque o governo Lula adotara o *Creative Commons* como licença de conteúdo, numa iniciativa pioneira mundialmente.

Nesse artigo, Savazoni enumerou diversas experiências da cultura digital aproximando-as das mobilizações que ocorriam em 2011 mundo afora, e caracterizando a todas como formas tecnológicas e radicais de transformação da sociedade. Dentre seus exemplos, não poderia deixar de mencionar a experiência do Fora do Eixo, alinhando as práticas do grupo aos usos das novas tecnologias, em especial a internet que, para Capilé, seria uma estrutura tão veloz quanto o que eles estão construindo: "não fosse isso, dificilmente conseguiríamos com tanta agilidade chegar onde chegamos, no desterritório, na zona de contaminação, nas trocas de tecnologia e na inteligência colaborativa".

Para arrematar o quadro da efervescência política do midiativismo, ele ainda referencia a lista do Movimento Mobiliza Cultura, através da qual boa parte dos ativistas que compõem os movimentos da cultura digital passou a se reunir, tendo como ideia principal permitir que as diferentes redes possam estabelecer conexão e assim potencializar as lutas comuns em defesa da liberdade.

De acordo com o texto, o Brasil possui um diferencial que é compreender "o espaço da rede para driblar o universo institucional":

Apesar de estabelecerem relação construtiva com o governo Lula, parte deles tendo agido ativamente para a garantia da eleição de Dilma Rousseff à presidência, esses movimentos não têm se furtado a fazer a crítica pela esquerda das decisões tomadas no início do novo governo. Medidas tomadas pelo Ministério da Cultura, como no caso da retirada da Licença Creative Commons do site e a mudança de orientação para a revisão da Lei de Direitos Autorais, demonstraram o quão tênue pode ser a relação entre os novos movimentos sociais e a política institucional. "Em resposta a essa efervescência social, por oito anos, nós tivemos as melhores políticas governamentais de acesso à rede, à tecnologia e à cultura digital do mundo", diz Daniela. "Não é à toa que todo mundo está de olho no Brasil. Agora, precisamos cuidar pra não perder o bonde – e todos nós estamos falhando em dar aos retrocessos políticos recentes uma resposta fluida e criativa."

Não obstante as críticas recentes ao MinC, durante os oito anos de governo Lula esses coletivos e ativistas participaram e estiveram em total acordo com os estímulos, por meio, principalmente, de três frentes: a) ações em defesa do software livre (que seria a matriz ideológica de boa parte dos movimentos políticos e sociais em rede); b) políticas públicas lideradas pelo Ministério da Cultura de Gilberto Gil e Juca Ferreira em favor do compartilhamento do conhecimento, como os Pontos de Cultura, os Pontos de Mídia Livre e o Fórum da Cultura Digital; e c) proposição de um Marco Civil de direitos dos cidadãos digitais pelo Ministério da Justiça, legislação elaborada de forma aberta e compartilhada.

Para finalizar, Savazoni apresenta uma lista de características da ação política do midiativismo contemporâneo²²:

- defesa da apropriação social das tecnologias;
- tecnologias para promover a democracia, seja ela representativa ou participativa;
- compreender a rede e seu acesso como um novo direito humano;
- promover políticas de inclusão digital;
- promover a aproximação da gestão pública dos cidadãos, por meio das tecnologias;
- defender os commons
- articular as lutas contra a exclusão digital com a de outros excluídos;
- combate ao vigilantismo e às tentativas de cerceamento das liberdades;
- promover o software livre e o conhecimento livre;
- cultura popular e diversidade cultural na esfera pública interconectada;

O comum e a exploração 2.0 (Universidade Nômade)

O artigo *O comum e a exploração 2.0*, o mais recente deles, publicado pela rede Universidade Nômade, retomaria algumas críticas direcionadas ao circuito Fora do Eixo e se proporia a refletir sobre a perspectiva do comum e os novos modelos de negócios. Nele o coletivo em questão:

[...] o Fora do Eixo opera mais fortemente na cadeia produtiva da música e se organiza no formato de coletivos de produtores. [...] Ele conta com gestores “orgânicos” que se entregam 24 horas para a “causa”, numa moral do trabalho que lembra tanto as vanguardas profissionalizadas de militantes liberados quanto o executivo workaholic das multinacionais. Desde 2005, o FdE se expandiu à margem das redes oligopólicas da indústria fonográfica, de laços amiúde familiares e muito verticalizados. Ele se propõe a desenvolver a cauda longa de produtores e bandas pelo país, sem se subordinar à indústria cultural. Nesse intuito, vem organizando shows, festivais, turnês, encontros, debates e fóruns, fornecendo plataformas e espaço para bandas menores e artistas jovens, iniciantes ou com pequenos públicos. Nos anos Lula, o FdE foi bem-sucedido em angariar sistematicamente verbas de editais do Ministério da Cultura (MinC), bem como patrocínios (que também são públicos) de empresas e bancos.²³

O artigo da Universidade Nômade dialoga com parte das críticas ao FdE feitas tanto pelo Passa Palavra quanto por outros escritos que surgiram ao longo da polêmica; atribui validade a muitas delas, mas procura demarcar um posicionamento próprio. Todas, de acordo com o artigo, associavam uma análise correta do funcionamento material desse novo modelo de negócios a uma perspectiva teórica e política ambígua – “como se o FdE fosse um ‘desvio’ dos princípios da remuneração do ‘artista’ ou até da luta revolucionária.” Por isso, consideram-nas pertinentes no plano da análise, mas politicamente insuficientes.

²² O autor baseia-se no artigo do professor espanhol Javier Bustamante que integra o livro *Cidadania e Redes Digitais*, publicado pelo Comitê Gestor da Internet do Brasil.

²³ Também aqui, todas as citações referentes ao artigo da Universidade Nômade: Cf. UNIVERSIDADE NÔMADE, 2012.

O comum e a exploração 2.0 busca “problematizar o estado do processo de constituição de ‘mídias livres’ e mais em geral o movimento da ‘cultura’ de resistência à restauração no MinC”, levantando as seguintes questões: a) o que significa o apelo de convergência e ao que, afinal, se pretendem fazer convergir as redes?; b) o que está em jogo nesses consensos cada vez mais impermeáveis e institucionalizados, que são reproduzidos acriticamente nos fóruns e encontros culturalivristas e midialivristas?; c) o que significa que as redes (no plural) agora devam constituir-se em uma só rede?

Os autores deste artigo observam que tão importante quanto denunciar os novos modelos de negócio, como é atribuído ao FdE, é entender como eles funcionam e os conflitos que os perpassam. “Trata-se de contextualizar essas dinâmicas produtivas sob a alcunha ‘cultura livre’ ou ‘mídia livre’ sobre o pano de fundo do ciclo de lutas e revoluções que se afirmou, claramente, ao longo do ano de 2011.” Afinal, “as lutas, ocupações, marchas e acampadas globais exprimem um desejo de mudança e uma forma de organização que as conferem um caráter antissistêmico.” Tudo isso, porém, poderia resultar tanto “numa ruptura com o capitalismo global financeirizado, quanto numa nova reestruturação e captura, uma nova síntese, em suma, em algo como um altercapitalismo (ou capitalismo 2.0)”. Nesse sentido, apontam que “uma boa maneira de apreender as alternativas da crise se dá por meio da perspectiva da constituição do comum.” A abordagem da Universidade Nômade admite contradições e limites dos novos modelos de negócios e do próprio movimento midiativista, porém, propõe uma perspectiva que vislumbre a construção do comunismo ocorrendo, aqui e agora, dentro do capital.

É aí que inserem a questão crucial, a nosso ver, que é a de examinar como se controla o trabalho em dinâmicas de produção criativas e colaborativas. O que mudou em relação ao capitalismo “analógico” e o capitalismo “digital” – expressões que os autores usam como paródia dos termos dos “intelectuais pós-pós”? Para eles o que muda é a exploração:

[...] o capitalismo 1.0 organizava a cooperação entre as forças produtivas para poder explora-las. O “comum” era assim “produzido” (e imediatamente subsumido) na divisão capitalista do trabalho (na relação salarial) e explorado indiretamente, por meio dessa divisão técnica. O capitalismo 2.0, ao contrário, explora diretamente o comum (a colaboração) que já existe, como condição prévia: o trabalho colaborativo entre as singularidades (os pontos). No capitalismo 1.0, a exploração determina a colaboração. Um paradoxo que emerge na ambiguidade dos temas do “emprego”. No capitalismo 2.0, a colaboração é condição da exploração e por isso pode acontecer por fora da relação de emprego, na precarização da relação salarial, no terreno da empregabilidade (workfare).

Nessa concepção, não é mais a exploração que determina a colaboração. Agora a colaboração é condição prévia à exploração, motivo pelo qual pode ocorrer por fora do comando capitalista – “a empresa capitalista, neste cenário, não mais controlar diretamente a produção”.

Isso estaria ocorrendo porque na economia da cultura e do conhecimento a dinâmica do valor não estaria mais atrelada ao domínio dos meios de produção e das máquinas, nas condições objetivas da produção, mas sim na própria subjetividade, na capacidade dos sujeitos cooperarem, criarem em conjunto. A vida como um todo estaria sendo investida, já que a subjetividade nos atravessaria em todos os momentos, ocupando todas as esferas da existência. A atividade por excelência do capitalismo cognitivo, segundo o artigo, é o *brand management*, que opera nas condições subjetivas da produção social.

Por um lado, essa administração capitalista das subjetividades extrai uma quantidade imensa de mais-valor a partir do comum, ao passo que camufla a exploração ao contar com a participação direta dos explorados, assim neutralizando e mistificando o antagonismo entre exploradores e explorados. Por outro, a multidão dos expropriados pode organizar-se autonomamente e dispensar o gestor capitalista. Isto significa conferir um caráter afirmativo, radicalmente democrático e antagonista ao comum. **Ou o comum é uma prática política, ou não é.**

O artigo faz ainda aproximação da extração de mais-valor do comum no Circuito Fora do Eixo, indicando que, dentro da lógica da teoria do valor tradicional, a expropriação do comum não fica evidente. O capital investido na produção dos eventos e na gestão das carreiras corresponderia somente à remuneração das partes envolvidas e aos custos operacionais e comerciais. A questão é que o *brand management* Fora do Eixo possuiria uma valorização paralela e cumulativa, já que a acumulação de valor se daria na integração, na sinergia, na socialização dos múltiplos trabalhos e projetos tomados isoladamente. “Daí a formação de um autêntico capital social, de uma intensificação da produção em rede. **Essa valorização difusa supera, exponencialmente, a possível extração de lucro dos empreendimentos isolados.**” [grifo dos autores]

A riqueza das redes, portanto, resultaria não da produção de lucros via editais ou eventos, mas por meio da apropriação global do comum. O comum, nesse sentido, seria expropriado e se tornaria renda: “nessa gestão rentista, quanto mais redes parceiras (“redes em rede”), quanto mais expansível o FdE se afirmar como brand, maior a captura da produtividade difusa: **as redes que caem na rede. Nesse sentido, o FdE é o antípoda da política dos Pontos!**” [grifo dos autores]

É essa a crítica principal que fazem ao FdE, já que para os autores do texto os pontos de mídia livre, por exemplo, seriam uma representação da construção do comunismo. Para eles, o FdE e suas redes parceiras, ao tentarem hegemonizar os espaços de articulação dos midiativistas, estariam apenas reproduzindo e alastrando o modelo deles, “que, do ponto de vista do novo negócio, vem dando certo”, uma vez que “concilia bem com o funcionamento do Estado

e do mercado, quiçá de modo mais eficiente e sinérgico do que os modelos antigos, oligárquicos e familiares”.

A apropriação do comum depende que todos não só participem da contra-hegemonia, mas invistam a subjetividade, que sejam subsumidos como subjetividades. Não basta trabalhar, é preciso se integrar 24 horas por dia à “causa”, e com entusiasmo. [...] O capitalismo cognitivo prescreve mais uma subjetividade do que tarefas propriamente ditas. Daí é preciso que todos cooperem felizes numa lógica de trabalho grátis (free, livre), ou do contrário não se pode extrair a renda do comum. No fundo, talvez, o capitalismo desde sempre seja gestão de redes com o propósito de obter mais-valor e acumular a riqueza. E desde pelo menos o modelo japonês, que a sociologia do trabalho conhece por toyotismo, subsista a ideia de gestão horizontal de redes, um outro nome para o controle dos trabalhadores. Por isso, às vezes, a resistência por dentro do comum pode se dar com a não-colaboração. Através da não-colaboração, a ética hacker se mostra mais potente, hackeando consensos e comitês. A ética hacker nesse sentido é uma prática sabotadora e radical. A colaboração entre os hackers se dá através da não-colaboração com práticas antidemocráticas, cada ato de desestabilização e/ou destruição feito pelos hackers é também um ato de cooperação, entre singularidades que se mantêm enquanto tais: o fazer-se da multidão!

Na conclusão dos autores, para que tudo o que está sendo produzido não convirja nalguma matriz para um novo capitalismo, deixando de representar a sua ruptura, seria preciso romper certos consensos, não só sobre a cultura livre, mas também sobre o código aberto, o software livre, a horizontalidade de redes e os *creative commons* - tudo dentro de uma perspectiva antagonista de comum. Estaria, assim, ocorrendo uma “verdadeira multiplicação das formas rentistas de valorização do capital, que poucos têm se proposto a analisar, mais preocupados em ver a questão como um problema jurídico ou de sustentabilidade profissional.”

* * *

Na tentativa de propor uma síntese deste debate, parece possível afirmar que temos quatro diferentes pontos de vista sobre esse midiativismo: dois mais focados em ressaltar as características comuns e os processos de resistência desses “movimentos sociais da cultura digital” ou do “novo ativismo”; e outros dois mais críticos em relação a esse midiativismo (um destacando a ascensão de possíveis gestores da cultura e comunicação engajados em mobilizações sociais apenas para neutralizá-las, controlá-las e atingir cargos na política institucional; e outro pontuando que esse midiativismo não podia perder de vista o antagonismo da produção do comum, que também poderia ser passível de exploração pelo capital).

Com base em nossas investigações, sugerimos que o midiativismo contemporâneo, ao passo que reivindica uma história imanente aos processos comunicativos, e os sobrepõem ao conjunto das questões políticas e sociais, caminha para a perfeita integração às formas de

exploração e dominação da atual etapa do capitalismo, chegando mesmo a ser um grande elemento de sua renovação. Como a relação entre ação política de contestação e meios de comunicação foi abordada em outros momentos da história? Quais expectativas foram criadas e quais foram as vias concretas de realização de seus potenciais? Com a finalidade de fornecer elementos para a melhor compreensão destes problemas é que travaremos as reflexões a seguir.

1.2 - O LUGAR DA COMUNICAÇÃO: UM PROBLEMA METODOLÓGICO

Historicamente, compreendemos que a comunicação sempre foi alvo de reflexão, aprimoramento e disputa para a configuração de lutas que almejavam a transformação social. No entanto, seu entendimento enquanto mediação parece, cada vez mais, dar lugar a concepções que reivindicam a sua autonomização frente aos demais processos sociais. Nessa linha de raciocínio, o ativismo baseado nas mídias parece ter como pressuposto de suas práticas a afirmação de que o campo da comunicação e da cultura seria hoje a arena privilegiada de luta, onde se processariam por excelência as contradições sociais do capitalismo contemporâneo.

Antes do mais, convém lembrar que o próprio ato de se comunicar, se expressar através de diversos tipos de linguagens, implica o estabelecimento de uma relação de interação, de troca, de diálogo. Muitas vezes, teóricos, estudiosos, militantes, que refletiram ou estiveram empenhados em projetos políticos que ambicionavam a superação das relações capitalistas, ou em outros termos, o fim da reificação da vida, buscaram articular formas de comunicação eficazes e eficientes às lutas sociais. Diversos foram (e ainda são) os artifícios para auxiliar nessa empreitada: desde reuniões presenciais de grupos, sindicatos ou partidos, palestras, cursos de formação política, passando pelos contatos telefônicos, os panfletos para mobilização e divulgação de lutas, variadas manifestações artísticas até os jornais para formação e conscientização da classe operária e, certamente, os aparatos eletrônicos de comunicação como o rádio e a televisão.

Já agora, é oportuno destacar que, durante algum tempo, a linguagem, as artes, a comunicação e seus meios foram interpretados apenas como parte daquilo que Marx chamara de "superestrutura", embora, desde os primórdios do capitalismo, as contradições sociais inerentes a esse sistema sempre tenham estado também, de alguma maneira, ligadas à produção de linguagem, a tentativas de formas de comunicação menos alienantes ou

emancipatórias. No entanto, essa batalha, na maioria das vezes, esteve relegada ao mundo das ideias, à ideologia, à formação da consciência, enquanto mero “reflexo” da base econômica.

A teoria marxista elaborou pouco sobre o tema da comunicação especificamente. Alguns autores que se debruçaram sobre a questão apontaram também para essa dificuldade. Conforme Raymond Williams (1979, p. 27), por exemplo:

[...] o marxismo contribuiu pouco para o pensamento sobre a própria língua. O resultado foi serem as versões limitadas e mal desenvolvidas da língua como um “reflexo” da “realidade” aceitas sem análise, ou serem as proposições sobre língua, desenvolvidas dentro ou nas formas de outros sistemas de pensamento com frequência antagônicas, sintetizadas com proposições marxistas sobre outros tipos de atividades, de formas que não só são insustentáveis em última análise, mas que, em nossa própria época, radicalmente limitadoras para a força das proposições sociais.

Contemporaneamente, essa lacuna ainda se manifesta, segundo a opinião de alguns autores. Afirmando ser “as comunicações o buraco negro do marxismo ocidental”, César Bolaño (2000, p. 25) indica que “a maior dificuldade na construção de uma teoria marxista da comunicação de massas no capitalismo reside em que as poucas referências de Marx ligadas de alguma forma ao tema são insuficientes para um tal intento”. Marcos Dantas (2000, p. 9), corroborando essa concepção, diz: “o marxismo, ocidental ou não, ainda está em busca de uma teoria e de uma prática sobre o papel, as funções, as implicações das comunicações, nas sociedades capitalistas contemporâneas”.

Ao lado disso, no que diz respeito às transformações pelas quais o capitalismo passa desde início da década de 1970 até os dias de hoje, fundamentalmente a partir do advento das novas tecnologias de informação e comunicação (NTIC), parece que a comunicação não só volta a ser tema de intensas discussões e vasta produção bibliográfica, como também passa a ser entendida, sob várias abordagens, como *locus* privilegiado de produção de valor; descendo, portanto, da superestrutura para vir ocupar um papel produtivo no âmbito da estrutura.

No entanto, antes de apontarmos cultura, arte e comunicação como meros reflexos da base econômica, é importante compreender com cuidado os conceitos marxianos de *base* e *superestrutura* que estão em jogo. A lúcida explicação de Raymond Williams (2005, p. 214) é de que a superestrutura deve ser reavaliada em relação “a um determinado escopo de práticas culturais relacionadas, e não como um conteúdo refletido, reproduzido ou especificamente dependente”, como muitas vezes fora interpretado. Além disso, Williams indica que também é preciso reavaliar o conceito de base “não como uma abstração econômica ou tecnológica fixa, mas como atividades específicas de homens em relações sociais e econômicas reais, que

contêm contradições e variações fundamentais, e por isso estão sempre em estado de processo dinâmico”.

Nosso entendimento é que *lutas sociais* e *comunicação* não podem ser compreendidas separadamente, já que a comunicação seria um aspecto importante *das e para as lutas sociais*. Entretanto, com o advento dos meios de comunicação de massa, acompanhado dos estudos focados nos *mass media*, o próprio fenômeno da comunicação passou a ser considerado, na maioria das vezes, restrito aos *meios de comunicação*, isto é, elevado ao estatuto de ciência autônoma. Em meados dos anos 1970, diante de uma constatação da complexidade do objeto de pesquisa e da crise em que se encontrava o setor, houve esforços em se estabelecer qual seria a área temática de principal competência dos estudos da mídia e a base disciplinar que unificaria a *communication research*. A tentativa de homogeneizar o campo, superando a fragmentação e dispersão de conhecimentos produzidos, resultou na capacidade da pesquisa em comunicação se caracterizar e se desenvolver como área temática específica. (WOLF, 2008, p.X-XI)

Os estudos comunicativos produziram teorias que sempre foram atravessadas pela contraposição constante entre a pertinência sociológica e a especificidade da comunicação, conforme Wolf (2008, p. 106). Na evolução da pesquisa em comunicação colocou-se várias vezes, e ainda vem sendo colocada, a questão da legitimidade de uma abordagem comunicacional para a mídia. Afirmo ele que para muitos estudiosos o resultado da predisposição para considerar a comunicação de massa “*em primeiro lugar como comunicação*” (grifo do autor) é uma concepção excessivamente abstrata e anti-histórica do assunto. Nessa perspectiva, alguns autores sustentam que a orientação geral da pesquisa de comunicação deveria voltar-se à teoria social, de modo muito claro que não haveria “necessidade de uma teoria das comunicações de massa, mas de uma teoria da sociedade, para gerar proposições-guia e pesquisas nessa área” (GOLDING-MURDOCK, 1978 apud WOLF, 2008, p. 107)²⁴.

Para Wolf²⁵ (p.107), entretanto, a insignificância atribuída ao componente da comunicação distorceria seu próprio campo de estudo, pois, ao se refutar a sua pertinência, acabar-se-ia por aceitar o modelo simplificado da teoria da informação²⁶ que esteve disponível por muito tempo.

²⁴ GOLDING, P.; MURDOCK, G. “*Theories of Communication and Theories of Society*”, In: **Communication Research**, vol. 5, n.3, p. 339-356 (republicado em WILHOIT, G. [ed.] **Mass Communication Review Yearbook**, vol.1, Beverly Hills: Sage, 1980, p. 59-75).

²⁵ Ibid. p. 107.

²⁶ A origem desse modelo encontrava-se nos trabalhos de engenharia das telecomunicações e visavam melhorar a velocidade de transmissão das mensagens, diminuir suas distorções e as perdas de informação e aumentar o rendimento total do processo de transmissão de informação. Um dos modelos principais foi desenvolvido por Shannon-Weaver, em 1949 e que pode ser resumido, segundo as palavras de Eco (1972 apud Wolf, 2008,

É possível entrever, nesse âmbito, que a maneira de justificar a importância de se estudar o fenômeno da comunicação a partir do surgimento dos meios de comunicação de massa se baseia na necessidade de se constituir uma área voltada especificamente ao tratamento desse fenômeno complexo - uma vez que perpassa diversos campos do saber -, evitando que se simplifique ou se restrinja seu entendimento, aplicando-o somente às questões de interesse de determinada área, como o caso da teoria da informação. Era necessário, nesse momento, uma ciência que desse conta de abarcar o fenômeno em sua integridade e, com o surgimento e impactos trazidos pelos meios de comunicação de massa à sociedade em geral, essa demanda parecia ser ainda mais essencial.

Consideramos que um entendimento amplo sobre o fenômeno do midiativismo encontra sua gênese na autonomização do campo da comunicação e cultura, uma vez que essa separação focada principalmente nos estudos dos meios de comunicação de massa é o que permitirá, também, um estudo específico sobre as formas de resistência aos *mass media* e, conseqüentemente, sobre o que estamos chamando aqui de midiativismo. Porém, a resistência à cultura da mídia implica, na maioria das vezes, uma negação ou oposição a elementos mais gerais da sociedade capitalista em si, mesmo que confira grande peso relativamente às produções, imposições ou apropriações dos instrumentos tecnológicos de comunicação. A independência do fenômeno permite que a área da comunicação e seus meios se tornem cada vez mais autorreferenciados, contribuindo, portanto, para a conformação da própria cultura midiática.

Marx, apesar de não ter se dedicado exclusivamente a esses termos, apresenta sua concepção materialista histórica que certamente baliza a concepção acima. Em *A ideologia alemã*, ele e Engels apontam como alvo de sua crítica os neo-hegelianos que compreendiam “as relações dos homens, o seu inteiro agir e fazer” como produtos de suas próprias consciências, ou seja, operavam uma autonomização dos produtos da consciência, o que, conseqüentemente, exigia, apenas, que se interpretasse diferentemente o mundo. Toda transformação se resumiria a uma mudança de consciência. (MARX; ENGELS, 1983, p. 186)

Os ideólogos neo-hegelianos, apesar de suas frases pretensamente “abaladoras do mundo”, são os maiores conservadores. Os mais jovens entre eles encontraram a expressão correta para a sua atividade quando afirmam lutar tão-somente contra “frases”. Só que eles esquecem que eles mesmos nada contrapõem a estas frases

p. 109), assim: “existe uma fonte ou nascente da informação, da qual por meio de um aparelho transmissor, é emitido um sinal; esse sinal passa por um canal ao longo do qual pode ser perturbado por um ruído. Depois de sair do canal, esse sinal é recebido por um receptor, que o converte em mensagem. Como tal, a mensagem é compreendida pelo destinatário”. Cf. ECO, U. (org.) *Estetica e teoria dell'informazione*, Milano: Bompiani, 1972, p. 10.

senão combatem o mundo existente efetivo quando combatem apenas as frases deste mundo.²⁷

Por um momento é possível pensar que se trata de um exemplo muito remoto, uma discussão restrita à filosofia alemã do século XIX. Entretanto, conceber o mundo como produto da consciência parece ser uma ideia sempre recorrente nas mais diversas áreas do saber. Nesse âmbito, a autonomização do “campo” da linguagem parece ser ilustrativo.

A partir do momento em que a linguística se constituiu como ciência autônoma passou a estudar a linguagem internamente, sem se preocupar, na maioria das vezes, com as relações entre linguagem e sociedade, entre linguagem e os homens que dela fazem uso. A linguística estrutural inaugurada por Ferdinand Saussure tinha como foco a análise das relações internas entre os elementos linguísticos. (FIORIN, 1988, p. 5)

Para Saussure, a língua era definida enquanto sistema e, para tanto, o conceito de signo como uma relação entre significante e significado foi fundamental. A partir dessas abstrações, o sentido do signo deixa de depender de um referente fora da língua e passa a ser determinado por uma relação entre duas grandezas linguísticas: uma acústica, de ordem fonológica, e um conceito, de ordem semântica. (PIETROFORTE; LOPES, 2003, p. 111) Uma discussão decisiva para os estudos da linguagem poderia ser resumida na questão: “seria a estruturação do mundo em categorias algo previamente constituído nas próprias coisas ou dependeria ela das diferentes maneiras de olhar para o mundo?” Em relação à primeira hipótese, partir-se-ia de uma teoria baseada no referente externo à linguagem, supondo que o homem teria acesso direto as coisas independentemente de quaisquer filtros interpostos pela sua inserção sócio-histórica ou cultural. A outra hipótese, a de Saussure, apontaria para uma teoria da linguagem que privilegiaria os diferentes modos de mirar as coisas. Assim, é a partir da língua que se veria as coisas do mundo - o ponto de vista cria o objeto. (PIETROFORTE; LOPES, 2003, p. 113-114)

Essa perspectiva trazida pelo olhar não-referencialista implica uma mudança também na maneira de se entender a “verdade”. Não se trataria mais de invocar como garantia final da verdade “o mundo real” idêntico para todos nós, uma vez que, segundo essa compreensão, se admite que a verdade é sempre uma construção dos homens, sendo necessário, portanto, “acolher seu caráter múltiplo, problemático, variável em função dos pontos de vista humanos.” Alguma garantia de verdade só poderá ser decorrente de “uma assunção intersubjetiva, que é por vocação algo mais cambiante, instável e sujeito a controvérsias. Todo consenso é

²⁷ Ibid., p. 186.

provisório.”²⁸ Guardaria esse entendimento qualquer semelhança com o pensamento pós-moderno atual?

É possível dizer que as ideias de Saussure abriu caminho para diversos estudos que tomaram a linguística como “ciência-piloto” das demais ciências humanas. Alguns teóricos como Lévi-Strauss, Lacan, Barthes transladaram os conceitos da linguística para outros ramos do saber²⁹. (FIORIN, 1988, p. 5) A psicanálise lacaniana foi longe, entendendo a língua como o próprio sistema. Foucault, em entrevista à *La quinzene littéraire*, parece também corroborar essa ideia de sistema:

O ponto de ruptura situa-se no dia em que Lévi-Strauss e Lacan, o primeiro no que se refere às sociedades e o segundo no que respeita ao inconsciente, mostram que o “sentido” não era, provavelmente, mais do que um efeito de superfície, uma reverberação, uma espuma, e o que nos atravessa profundamente, o que estava antes de nós, o que nos sustentava no tempo e no espaço era o **sistema**. [...] Por sistema deve-se entender um conjunto de relações que se mantêm, se transforma independentemente das coisas que essas relações religam. [...] A importância de Lacan está em que ele mostrou como, através do discurso do doente e dos sintomas da sua neurose, são as estruturas, o próprio sistema da linguagem – e não o sujeito – que falam... Antes de toda experiência humana, antes de todo pensamento humano, haveria já um saber, um sistema, que nós redescobrimos... (FOUCAULT, s/d grifos do autor)

Em relação ao pensamento estruturalista saussureano, Sartre (s/d), em entrevista à *L'Arc*, lembra que houve um tempo em que se definia o pensamento independentemente da linguagem, como qualquer coisa de inapreensível, que preexistia à expressão. Indicava, porém, que hoje caía-se no erro inverso. “Querem fazer-nos crer que o pensamento é somente a linguagem, como se a própria linguagem não fosse falada.”

O campo da linguística - e sua variante, a análise do discurso - debruça-se, assim como os jovens hegelianos criticados por Marx, apenas sobre “frases”, tratando os desdobramentos dos acontecimentos reais (sim, isso existe!), apenas como decorrência ou mera expressão do que se passa no plano dos discursos. Para o chamado pensamento pós-moderno, mapear e revelar os discursos também parece ser o limite de toda investigação social e histórica.

Para oporem-se à concepção idealista da história dos jovens hegelianos, Marx e Engels (1983, p. 187 et. seq.) irão partir das relações concretas dos homens, da produção dos seus próprios *meios de vida*. Para eles, o que os homens são coincide com sua própria produção, com o *que* produzem e com o *como* produzem, ou seja, depende das condições materiais da sua produção.

²⁸ Ibid., p. 116-117.

²⁹ Contemporaneamente, Eugenio Bucci (2010) utiliza os estudos de Saussure e as ideias de Mikhail Bakhtin tentando operar uma reconciliação entre ambos.

Inteiramente em oposição à filosofia alemã que desce do céu para a terra, aqui se sobe da terra para o céu. Em outras palavras, não se parte do que os homens dizem, imaginam, se representam, também não de homens ditos, pensados, imaginados, representados, para daí se chegar aos homens de carne e osso; parte-se dos homens efetivamente ativos e a partir do processo efetivo de vida deles é também apresentado o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida. Também as imagens nebulosas no cérebro dos homens são sublimações necessárias do seu processo material de vida, empiricamente constatável e ligado a pressupostos materiais. Com isso a moral, religião, metafísica e qualquer outra ideologia e as formas de consciência correspondentes a elas, não matêm mais a aparência de autonomia. Não têm história, não têm desenvolvimento, mas desenvolvendo a sua produção material e o seu intercâmbio material os homens mudam, com esta sua realidade efetiva, também o seu pensamento e os produtos do seu pensamento. Não a consciência determina a vida, mas a vida determina a consciência. No primeiro modo de consideração parte-se da consciência como o indivíduo vivo, no segundo, corresponde à vida efetiva, parte-se dos indivíduos vivos efetivos e considera-se a consciência apenas como consciência deles.³⁰

A forma de intercâmbio dos homens é condicionada pela produção, e essa produção, por sua vez, sempre ocorre em condições determinadas. Esse intercâmbio só se faz presente com o aumento da população, que é ao mesmo tempo resultado e causa do desenvolvimento das forças produtivas. A população cresce sempre num movimento de suprir suas necessidades e, nesse sentido, opera-se uma divisão do trabalho que objetiva suprir as necessidades daquele determinado estágio de desenvolvimento da sociedade, resultando, ao mesmo tempo, num aumento populacional e na produção de novas necessidades. (MARX; ENGELS, 1983, p. 187-188)

Assim, a produção social da vida é social porque depende da cooperação de vários indivíduos, não importando sob que condições, de que modo e para que finalidade.³¹ “Um determinado modo de produção ou estágio industrial está sempre unido a um determinado modo de cooperação ou estágio social”. Este modo de cooperação é ele mesmo uma “força produtiva” e a quantidade das forças produtivas acessíveis aos homens condiciona o estado social, portanto, a “história da humanidade” precisa ser trabalhada e estudada sempre em conexão com a história da indústria e da troca.³² Um determinado estágio de desenvolvimento das forças produtivas está sempre unido a determinadas relações sociais, e essas relações sociais são elas mesmas forças produtivas. Nesse sentido, é importante observar que dentro da perspectiva de se compreender o momento histórico recente do midiativismo deve-se passar, necessariamente, pelo entendimento das dinâmicas sociais do capitalismo contemporâneo.

³⁰ Ibid. p. 193.

³¹ Nesse sentido, a insistente ideia de um trabalho “colaborativo” em rede que estaria ocorrendo hoje como “a mais nova forma de produção”, parece ignorar que toda atividade produtiva é social exatamente porque depende da colaboração de outros para se viabilizar.

³² Ibid. p. 196.

Em relação a se fazer da linguagem uma realidade autônoma como os filósofos idealistas fizeram com o pensamento, Marx e Engels indicam que nem o pensamento nem a linguagem constituem um domínio autônomo, uma vez que são expressão da vida real.

Os autores apontam a consciência do homem não como uma consciência pura, mas completamente afetada pela matéria, que aqui se faz presente na forma de linguagem. "A linguagem é tão velha quanto a consciência", para eles, "a linguagem é a consciência efetiva, prática, também existente para outros homens, portanto, também existente para mim mesmo, e assim como a consciência, a linguagem surge somente da necessidade, da emergência de intercâmbio com outros homens." A consciência é um produto social, ela se desenvolve conforme a produção material e social da vida. A partir do instante que se instaura uma divisão do trabalho material e intelectual é que a consciência pode efetivamente imaginar que é algo outro do que a consciência da prática existente.³³

Raymond Williams (1979, p. 35), a exemplo dessa discussão, acredita que essa explicação é compatível com a ênfase sobre a linguagem como uma atividade prática, constitutiva. É precisamente o sentido da linguagem como elemento indissolúvel da autocriação humana, nos diz ele, que dá um significado aceitável à sua descrição como constitutiva. "Fazer com ela *preceda* a todas as outras atividades correlatas é pretender algo bastante diferente." Assim, nos explica que

O que Marx e Engels dizem, na realidade, nesse trecho, indica simultaneidade e totalidade. As relações históricas "fundamentais" são consideradas como "momentos" ou "aspectos", e o homem então também possui consciência. Mais ainda, essa linguagem é material: as "agitadas camadas de ar, sons" que são produzidos pelo corpo físico. Não se trata, então, de uma questão de prioridade temporal da "produção da vida material", considerada como um ato à parte. O modo caracteristicamente humano dessa produção primariamente material foi marcado por três aspectos: necessidades, novas necessidades e reprodução humana – "não para serem tomadas, é claro, como três fases diferentes... mas... que existiram simultaneamente desde o alvorecer da história de hoje". A humanidade que marcou esse desenvolvimento é expressa, então, pelo quarto "aspecto", o de que essa produção é desde o início também uma relação social. Envolve, então, desde o início e como elemento necessário, aquela consciência prática que é a linguagem. (WILLIAMS, 1979, p. 35)

Entretanto, Williams nos alerta para a forma como aquilo que começa como um modo de análise dos aspectos de um processo total se desenvolve na direção de categorias filosóficas ou naturais, como – "simples afirmações materialistas que conservam a separação idealista entre 'linguagem' e 'realidade', invertendo-lhes a prioridade" – e no sentido de categorias históricas, na qual há, primeiro, a produção material social e então (em lugar de também) a linguagem. O autor

³³ Ibid. p. 196-197.

estava se referindo a um tipo de marxismo que fez essa redução em suas exposições sobre a consciência e em sua análise das atividades linguísticas práticas que foram agrupadas sob as categorias de “ideologia” e “superestrutura”. Assim, a linguagem foi perdendo decisivamente sua definição como atividade constitutiva. Nesse sentido, o autor aponta que devemos acrescentar à definição da linguagem como constitutiva, uma outra igualmente necessária do desenvolvimento da linguagem – ao mesmo tempo individual e social – ou seja, histórica e socialmente constituidora. O que permite compreender um processo dialético: “a consciência prática em transformação dos seres humanos”, na qual os processos tanto evolucionário como histórico podem ter peso, mas também dentro do qual eles podem se distinguir, nas variações complexas do uso prático da linguagem.³⁴

Williams ponderou sobre uma transposição mecanicista do método dialético por alguns marxistas, fato que levou os críticos dessa linha de pensamento a apontá-la como meramente economicista, conferindo rigidez aos conceitos de Marx de “base e superestrutura”. O autor observa que é interessante iniciarmos do ponto de vista teórico que parte da proposição de que a existência social determina a consciência. Marx, como já demonstramos, recusa-se a admitir a existência de uma consciência abstrata determinante e coloca a determinação na própria atividade humana. No entanto é preciso compreender a noção de determinação da qual falara Marx.

Para Williams³⁵ não se trata de uma concepção teológica em que uma “causa externa” prefigura e controla as atividades seguintes, mas sim de uma prática social, uma “noção de determinação como algo que estabelece limites e exerce pressões.” Ele critica aquela concepção usual de que a superestrutura seria reflexo, imitação ou reprodução do que acontece na base. Porém, a própria tradição marxista, segundo ele, já teria feito restrições a esta abordagem, sugerindo a noção de “mediação”, que seria diferente de reflexo ou reprodução, pois ocorreria de “forma efetiva.” Indica ainda que a “base” também tem sido um conceito visto com pouco cuidado, uma vez que aparece, frequentemente, quase como um objeto, uniforme e estático. Um dos grandes problemas é que em algumas proposições do século XX, o conceito de “base” passou a incluir uma aceção limitada de “indústria de base”.

Especificamente sobre o conceito de base, ignora-se que as relações estruturais comportam contradições profundas nas relações de produção e nas consequentes relações

³⁴ Ibid. p. 49.

³⁵ Idem, 2005, p. 212

sociais. Há "por isso a possibilidade de contínua variação dinâmica de tais forças." (Williams, 2005, p. 213)

[...] nós temos de reavaliar "base" não como uma abstração econômica ou tecnológica fixa, mas como as atividades específicas de homens em relações sociais e econômicas reais, que contêm contradições e variações fundamentais, e por isso estão sempre em estado de processo dinâmico.

Williams afirma que as dificuldades da proposição vulgar de base e superestrutura deu lugar à ênfase em uma "totalidade" social, concepção geralmente associada a Lukács. Explica que esse conceito é comparável à noção da existência social determinando a consciência, mas não interpreta necessariamente esse processo em termos de base e superestrutura. Como considera fácil que a noção de totalidade seja esvaziada do conteúdo essencial da proposição marxista, ou seja, que se exclua o caráter classista de uma determinada sociedade, aponta que deve-se combinar esse conceito à noção de hegemonia desenvolvida por Gramsci, uma vez que essa enfatiza o fato da dominação. Deixa claro, todavia, que a noção de hegemonia não é algo unívoco, mas que, de fato, suas próprias estruturas internas são altamente complexas e têm de ser renovadas, recriadas e defendidas continuamente, assim como podem ser continuamente desafiadas e em certos aspectos modificadas.³⁶

O autor aponta os estudos da escola de linguística de Leningrado, que ficou conhecida como "círculo de Bakhtin", como importantes avanços para uma teoria marxista da linguagem. Williams, no entanto, credits a Volosinov (ou na edição brasileira Volochinov) a autoria de *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, que tempos depois descobriram ter sido escrito pelo próprio Bakhtin.³⁷

Na perspectiva apresentada em *Marxismo e filosofia da linguagem* (1992), Bakhtin estabelecia uma relação crítica com Saussure, mantinha o conceito de signo do genebrino, porém, questionando o caráter arbitrário que esse tinha na linguística estruturalista. Volosinov (Bakhtin) recuperava a ênfase na linguagem como atividade, como consciência prática (nos termos de Marx e Engels) esses termos, a linguagem nem pode ser simples "reflexo" ou "expressão" da "realidade material". Mas uma compreensão dessa realidade através da linguagem que, como consciência prática, que consagra está saturada por toda atividade social e a satura, inclusive, a atividade produtiva. (Williams, 1979, p. 41)

Bakhtin (1992), ao contrário da "linguística unificante, consagrada como sistema sincrônico homogêneo", valorizava a fala a enunciação, afirmando sua natureza social, não

³⁶ Ibid., p. 212 et. seq.

³⁷ Idem, 1979, p. 41-49.

individual: “a fala está indissoluvelmente ligada às condições da comunicação, que, por sua vez, estão sempre ligadas às estruturas sociais.” (YAGUELLO, 1992, p. 14)

Como essa compreensão é social e contínua (e não numa distinção entre “linguagem” e “realidade material”), ela ocorre dentro de uma sociedade ativa e em transformação. A própria criação social de significados por meio do uso de signos é uma atividade material prática, é uma forma específica dessa consciência prática que é inseparável de toda atividade social material. Não é, como apontou o formalismo e o idealismo, uma operação da, e dentro da, “consciência”, que então se torna um estado ou processo à parte, *a priori*, da atividade social material. Ao contrário, é um processo material característico (socialmente criado) e está envolvida desde o início em todas as outras atividades sociais e materiais. A qualidade de um signo (ou como prefere Williams, de um elemento significativo de uma linguagem) é ser eficiente na comunicação, uma fusão genuína de um elemento formal e um significado, mas também que, como função de atividade social continuada, é capaz de modificação e desenvolvimento.

É possível se questionar o que toda essa discussão sobre como conceber a linguagem, nem autonomizando-a nem como mero reflexo da base econômica, interessa exatamente para nossa discussão. Ora, a autonomização dos campos de estudos já se encontram tão avançadas que é mesmo provável esquecer-se de que a comunicação só ocorre através da linguagem. Portanto, todas as ponderações feitas até aqui indicam a maneira sobre a qual nos propomos a pensar o fenômeno da comunicação, ou mais especificamente, do midiativismo.

Como vimos, à semelhança da configuração do campo de estudos da linguística, o campo da comunicação e cultura (muitas vezes também entendidos de forma separadas) partia igualmente da constatação da complexidade do seu objeto.

A tentativa de unificar e homogeneizar o campo específico da comunicação parte da reunião do que ficou conhecido como *communication research* ou das pesquisas de comunicação que vinham sendo realizadas desde o início do século XX³⁸, principalmente nos EUA. Relacionadas aos campos administrativos, essas partiam das pesquisas de opinião e se focavam nos efeitos e funções dos meios de comunicação de massa (publicidade e propaganda, sobretudo) na chamada sociedade de massa.

³⁸ A teoria hipodérmica, por exemplo, representou a primeira reação ao surgimento dos *mass media*, provocada entre estudiosos de várias proveniências. Ela coincide com o período das duas guerras mundiais e com a difusão em larga escala das comunicações de massa e foi caracterizada tanto pela novidade desses meios como pela conexão desse fenômeno com os regimes totalitários desse período. Esse modelo sustentava que “todo membro do público de massa é pessoal e diretamente ‘atacado’ pela mensagem” (Wright, 1975 apud Wolf, 2008, p. 4). Essa teoria sustentava uma “conexão direta entre a exposição às mensagens e o comportamento: se uma pessoa é atingida pela propaganda, pode ser controlada, manipulada, induzida e agir.” Algumas teorias subsequentes tentaram superar o modelo proposto pela teoria hipodérmica behaviorista de estímulo-resposta. (Wolf, 2008, p. 4-11).

Wolf (2008, p. 72 et. seq.) aponta que a teoria crítica desenvolvida pelos filósofos da chamada Escola de Frankfurt levantava contradições importantes em relação aos estudos de comunicação que vinham se desenvolvendo na sociedade americana, contrapondo-se radicalmente às disciplinas que, ao se setORIZAREM, não conseguiam interpretar os fenômenos sociais em sua complexidade. O debate sobre a crise dos estudos da mídia teve como tema relevante o contraste entre pesquisa estrutural-funcionalista e teoria crítica.

O que nos parece mais importante em relação a esse debate é compreender o que estava na base dessa divergência supracitada, ou seja, as diferenças metodológicas entre empirismo e dialética. Para tanto, um caso exemplar dessa contenda ficou evidenciado na tentativa de Lazarsfeld, “pai fundador” dos estudos de comunicação de massa, convidar Adorno para participar de uma pesquisa em relação ao efeito do rádio sobre o ouvinte. (FREDERICO, 2008) Esse projeto, obviamente, fracassou, já que os envolvidos partiam de métodos radicalmente opostos, contudo, iremos retomar rapidamente essa história, pois, - além de nos oferecer importantes elementos para a compreensão do surgimento das pesquisas de comunicação - acreditamos que os apontamentos de Adorno sobre o método dialético deve inspirar todo nosso trabalho sobre o midiativismo.

Uma das primeiras pesquisas realizadas por Lazarsfeld (1969 apud FREDERICO, 2008, p. 158), sobre "as razões que levam as pessoas a escolherem uma determinada marca de sabão" fizeram-no afirmar uma "equivalência metodológica entre o voto socialista e a compra de sabonetes". Nesse sentido, Frederico observa:

Por essa frase, pode-se perceber que a sociologia, para ele, deve concentrar-se nos «processos de escolha» e que a decisão ocorre independentemente dos condicionamentos sociais e dos conteúdos. Tanto faz voto socialista ou compra de sabão: «o método tornou-se autônomo» e, conseqüentemente, a formulação da pesquisa torna-se independente dos conteúdos aos quais é aplicada. O método, sendo científico e, portanto, neutro, paira sobre todos os objetos e os enquadra. Como um passaporte universal, ele permite ao conhecimento entrar em qualquer território e capturar o objeto. É uma chave que abre todas as portas.³⁹

Pelo menos dois elementos que guiam a perspectiva de Lazarsfeld merecem nossa atenção: a necessidade de informações para orientar e influenciar o público e a autonomização do método. Poderíamos dizer que o surgimento do campo da comunicação se relacionou a uma necessidade de se elaborar pesquisas que permitissem conhecer o comportamento dos consumidores dos *mass media*, para assim, encontrar a melhor maneira de orientar e influenciar em suas escolhas. Para tanto, adotava-se um método que focava-se apenas nos objetivos

³⁹ Op. Cit. p. 158

imediatos da pesquisa, ou seja, recortava-se o objeto, autonomizando-o dos processos históricos e relações sociais aos quais pertencia. Isso implica que os efeitos, funções (e hoje as pesquisas se voltam mais aos usos) dos meios de comunicação, então, são tomados como objetos dotados de autonomia e seu tratamento exige - em substituição às análises sobre a estrutura da sociedade acusadas de serem "ideológicas" - as técnicas cientificamente "neutras" e "racionais" do "empirismo sociológico" para enquadrar as "ações individuais" e alcançar os objetivos "imediatos" das pesquisas. A teoria da sociedade, mais uma vez, cede espaço à estatística, nota Frederico.⁴⁰

Dessa maneira, Frederico nos lembra que "a tradição empírica americana entende método como 'técnica de pesquisa', procedimentos formais adotados nas investigações empíricas" e pontua que Adorno denunciava que tal pensamento duplicava a realidade reificada em vez de separar-se dela para exercer a crítica do existente, colocando-se assim contra a especulação (razão dialética) e à sociologia clássica⁴¹. Consequentemente, apega-se aos fatos e renuncia-se à investigação do "sentido social", da "essência" dos fenômenos estudados.

Relembrando o que apontamos anteriormente sobre as ideias de Marx, parte-se da realidade concreta, dessa maneira, não existe "campos da realidade", portanto, não se pode existir um método externo e *a priori* a essa realidade.

O procedimento seguido na pesquisa sobre a reação dos ouvintes diante da música clássica que aproximou Adorno e Lazarsfeld demonstra essa autonomização do método (FREDERICO, 2008, p. 163):

Como pesquisar a reação dos ouvintes da música clássica transmitida pelo rádio? Seguiu-se o procedimento habitual da sociologia empírica: um grupo de pessoas é selecionado e submetido a testes. Lazarsfeld inventou um aparelho, o *Program Analyser*, para detectar e medir a reação dos ouvintes. Os ouvintes, postos numa situação experimental enquanto ouviam música pelo rádio, manifestavam, de forma «imediate», sua reação. O aparelho continha dois botões: *likes* e *dislikes*, que eram acionados durante a audição para manifestar agrado ou desagrado. Em seguida, os ouvintes eram entrevistados e convidados a verbalizar suas opiniões.⁴²

⁴⁰ Ibid., p.159-160.

⁴¹ É importante enfatizar que a tese de Adorno e Horkheimer em *A dialética do esclarecimento* (2006) partia da suspeita de que o projeto do iluminismo estava fadado a voltar-se contra si mesmo e transformar a busca pela emancipação humana num sistema de opressão universal em nome da libertação humana. Não podemos nos esquecer de que o início do século XX que estavam presenciando contava com as trágicas experiências dos campos de concentração e esquadões da morte, militarismo e duas guerras mundiais, ameaça de aniquilação nuclear e ainda Hiroshima e Nagasaki. Escreviam, portanto, sob as sombras da Alemanha de Hitler e da Rússia de Stálin, alegando que a lógica que se ocultava por trás da racionalidade iluminista era uma lógica da dominação e da opressão. A ânsia por dominar a natureza envolvia o domínio dos seres humanos. A revolta da natureza que apresentavam como única saída tinha de ser concebida como uma revolta da natureza humana contra o poder opressor da razão puramente instrumental sobre a cultura e a personalidade. (Harvey, 2006, p.23-24) É sob a luz desses apontamentos que temos que compreender a crítica da Indústria Cultural formulada pelos filósofos em questão.

⁴² Impossível não relacionar o aparelho de Lazarsfeld com seus botões *Likes* e *Dislikes* com a rede social Facebook, na qual os usuários manifestam seus gostos e avaliações através do botão, conhecidamente, *Like* (curtir) e, se gostam muito, do botão *Share* (compartilhar). Voltaremos a essa aproximação em outros momentos.

Adorno, entretanto, pontua que o desejo de objetividade a ser garantida pelos fatos não se realiza, uma vez que a pesquisa empírica acaba se fixando apenas nas respostas dos questionários, restringindo-se à objetividade do método e não dos fenômenos estudados. Assim, segundo Frederico, “sanciona o primado do método sobre o objeto” ⁴³. Estaríamos, portanto, perante “um instrumento de investigação que decide em virtude de sua própria formulação, o que é o próprio objeto – em suma, um círculo vicioso” (ADORNO, 1973b apud FREDERICO, 2008, p. 161)⁴⁴. Com isso, patenteia-se a predominância das questões de método sobre as de conteúdo.

É nesse sentido que nos baseamos na discussão até aqui relatada entre empirismo e dialética para apontar também os pressupostos metodológicos de nossa pesquisa, uma vez que não podemos encarar o método a priori, separado do próprio conteúdo, por isso não faria sentido apresentar nesse trabalho um capítulo inicial somente para explicitar os procedimentos metodológicos dessa pesquisa separando-o do o próprio conteúdo tratado por nós que, como já dissemos, não pode ser pensado independentemente das relações sociais nas quais se insere. Obviamente que não se quer com isso negar totalmente a pesquisa empírica, ao contrário, sabemos de sua importância ao partir da realidade concreta, o problema é se limitar, como o positivismo, à descrição do real tal como ele se encontra empiricamente, autonomizando o método das relações sociais como um todo.

Contrapondo-se a esse método, Adorno aponta a dialética como forma de "romper com o falso isolamento dos indivíduos-átomos e da correspondente visão de uma generalidade abstrata", reivindicando "a totalidade – conceito estruturador da própria realidade e do pensamento". Exemplifica-o da seguinte maneira:

o que é um operário é preciso «antes» saber o que é a sociedade capitalista. Um olhar imediato apenas constata que aquele indivíduo é um trabalhador. Mas, como tal, ele não se distingue de outros trabalhadores, como o escravo e o servo da gleba, personagens do mundo escravista e feudal. Mas, também, não se distingue de um trabalhador autônomo da sociedade capitalista. Somente um conhecimento prévio da totalidade (a sociedade capitalista), aquela em que vigora o trabalho assalariado, permite definir com exatidão o que vem a ser um operário. (Frederico, 2008, p. 162)

A dialética, portanto, busca explicitar as conexões entre as partes e o todo, num sentido inverso do positivismo. A prioridade do todo sobre as partes, por sua vez não significa que esse todo "seja um dado prévio, imóvel, uma figura fixa." Trata-se da compreensão de que a sociedade é um "processo" e, por isso, não pode ser captada "imediatamente".

⁴³ Ibid. p. 161.

⁴⁴ Cf. ADORNO, T. *La disputa del positivismo en la sociología alemana*. Barcelona: Grijalbo, 1973b, p. 125.

Quando se trata da crítica à 'immediatez', é possível estabelecer a vinculação de Adorno com Hegel. Em *Filosofia da religião*, Hegel afirmou que "'não há saber imediato' e que a mediação não é um artifício do pensamento, mas elemento constitutivo e integrador da realidade."⁴⁵

Lukács (1974 apud FREDERICO, 2008, p. 162), em *História e consciência de classe*, importante fonte de Adorno, faz notar Frederico, compreende a categoria da mediação "como alavanca metodológica para ultrapassar a simples imediatidade da experiência" não sendo, portanto, "algo importado do exterior (subjetivamente) para os objetos (...)", mas "a manifestação de sua própria estrutura objetiva"⁴⁶

As relações entre "mediação" e "immediatez" estão no centro das diferenças que tornaram impossível a colaboração de Adorno com Lazarsfeld, pois, ao reivindicar o estudo simultâneo dos elos que compõem a totalidade (a "estrutura da sociedade"), o filósofo alemão adere ao conceito de mediação entendido "rigorosamente no sentido hegeliano". Assim sendo, segundo Frederico, o autor arremata, "a mediação está na própria coisa, não sendo algo acrescido entre a coisa e aquelas às quais ela é aproximada" (Adorno, 1986 apud Frederico, 2008, p. 163)⁴⁷. A audição da música, segundo esse raciocínio, não é um ato que possa ser isolado pela análise: é uma experiência mediada por toda a vivência social.

É nesses termos que compreendemos que o midiativismo também deve ser considerado como uma experiência que é perpassada por toda a "vivência social", por isso a necessidade de se compreender seu processo de formação e suas formas de produção e apropriação das mídias à luz das dinâmicas de exploração do modo de produção capitalista contemporâneo.

Algumas tendências recentes das pesquisas de comunicação e cultura acabam por se fundamentar numa outra ideia de mediação⁴⁸. O conhecido estudo *Dos meios às mediações* de Jesús Matin-Barbero (2001)⁴⁹, pode ser um bom exemplo. A linha de estudo na qual Barbero se insere é chamada de estudos da recepção, uma abordagem que privilegia as conexões entre comunicação e cultura, "deslocando o eixo da análise dos meios, produção, gêneros e mensagens em direção aos processos da decodificação, interpretação e/ou apropriação da

⁴⁵ Ibid. p. 162.

⁴⁶ Cf. LUKÁCS, G. *História e consciência de classe*: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

⁴⁷ Cf. ADORNO, T. Teses sobre a sociologia da arte. In: COHN, Gabriel (org.), *Theodor W. Adorno*. S. Paulo: Ática, 1986.

⁴⁸ Signates (2006 apud Wottrich; Silva; Ronsini, 2009, p. 2), ao analisar os usos da palavra "mediações" na obra de Barbero revela considerável imprecisão conceitual. Segundo este autor, "ora apreende-se o conceito enquanto categoria teórica ou discursividade específica, ora como estruturas, formas e práticas de vinculação." Em outro momento, "mediações" dizem respeito "à instituição ou local geográfico e aos dispositivos de viabilização e legitimação da hegemonia". Dessa maneira, segundo Signates, é possível compreender que os deslocamentos conceituais de Barbero "assinalam a fragilidade epistemológica do campo da comunicação a qual, por outro viés, pode ser tomada como seu principal valor heurístico."

⁴⁹ Cf. BARBERO, J. M. *Dos meios às mediações*: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

cultura da mídia pelas audiências.” (WOTTRICH; SILVA; RONSINI, 2009, p. 1) A “teoria da recepção”, segundo Lopes (2005, p. 69), conforma-se, sobretudo, a partir das contribuições de autores latino-americanos e brasileiros, desenvolvendo “pesquisas empíricas sobre leitura crítica dos meios, recepção de telenovela, lazer e cotidianidade, usos populares dos meios, culturas urbanas e outras”, que estariam “desmontando as teses de passividade e de manipulação dos receptores pelos MCM [meios de comunicação de massa]”. A autora compreende que, dessa maneira, estariam “envolvidos em retomar a unidade do objeto da comunicação, evitando o parcelamento e o reducionismo na análise de seus componentes”.

Ao contrário, nossa proposta, sobre a utilização das mídias por ativistas engajados em atividades político-culturais – o que convencionamos chamar de midiativismo, não se deve restringir apenas em descrever como indivíduos e coletivos “codificam e decodificam” ou “ressignificam” as mídias sociais para promoverem crítica, protestos, manifestações, intervenções artísticas e outros tantos eventos possíveis. Trata-se de compreender a “totalidade” que se revela nesse processo, ou seja, seguindo o método dialético, não se limitar à relação imediata de apropriação das mídias pelos ativistas, mas compreender o processo histórico-social que conformou esse tipo de prática e o processo político-econômico que a produção ativista com essas mídias encerra.

Para fechar esse tópico, resta ainda dizer que a tendência contemporânea dos estudos da comunicação que se opõe radicalmente às análises da teoria crítica, apontando-as como “teses da passividade e de manipulação dos receptores pelos meios de comunicação”, encontram, curiosamente, como base de apoio, outro autor de linhagem marxista para se referenciar, Antonio Gramsci.

Para Lopes (2005, p. 61), as preocupações dos frankfurtianos concentravam-se no destino das formas “altas” de cultura dentro da sociedade moderna e outorgaria apenas a elas “a condição de meios de transformação da sociedade por desenvolverem formas de consciência crítica.” Com isso, afirma a autora, “desenvolvem a rejeição pessimista do proletariado, visto como uma vítima subserviente da cultura reificada, sem qualquer condição de resistência senão a de integrar o público consumidor de ideologia.” Para ela, o eixo da análise da Escola de Frankfurt é sempre o “binômio cultura erudita-cultura de massas”, e é marcado pela ausência das categorias populares de cultura, em que pese a exceção de W. Benjamin.

Voltando à exposição de Lopes (2005, p. 63), “a contribuição mais importante dentro do paradigma marxista se encontra em Gramsci, justamente por este se apoiar no binômio cultura hegemônica-culturas subalternas”. Para a autora seria essencial pensar “a cultura de massa em

interpenetração com a cultura popular⁵⁰, considerando a participação e a presença das formas populares na cultura moderna que não seja na condição de objeto de alienação e manipulação.”

Lopes (2005, p. 65) nos diz que o popular, de acordo com a reflexão de Gramsci, deve ser estudado como posição relacional e não como algo isolado em si mesmo. Ele é abordado em contraposição à cultura oficial e, inclusive, em outros tipos de “popular” existentes no mesmo espaço social. Ela afirma que “a assunção ou reinterpretação pelo popular se faz a partir de seus esquemas básicos de percepção, ação e valorização em virtude de sua posição na estrutura de classes”, o que envolveria uma competência cultural, enquanto gramática ou sintaxe da produção cultural socialmente produzida em contraposição à das classes dominantes.

Sustenta, portanto, que a contraposição não deve ser feita apenas à base da análise dos conteúdos, “mas da caracterização das condições sociais de produção e consumo dos produtos culturais.” É nesse ponto que as teorias contemporâneas brasileiras e latino-americanas se fundamentam. Essa ideia de consumo, de acordo com a autora, é fundamental para a investigação do popular em comunicação, “pois estabelece a ruptura com a concepção do consumo como pólo sempre determinado e, portanto, passivo com relação aos pólos de produção e da mensagem e até do meio de comunicação de massa.”

O consumo passa a identificar o espaço da cotidianidade com suas formas não-explicitas de luta e de resistência e abre possibilidades para investigar concretamente as formas de refuncionalização, desarticulação e rearticulação da cultura popular dentro dos modos específicos de dominação no interior da formação social. [...] Abre a linha de investigação sobre a condição da cultura da subalternidade não como residual, mas como atual.

Para Eduardo Granja Coutinho (2008, p. 42-43), as categorias gramscianas quando incorporadas pela comunicação, assim como por outras disciplinas acadêmicas, são esvaziadas de seu “conteúdo e potencialidade originais em função do desprezo e/ou da explícita ignorância por parte daquelas ciências e disciplinas das bases elementares da crítica da economia política que estariam na raiz da formulação de Gramsci”, assim reduzem-na a uma impotente crítica da cultura, mais adequada à “sensibilidade pós-moderna”.

O autor cita como exemplo outro ícone da área de comunicação e cultura, Néstor García Canclini, sobretudo em produções mais recentes como *Consumidores e Cidadãos* (1995).

Em suas reflexões sobre as relações entre comunicação e cultura, comparece a categoria gramsciana de sociedade civil compreendida como lugar de embate cultural – um espaço de construção de identidades e subjetividades. No entanto, à medida que o autor desconsidera as relações materiais de produção e, portanto, não reconhece a identidade de classe (a ideologia orgânica dos grupos que exercem uma

⁵⁰ Como exemplo da participação da cultura das classes populares na formação da cultura moderna no Brasil, a autora cita o Grupo Sílvia Santos (TVS) que, “com base no consumo das classes CDE, possui hoje a segunda rede do país.” (O livro é de 2005).

função básica num modo de produção), a sociedade civil, conseqüentemente, já não lhe aparece como uma das instâncias da luta de classes. Sua análise de viés culturalista tende a obscurecer o caráter contraditório das forças sociais que formam a sociedade civil. É evidente que se projeto, ao contrário do de Gramsci, não envolve a transformação estrutural da sociedade: limita-se a “reconstruir, a partir da sociedade civil e do Estado, um multiculturalismo democrático” (Canclini, 1995, p. 265). É sintomático que ele proponha uma “redefinição da sociedade civil” como “comunidade de consumidores”, um conjunto de pessoas que compartilham gosto e pactos de leitura em relação a certos bens (gastronômicos, desportivos, musicais), os quais lhes fornecem identidades comuns” (COUTINHO, 2008, p. 43)

Apesar da longa citação, acreditamos que a crítica de Coutinho venha de encontro com nossa percepção sobre essa linhagem de estudos. Coutinho sugere que a “potencialidade original” das reflexões de Gramsci sobre a comunicação consiste, justamente, em relacioná-la com a totalidade da vida social, compreendendo-a como cultura, práxis interativa, mediação entre sujeito e objeto.

* * *

Um dos nossos objetivos é compreender o momento em que essa intrínseca relação possivelmente se perdeu, fazendo com que a unidade entre *lutas sociais* e *comunicação* se desmembrasse, e aparatos passassem a ganhar uma importância autonomizada. Nessa lógica invertida, a comunicação deixa de ser considerada um momento, entre outros, das lutas sociais, e as lutas sociais, por sua vez, passam a ser apenas um momento do cotidiano dos usuários das mídias sociais.

Curiosamente, no mesmo passo em que os estudos comunicativos e as práticas políticas focadas nos meios de comunicação reclamam sua autonomia, a cultura, a arte e a comunicação tendem a confluir com os processos econômicos, e, por consequência, inserirem-se na lógica de valorização do capitalismo. É certo que Adorno e Horkheimer (1985), ao teorizarem sobre a Indústria Cultural partindo de uma outra chave de entendimento, já estavam observando em alguma medida esse fenômeno. Suas contribuições, ainda hoje, são úteis para refletir criticamente sobre o tema da expansão das NTIC, que geralmente vem acompanhado de noções que não problematizam a “racionalidade técnica”, para usar os termos dos teóricos alemães. Frederic Jameson (1996, p. 74), posteriormente, chamaria atenção para o processo de “dissolução da esfera autônoma da cultura”, que deveria ser pensada em termos de uma “prodigiosa expansão da cultura por todo o domínio do social, do valor econômico e do poder do estado às práticas e à própria estrutura da psique”.

Referência entre os entusiastas do “novo ativismo”, Giuseppe Cocco (2010), por sua vez, argumenta que a comunicação encontra uma nova centralidade: ela não desempenha

apenas um papel de reprodução e legitimação das relações de exploração próprias do processo de produção, pois as relações de produção como um todo dependem da comunicação. Ao mesmo tempo, as redes integradas de circulação e produção atravessam a esfera da comunicação, transformando radicalmente seu modo de funcionar. A nova centralidade da comunicação (o fato de que toda a produção depende de sua dinâmica) implica: por um lado, que ela se torne o terreno fundamental de controle e mobilização de um trabalho que não coincide mais com o emprego; por outro, que todo tipo de trabalho se torne comunicativo e carregue consigo um potencial de liberdade sem precedente – diz ele. Nessa clivagem de tipo novo, a democratização da mídia se torna o terreno potencial de luta e produção do trabalho em geral. Argumentações como a de Cocco aparecem de alguma maneira também em autores que se entusiasmaram com as pretensas possibilidades democráticas trazidas pela interatividade da rede, os gurus utópicos da web 2.0, segundo a crítica de Carlos Formenti (2011). As filosofias do *software livre* de Richard Stallman, a do *open source* de Linus Torvalds, o elogio à pirataria, à *wiki* e a sociedade em rede de Castells parecem conformar um campo de estudos e crenças midiocêntricas.

O que conforma o midiativismo que nos propomos analisar é a concepção teoricamente referenciada e relacionada "a um novo agir numa sociedade caracterizada pela *cultura digital*" que, segundo André Lemos, professor da Universidade Federal da Bahia, "é a cultura que se forja a partir do surgimento da internet e da popularização da microinformática iniciada no final dos anos 1970" e que se baseia na recombinação e na colaboração, alastrando-se pelo planeta e produzindo um "curto-circuito em todas as esferas: comportamento, economia, artes, mídia e, evidentemente, política". (Savazoni, junho de 2011, p. 22). É nesse cenário que se propaga a ideia do surgimento de um novo tipo de luta, conforme Rodrigo Savazoni (2011, p.22), em que: "pessoas conectadas em rede transformam a forma como a política é feita. Dessa articulação, surgem os movimentos sociais da cultura digital".

Isso nos remete a um confronto com as ideias de Michael Hardt e Antonio Negri (2000; 2005), que parecem crer no potencial da *resistência em rede* baseada na *produção do comum* da *multidão*. Esses teóricos são bastante difundidos entre os midiativistas e podemos dizer que seus apontamentos vão de encontro com as formulações de Giuseppe Cocco, já apontadas parágrafos atrás. Ou seja, para os autores, uma forma específica de produção e cooperação, evidenciada a partir dos anos 1970, haveria contribuído de maneira decisiva para o surgimento de uma "resistência em rede", operada por um novo sujeito político, a *multidão*. A crescente tendência da "hegemonia do trabalho imaterial", que se caracterizaria pela produção

de bens imateriais, tais como "a informação, o conhecimento, ideias, imagens, relacionamentos e afetos", que transborda o âmbito estritamente econômico, já que as qualidades e as características dessa produção tenderiam hoje a transformar as outras formas de trabalho e mesmo a sociedade como um todo, é, conforme os autores, "biopolítica", isto é: "produz diretamente relações sociais, orienta para a criação de formas de vida social; tornando-se, assim, uma força social, cultural e política". É a partir da produção biopolítica e da expansão do *comum* que se estaria gerando uma riqueza social não mais ocorrente sob o comando do capitalismo, e é aí que se assentaria hoje a possibilidade de democracia radical para esses autores. O problema é que, de acordo com essa abordagem, a teoria do valor-trabalho marxiana não mais daria conta das relações de produção da contemporaneidade. Esse entendimento peculiar das formas capitalistas e a visão positiva sobre as possibilidades democratizantes da hegemonia do trabalho imaterial nos fazem acreditar que esses autores colocam questões interessantes para a compreensão do atual momento histórico, porém, precisaríamos aprofundar melhor algumas contradições do modelo dos autores para apreender mais adequadamente as novas dinâmicas de exploração desse momento do capitalismo.

Com o intuito de analisar criticamente tais teses, levaremos em conta pontos de vista que consideram também as contradições advindas das transformações do capitalismo contemporâneo, os quais, no tocante ao campo da comunicação digital, concebem o conjunto das novas tecnologias de informação e comunicação como uma necessidade de o capital recompor-se tecnológica, política e socialmente da crise fordista/taylorista, que, segundo João Bernardo (2004, p. 77), "levou ao limite o desenvolvimento da mais-valia relativa assente na componente muscular da força de trabalho". Para este autor, o toyotismo, enquanto sistema de gestão capaz de reunir os elementos mais significativos desta passagem, representaria uma tentativa capitalista de aumento da produtividade que, para tanto, deveria intensificar as formas de vigilância e de pressão sobre os trabalhadores. Nesse sentido, os meios eletrônicos e digitais estariam desempenhando muito mais uma função de controle e fiscalização da produção do que abrindo caminhos para uma maior democratização da sociedade.

Se o capitalismo contemporâneo espalhou-se para todos os âmbitos da vida e, inclusive, os campos da comunicação e da cultura são recorrentemente apontados como *locus* de produção de valor na atualidade, portanto, como se distinguiriam hoje os processos de trabalho das ações de resistência? Será que o ativismo baseado nas mídias digitais e as relações sociais produzidas a partir de um trabalho engajado politicamente, colaborativo e em rede apontariam para uma nova forma de "resistência em rede" ou apenas fetichizariam o

próprio campo da comunicação, fazendo deste um fim em si mesmo, fundamentado num proclamado potencial democrático trazido pelas NTIC? Estaríamos mais uma vez diante do caro debate ao campo marxista sobre o peso da contradição central entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção? A insistente ideia de que estamos à beira de um novo mundo, tecido, fundamentalmente, pelo desenvolvimento das NTIC, que transformam velozmente a sociedade, é difundida à exaustão. Contudo, nos cabe perguntar, quais e/ou que tipos de processos, empreendidos a partir da Rede, estão, de fato, colocando em xeque o funcionamento do modo de produção capitalista?

Se compreendermos, assim como as declarações de Gilberto Gil, a internet como um instrumento que pode favorecer a construção democrática de um outro mundo, também devemos levar em consideração que a Rede, e a sua, abundantemente apontada, potência democratizante, constituem peças inseridas num todo integrado, realmente um jogo de xadrez gigante operado por inúmeras mãos.

Assim, quando hoje tentamos analisar o mundo contemporâneo e as transformações pelas quais tem passado, sobretudo por conta do impacto das novas tecnologias de informação e comunicação, não devemos somente questionar a potência dos instrumentos que temos disponíveis atualmente ou fixarmo-nos no debate em relação à melhor maneira de ampliarmos o acesso a eles ou utilizá-los. Antes é preciso compreender esses instrumentos como resultado de um processo histórico e apreender o seu lugar no quadro geral dos rearranjos do sistema capitalista. É a partir dessa perspectiva que entendemos que o debate sobre as novas formas de luta deve seguir. Para tanto, uma postura hesitante em relação à noção de que estaríamos à beira de uma democratização e transformação radical da sociedade, ou mesmo diante de uma fase mais propícia ao comunismo, faz-se necessária.

2 - AS TECNOLOGIAS E SEUS POTENCIAIS DEMOCRATIZANTES

Se, por um lado, é verdade que o desenvolvimento tecnológico de que se beneficiam os meios de comunicação pode favorecer ações políticas contestatórias que prefiguram a superação da sociedade capitalista, não se pode ignorar, por outro, o fato de ser este sempre um ingrediente essencial, dentro deste sistema, para o encurtamento dos ciclos de produção e circulação de mercadorias. É provável que não tenha havido qualquer inovação técnica dos aparatos de comunicação na história do capitalismo que não tenha suscitado, simultaneamente, estimativas e elocubrações por demais otimistas; e com o surgimento da internet não poderia ser diferente. Com o intuito de apreender a dimensão histórica desta questão, é válido fazer um rápido apanhado de alguns autores que, de alguma maneira, refletiram sobre o impacto dos meios de comunicação na sociabilidade moderna e contemporânea.

Na primeira parte deste capítulo, iremos abordar teorias que se destacaram pela tentativa de compreender o papel das novas tecnologias de informação e comunicação como agente promotor das novas relações sociais. E no segundo ponto, debruçaremos-nos nas teses de alguns autores que pensaram a importância destes meios sem disassociá-los, no entanto, das lutas e movimentos sociais.

2.1 - O PAPEL DAS NTIC E AS TESES MIDIOCÊNTRICAS

Pode-se dizer que as abordagens que conferem autonomia ou centralidade ao "campo" da comunicação, de que tratamos no capítulo anterior, tendem a ganhar ainda mais intensidade com a o desenvolvimento das novas tecnologias de informação e comunicação (NTIC). A aposta num possível sentido democrático intrínseco às NTIC norteou as reflexões de muitos autores que se entusiasmaram com a novidade. Essa estimativa estaria baseada na mudança quantitativa operada por elas, que estariam conseguindo potencializar uma comunicação universal, ágil e até mesmo em tempo real. Essa mudança quantitativa implicaria, para muitos propagadores das positivities da sociabilidade em rede, uma mudança qualitativa, na medida em que esses instrumentos comunicativos provocariam a modificação geral na sociedade.

A polêmica gerada em torno da questão do FdE evidencia que a relação entre lutas sociais e apropriação das mídias tendem a caminhar para um imbricamento cada vez maior, agora sobre novas bases. Porém, ponderamos que a grande expectativa gerada sobre as NTIC, respaldada nas teses midiocêntricas, estaria abrindo espaço para um tecnicismo vazio ou

deslocando a centralidade da vida social para o campo da cultura e comunicação. Para se ter noção de como foram vastas algumas interpretações nessas linhas, é possível citar, por exemplo, os inúmeros termos cunhados para dar conta dessa nova realidade, tais como: “sociedade pós-industrial” ou “sociedade da informação”(BELL, 1973)⁵¹, “sociedade do conhecimento” (MELO et. al., 2005), “sociedade em rede” (CASTELLS, 1999)⁵², “sociedade midiaticizada” (MORAIS, 2006), entre muitos outros.

Podemos apontar como precursoras do que se enquadraria nos estudos “midiocêntricos” as concepções de Marshall McLuhan (1996). Em suas teses sobre os *meios de comunicação como extensões do homem*, “o filósofo da era eletrônica”, ou o “humanista da era da comunicação”, destacava, em 1967, que toda tecnologia já havia criado um ambiente totalmente novo, demandando novos hábitos de percepção, provocando declínio das velhas concepções do mundo aristotélico, linear, tipográfico e mecânico.

McLuhan acreditava que o estudo dos meios e seus efeitos no sentido de moldar a vida e o trabalho das pessoas de toda uma comunidade era o melhor caminho para compreender e capturar as tendências para que apontavam a sociedade. De acordo com o autor, que cunhou o conceito de “aldeia global”, graças aos meios elétricos, “o globo já não é mais do que uma vila”. A velocidade elétrica, aglutinando todas as funções sociais e políticas numa súbita implosão, elevou a consciência humana de responsabilidade a um grau dos mais intensos. Este fator implosivo alteraria, por exemplo, a posição do negro, do adolescente e de outros grupos, segundo McLuhan⁵³: “Eles já não podem ser *contidos*, no sentido político de associação limitada. Eles agora estão *envolvidos* em nossas vidas, como nós na deles”. É de se notar que o autor parece conceber os meios de comunicação e os avanços tecnológicos como responsáveis por enredar e articular os homens de modo a ser esses meios os responsáveis por envolvê-los na sociedade como um todo. A história parece ser contada a partir da história evolutiva dos meios de comunicação e como a percepção do homem se desenvolve em torno dela.

McLuhan⁵⁴ ilustrava suas ideias dizendo que “o ‘conteúdo’ de um meio é como bola de carne que o assaltante leva consigo para distrair o cão de guarda da mente”. O efeito de um meio se torna mais forte e intenso justamente porque o “seu ‘conteúdo’ é um outro meio”. Os

⁵¹ No final dos anos 70, Bell, que utilizava o termo “sociedade pós-industrial”, posteriormente, o substitui por “Sociedade da Informação”. Ainda sobre esse conceito, ver também: NORA, Simon; MINC, Alain. **A informatização da sociedade**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1980 e DOWBOR, Ladislau; et al: **Desafios da comunicação**. Petrópolis: Vozes, 2001.

⁵² Cf. também CEBRIÁN, Juan Luis. **A rede**. São Paulo: Summus, 1999.

⁵³ Ibid., p. 19.

⁵⁴ Ibid., p. 33.

efeitos da tecnologia se manifestam nas relações entre os sentidos e a percepção, pois são uma extensão da vida de nossos sentidos.

O conceito de meios de comunicação para McLuhan é bastante amplo. Para ele, a luz elétrica, por exemplo, é informação pura. É algo como um meio sem mensagem. Não notamos a luz, mas o seu conteúdo, ou seja, aquilo que na verdade é um outro meio.

A mensagem da luz elétrica na indústria é como a mensagem da energia elétrica na indústria: totalmente radical, difusa e descentralizada. Embora desligadas de seus usos, tanto a luz como a energia elétrica eliminam os fatores de tempo e espaço da associação humana, exatamente como fazem o rádio, o telégrafo, o telefone e a televisão, criando a participação em profundidade.(MCLUHAN, 1996, p. 22-23)

O que se pode entrever é que, para o autor, os próprios aparatos tecnológicos de comunicação guardam intrinsecamente um potencial de “participação em profundidade”. Contudo, vale observar que os aparelhos de comunicação quando não apropriados pelos homens não significam nada, porém, uma vez apropriados dentro da própria dinâmica de relações sociais capitalistas, esses meios continuam restringindo uma interação humana de fato.

Entretanto, a afirmação de que só se determina o valor dos meios a partir do modo como são utilizados, para ele, seria a “voz do sonambulismo de nossos dias”.

A reestruturação da associação e do trabalho humanos foi moldada pela técnica da fragmentação, que constitui a essência da tecnologia da máquina. O oposto é que constitui a essência da tecnologia da automação. Ela é integral e descentralizadora, em profundidade, assim como a máquina era fragmentária, centralizadora e superficial na estruturação das relações humanas⁵⁵.

O autor anuncia uma era de participação, de velocidade de informação, e destaca que os limites da cultura mecânica, linear, da máquina da era industrial, precisam ser alterados juntamente com essas transformações. De acordo com ele, quanto mais os meios de alimentação de dados aumentam, mais dever-se-iam aumentar também a necessidade de visão interna e de reconhecimento de estruturas, sendo necessário se adaptar ao novo. Nesse sentido, McLuhan (1996, p. 21) aponta o potencial de uma era da informação que se anunciava, alertando para o fato de que os pesquisadores ainda não tinham percebido algo da maior importância:

[...] quando os operários conseguem juntar esforços num trabalho de aprendizado e descoberta, a eficiência que daí resulta é simplesmente extraordinária. Autonomia, envolvimento e uma forma diluída de propriedade cooperativa têm um preço: total comprometimento com o projeto da empresa, muito além do estipulado pelos dispositivos contratuais.⁵⁶

⁵⁵ Ibid. p. 22.

⁵⁶ É assim que Manuel Castells (1999, 157), alguns anos depois, concebendo a “sociedade em rede”, discorreria sobre os impactos das redes de tecnologia de informação e comunicação no cotidiano das pessoas e analisaria a emergência de uma “nova economia”: “A firma eletrônica baseia-se numa hierarquia plana, num sistema de trabalho em equipes e em interação aberta, fácil entre profissionais e administradores, entre

Posteriormente, emergiriam os estudos da chamada "sociedade da informação", em resposta à suposta obsolescência dos conceitos herdados da sociedade industrial. Diferentemente dessa, baseada na fabricação e serviços, a ênfase sob este novo paradigma estaria na preparação, transferência e armazenamento da informação. Um exemplo concreto representativo dessa característica que a sociedade contemporânea teria assumido, segundo Desmond Fischer (1982, p.12), estaria no fato de a maior área de desenvolvimento comercial e industrial ser a área da comunicação. Estimava-se, já em meados da década de 80, que mais da metade da população trabalhadora dos Estados Unidos estivesse empenhada neste tipo de trabalho.

A expressão ganha destaque nos anos 1990 e gradualmente é assimilada pelos organismos internacionais, passando a fazer parte do discurso das políticas neoliberais. Em 1995, é incluída na agenda do então G7, depois G8, e, em seguida, passa a ser abordada em fóruns da Comunidade Europeia e da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), além de ser adotada oficialmente pelo governo dos Estados Unidos, assim como por várias agências das Nações Unidas e pelo Banco Mundial (BM). (BURCH, 2005).

Nos encontros de cúpula que se seguiram, essas instituições internacionais, como o BM, Fundo Monetário Internacional (FMI) e OCDE, propuseram, como estratégia global, que toda a humanidade, principalmente entre os países pobres, tivessem acesso a informações e conhecimentos que já circulavam na internet. "Incluir no mundo digital tornou-se, então, um dos objetivos do milênio" (UNDP, 2001 apud GONZÁLEZ, p. 115)⁵⁷.

No âmbito dos estudos mais teóricos que tentaram compreender as transformações da sociedade contemporânea a partir da implementação dessas novas tecnologias, podemos apontar, por exemplo, já em 1973, Daniel Bell (1973 apud MATELLART, 2002), quem constatou que "a informação é necessária para organizar e fazer funcionar tudo, desde a célula até a *General Motors*". O autor de *O advento da sociedade pós-industrial* baseava-se na verificação de mudanças significativas ocorridas na sociedade, que se, até então, estivera calcada numa economia de 'produção', passava agora a se fundamentar no setor de 'serviços', na existência de novas formas de trabalho, principalmente em setores que demandavam alta concentração de conhecimento. De acordo com Matellart (2000, p. 106),

departamentos e níveis da firma. É movida por profissionais em rede, usando a capacidade da internet e equipados com seu próprio capital intelectual." McLuhan parece ter vislumbrado o que seria examinado mais tarde por Castells com o amplo alcance das tecnologias digitais e desenvolvimento crescente da internet.

⁵⁷ UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (UNDP). **Making New Technologies Work for Human Development**. New York / Oxford: Oxford University Press, 2001.

Conforme surgiam novas gerações de máquinas inteligentes, a tendência a confundir o sentido quantitativo com o sentido qualitativo, de assimilar a informação a um termo oriundo da estatística, se aprofundava. As sobreposições, confusões e equivalências entre informação, conhecimento, cultura e comunicação serão recorrentes, a despeito dos frequentes alertas feitos por alguns matemáticos a respeito dos usos dessa 'prótese semântica'. [...] O encanto que cerca a noção de informação não cessará de envolver a de sociedade da informação.

A criação da internet, que inspira algumas das formulações aqui expostas, deu seus primeiros passos a partir do final dos anos 1960, com o surgimento do ARPANET, sigla que representava a junção de *Advanced Research Projects Agency* e *Network*⁵⁸, nos Estados Unidos, projeto desenvolvido por militares do Departamento de Defesa norte-americano (DARPA) e universidades públicas. Em 1969 foi transmitido o primeiro correio eletrônico entre as Universidades da Califórnia e Stanford, sendo então esta a data comumente considerada para o nascimento da rede. A difusão da internet estava relacionada às formas de transferência de tecnologia através da aprendizagem e dos conhecimentos incorporados em indivíduos, mas, principalmente, através da transferência de tecnologia diretamente para as grandes empresas fornecedoras e, indiretamente, para os seus fornecedores especializados”, sendo esta a principal forma propagação das novas tecnologias. (PATSHIKI, 12 mai. 2012) Diante da expansão da rede, os militares se retiraram em 1983, pois ela já não cumpria os requisitos de segurança, formando uma rede não-pública (*Milnet*). A Fundação Nacional de Ciência criou uma rede para a comunidade científica, *Csnet*, e junto com a IBM, a *Bitnet*. A união dessas redes foi chamada de Arpa-internet, sendo abreviada para somente internet. (GANNAM, 2008, p.13)

Observando aspectos do nascimento da internet, Castells (2005, p. 76) defende que as novas tecnologias de informação só teriam se difundido amplamente na década de 1970, “acelerando seu desenvolvimento sinérgico e convergindo em um novo paradigma”. Procurando pôr em destaque a gênese democratizante do novo recurso, o autor enfatiza que a internet haveria surgido, para além da combinação entre “o campo de pesquisas científicas grandiosas (*big science*)” e a pesquisa militar, também da cultura libertária.⁵⁹ Castells insiste que ela foi “prefigurada, deliberadamente projetada e subsequentemente administrada por um grupo de cientistas da computação que compartilhava uma missão que pouco tinha a ver com estratégia militar”. É nesse quadro que o autor insere os estudantes que entraram nas funções nucleares do projeto durante as décadas de 1960 e 1970, eles usavam a Arpanet, por exemplo, para suas

⁵⁸ De acordo com Manuel Castells (2003, p. 22), a ARPA se tornou uma das mais inovadoras instituições de política tecnológica do mundo, é o principal ator na política tecnológica dos EUA não apenas em torno da interconexão de computadores, mas em vários campos decisivos de desenvolvimento de tecnologia.

⁵⁹ Idem, 2003, p. 13.

conversas pessoais. E, para Castells, a influência desse elemento no desenvolvimento da rede teria sido determinante.

A universidade desempenhava um papel importante para a manutenção de redes comunitárias, campo fértil onde floresceu a cultura da liberdade individual nos campi, baseada num pensamento independente, de solidariedade e cooperação com seus pares. As redes tecidas entre ciência e comunidades estudantis de hackers só se tornaram possíveis a partir da estrutura dessas instituições. Esses jovens, embora não fizessem parte do movimento contracultural ativista daquela época, adotaram a interconexão de computadores como um instrumento da livre comunicação, e em manifestações mais políticas, como ferramenta de libertação, que, junto ao computador pessoal, daria às pessoas o poder da informação, que lhes permitiria se libertar tanto de governos quanto das corporações.⁶⁰ (CASTELLS, 2003, p.25-26).

Em suma, ao tratar da nova "sociedade em rede", Castells contribui para o fortalecimento das teses midiocêntricas tendo por base o argumento de que a organização centralizada e hierárquica que havia dominado a moderna sociedade industrial estaria sendo substituída pelas redes horizontais.

A primeira característica do novo paradigma é que a informação é sua matéria-prima. São tecnologias para agir sobre a informação. O segundo aspecto é a penetrabilidade dos seus efeitos em todas as esferas da vida. A terceira característica refere-se à lógica de redes em qualquer sistema ou conjunto de relações, usando essas novas tecnologias da informação. (CASTELLS, 1999, p. 97)

Na base das verificações de Castells estavam as experiências de abertura e livre-modificação dos softwares da internet, particularmente de seu código-fonte. Servindo como plataforma e modelo de produção colaborativa em rede de comunicação horizontal e "libertária", foram estas iniciativas que culminaram no desenvolvimento do *Software Livre* e, futuramente, inspirariam as movimentações midiativistas dos movimentos de resistência global no final dos anos 1990.

A história do software livre remete à história do desenvolvimento de softwares que eram executados nas redes. É necessário levar-se em conta que, pelo fato da internet surgir no interior da universidade, inicialmente os códigos dos programas eram compartilhados, o que foi transformado radicalmente depois da entrada das grandes corporações da informática, momento no qual os softwares passaram a ser "propriedade intelectual", como o caso bastante conhecido do sistema operacional Windows, desenvolvido pela Microsoft e seu fundador, Bill Gates. (GANNAM, 2008, p. 13) Contudo, no final dos anos 1980, o programador do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT), Richard Stallman, revolta-se com a falta de liberdade em seu trabalho e lança um chamado a outros programadores de softwares para criarem um novo sistema operacional GNU, sob o argumento de que os vendedores de softwares querem dividir

⁶⁰ Ibid. p. 25-26.

os usuários e conquistá-los. Em suas palavras: “eu acredito que a regra de ouro exige que, se eu gosto de um programa, eu devo compartilhá-lo com outras pessoas que gostam dele. [...] Eu me recuso a quebrar a solidariedade com os outros usuários deste modo.” (STALLMAN, 1985 apud GANNAM, 2008, p. 14). Sua proposta era a de que os programadores vivessem de serviços que ajudassem os usuários a fazer coisas que eles não sabiam, mas que poderiam facilmente fazer. “Esses serviços poderiam ser fornecidos por empresas que vendem somente serviços de ajuda e reparos.” O produto seria gratuito, só se pagaria pelo serviço, e aqueles que não o quisessem poderiam usar o programa sem ter que pagar obrigatoriamente por ele, não amarrando o usuário a nenhuma das partes. Stallman, então, complementa:

Provavelmente a programação não será tão lucrativa nas novas bases como ela é agora. Mas este não é um argumento contra a mudança. Não é considerado uma injustiça que caixas de lojas tenham os salários que eles têm hoje. Se com os programadores acontecer o mesmo, também não será uma injustiça.⁶¹

O chamado de Stallman foi respondido positivamente por diversos hackers espalhados pela rede, que levaram adiante o projeto. Sob essa base ideológica é que ele fundaria o Software Livre, caracterizado por quatro liberdades: de executar, de conhecer, de alterar o código e para distribuir o programa em sua versão original ou modificada. Porém, Stallman chama atenção para o fato de o conceito de livre não poder ser confundido com gratuidade; o software livre pode ser vendido, desde que assegurados seus princípios de liberdade. Foi criada, então, uma licença autoral própria, o *copyleft*, um jogo de palavras com *copyright*, ou seja, invertia-se o sinal do direito autoral, “virou do avesso”, desencadeando o método que ficaria conhecido como “viral”. (GANNAM, 2008, p. 15) Dessa maneira, através de uma licença de uso, o programador acreditava estar lutando contra a apropriação privada e o fechamento das informações promovido pelas empresas de softwares. Isso estaria representando a “subversão na instituição jurídica, uma vez que o direito autoral é fundado para restringir o acesso”.⁶²

A contribuição definitiva para o projeto GNU ocorreu em 1991, com o *kernel* – núcleo de um sistema operacional, elaborado pelo finlandês Linus Torvalds, dando origem, assim, ao sistema operacional Linux, que romperia com o monopólio da Microsoft.

A forma organizativa da produção do software livre era constituída por uma rede de programadores em sua maioria ligados as empresas e universidades, trabalhando voluntariamente num projeto sem esperar qualquer outro retorno que não fosse “o reconhecimento público por um trabalho bem feito” (ORTELLADO, 2002). A forma aberta e

⁶¹ Ibid. p. 14.

⁶² Ibid. p.15.

colaborativa dessa produção inspiraria inúmeros projetos midiativistas que surgiram na rede, como por exemplo, a rede *Indymedia*.

Outro caso semelhante à essa defesa da colaboração, mas voltado à própria arquitetura da internet, que também seria utilizada como plataforma das experiências midiativistas, é as redes ponto-por-ponto (*peer-to-peer* ou *p2p*). A estrutura da internet, em sua gênese, estava baseada na comunicação dessas redes descentralizadas, sem hierarquia, em que, mesmo se um par se desconectasse, o outro continuaria funcionando, conectando-se ao vizinho. Ou seja, possibilitava que parceiros compartilhassem recursos, uma vez que qualquer computador, ao menos teoricamente, poderia funcionar ao mesmo tempo como “cliente” e “servidor”. Os valores da rede seriam fundados, portanto, na cooperação e colaboração. Entretanto, e por fim, ela foi organizada hierarquicamente, de modo que o “cliente” só solicita um serviço e o “servidor” só serve⁶³.

Nos anos 1990 muitas empresas passaram a investir massivamente na web e criar sites para vender seus produtos como se a rede fosse a extensão da loja física. Para atrair os internautas, elas investiam em um portal com muita informação, produzido por *staff* de profissionais da comunicação, contratados para esses fins. Porém, os internautas, pouco adaptados ao consumo virtual, acabaram mesmo sendo atraídos pelas potencialidades comunicacionais da rede, ou seja, pela possibilidade de estabelecerem conversas pessoais por e-mails e sites de bate-papo e de criarem suas próprias *home pages*. Os investidores, frustrados em suas apostas no e-commerce, faliram e a “bolha *www*”, como foi chamada, estouraria em 2001. No entanto, alguns empresários notaram que, distante do “crash” da internet, haviam proliferado diversos tipos de aplicações e sites inovadores, demonstrando que algo em comum havia sobrevivido ao estouro da bolha, ou seja, a utilização do software livre, ou de código aberto, e a consolidação de uma plataforma de participação. (GANNAM, 2008, p. 25)

Dando continuidade às teses midiocêntricas, Ladislau Dowbor (2001) desenvolve o conceito de “economia da comunicação”. Nessa acepção, teria havido uma subversão da relação entre as esferas da vida social: não seria mais a economia a determinar a cultura, mas sim a cultura (e a comunicação) a determinar a economia, ou seja, “o elemento cultural deixa de ser superestrutural e torna-se o processo central da reprodução econômica, o *locus* privilegiado de

⁶³ Porém, há também redes P2P centralizadas, em que um computador central faz a intermediação entre os pares e se a conexão do servidor central cair, a rede inteira fica inacessível. Essa é a forma, por exemplo, de sites de compartilhamento de músicas na internet, como o *Napster*, *Emule*, *KaZaa*, *Soulseek*, ou dos comunicadores instantâneos, *Jabber*, *ICQ*, *MSN*, além dos *blogs* e da comunicação por voz *VoIP*, como o *Skype*. Essas redes centralizadas possuem computadores centrais com enorme capacidade de armazenamento e largura de banda, os quais podem receber múltiplos acessos ao mesmo tempo. Op. Cit. p. 18.

geração de lucro” (DOWBOR, 2001, p.51). Com efeito, podemos destacar que o estudo do autor fundamenta-se na ideia de que as NTIC atuam como agentes de uma transformação ocorrida em praticamente todas as áreas da vida. De acordo com o autor, o capitalismo, ao conseguir manipular o universo cultural da humanidade, adquiriu uma capacidade impressionante de aumentar seus lucros através do que chama de “mais-valia virtual”. A utilização do conceito de classes, porém, não caberia dentro dessa teoria, já que haveria uma classe mundial de megaempresários que manejariam símbolos muito mais do que produtos, e que, por isso, assumiriam um poder articulador e manipulador absolutamente desmedido. Por conseguinte, Dowbor, que acredita que as NTIC são o denominador comum que sustenta uma espécie de capitalismo virtual em construção, propõe que a democratização dos meios de comunicação constitua hoje a linha de frente das transformações. “A comunicação é fator determinante da transformação cultural em curso, e se tornou o eixo central das transformações estruturais, tanto na economia como na política”.⁶⁴

Ao lado de Dowbor, que enxerga uma “mais-valia virtual”, capaz de aumentar o lucro dos capitalistas, Eugênio Bucci (2010) concebe algo semelhante nesse sentido. Em sua teoria, junto ao valor de uso e ao valor de troca das mercadorias, ele concebe um outro tipo de valor, que se soma ao primeiro e determina o segundo, ao qual chamou “valor de gozo”. Buscando explicar sua origem na alienação do trabalho, ele remete essa “simbologia” para o campo da linguagem e ainda da psicanálise, autonomizando, assim, a fabricação do imaginário existente hoje. Neste caso, é a própria fabricação do imaginário que passa a circunscrever e determinar as relações econômicas. Teorias como a de Bucci, ao destacarem a autonomização da aparência e a erotização do produto realizada pela propaganda, permanecem numa esfera subjetiva, onde, no limite, não existe o valor de uso, visto que os indivíduos, enquanto consumidores, procuram nas mercadorias apenas sua identificação, que fora cindida por conta da alienação do trabalho.

2.2 - OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO INSERIDOS NAS LUTAS SOCIAIS

As reflexões sobre a importância do desenvolvimento dos meios de comunicação na ampliação do horizontes democráticos sempre estiveram presente em diversas lutas sociais no decorrer da história, particularmente a partir do surgimento da chamada “sociedade de massas”. Contudo, diferentemente da linhagem mediocêntrica, as perspectivas que apresentamos agora

⁶⁴ Ibid., p. 52.

têm em comum o fato de conceber os processos comunicativos como mediação, parte integrante de um todo complexo. Nas bases destas considerações, estava pressuposto, portanto, um movimento social que orientasse a sua atuação prática pela superação total ou parcial das relações capitalistas. Curiosamente, as teses destes autores são hoje frequentemente invocadas para darem legitimidade às elaborações midiocêntricas, por um procedimento, a nosso ver, bastante equivocado, visto que aspectos de suas reflexões são destacados arbitrariamente do conjunto teórico.

A análise procedida por Gramsci (1988) durante as décadas de 1920 e 1930, por exemplo, está indissociavelmente ligada à luta pela conquista da hegemonia cultural e política por parte da classe trabalhadora. É assim que ele desenvolve suas considerações sobre o papel do "intelectual orgânico" e a importância do uso de veículos editoriais que favorecessem esse projeto. Isto porque, para Gramsci, a atividade do intelectual orgânico haveria de ser desempenhada junto à estrutura e ao programa do partido político, tendo por objetivo conferir coesão à classe e elevá-la à consciência de sua própria tarefa histórica. Recolando em pauta algumas proposições caras à tradição marxista, o pensador italiano entende que a oposição e resistência à dominação burguesa não se poderia restringir ao âmbito das batalhas econômicas, devendo se estender igualmente ao plano político-ideológico, onde seria preciso difundir ideias, juízos e práticas antagônicos aos difundidos pelas classes dominantes.

A tomada de poder, a criação de um novo Estado, envolveria uma luta na sociedade civil pela conquista da hegemonia, a fim de promover uma educação moral coletiva na sociedade. O conceito de hegemonia traz em si o pressuposto de uma verdadeira noção de totalidade. De acordo com Williams (2005, p. 215-216), o termo gramsciano, ao enfatizar o fato da dominação, traz a ideia de hegemonia como algo no qual a consciência está profundamente imersa. Ou seja, não se pode compreendê-lo como algo relativamente simples, uniforme e estático, da mesma maneira como ocorreu de forma vulgar com o conceito de superestrutura. Nas palavras de Williams⁶⁵:

A hegemonia não é algo unívoco; que, de fato, suas próprias estruturas internas são altamente complexas, e têm de ser renovadas, recriadas e defendidas continuamente; e que do mesmo modo elas podem ser continuamente desafiadas e em certos aspectos modificadas. É por isso que ao invés de falar simplesmente "a hegemonia", ou "uma hegemonia", eu proporia um modelo que permitisse a variação e a contradição, com seu conjunto de alternativas e processos de mudança.

⁶⁵ Ibid., p. 216.

Tendo em vista a necessidade de organização de uma *nova cultura* (e não de uma nova arte ou uma nova linguagem), Gramsci dedicou-se ao estudo da maneira como os grupos dominantes exercem sua hegemonia político-cultural, vendo que era preciso, para tanto,

Um estudo de como se organiza de fato a estrutura ideológica de uma classe dominante, isto é, a organização material voltada para manter, defender e desenvolver a 'frente' teórica ou ideológica. [...] Tudo o que influi ou pode influir sobre a opinião pública, direta ou indiretamente, faz parte dessa estrutura [...]: as bibliotecas, as escolas, os círculos e os clubes de variados tipos, até a arquitetura, a disposição e o nome das ruas. (GRAMSCI, 1999, v.2, p. 78)

É dessa maneira que Gramsci se debruça sobre os diferentes aparelhos de hegemonia, não negligenciando a organização material que mantém, defende e desenvolve a frente ideológica – ou seja, levando sempre em consideração as dinâmicas de produção material da sociedade e tudo que estrutura e engendra a organização das práticas, ideias e valores dominantes.

Gramsci (1982, p. 161-204) também teceu considerações sobre uma espécie de jornalismo contra-hegemônico, que ele chamou de integral: “isto é, que não somente pretende satisfazer todas as necessidades (de uma certa categoria) de seu público, mas pretende também criar e desenvolver estas necessidades e, conseqüentemente, em certo sentido, criar seu público e ampliar progressivamente sua área.”⁶⁶ O autor se referia à consolidação de um órgão editorial unificado, ou seja, que trabalhasse em sintonia com o partido político na elaboração de ideias e princípios de formação político-ideológica e que produzisse o material de política e técnica cultural. Assim, o partido, o intelectual orgânico e os instrumentos da luta por uma nova cultura, entre eles o próprio jornal, deveriam ter uma atuação organizadora e formadora junto (em meio) ao movimento operário.

Também assediados pelos apologetas das NTIC, o dramaturgo Bertolt Brecht e o filósofo Walter Benjamin refletiram sobre a organização da cultura produzida *para* e *pela* classe trabalhadora. Esquecem-se os midiocêntricos, entretanto, que as considerações de ambos eram fortemente influenciadas pelos debates culturais disparados pela Revolução Russa e reverberados na Alemanha, durante a República de Weimar. Nesse caldeirão cultural, de acordo com Frederico (2007, p. 218-220), os trabalhadores consumiam e produziam cultura, o público do cinema na época era de um milhão e meio de pessoas, que assistiam aos filmes expressionistas e alguns vídeos militantes vindos da Rússia; a federação de *Corais Operários* ligados à social-democracia reunia mais de quatorze mil conjuntos vocais e 560 mil participantes,

⁶⁶ Ibid. p. 161.

em sua maioria operários. Neste meio, também a imprensa operária foi referência para as peças brechtianas.

Uma das publicações, o *Jornal Ilustrado do Trabalhador*, chegou a ter uma tiragem de 350 mil exemplares. Esse e outros jornais tinham uma orientação totalmente diferente da imprensa burguesa e que não se restringia apenas à posição política. Havia um empenho em fazer com que o leitor operário se identificasse com o jornal. Procurava-se, para isso, 'transmitir a idéia de coletividade, de pertencer a um conjunto maior, portanto, de quebra de isolamento e do anonimato, características dos meios de comunicação burgueses e da imprensa operária tradicional' [...] Uma das formas era o envolvimento do leitor e sua participação direta por meio de artigos e cartas, gerando amplo material a ser aproveitado pelo teatro político.⁶⁷

Brecht expressava certo otimismo em relação ao progresso técnico, o que se refletia nas inovações quanto à forma de seu teatro. É nesse contexto que o dramaturgo pensava, com particular entusiasmo, o recém surgimento do rádio como aparato de comunicação, apontando as potencialidades interativas por ele encerradas. Em *Discurso sobre a função do rádio*, Brecht (2007, p. 228-229) acreditava que este poderia ser "o mais admirável aparato de comunicação da vida pública", mas, para tanto, advertia que ele precisaria "não somente emitir, mas também receber; não apenas deixasse o ouvinte escutar, mas fazê-lo falar; e não isolá-lo, mas colocá-lo numa relação. O rádio deveria, portanto, sair da esfera do fornecimento e organizar o ouvinte como fornecedor".

As estimativas brechtianas não eram em vão. O instrumento, por exemplo, fora utilizado de forma pioneira pelos irlandeses, em 1916, durante uma revolta pela independência. Nesse sentido, é possível inferir que a primeira utilização do rádio ocorreu enquanto apropriação de um instrumento de comunicação, como aparato de apoio, aglutinador e divulgador das lutas, ou seja, como instrumento de interação entre os homens e não apenas de emissão, como se tornaria mais tarde. Conforme Frederico (2007, p. 220-221), alguns estudos sobre a história do rádio também mostravam que sua origem estava ligada à revolução operária de 1918-1919, momento em que, à semelhança da revolução russa, o movimento operário alemão organizava-se em *soviets*. Frederico conta ainda que só depois de "cinco anos, com a revolução derrotada, é que se estabeleceu a 'radiodifusão pública da diversão', ou seja, passou a ter uma função comercial e a monopolizar o 'comércio acústico', segundo a feliz expressão de Brecht."

Nas décadas de 1910 e 1920, de acordo com Dantas (2002, p. 103), alguns milhares de pessoas, sobretudo nos Estados Unidos, montavam e usavam equipamentos de radiotransmissão, trocando mensagens sobre diversos assuntos através das ondas hertzianas.

⁶⁷ Ibid. p. 219.

“Montar um aparelho era relativamente fácil: bastava comprar os componentes no comércio varejista e seguir as instruções divulgadas em revistas especializadas.” (DANTAS, 2002, p. 103)⁶⁸

Alguns indícios de ativismo através dos novos aparelhos de comunicação, no caso o rádio, já estavam explicitados no contexto de Brecht na República de Weimar. Mesmo ao lado das emissoras comerciais, proliferavam rádios ligadas ao movimento operário, os trabalhadores faziam seus aparelhos de emissão em larga escala, com o objetivo, inicialmente, “de divulgar informações políticas e concorrer com as emissoras oficiais que permaneciam distantes da vida da classe trabalhadora.” (FREDERICO, 2007, p. 221). Paralelamente, criavam-se as “comunidades de ouvintes: instalavam-se amplificadores nas ruas para ouvir e debater as notícias veiculadas”. As associações que construíam rádio, em 1924, agrupavam aproximadamente 4.000 sócios e, em 1926, de 800 a 1.500.

Nosso objetivo, ao recuperar o contexto histórico das teses de Brecht sobre o rádio, é o de demonstrar que elas estavam inseridas num contexto político-social em que existia um forte movimento cultural da classe operária, assim como vivia-se a expectativa da revolução ocorrer também em terras alemãs. A organização dos conselhos operários, os *soviets*, representava uma tentativa de implementar a democracia direta que influenciaria outras inúmeras experiências ao longo da história. Porém, tudo o que ocorreu depois dessa agitação cultural da República de Weimar, fora a transformação do rádio em mero instrumento de emissão e sua apropriação comercial e fascista.

Walter Benjamin, muito influenciado pelas ideias de Brecht, foi outro a elaborar contribuições sobre a função do intelectual e o papel organizador e politizador que a cultura deveria ter. Quando se depara com as novas técnicas, sobretudo diante da produção de vídeos e filmes militantes vindos da Rússia, Benjamin (1994, p. 165-196), apesar de ponderar o momento atual de reprodutibilidade técnica como perda da aura da obra de arte, não deixa de destacar também o potencial democratizante que o cinema guardava. O alcance que essa arte coletiva demonstrava e as possibilidades em relação à forma estética da montagem inspiravam o filósofo alemão a pensar numa verdadeira politização da arte em contraposição à estetização da política empreendida pelo fascismo.

O filósofo alemão parte da constatação de que o desenvolvimento do capitalismo se traduziu no campo da cultura através da chegada da era da reprodutibilidade técnica da obra de arte. Essa constatação implicava uma mudança não só nas relações de produção culturais,

⁶⁸ As rádios livres e comunitárias continuam existindo até hoje baseadas nessas mesmas propostas. Os equipamentos de transmissão de rádio são vendidos facilmente, a baixo custo, possibilitando que se abram novas rádios constantemente. Porém, as proibições a esses tipos de transmissão, aliadas à forte repressão e campanhas de criminalização dessa atividade, dificultam imensamente a esta prática, com pena prevista em lei.

como na valorização da própria obra de arte, que deixaria de conservar um valor de culto, ritualístico, sagrado, que sempre detera desde a pré-história, para encerrar um valor de exposição conferido pela sua massificação, sua reprodução em grande escala e não mais única, autêntica e original. (BENJAMIN, 1994, p. 165 et. seq.) A arte deveria, então, libertar-se de seu caráter ritualístico para fazer parte do cotidiano das pessoas. Assim, sustenta ele, “a arte contemporânea será tanto mais eficaz quanto mais se orientar em função da reprodutibilidade e, portanto, quanto menos colocar em seu centro a obra original”.⁶⁹

Para o filósofo: “A chapa fotográfica, por exemplo, permite uma grande variedade de cópias; a questão da autenticidade das cópias não tem nenhum sentido.”⁷⁰ Ou seja, a produção cultural na modernidade já era concebida para ser reproduzida, não fazia sentido asseverar o caráter aurático que as obras singulares guardavam. Nesses termos é que Benjamin iria questionar os conceitos de “criatividade e gênio, validade eterna e estilo, forma e conteúdo”, apontando que suas aplicações incontroladas poderiam ocorrer num sentido fascista, cabendo ao comunismo acompanhar o desenvolvimento das técnicas que ensejavam esses questionamentos, oferecendo respostas à altura, com vistas à politização da cultura da classe operária, e fazendo com que esta tomasse a palavra e adaptasse as inovações aos fins da revolução.

Com a ampliação gigantesca da imprensa, colocando à disposição dos leitores uma quantidade cada vez maior de órgãos políticos, religiosos, científicos, profissionais e regionais, um número crescente de leitores começou a escrever, a princípio esporadicamente. No início, essa possibilidade limitou-se à publicação de sua correspondência na seção 'Cartas dos leitores'. Hoje em dia, raros são os europeus inseridos no processo de trabalho que em princípio não tenham uma ocasião qualquer para publicar um episódio de sua vida profissional, uma reclamação ou uma reportagem.[...] **O mundo do trabalho toma a palavra.** Saber escrever sobre o trabalho passa a fazer parte das habilitações necessárias para executá-lo. A competência literária passa a fundar-se na formação politécnica, e não na educação especializada, convertendo-se, assim, **em coisa de todos.**⁷¹

Contudo, Benjamin nunca perdeu de vista que estas potencialidades estavam bloqueadas pelo atual estado das coisas, o que ficava evidente pela exploração capitalista do cinema. Daí que, tal como Brecht, ele entendia que a interatividade plena possibilitada pelos avanços tecnológicos só seria efetivada quando os meios de produção materiais e intelectuais estivessem nas mãos dos verdadeiros criadores. É assim que Benjamin aponta que autores e escritores também deveriam refletir sobre sua posição no processo produtivo, assumindo um “caráter mediador”, promovendo a “socialização dos meios de produção intelectual”, organizando

⁶⁹ Ibid. p. 180.

⁷⁰ Ibid. p. 171.

⁷¹ Ibid. p. 184.

os trabalhadores em seu próprio processo produtivo. Em consonância com as concepções gramscianas, que levavam em conta as contradições e os embates fundamentais que atravessam a sociedade capitalista, Benjamin e Brecht, portanto, pensavam os meios de comunicação inseridos dentro de um projeto político mais amplo a ser protagonizado pelo conjunto da classe trabalhadora. Despidas de seu sentido anticapitalista, as ideias desses autores não são mais do que molduras desprovidas de conteúdo.

Contudo, as potencialidades vislumbradas nos meios de comunicação no período da República de Weimar foram totalmente transformadas e minadas com a ascensão devastadora do nazi-fascismo. O destino do rádio na Alemanha, por exemplo, com a derrocada do movimento revolucionário, passou a ser controlado pelo Estado. As gigantes da indústria de radiodifusão, *Telefunken* e *Lorenz*, além de fabricarem os aparelhos, queriam o monopólio da transmissão. O Estado passou a fornecer concessões de emissão para os grupos interessados, porém, não para o movimento operário alemão que também pleiteou uma concessão, uma vez que o rádio passara a ser um instrumento político diretamente voltado contra o movimento operário e a serviço da ascensão do nazismo." (FREDERICO, 2007, p.224)

Hitler buscou fazer ligações com os monopólios das comunicações de sua época. Hugenberg, por exemplo, com quem Hitler se aliou, controlava um grande império, era um dos principais acionistas das casas editoriais da época Ullstein e Mosse e dominava, inclusive, a grande produtora cinematográfica (UFA – Filmes Universo S.A.) – o verdadeiro entretenimento de massas do período. O início dessa união passava a significar o bloqueio às publicações de esquerda, dentre as quais o mais visado era o “conglomerado socialista de comunicações”, de Willi Münzenberg, que conseguira desenvolver, durante a República de Weimar (1918-1933), um complexo editorial de publicações de esquerda. O crescimento do partido de Hitler e das bases nacional-socialistas refletiu diretamente na sua estrutura jornalística – o número de jornais nazistas sobe a 121 em 1932 veículos, e a agência de notícias de Hugenberg, passara a se tornar a agência noticiosa nazista *Nationalsozialistische Parteikorrespondenz*. Assim, jornais e agências entrariam em sintonia completa com o novo regime. (MARCONDES FILHO, 1986, p. 102)

Essas experiências, ao não conseguirem atingir seus objetivos mais profundos, foram continuamente assimiladas e recuperadas em favor da reprodução das relações capitalistas. As tentativas de democratização foram barradas não só pelo controle nazista, mas também pelas democracias ocidentais europeias, que delegaram seu controle (muitas vezes através de concessões públicas) a grupos empresariais, e os regimes socialistas, que estatizaram e

monopolizaram o rádio e as telecomunicações. A televisão já, futuramente, floresceria nesse terreno contraditório, e o resultado já é conhecido de todos.

* * *

Recuperar a história aqui, portanto, faz todo o sentido quando nos vimos às voltas num mesmo debate sobre os potenciais de interação que teria a internet, as NTIC etc. Essas ideias sempre reaparecem, na medida em que a história do midiativismo não é uma história isolada, que diz respeito somente à evolução das mídias. Esse ativismo é manifestação da própria história das lutas sociais, dos conflitos e tensões que perpassam o século XX e início do século XXI, e seria impossível reconstruí-lo aqui de forma abrangente.

Entretanto, uma nova geração de midiativistas traria uma novidade ao debate, agregando característica que seriam bastante influente no midiativismo contemporâneo. Ciro Marcondes Filho (1986, p. 140-141), ao descrever experiências de imprensa alternativa vividas pelos jovens do movimento estudantil europeu de 1968, concebe-as como uma nova proposta, que passaria a se configurar mais como “*jornais-instrumento*” do que como “*jornais-ideologia*”. Regina Festa (1984, p. 36), no que diz respeito essa discussão, identificou a comunicação alternativa com base nalguns indicadores que diferenciariam sua prática comunicativa: a democracia interna e a formação de conselhos editoriais com a participação dos movimentos sociais.⁷²

A finalidade trazida pelos novos órgãos alternativos, de acordo com Marcondes Filho, seria apenas a de atuar enquanto porta-vozes e não condutores dos movimentos e grupos postos à margem dos processos sociais, oferecendo-lhes publicidade e garantindo-lhes espaço. Ele destaca as experiências do jornal italiano *Lotta Continua*, resultado da ação política do partido homônimo que havia rompido com as concepções marxistas-leninistas, que seria o primeiro jornal de “novo tipo” surgido dessa realidade.

Ele corporificou inúmeras propostas de mudanças em relação ao uso dos meios de comunicação para fins sociais e políticos. Sua nova linguagem, que rompia com os clichês e academicismo dos jornais partidários clássicos, sua seção subjetivista de “cartas do leitor”, sua diagramação sugeriam uma nova forma de fazer-se um jornal político. A experiência durou enquanto o Movimento da Autonomia Organizada manteve a liderança junto aos ativistas políticos. [...] O jornal dissolveu-se em princípios de 1981, diante da mudança de curso do próprio Movimento Social Italiano e da crise geral das perspectivas políticas e do marxismo nesse país. As demais experiências foram “aplicações” da experiência do *Lotta Continua* em outros países e tentativas de uma estruturação desse tipo de jornalismo, de forma mais sólida do que o modelo original. (MARCONDES FILHO, 1986, p. 140-141)

⁷² A autora aponta, inclusive, uma certa ambigüidade no termo alternativa que, segundo ela, não explicitaria uma outra forma de comunicação, o que deveria ser amenizado com uma definição mais precisa, capaz de reconectar as formas comunicativas à vivência das lutas sociais.

O autor também aponta que esses jornais-instrumento, surgidos a partir da experiência de maio de 1968, apresentam “teses” sobre a forma de como se fazer um outro jornal: ressaltam a necessidade de se criar mecanismos alternativos de financiamento de jornais não sintonizados com as formas empresariais de exploração de mercadoria; aproveitar as inovações técnicas e utilizá-las em favor de outra mensagem; priorizar a posição democrática em detrimento de todo dogmatismo e rigidez de posicionamentos, o rompimento com a recepção passiva da informação.⁷³

O estudo de Castro Oliveira (2011), por exemplo, faz uma relação entre a influência do anarquismo⁷⁴ e do movimento contracultural⁷⁵ na imprensa alternativa. O autor cita o caso do coletivo Provos (termo derivado da palavra Provocação), que se forma na primeira metade dos anos 60 em Amsterdã, Holanda, antecipando uma série de práticas e representações que ganhariam o status de “contracultura”. Seus ativistas se assumiam como anarquistas e fundamentavam suas inserções políticas nas “ações diretas”. Durante os protestos dos meses de maio e junho de 68, Oliveira lembra que a atuação dos esquerdistas criticavam a busca por hegemonia do marxismo-leninismo: e propunham o combate à burocratização/reformismo dos sindicatos e partidos; ao patronato e à autoridade estatal; e às direções operárias.

Um dos movimentos sessentistas que representou essa corrente foi o 22 de Março, formado pelos irmãos Daniel e Gabriel Cohn-Bendit. Eles lançaram um livro – no calor dos protestos de maio/ junho de 68, em Paris – que tratava de ironizar justamente uma das obras maiores de Lênin: *A doença infantil do ‘esquerdismo’ no comunismo*. [...] os Cohn-Bendit não pregam o sectarismo, chegando a afirmar que a base para seu livro deve ser formada por uma antologia dos melhores textos situacionistas, anarquistas e “em menor grau, as revistas trotskistas”. Na visão dos dois autores (compartilhada por diversos grupos da época), todas as estruturas da sociedade deveriam ser politizadas, dando um novo sentido ao *fazer política*. Logo, a divisão entre trabalho intelectual e manual teria de desaparecer, e as portas das universidades deveriam ficar abertas ao povo. Além disso, ficava clara a noção – bem característica da contracultura – de que a luta se daria em todas as frentes e de que a revolução deveria também ser um jogo. A revolução teria de ser total, subjetiva, alegre e imediata. (OLIVEIRA, 2011, p. 497-498)

⁷³ Ibid. p. 142-155.

⁷⁴ De acordo com Oliveira (2011, p. 494), é necessário marcar as diferenças entre o anarquismo histórico (umbilicalmente ligado ao universo operário) e as propostas anarquizantes retomadas nos anos 1960: “[...] houve uma ruptura entre o movimento anarquista mundial que interveio na luta de classes até a guerra civil espanhola, início da II Guerra Mundial, e, posteriormente, as gerações que reapareceram já nos anos 60, retomando propostas “anarquizantes”, estando filiadas, contudo, não mais ao movimento operário e sim a movimentos radicais da pequena burguesia nas Universidades, nos meios artísticos, nas manifestações da juventude na Europa e nos EUA, marcadas pelos signos de maio de 68 e Woodstock.” Cf. HARDMAN, F. **Nem pátria, nem patrão!** Vida operária e cultura anarquista no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1983. p.76.

⁷⁵ Alguns teóricos entenderam o termo “contracultura” como algo relativo a uma cultura minoritária, ou a “um conjunto de valores que contradizem os da sociedade dominante”. Nesse sentido, há aqueles que tratam a contracultura como um fenômeno mais ampla e outros que a compreendem como um fenômeno temporalmente circunscrito, ainda que ela possa tomar como referência movimentos distanciados até por milênios. Historicamente produzido, o conceito contemporâneo de *contracultura* faz referência, então, “aos valores e comportamentos da mais jovem geração (...) dos anos 60, que se revoltava contra as instituições culturais dominantes (...)”. (OUTHWAITE, W. et.alii., 1996, apud OLIVEIRA 2011, p. 495).

O movimento Internacional Situacionista, que vivenciou o maio de 1968 e presenciou mudanças no modo de produção capitalista no início da década de 1970, alertava que o cenário era de uma "economia de consumo absorvendo a economia de produção, a exploração da força de trabalho é englobada pela exploração da criatividade cotidiana." De acordo com Vaneigem (2002, p. 31), o que fazia rodar as turbinas do poder era uma mesma energia arrancada do trabalhador nas suas horas na fábrica e também nas suas horas de lazer. Ele enfatiza que a economia abandona um "autoritarismo da produção" e cai no mercado, mais lucrativo, da satisfação individual, "o reconhecimento oficial do prazer". Mas agora trata-se de "um prazer rentável, marcado com um valor de troca, arrancado da gratuidade da vida para servir à nova ordem mercantil." (VANEIGEM, 2002, p. 16) Essas transformações, segundo Vaneigem, estariam fundamentadas no ímpeto do mercado "livre" de reunificar o sistema capitalista, precipitando o desmoronamento do capitalismo de Estado burocrático. Afirma que o modelo ocidental "implantou uma democracia de supermercado, uma autonomia de *self-service* e um hedonismo em que os prazeres são pagos"; percebendo no momento exato que "um ser humano que vive pode trazer mais do que um ser humano morto ou corroído pela poluição". Esse fato foi provado, ainda conforme a argumentação de Vaneigem, pelo "crescimento de um vasto mercado de afeto - uma indústria que extrai lucros do coração".

Poder, Estado, religião, ideologias, exército, moral, esquerda, direita - que essas tantas abominações fossem enviadas uma após a outra ao ferro-velho pelo imperialismo do mercado poderia parecer à primeira vista uma boa razão para se alegrar. Mas, tão logo a menor suspeita surge em alguém, torna-se óbvio que essas abominações foram simplesmente realocadas e trabalham sob outras cores, a verde, por exemplo, que é também a cor do dólar. O novo consumismo pode ser democrático assim como brincalhão, mas sempre apresenta sua conta, e obriga que seja paga. A vida governada por uma cobiça sancionada não escapa da velha tirania de se ter que perdê-la para pagá-la.

Guy Debord teve um importante papel na criação do movimento Internacional Situacionista, razão pela qual é interessante compreender suas perspectivas, mas, principalmente porque formulou uma crítica profunda sobre "a sociedade do espetáculo", termo que, veremos, será tomado muitas vezes longe de seu contexto crítico original, utilizado para fazer "apologia da espetacularização promovida pelos meios de comunicação de massa." (FREDERICO, 2010, p. 180)

No período de atuação do movimento encontram-se as primeiras formulações sobre "a sociedade do espetáculo", que apresentavam uma crítica da aparência alienada da realidade. De acordo com Emiliano Aquino (2007, p. 171), a base teórica de Debord parte da constatação da lógica abstrata da forma-mercadoria, que escapa ao controle dos homens e lhes impõe "uma

relação entre coisas”, presente em todos os domínios da vida cotidiana. O espetáculo corresponderia exatamente a esse grau de açambarcamento de todas as relações sociais pelo capitalismo. Em sua teoria crítica do capitalismo espetacular, Debord concebe que o valor de troca autonomizado "pelo superacúmulo de capital" e também pela "extensão de sua lógica ao conjunto do espaço-tempo vivido", pode apresentar-se na totalidade dos valores de uso, de tal modo que se constitui como a única coisa que se faz ver. Assim, as experiências cotidianas dos indivíduos, situadas na esfera aparente do sistema, tornam-se, elas próprias, enquanto experiências subsumidas à lógica da troca de equivalentes, fenômenos aparentes da produção capitalista. Portanto, quando Debord (2006, p.14) afirma, por exemplo, que "o espetáculo não é um conjunto de imagens, mas sim uma relação social entre pessoas mediada por imagens", não está se referindo especificamente à visão sensível, mas antes a um "modo de produção", do qual o espetáculo seria apenas a "forma de aparição do capital".

Aquino defende que no centro da teoria crítica da "sociedade do espetáculo" de Debord há uma articulação conceitual entre a crítica da forma-mercadoria e a crítica da linguagem reificada, discutindo a partir daí o desdobramento de uma perspectiva emancipatória, que buscaria a superação da reificação e a ultrapassagem da forma-arte de modo indissociável de uma concepção comunicativa da linguagem e da práxis social.

Se Debord pode conceber o espetáculo como constituído na produção, como modo de produção, é fundamentalmente porque julga que, “com a separação generalizada do trabalhador e de seu produto, se perde todo ponto de vista unitário da atividade realizada, toda comunicação direta entre os produtores”; em consequência, “a atividade e a comunicação se tornam o atributo exclusivo da direção do sistema”. Em outras palavras, o conceito de espetáculo, não dizendo respeito ao “simples olhar”, diz do “que escapa à atividade dos homens, à reconsideração e à correção de sua obra. É o contrário do diálogo”. Se se tem em vista estas duas últimas passagens citadas, compreende-se que, sob o conceito de espetáculo, Debord busca essencialmente articular duas fundamentais dimensões constitutivas da aparência social [...]: a expropriação da atividade autônoma, inseparável da expropriação da linguagem comunicativa. (Aquino, 2006, p. 172)

A partir desta perspectiva, o fundamental, na teoria de Debord é que "a expropriação da atividade produtiva no capitalismo pressupõe a – e resulta necessariamente na – perda da comunicação direta entre os produtores". Neste sentido, estas duas determinações se refletem reciprocamente. Sob esta ótica, a posição de Debord baseia-se "tanto nas experiências anti-hierárquicas do movimento operário, notadamente nos Conselhos Operários do primeiro quarto do século XX, quanto nas experiências expressivas da arte moderna, contemporâneas daquelas mesmas experiências operárias revolucionárias."⁷⁶

⁷⁶ Ibid. p. 175.

O desenvolvimento da arte moderna, em sua natureza expressiva, aponta em negativo a busca de realização de uma outra linguagem comunicativa que, em suas experiências horizontais e anti-hierárquicas, o movimento operário ensaiou em positivo num diálogo prático de negação da linguagem unilateral e exterior do Estado. (Aquino, 2006, p. 177)

Para Aquino, Debord parte da possibilidade de uma “comunicação direta”, pretendendo ir além da afirmação da “expressão contra a comunicação reificada das atuais relações sociais, não desprezando ou contornando, mas precisamente tomando como fundamento o sentido crítico dessa oposição, buscando ultrapassá-la dialeticamente, numa perspectiva comunicativa”.

Debord acreditava numa perspectiva comunicativa como posição crítica e como projeto social de superação da reificação. Sua “práxis comunicativa” estaria baseada na negação total do “sistema único de alienações do mercado e do Estado”. Essa possibilidade contestadora já teria sido demonstrada pelas revoluções proletárias derrotadas, sobretudo as experiências conselhistas e assembleárias anti-hierárquicas. Ou seja, somente nos momentos revolucionários, em que os trabalhadores estariam eles próprios organizando sua luta contra a totalidade do sistema capitalista, é que a práxis comunicativa poderia ocorrer: a comunicação direta, o *olho no olho*, entre aqueles que estariam dispostos a negar a aparência imediata das relações reificadas e afirmar a vida.

É esta junção entre práxis comunicativa e comunismo – por sua vez constituída pela junção entre revolução proletária e poesia moderna – que fundamentalmente caracteriza a crítica social de Debord. Para ele, trata-se de opor à sociedade reificada, desde as lutas sociais cotidianas, a busca por “uma comunicação direta (...) que possa, assim, transformar o mundo segundo seu desejo”⁷⁷.

É dispensável dizer que Debord, obviamente, não seria um deslumbrado pelo espetáculo, mas sim seu crítico obstinado. Segundo Frederico (2007, p. 185), Debord, ao afirmar que a cultura estava se tornando a “*mercadoria vedete da sociedade espetacular*”, detectou o definitivo imbricamento entre cultura e mercadoria, que ainda não constava dos horizontes teóricos de Adorno.⁷⁸

Acreditamos que a ênfase de Debord na luta *na e pela* linguagem, de alguma maneira, se relaciona com as duas concepções apresentadas neste capítulo, uma vez que reclama, ao mesmo tempo, a comunicação como “instrumento de emancipação” e como “meio de luta contra a reprodução da dominação simbólica.” Na visão de Frederico⁷⁹, a compreensão das ideias de Debord é suficiente para “afastar qualquer interpretação midiocentrista sobre o espetáculo”, uma

⁷⁷ Ibid. p. 180-181.

⁷⁸ Frederico comenta que, “quarenta anos depois, Frederic Jameson ganhou notoriedade internacional ao retomar essa ideia e constatar, segundo o próprio Jameson, ‘uma prodigiosa explosão da cultura por todo o domínio do social, até o ponto em que tudo em nossa vida social – do valor econômico e do poder do Estado às práticas e à própria estrutura da psique – pode ser considerado como cultural, em um sentido original que não foi, até agora, teorizado’” (Jameson, 2000 apud Frederico, 2007, p. 184)

⁷⁹ Ibid. p. 184.

vez que os meios de comunicação de massa seriam apenas a “manifestação superficial” de um fenômeno mais profundo. A crítica da separação, portanto, acenaria “dialeticamente para uma superação dos termos isolados pela reificação”. Ainda assim, algumas das características trazidas pela nova relação estabelecida entre meios de comunicação e ação política da geração de 68 dariam vazão às iniciativas e concepções mediocêntricas que animam o midiativismo de nossos dias.

3 - O midiativismo contemporâneo: entre a resistência e a assimilação

Nos anos 1990, com a popularização dos computadores pessoais e interface *web* (modo gráfico da internet), as possibilidades interativas dos tempos ativista do rádio pareciam ser recolocadas com ainda mais convicção. A democratização da comunicação, novamente, voltava a fazer parte do horizonte dos militantes. A experiência paradigmática desse processo é a formação de uma rede de comunicação produzida por ativistas em luta: a Rede Indymedia ou os Centros de Mídia Independente, organizados globalmente contra os malefícios que a chamada globalização econômica trazia para diversos países do mundo. Foram essas experiências, de acordo com alguns autores, que deram ensejo ao neologismo midiativismo.

O novo ativismo parecia retomar alguns ideais difundidos nas lutas dos anos 1960, com destaque para as iniciativas autônomas e contraculturais. Porém, sua organização em rede e em escala global - baseando-se no uso de instrumentos de comunicação para agregar pessoas em torno de intervenções políticas pontuais e propósitos comuns - trouxe novidades no que diz respeito às formas de mobilização social. Assim, como não podia deixar de ser, suscitou diversas reflexões, tanto sobre o caso específico do uso das mídias sociais quanto em relação às transformações pelas quais passavam o capitalismo no início do século XXI.

Nossa tentativa neste último capítulo consiste em apreender a emergência do midiativismo contemporâneo na esteira das lutas dos movimentos de resistência global e da criação dos centros de mídia independente, entendendo-o como um momento desse mesmo processo. A nosso ver, o surgimento dessa rede de movimentos no final dos anos 1990 constitui o momento de ascensão das lutas midiativistas, concretizado com o surgimento da rede Indymedia; porém, tendo sido derrotadas, enquanto projeto que almejava pôr em causa os fundamentos das relações capitalistas, as lutas globais iniciam a sua fase de descenso e determinam os aspectos principais que caracterizam o midiativismo atual. Nessa análise focaremos os ciclos de absorção das lutas contestatórias, ou seja, o movimento pelo qual elas se convertem em próprios mecanismos de continuidade da exploração e dominação capitalista. Partimos do pressuposto de que, ao lado do conteúdo reivindicatório, é preciso debruçar-se igualmente sobre as formas de atuação prática e os resultados objetivos das lutas sociais para apreender seu caráter e evidenciar os mecanismos sociais de assimilação que possibilitam ao capitalismo absorver em sua própria dinâmica as contestações que o tentaram colocar em xeque, contribuindo, assim, para sua reprodução e renovação.

De acordo com João Bernardo (2004, p. 77 et. seq.), crítico das leituras entusiásticas sobre a internet, o desenvolvimento das novas tecnologias informacionais estaria relacionado à passagem de uma etapa de exploração capitalista baseada na componente muscular da força de trabalho, tal como foi no taylorismo/fordismo, para a exploração da componente intelectual do trabalho, a qual teria concentrado no modelo toyotista suas principais características. Ele afirma que a eletrônica, sobretudo a informática, forneceu as condições tecnológicas para a aplicação do toyotismo, uma vez que este “condenou os *mainframes* e os minicomputadores, substituindo-os por pequenos computadores pessoais, autônomos e integráveis horizontalmente. Por seu turno, esta nova tecnologia forneceu as condições para a plena aplicação do toyotismo.”⁸⁰

Esta transição para uma modalidade de exploração mais centrada na componente intelectual do trabalho teria ocorrido precisamente em decorrência de uma capacidade demonstrada pelos trabalhadores ao gerirem eles mesmos o processo produtivo e as suas lutas no decorrer dos anos 1960 e 1970. Havendo esgotado um modelo de gestão capaz de extrair valor de tarefas braçais, repetitivas e desprovidas de sentido⁸¹, os capitalistas teriam sido pressionados, pela força dos conflitos sociais, a inaugurarem uma nova etapa de acumulação que pudesse se apoderar do conhecimento fornecido pelos próprios trabalhadores no decorrer do processo produtivo. O autor fundamenta-se na constatação de que o capitalismo tende a assimilar rapidamente as formas de contestação e a aprender com os movimentos sociais que pretendem pô-lo em causa. Neste ciclo em particular, através da microeletrônica, fora possível dispersar fisicamente os trabalhadores, mas reuni-los num processo de trabalho integrado. A simples ligação dos computadores domésticos aos da empresa, por exemplo, teria viabilizado que os empregados de escritórios prosseguissem sua atividade em casa. A necessidade capitalista de espalhar os trabalhadores, ao mesmo tempo em que se concentravam os resultados do trabalho, teria levado a informática e as telecomunicações a evoluírem da maneira como as conhecemos hoje. Bernardo atenta para o fato de todos os instrumentos microeletrônicos poderem, atualmente, pela primeira vez na história, conjugarem três funções especiais: produtivas, de entretenimento e de fiscalização. Nessa leitura, o novo momento nascido com a crise do sistema fordista haveria mesmo promovido uma fusão entre o tempo de trabalho e o tempo de lazer. No entanto, esse ofuscamento entre as diferentes dimensões da vida estaria ocorrendo sob a égide das empresas transnacionais, consolidando aquilo que o autor tem constantemente chamado de Estado Amplo, ou seja, o poder que as empresas detêm

⁸⁰ Ibid. p. 83.

⁸¹ Cf. ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo, Boitempo, 2000.

de não só organizar o processo produtivo, mas de impor uma disciplina e uma forma de comportamento à força de trabalho no conjunto da vida social. Trata-se, cada vez mais, de um poder soberano, "inteiramente concentrado e absoluto", e que se eleva na medida em que o Estado tradicional perde sua influência e seu poder de intervenção. "Em resumo, as empresas ampliaram os sistemas eletrônicos originariamente criados para fiscalizar os seus próprios empregados durante as horas de trabalho, e aplicaram-nos à sociedade em geral e aos períodos de lazer."⁸²

As considerações de Bernardo nos autorizam a sugerir que os capitalistas foram exitosos ao assimilar os conflitos sociais, através do que puderam iniciar um novo período de dominação e acumulação de capital, ao mesmo tempo em que reforçaram os mecanismos velados de vigilância e controle. É sob essa perspectiva, a nosso ver, que devemos compreender a difusão das NTIC.

Nesses termos, consideramos que os movimentos de resistência global surgidos no final dos anos 1990 se encontravam, de alguma maneira, como herdeiros de um ciclo de derrotas dos movimentos dos anos 1960 e 1970, mas que, por sua vez, haviam demonstrado capacidades intelectuais na gestão dos processos de trabalho e auto-organização. A nova geração de lutas contestatórias dos anos 1990, porém, se levantaria já num patamar de renovação capitalista que, por um lado, se soube integrar e explorar essas capacidades dos trabalhadores em seus processos produtivos, expandindo-se, inclusive, para os momentos de lazer através dos jogos eletrônicos, difusão dos computadores pessoais, celulares entre outros instrumentos, por outro, abriu um novo campo de contradições.

Esses aparatos, primeiramente, possibilitaram que diversos jovens manejassem e se adaptassem a essas novas interfaces e linguagens, formando assim uma força de trabalho capaz de desenvolver habilmente atividades intelectuais relacionadas ao processamento e à produção de informações. Sob este aspecto, os lazeres, para além das instituições formais como a família e escola, exercem um papel preponderante na produção de uma força de trabalho qualificada ao nível do desenvolvimento do estágio contemporâneo do capitalismo. Os ativistas do final do século XX e início do século XXI também já estariam vivendo sob a fragmentação e dispersão dos trabalhadores que não se encontravam mais concentrados coletivamente em seus locais de trabalho. Ao contrário, esses novos ativistas, em sua maioria estudantes, desempregados ou *freelancers*, já seriam a representação de um processo avançado de

⁸² Ibid. p. 151.

precarização do trabalho possibilitado pelas novas tecnologias de informação e comunicação e, sobretudo, transnacionalização do capital. Fato esse, aliás, determinante para a eclosão dos protestos que se confrontavam com o “livre” comércio operado pela chamada globalização da economia.

No entanto, dadas estas originais aptidões requeridas da força de trabalho, esses movimentos de resistência global conseguiram colocar novas barreiras ao desenvolvimento do capitalismo, demonstrando que, mesmo dispersos, eram altamente capazes de se articularem e se organizarem em rede, de maneira autônoma, produzindo, inclusive, seus próprios instrumentos de comunicação.

A forma organizativa da produção do software livre constituiu-se enquanto uma rede de programadores em sua maioria ligados as empresas e universidades, trabalhando voluntariamente num projeto sem esperar qualquer outro retorno que não fosse “o reconhecimento público por um trabalho bem feito” (ORTELLADO, 2002, p. 9). A forma aberta e colaborativa dessa produção inspiraria inúmeros projetos midiativistas que surgiram na rede, como por exemplo, a rede *Indymedia*.

É esse o cenário que daria ensejo à atuação dos movimentos de resistência global e, conseqüentemente, da rede *Indymedia*. A produção autônoma em rede provada pelo projeto do software livre e as possibilidades comunicativas, em plataforma global, com um grande número de pessoas através do email e sites de bate-papo foram fundamentais para a luta na escala em que ocorreu. Vejamos as principais características dessas movimentações.

3.1 – A ORGANIZAÇÃO DOS “DIAS DE AÇÃO GLOBAL”

Apesar da “Batalha de Seattle”, como ficou mundialmente conhecido um dos dias de ação global em 1999, a organização da Ação Global dos Povos (AGP) começou um ano antes em Genebra, na Suíça. Os Dias de Ação Global foram manifestações descentralizadas, organizadas em diversos lugares do mundo, em datas que coincidiam com encontros de cúpula de organizações como a do grupo dos oito países mais ricos do mundo (G8), a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Banco Mundial (BIRD) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) (MANOLO, 26 fev. 2010). De acordo com o texto de introdução à AGP, disponibilizado no site dos movimentos que arquiva toda a documentação produzida durante as lutas:

Entre os dias 23 e 25 de Fevereiro de 1998, encontraram-se em Genebra movimentos de todos os continentes. Aí, lançaram uma coordenação mundial de resistência contra o mercado globalizado, uma aliança nova de luta e ajuda mútua,

designada por Acção Global dos Povos contra o Comércio "Livre" e contra a Organização Mundial do Comércio (AGP; 'PGA' em língua inglesa). Esta nova plataforma tem vindo a servir como instrumento de comunicação e de coordenação de todos os que lutam contra a destruição planetária da humanidade causada pelo mercado global, através da construção de alternativas locais. A primeira reunião de coordenação mundial das lutas locais, em simultâneo com a conferência ministerial da OMC, em Maio de 1998, Genebra, foi um grande sucesso: muitas manifestações diferentes tiveram lugar tais como acções e Festas de Rua Globais, e isto em cinco continentes, entre os dias 16 e 20 de Maio. Os documentos que definem a AGP são: os seus cinco princípios, os seus princípios de organização e o seu manifesto.⁸³ (INTRODUÇÃO À AGP, set. 2002)

É interessante destacar que a Acção Global dos Povos surge não como uma instituição tradicional de luta, como são os partidos políticos e os sindicatos, mas como uma plataforma que serve de comunicação e coordenação de movimentos descentralizados e autónomos.

De acordo com o relato de Pablo Ortellado, que protagonizou as lutas dos “Dias de Acção Global” em São Paulo, a fonte de inspiração para o movimento se encontrava, sobretudo, nos encontros promovidos pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN)⁸⁴. Os zapatistas teriam conseguido, através do uso de instrumentos de comunicação como a internet, mobilizar milhares de pessoas e simpatizantes para suas causas, em 1996, quando enviaram um email chamando para um Encontro de Ativistas e Intelectuais internacionais para a construção de assembleias em Chiapas que discutiriam táticas comuns, problemas e soluções. Seis mil pessoas compareceram e passaram dias compartilhando histórias de luta contra o inimigo comum: o capitalismo. A AGP, nesse sentido, também se apoiaria na ideia de aproveitar a rede de comunicação, que ganhava muito dinamismo com o barateamento da internet, para mobilizar simultaneamente, em todas as partes do globo, movimentos sociais contra as instituições supranacionais que estavam promovendo o neoliberalismo.

Em relação aos princípios da AGP, podemos resumir: a rejeição ao capitalismo e outras formas e sistemas de dominação que estavam promovendo uma globalização destrutiva; a escolha do confronto, da acção direta, da desobediência civil, ao invés do diálogo, uma vez que esse seria ineficiente e ineficaz no tratamento de organizações “tão profundamente anti-democráticas e tendenciosas, nas quais o capital transnacional é o único sujeito político real”,

⁸³ Todos os documentos sobre a AGP, assim como este texto de introdução, podem ser encontrados em: < <http://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/free/pt/introducao.htm> . Acesso em: 15 jun. 2011.

⁸⁴ O Exército Zapatista de Libertação Nacional se insurge no dia 1º de janeiro de 1994, dia e ano em que entravam em vigor o NAFTA (North America Free Trade Agreement), área de livre comércio entre a América do Norte – Estados Unidos da América, Canadá e México. De acordo com Hilsenbeck Filho (2007, p. 18), o EZLN é um movimento de indígenas mal armados, localizado no sudoeste do México, que teve ressonância amplificada no mundo inteiro e ditou o tom que envolve a resistência anticapitalista e libertária ao redor do globo. O movimento se apresentou como antípoda das tradicionais guerrilhas que a América Latina conheceu e foi o despertar mais visível (e um dos mais significativos) de um novo ciclo de protesto social que tomou corpo no decorrer da segunda metade dos anos 1990 na América Latina, de cunho antiliberal e anticapitalista. Toda a repercussão e “novidade” encerrada pelo EZLN não poderia se desvincular do momento histórico de “crise da esquerda”, momento em que houve profundo refluxo dos movimentos deste tipo em todo o mundo.

propondo formas de resistência que maximizassem “o respeito à vida e os direitos dos povos oprimidos, assim como, a construção de alternativas locais ao capitalismo global”; e, finalmente, uma base de organização descentralizada e autônoma (PRINCÍPIOS ORGANIZATIVOS DA AGP, 2001).⁸⁵

É possível dizer, grosso modo, que o movimento de “anti-globalização”, como era chamado pela grande mídia, resultava da convergência entre movimentos anticapitalistas do Norte geopolítico, que integrava diversos grupos como *autonomen* (alemães), *centros sociales okupados* (espanhóis), *centri sociali autogestiti* (italianos), *Reclaim the Streets* (britânicos), ambientalistas radicais do *Earth First!* etc., assim como movimentos sociais de base do Sul geopolítico: o movimento zapatista mexicano e os diversos movimentos de povos originários da América Latina, movimentos de camponeses, movimentos de trabalhadores de *maquiladoras* etc. (MANOLO, 26 fev. 2010). A extrema diversidade⁸⁶ era um dos elementos marcantes da AGP, a ação direta como método principal de luta é que seria seu ponto em comum.⁸⁷

Essa rede de movimentos também expressava, em seus documentos internos, que não possuía membros; não tinha estatuto jurídico, nem deveria ser legalizada ou centralizada em nenhum país, assim como nenhuma pessoa ou organização representaria a AGP, nem a AGP seria órgão representativo de ninguém. Em relação às formas de comunicação e organização, indicava:

1. A AGP deverá ter várias ferramentas de informação/comunicação, incluindo um boletim regular, uma página na internet e outras publicações, as quais serão feitas voluntariamente por organizações e indivíduos que apoiem os fins da AGP. Sua elaboração será feita de forma rotativa e descentralizada. Antes desses materiais informativos aparecerem sob o nome da AGP, seus conteúdos terão que ser revisados pelo Comitê de Convocadores (incluindo a modificação da página da internet). O comitê pode fazer com que a publicação desses materiais esteja condicionada à modificação ou remoção de parte de seu conteúdo, se estes estiverem em conflito com o manifesto da AGP.
2. A AGP não terá quaisquer recursos. Os fundos necessários para pagar as conferências e as ferramentas de informação terão que ser obtidos de forma descentralizada. Todos os fundos obtidos para a conferência serão administrados pelo Comitê de Convocadores. As publicações terão que ser auto-financeáveis. O boletim será distribuído por uma rede de organizações que também será responsável pela coleta do pagamento de subscrições. Qualquer valor a mais produzido pelas subscrições serão usados para enviar o boletim para organizações que não podem pagar a subscrição.
3. A AGP possui um secretariado rotativo, que muda todo ano. Cada comitê de Convocadores decidirá onde os secretários estarão durante seus dois anos de vigência.

⁸⁵ Cf. Princípios da Ação Global dos Povos. Disponível em: < <http://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/pt/hallmpt.htm> >. Acesso em: 15 jun. 2011.

⁸⁶ Uma lista completa de todos os grupos e movimentos participantes da AGP pode ser consultada em: < <http://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/cocha/applications.htm> >

⁸⁷ Ibid.

4. As conferências da AGP não incluirão a discussão destes princípios organizacionais no programa. Se houver uma solicitação concreta, um grupo de discussão sobre questões organizacionais será formado. Este grupo de discussão se reunirá paralelamente ao programa da conferência, para elaborar propostas concretas de modificação as quais devem ser votadas em plenário.

5. A AGP espera inspirar a criação de diferentes plataformas (tanto regionais quanto baseadas em áreas de trabalho) contra o "livre" comércio e as diferentes instituições que os promovem. Não haverá, em qualquer caso, uma relação de pertencimento entre estas plataformas e a AGP. As plataformas serão portanto, completamente autônomas.⁸⁸

A forma organizativa em rede e o uso de instrumentos de comunicação para articular as lutas em caráter global possibilitaram que inúmeros protestos ocorressem não só nas cidades em que se realizavam as reuniões de cúpulas e das principais organizações supranacionais, como também em diversos países e regiões, concomitantemente.

A primeira reunião que lançou as bases para a AGP ocorreu em Genebra, na Suíça, e teve sua primeira ação em 16 de maio de 1998, em Londres, animada, principalmente, por grupos como *Reclaim the streets*

O ano de 1998 viu uma proliferação de squats na Inglaterra, que serviriam como espaços onde pessoas envolvidas com ação direta poderiam se encontrar, discutir e se organizar. Mas aquele ano seria também o do primeiro Dia de Ação Global, que na Inglaterra seria convocado como Carnaval contra o Capitalismo. Com o envolvimento do Reclaim The Streets de Londres na formação e articulação da rede Ação Global dos Povos, e na convocação mundial dos Dias de Ação Global – que se tornariam uma espécie de “marca registrada” do movimento antiglobalização –, em 16 de maio de 1998 ocorreria durante o encontro do G8 em Birmingham as primeiras ações de rua dos ativistas britânicos que fariam parte do que posteriormente ficaria conhecido como movimento antiglobalização. Nos 20 meses seguintes a maio de 1998 houve 34 acampamentos de resistência a diversos projetos e construções. Mas após o primeiro Dia de Ação Global, e após 65 festas de rua registradas no país, o RTS colocaria praticamente todas as suas energias no J18, como ficou conhecido o Dia de Ação Global de 18 de junho de 1999, simultâneo ao encontro do G8 que se realizava em Colônia, Alemanha. (VINÍCIUS, 27 ago. 2009)

O marco de inspiração para os protestos de Seattle foi, de fato, o J18 (o 18 de junho de 1999), quando mais de 10.000 pessoas em mais de 50 países participaram das manifestações, fazendo com que fosse considerado um grande sucesso. De acordo com uma coletânea de textos sobre o movimento de ação direta britânico dos anos 1990, Leo Vinícius descreveu da seguinte maneira seus impactos:

As autoridades foram pegas de surpresa. Uma manifestação onde não eram identificadas lideranças, que fugia aos padrões tradicionais de eventos em que se identificava uma estrutura hierárquica ou organização formal por trás – e portanto controláveis de alguma forma –, que era ao mesmo tempo inesperada e que teve um impacto que nenhuma outra manifestação teve na Inglaterra desde 1990. Houve distúrbios e destruição de propriedade, principalmente no centro financeiro. Os prejuízos foram avaliados em mais de 1 milhão de libras. Reclaim The Streets e a

⁸⁸ Ibidem.

palavra “anarquista” iriam povoar os jornais ingleses nos meses e anos seguintes ao J18 – o jornal *The Guardian* publicaria 126 artigos envolvendo o Reclaim The Streets entre 1999 e 2003.

O evento, senão mais importante, pelo menos mais midiático, aconteceu em 30 de novembro de 1999, em Seattle, Estados Unidos, sendo considerado “simbolicamente” como a “inauguração do movimento”. Segundo Ortellado (2002), “a estratégia dos grupos de ação direta de impedir o encontro da OMC [Organização Mundial do Comércio] dividindo a cidade em zonas e bloqueando os acessos” foi realmente um espetáculo. Essas contestações conseguiram, de fato, barrar a reunião das instituições supranacionais.

Com os números e a força política trazidas pelos sindicatos, com os lobbies e os dados fornecidos pelas ONGs, que há anos vinham estudando os impactos das políticas neoliberais e com um surpreendente movimento de ação direta que bloqueou as ruas de Seattle, impedindo o tráfego dos delegados, conseguiu-se um clima político que possibilitou que as demandas de alguns países do terceiro mundo que eram contra as medidas ultra-liberais da OMC fossem ouvidas. Esse foi o cenário do fracasso da rodada do milênio.

A “Batalha de Seattle” também marcaria o início de uma rede de mídia independente criada pelos ativistas com o intuito de conseguirem pautar sua própria cobertura dos protestos em oposição à repercussão distorcida e “canalha” da mídia corporativa. A discussão sobre a relação com a mídia aparecia internamente ao movimento, segundo Ortellado (2004), em torno da acusação de as manifestações serem puramente midiáticas. Ele afirma que os ativistas não queriam apenas forjar uma notícia, mas principalmente envolver um número cada vez maior de pessoas nesse processo de oposição radical e desobediência civil. Dessa maneira, as discussões acabavam oscilando “entre a necessidade de ampliar a nossa voz tentando canalizar o interesse da mídia corporativa e o receio de que a ênfase na cobertura midiática nos desviasse da necessidade de agregar cada vez mais gente”. Porém, todos os envolvidos reconheciam que a capacidade de influenciar a grande mídia era muitíssimo limitada. À medida que os atos cresciam e impactavam na sociedade, tornavam-se assuntos dos jornais, mas a experiência de “serem a própria notícia” demonstrava continuamente a distorção promovida pelas corporações midiáticas, o contraste entre o que estava ocorrendo e o que era veiculado. Daí a necessidade de criarem seus próprios mecanismos de produção da informação. Para Ortellado, não se tratava apenas de manipulação.

Em geral, os mecanismos de distorção são mais sutis. Em primeiro lugar, residem no enorme poder concentrado nas mãos do editor. Jornais e TVs são organizações hierárquicas que concentram muito poder nas mãos dos editores e transformam os repórteres em verdadeiros peões. O editor concentra pelo menos três poderes fundamentais na produção da notícia: ele seleciona as pautas (definindo, portanto, o que é e o que não é relevante), ele monta a manchete e ele edita o texto final. Com isso, sem ter que fazer o trabalho “braçal” de pesquisar, fotografar, entrevistar, etc. ele consegue dar o sentido geral na matéria. Some-se a isso a lógica industrial da

redação jornalística, com produção diária e prazos curtos e tem-se o cenário para distorções freqüentes. Em nossa experiência, muito freqüentemente a informação do repórter era abusivamente editada e levada ao ar de maneira distorcida. Às vezes, um repórter bem disposto recolhia informações de maneira relativamente equilibrada e a matéria depois aparecia completamente desfigurada. [...] Seja pelo poder do editor, seja pela lógica industrial de produção da notícia ou simplesmente pela natureza capitalista da organização jornalística, o fato era que a relação com a mídia sempre foi difícil. Era preciso por um lado combatê-la, mas também não se podia prescindir dela. Ou haveria alguma dúvida que uma manifestação que simplesmente não aparecesse nos jornais perdia repercussão política?

Foi dessa maneira que os movimentos envolvidos desenvolveram suas próprias ferramentas de comunicação e criaram a rede de mídias independentes (rede *Indymedia*). De acordo com Ortellado, a criação os centros de mídia independente teria sido um dos resultados mais concretos e importantes realizados pelos movimentos que convergiam na Ação Global dos Povos.

O site do CMI nasceu em novembro de 1999, especificamente para cobrir os protestos contra a OMC em Seattle. Ele foi concebido, alguns meses antes, num encontro de mídia alternativa como um banco de dados multimídia por meio do qual diferentes veículos alternativos intercambiariam matérias dispensando o direito autoral. O que aconteceu, porém, foi que, durante os protestos de Seattle, não apenas os jornalistas utilizaram o site. Os manifestantes, eles mesmos, publicaram diretamente seus relatos, entrevistas, fotos e vídeos, dispensando a mediação do jornalista. As pessoas envolvidas no projeto foram suficientemente sensíveis para perceber esta apropriação e transformaram isso em base para um novo conceito de contra-informação. Não se tratava apenas de combater a hierarquia da redação jornalística, nem o caráter industrial e capitalista da produção da notícia; tratava-se de abolir o próprio papel do jornalista enquanto mediador, criando um sistema participativo de publicação aberta. Os altos índices de acesso e a difusão dos sites do CMI mostraram que a escolha tinha sido acertada.

À medida que os protestos "antiglobalização" foram se espalhando, os CMIs foram sendo criados em toda a parte onde os "novos movimentos" eclodiam. Até a data da pesquisa de Burger (2004, p.26), existiam mais de cem Centros de Mídia Independente em mais de trinta países, em todos os continentes. O Centro de Mídia Independente do Brasil nasceu em dezembro de 2000, como desdobramento da organização do movimento antiglobalização em São Paulo, que havia promovido um protesto no dia 26 de Setembro do mesmo ano (S26), quando se reuniram, em Praga, o FMI e o Banco Mundial.

Praga seria o palco de outras grandes mobilizações da AGP, em 26 de setembro de 2000. Em entrevista arquivada no site de documentação da AGP, um ativista suíço, Olivier de Marcellus, membro da *Action populaire contre la mondialisation*, descrevia como foram organizados os atos do S26 na cidade.

A grande manifestação convocada pela INPEG aconteceu Terça-feira, dia 26. Mas outras formações, como o Jubilee 2000 ou os sindicatos, que não quiseram entrar na lógica dos bloqueios, convocaram a encontros nos dias precedentes, reunindo notadamente 5000 pessoas no Domingo.[...] Na Terça-feira, perto de vinte mil manifestantes, de tendências e países diferentes, estavam de acordo em tentar bloquear o encontro do FMI e BM, mas com concepções muito diferentes sobre a maneira d o fazer. A manifestação foi então dividida em quatro partes. A primeira, composta essencialmente pelo SWP inglês (Partido Socialista dos Trabalhadores inglês), queria dar uma volta pela cidade antes de se atacar o centro de convenção onde o FMI se encontrava. Os italianos do Ya Basta conduziram a parte mais direta (o caminho principal) na direção ao edifício, atacando de frente de maneira determinada mas não violenta (graças aos seus uniformes estilo futebol americano, capacetes, etc., às barreiras da polícia que lhes bloqueavam o acesso à ponte). As duas últimas partes de aproximaram do objetivo pelos lados com, ao sudeste, uma parte mais "soft" conduzida pelo Reclaim The Streets e o comitê internacional de pilotagem da AGP e ao sudoeste, o "Black Bloc" dos anarquistas (os poloneses e tchecos estavam ali em grande número), preparados para os enfrentamentos mais duros com a polícia. Era realmente uma estratégia militar, e o mais incrível é que ela funcionou! O perímetro protegido pela polícia foi passageiramente forçado a recuar, [...] Eles tentaram evacuar por metrô, mas o corredor até a estação não era bastante largo e os primeiros a tentarem passar foram lembrados pelas pedras e bateram em retirada! Vários delegados foram feridos. Depois eles não quiseram mais sair porque estavam com medo, eles viam as barricadas em chama do lado anarquista, era o pânico à bordo! [...]. Finalmente a polícia conseguiu os fazerem passar, e foram vistos descenderem ao metrô (fechado ao público na ocasião) como ratos. Embora não tenham sido impedidos de entrarem no Centro de Convenção, o encontro foi mais atrapalhado do que em Seattle. Eles cancelaram o terceiro dia de reunião, sustentando que não era devido às manifestações. [...] o terceiro dia de reunião foi cancelado. (N. do T.) De tardinha, uma reunião no local da ópera impediu a presença dos delegados do FMI em uma cerimônia oficial. Os manifestantes bloquearam todas as entradas e a cerimônia foi cancelada. No local, os músicos parisienses da Frente Musical de Intervenção deram um super concerto de músicas revolucionárias, enquanto os helicópteros passavam impotentes no céu. Uma noite de sonho! [Além dos músicos revolucionários franceses havia o grupo de samba inglês na ocasião. Algumas pessoas contam que não queriam estar em nenhum outro lugar do mundo neste momento, foi um momento mágico... Imaginem um carnaval popular revolucionário impedindo a nobreza de assistir sua ópera... N. do T.] (ENTREVISTA COM ATIVISTA LIGADO A AGP, 3 out. 2000)⁸⁹

Durante as manifestações em Praga, portanto, o CMI já estava funcionando a todo vapor. Na ocasião, o ativista suíço da AGP entrevistado também contava a importância da cobertura que eles se responsabilizavam de fazer no CMI, através do que as pessoas se organizavam em grupos de afinidade e dividiam tarefas específicas: “transmitir as comunicações, escolher os vídeos, dar os primeiros socorros após os gases, bloquear uma zona específica, etc. As mídias independentes foram muito importantes. Graças ao site Indymedia na internet, podia-se saber a cada hora o que se passava.” (ENTREVISTA COM ATIVISTA LIGADO A AGP, 3 out. 2000)

O ativista *Camarada d.*, membro do CMI-BR, afirmaria, em entrevista sobre os 9 anos de existência da rede, que “antes de tudo é preciso enfatizar que o CMI tem uma luta própria, a

⁸⁹ Todas as transcrições de trechos da documentação da AGP estão aqui reproduzidas literalmente, incluindo lapsos ortográficos e de tradução.

democratização da informação em níveis mais diretos”. O site, segundo ele, promoveu uma relação direta entre o emissor e o receptor da mensagem, radicalizando o projeto em termos de forma e conteúdo. A sua proposta era muito simples: “reunir num site informações sobre as mais variadas lutas, aproximando-as, dando ênfase (ainda que um pouco sutil) à ideia de que todas as lutas estão integradas, ou deveriam estar, e são parte de um mesmo processo de emancipação, de superação do capitalismo.” (ESPECIAL 9 ANOS DE CMI-BRASIL, 21 dez. 2009)

Na mesma entrevista é possível perceber a ideia, consensual, de que um dos pontos importantes do site foi proporcionar aos ativistas envolvidos a integração ao processo de inovação tecnológica, por exemplo, através das oficinas técnicas em que cada colaborador do site trazia sua experiência e “gostos pessoais” sobre determinado tema, proporcionando intensa troca de conhecimento entre todos. Ainda sobre o ponto de vista tecnológico, Ortellado afirma que o CMI “difundiu o conceito de comunicação aberta.” Os sites dos centros de mídia independente possuem uma coluna em que qualquer usuário pode publicar materiais e comentários e o incentivo à participação e colaboração de todos corroboram ideias de uma comunicação mais horizontal, direta e democrática.

O que é fundamental, a nosso ver, sobre o surgimento desta rede ativista de mídia é que ela nasce de uma necessidade interna do movimento de Ação Global dos Povos, movimento que por si só já era considerado instrumento de comunicação e coordenação dos diversos movimentos que praticavam atos em escala global. A organização em rede, a autonomia e a descentralização eram características fundamentais dessas movimentações. O CMI assume, por conseguinte, os mesmos princípios organizativos, na medida em que era instrumento de luta dos ativistas da AGP. Outro ponto, tão importante quanto este, foi o potencial de produção colaborativa de informação a que a experiência deu ensejo.

Acreditamos, portanto, que a criação da rede Indymedia é representativa desse processo de ascensão do movimento de resistência global que havia atingido seu ápice nas ações praticadas em Seattle em 1999. Os CMIs demonstraram uma capacidade midiativista não só de oporem suas próprias histórias de luta, reivindicações, denúncias etc. às versões unilaterais e distorcidas das mídias corporativas, como de se apropriarem dos instrumentos de comunicação para construir, a partir dessa tomada dos meios de produção, as relações sociais que gostariam de estabelecer numa outra sociedade, ou seja, baseavam-se no que se pode chamar de política prefigurativa. A comunicação parecia ter encontrado uma forma democrática de se realizar, promovendo a interação entre os ativistas de todo o mundo (no CMI, por exemplo, discutiu-se a tentativa de adotar o esperanto como língua que pudesse aproximar

todos ativistas), sendo utilizada enquanto instrumento de luta e contestação de uma convergência de movimentos sociais, e sendo produzida, de forma colaborativa e autônoma, por todos aqueles em luta que podiam, naquele momento, terem voz.

A ascensão dessa resistência em rede suscitou diferentes interpretações de inúmeros autores. Compreender as transformações pelas quais passava o capitalismo desde o final da década de 1960; os impactos e possibilidades advindos das novas tecnologias de informação e comunicação, sobretudo em relação aos processos produtivos e as características que assume o trabalho relacionado com conhecimento, informação e comunicação; e dentro disso as novas formas de luta e resistência foi e continua sendo preocupação recorrente entre teóricos que se esforçam para apreender a complexa realidade social contemporânea.

Hardt e Negri escreveram em 2001, ano em que ocorreria também os Dias de Ação Global em Gênova, Itália, o livro *Império*, o qual teve bastante repercussão no mundo todo e, sob muitos aspectos, coincidia com a temática dos movimentos antiglobalização.⁹⁰ Como eram autores que tiveram suas ideias bem acolhidas entre os ativistas italianos dos centros de cultura social, importantes nas ações da AGP pela Europa, Hardt e Negri foram associados a esses movimentos, alçados a teóricos do “movimento de movimentos”. E foi nessa onda global de lutas que os autores viam “o exemplo político mais plenamente realizado do conceito de multidão”, segundo estudo de Vinícius (2010, p. 145). Ou seja: “Cada luta ou movimento mantinha sua singularidade se conectando em rede com os outros, sem um centro.” Os movimentos e ações que ocorrem principalmente de Seattle até Gênova, em 2001, expressariam “para Negri uma ‘recomposição multitudinária’ (de diversidade, singularidade): uma recomposição social e política, e que não seria movimento estudantil ou de classe (em sentido identitário)”. (NEGRI, 2007a apud VINÍCIUS, 2010, p. 145)

Hardt e Negri (2003, p. 125) compreendiam que os movimentos de globalização, que se estenderam de Seattle a Gênova e aos Fóruns Sociais Mundiais de Porto Alegre e Mumbai, constituiriam o exemplo mais claro até hoje de organizações disseminadas em rede.

Um dos elementos mais surpreendentes dos acontecimentos de Seattle em novembro de 1999 e em cada uma das grandes manifestações ocorridas desde então é o fato de que grupos que até então considerávamos diferentes e até contraditórios em seus interesses agiam em comum – ambientalistas com sindicalistas, anarquistas com grupos religiosos, gays e lésbicas com os que protestavam contra o complexo carcerário-industrial. Os grupos não se apresentam sob qualquer autoridade única, antes se relacionando numa estrutura em rede. [...]

⁹⁰ A tese de o *Império* consistia no “reconhecimento de que a ordem global contemporânea já não pode ser entendida adequadamente em termos de imperialismo, tal como era praticada pelas potências modernas, com base essencialmente na soberania do Estado-nação ampliada para territórios estrangeiros. Em vez disso, surge agora um ‘poder em rede’, uma nova forma de soberania, que tem como seus elementos fundamentais, ou pontos nodais, os Estados-nação dominantes, juntamente com as instituições supranacionais, as grandes corporações capitalistas e outros poderes”. (HARDT; NEGRI, p. 10)

formas de processos decisórios democráticos constituem a base desses movimentos, que conseguem agir conjuntamente de acordo com o que têm em comum. Por isto é que se denominam 'movimento dos movimentos'. A plena expressão de autonomia e da diferença de cada um coincide aqui com a poderosa articulação de todos. A democracia define tanto a meta dos movimentos quanto sua constante atividade.

Sob esse ponto de vista, os autores também incluíram, por exemplo, as várias formas de resistência eletrônica e os movimentos de hackers, que, para Hardt e Negri, tentariam tornar comuns os enormes recursos controlados nas redes eletrônicas e impedir as novas e sofisticadas formas de controle que se utilizam de tecnologias cibernéticas. “Esses movimentos também se baseiam num desejo de liberdade e numa concepção da enorme riqueza e das poderosas novas formas de colaboração e comunicação possibilitadas pelas redes.”^{91 92}.

Em *Multidão*, posteriormente, Hardt e Negri (2005, p. 126-127) traçariam uma “genealogia” das formas de resistências modernas, que haveriam evoluído de “revoltas e rebeliões disparatadas de guerrilha”, passando por exércitos populares e exércitos policêntricos de guerrilha até a atual estrutura em rede disseminada. Para os autores, três princípios, historicamente conflitantes entre si, guiariam essas formas de resistência. O primeiro seria a busca pela eficácia na situação histórica específica em que se desenvolve a luta; o segundo, a correspondência entre a forma de organização e as formas de produção econômica e social; e, o terceiro, a importância dos preceitos de democracia e liberdade nas formas organizacionais de resistência. Baseados nessa reflexão, eles concluem que hoje estaríamos diante de um ponto em que os três princípios coincidiriam. “A estrutura disseminada em rede constitui o modelo de organização absolutamente democrática que corresponde às formas dominantes de produção econômica e social e também vem a ser a mais poderosa arma contra a estrutura vigente de poder.” Os movimentos em rede, segundo os autores, seriam capazes de agir ao mesmo tempo dentro dos marcos legais estabelecidos, numa atuação de tentar neutralizar os efeitos repressores da lei; dentro e fora do contexto jurídico, criando contrapoderes que desafiam as autoridades e, ao mesmo tempo, também atuariam totalmente fora da legalidade, tentando romper com a atual ordem e subvertê-la, abrindo espaço para construção de outra sociedade. Os movimentos em rede, a exemplo da AGP, estariam reunindo essas características,

⁹¹ Ibidem, p. 127.

⁹² É importante lembrar, porém, que os autores escreveram esse livro em 2004, ou seja, cinco anos depois da criação da rede Indymedia, portanto, já estavam assistindo a um processo de ampliação e desenvolvimento de formas de resistência midiativistas, como as apontadas acima. De todo modo, como tentamos demonstrar, as iniciativas de produção colaborativa em torno do desenvolvimento do software livre e a produção em rede de informações e bens culturais feitas pelos ativistas dos centros de mídia independente foram paradigmáticas nesse sentido. O que nos leva a crer que o midiativismo contemporâneo se desdobra na esteira dessas experiências.

questionando a própria legalidade. Seria impossível, de acordo com Hardt e Negri, por exemplo, dizer se uma rede de manifestantes em protesto contra uma reunião de cúpula estaria agindo ou não ilegalmente, se não há uma autoridade central liderando o protesto e as ações são todas variadas e mutáveis. Mas, certamente, a característica fundamental dos movimentos em rede seria o princípio da democracia.

Os autores acreditam que a legitimação da ordem global hoje estaria baseada fundamentalmente na “guerra”⁹³, e resistir à guerra, à essa legitimação, tornaria-se tarefa “ética comum”. Assim, a produção capitalista e a vida, ou seja, a produção biopolítica da multidão, estariam associadas de maneira cada vez mais íntima e se determinariam reciprocamente.

O capital depende da multidão, e no entanto está constantemente sendo lançado em crises pela resistência da multidão a sua autoridade e a seu comando. No corpo-a-corpo que une a multidão e o Império no campo biopolítico, quando o Império recorre à guerra para se legitimar, a multidão recorre à democracia e a sua fundamentação política. Esta democracia que se opõe à guerra é uma “democracia absoluta”.

Hardt e Negri (2005, p. 134-135) ponderam, entretanto, que apenas indicar um paralelo entre a evolução das resistências e a produção econômica poderia dar a impressão de que a inovação tecnológica é a força fundamental que impulsiona a mudança social. Assim, colocam a importância de se analisar o conteúdo do que está sendo produzido, como e por quem. E só conhecendo as condições de trabalho e as bases da exploração é que se poderia ver como surgem as resistências no mercado de trabalho e como mudam de acordo com as transformações das relações de produção. É isso que articularia uma ligação mais substancial entre a produção e as resistências. Nesses termos é que eles identificam que a forma dominante de produção contemporânea, que exerce sua hegemonia sobre as demais,

cria bens imateriais como ideias, conhecimento, formas de comunicação e relações. Nesse trabalho imaterial, a produção ultrapassa os limites da economia [...]. O que é produzido [...] não são apenas bens materiais, mas relações sociais e formas de vida concretas. Chamaremos esse tipo de produção de “biopolítico”, para enfatizar o caráter geral de seus produtos e a maneira como ele investe diretamente a vida social em sua totalidade.⁹⁴

A tese dos autores é de que o trabalho imaterial tornou-se hegemônico em termos qualitativos, tendo imposto uma tendência a outras formas de trabalho e à própria sociedade.

⁹³ A metáfora da guerra é utilizada pelos autores para caracterizar um “biopoder” que se situa acima da sociedade como uma autoridade soberana e impõe sua ordem. Ele não apenas ameaça com a morte, mas, sobretudo, domina a vida, produzindo e reproduzindo todos os aspectos da sociedade. (Hardt; Negri, 2005, p. 135) O conceito de biopoder pode ser encontrado em Foucault, que o identifica na prática da “sociedade do controle”, que estaria muito mais baseada num poder fluído, já interiorizado nas pessoas, para além das instituições bem demarcadas da sociedade disciplinar, e, sobretudo, se apresentaria cada vez mais democrático. (Idem, 2010, p. 42-43)

⁹⁴ Ibid. p. 134-135.

"[...] hoje o trabalho e a sociedade têm de se informatizar, tornar-se inteligentes, comunicativos e afetivos."⁹⁵ Por isso, mencionam duas formas fundamentais do trabalho imaterial:

- 1) Trabalho primordialmente intelectual e linguístico, como a solução de problemas, as tarefas simbólicas e analíticas e as expressões linguísticas. Produz idéias, símbolos, códigos, textos, formas linguísticas, imagens e outros produtos do gênero.
- 2) Trabalho afetivo: refere-se ao corpo e à mente. É o trabalho que produz ou manipula afetos como a sensação de bem-estar, tranquilidade, satisfação, excitação ou paixão. Identificamo-lo, por exemplo, no trabalho de assessores jurídicos, comissários de bordo e atendentes de lanchonete (serviço com sorriso). Uma indicação sobre a importância desse trabalho é a tendência dos empregadores enfatizar a educação, a atitude, a personalidade e o comportamento "pró-social" como capacitações primordiais necessárias aos empregados. (HARDT; NEGRI, 2005, p. 149)

Hardt e Negri afirmam que a ascensão do trabalho imaterial tende a completar o processo pelo qual os sistemas de trabalho se ramificam por todas as circunstâncias da vida, atuando na "reprodução geral da sociedade como um todo", na medida em que "também produz diretamente relações sociais e formas de vida". Assim, a hegemonia do trabalho imaterial não estaria imune a alienação, hierarquia e autoridade, por exemplo, no local de trabalho.⁹⁶

Existe a tendência, em várias formas de trabalho imaterial, para o obscurecimento da distinção entre horários de trabalho e de não trabalhar, estendendo o dia de trabalho indefinidamente até ocupar toda a vida, e uma tendência para o funcionamento do trabalho imaterial sem contratos estáveis de longo prazo, assumindo com isto a posição precária de se tornar flexível (realizar várias tarefas) e móvel (estar constantemente mudando de lugar).⁹⁷

Ao mesmo tempo, e entretanto, sugerem que este novo momento guardaria certo potencial libertador diferenciado, uma vez que inventaria "redes independentes de colaboração", as quais escapariam aos mecanismos de comando e acumulação capitalistas. Nessa perspectiva, a produção colaborativa em torno do software livre ou mesmo a produção colaborativa da rede de mídia independente poderiam se aproximar dessa indicação de Hardt e Negri. O que se deve destacar, de fato, na concepção desses autores é a compreensão de o valor, na "passagem do fordismo para o pós-fordismo", já não poderia mais ser mensurado em termos de tempo de trabalho, conforme os critérios da economia política. Isso porque, sob a hegemonia do trabalho imaterial, defendem os autores ⁹⁸, os ritmos regulares da produção fabril tenderiam a ser subordinados à heterogeneidade da produção de ideias, imagens, conhecimentos, comunicação e relacionamentos, que, por sua natureza, seriam riquezas sociais

⁹⁵ Ibid. p. 149.

⁹⁶ Ibid. p. 101.

⁹⁷ Ibid. p. 100.

⁹⁸ Ibid. p. 189-201.

incapazes de ser quantificadas em unidades fixas de tempo. Sendo assim, sustentam que devemos proceder a uma reformulação da teoria da exploração, a qual não haveria deixado de existir, porém, deveria ser concebida, a partir de então, como "expropriação do comum", e não mais como tempo de trabalho excedente.⁹⁹

Para Hardt e Negri (2005, p. 195-197), as formas de produção atuais tenderiam a ser referenciadas pela "produção do comum", pressuposto e resultado de uma nova forma de cooperação laboral em que os meios de interação e comando são criados e exercidos internamente ao trabalho, algo do que o capital se beneficia mas não pode controlar inteiramente. Trata-se, então, de uma riqueza social gerada "fora do processo produtivo direto, cujo valor só em parte pode ser apreendido pelo capital". Ao produzir "a própria vida social", bens e serviços que se transformam em patamar comum a toda a sociedade, e não apenas meios da vida social, o trabalho imaterial abre caminhos para que a atividade criativa - "incomensurável" - se autocontrole e transborde os domínios do capital, saltando para fora da roda da acumulação.

Essa é uma concepção essencial para podermos analisar com maior profundidade o midiativismo. E é sob essa perspectiva que voltamos novamente ao cenário das mobilizações em rede promovidas pela AGP e do surgimento da rede Indymedia, com vistas a compreender como se processou o momento de declínio dessas lutas globais, e de que maneira esse processo teria dado ensejo ao midiativismo contemporâneo, o qual já foi possível apresentar brevemente no primeiro capítulo desse trabalho. O foco principal do próximo item é descrever como se caracterizaria esse ativismo contemporâneo fundamentado nas mídias, quais limites e contradições comportaria?

Seria o ativismo baseado nas mídias digitais e nas relações sociais produzidas a partir de um trabalho engajado politicamente, colaborativo e em rede, uma poderosa arma democrática contra a estrutura vigente de poder, uma vez que estaria ocorrendo fora do controle capitalista, ou estaria apenas contribuindo para uma fetichização do próprio campo da comunicação, fazendo deste um fim em si mesmo? Mais do que isso, poderia essa produção de informações colaborativa em rede ocorrer dentro dos termos da exploração capitalista indicados pela economia política?

3.2 – O DESCENSO DAS MOBILIZAÇÕES

⁹⁹ Todavia, defendeu-se Negri (2003, p. 58) em outro momento, o fato da medida do valor ser eliminada de suas análises não implicaria a perda da centralidade do trabalho, que continua sendo, para ele, a base de qualquer processo produtivo e de luta.

Depois de Praga e outros protestos significativos no Brasil e Argentina, a AGP travou uma das últimas grandes batalhas em Gênova, Itália, a maior depois de Seattle, entre os dias 18 e 22 de julho de 2001, em ocasião da reunião do G8. Panfletos que chamavam para as manifestações usavam o slogan: “A multidão contra o império”, inspirando-se nas concepções de Hardt e Negri. Entretanto, a expectativa de se repetir vitórias como a de Seattle seria frustrada pela gigantesca repressão que o movimento enfrentaria.

De forma sucinta, os protestos foram violentamente detidos: o manifestante Carlo Giuliani foi morto à queima roupa, várias pessoas foram presas, torturadas e desaparecidas, e outras mortes aconteceram. A escola Díaz, que abrigava o centro de mídia independente e servia como alojamento, foi invadida pela polícia.

Continuam as detenções, os gases lacrimogêneos e o helicóptero. Algumas rádios falam de três mortos. Um homem telefonou para uma rádio dizendo que tinha acabado de morrer mais uma pessoa. Ainda não se pode confirmar. A rua está deserta, há muitos feridos no hospital. A situação parece mais tranquila, mas há muitos polícias. Não se sabe se se preparam para se retirar ou para atacar. O helicóptero mantém-se. Esta noite, a polícia invadiu os centros de imprensa (entre eles, uma escola). Havia muito sangue nas paredes e no chão, sinais de violência. [...] Entraram no primeiro e no terceiro piso do IMC [Independent Media Center], destruíram computadores, entraram onde a gente dormia. É incessante a saída de jovens feridos da escola A. Diaz, destinada a centro de imprensa do GSF. Há muitos feridos, diz a cruz vermelha, a situação no edifício é muito tensa. 20 saíram com a cabeça rachada. Quando os jornalistas perguntaram à polícia do que se tratava, obtiveram a resposta de que eram feridos dos dias anteriores. O sangue era fresco, como o eram as marcas nos braços e pernas. São 52 os jovens feridos nos três hospitais genoveses, das escolas Diaz e Dehesas, onde entrou a polícia. [...] A invasão da sede do GSF foi justificada pela existência de material destinado a ser utilizado em confrontos com a polícia, declarou o porta-voz da polícia de Génova. [...] O assassinio do jovem activista, a invasão do centro de imprensa, o fecho de espaços públicos da cidade e a falta de liberdade de circulação entre países da UE, estão a mostrar a verdadeira face do capitalismo.(A INVASÃO DO CMI)

A AGP ainda promoveria um grande encontro entre os diversos grupos e movimentos que participavam das ações em Cochabamba, Bolívia, em setembro de 2001, logo após o 11 de setembro. Porém, a perseguição a ativistas e organizações inteiras pela repressão internacionalizada após os ataques dificultava enormemente a realização de novos Dias de Ação Global. De acordo com Manolo (26 fev.2010), “desde então a AGP, apesar de haver realizado uma consulta internacional em outubro de 2005 (Haridwar, Índia) e uma polêmica conferência européia descentralizada entre agosto e setembro de 2006 (França), não tem conseguido mobilizar ações com o mesmo impacto do período anterior a 2001.”

Segundo o autor, é nesse momento de refluxo das ações anticapitalistas internacionais mais radicalizadas, e como resultado das expectativas do setor moderado da esquerda mundial, que surgiria, por exemplo, a proposta do Fórum Social Mundial.

À essa altura, já era possível perceber que a pluralidade de tendências e forças políticas que caracterizava lutas de resistência global não se compunha apenas de movimentos sociais e grupos ativistas abertamente anticapitalistas. Ortellado, ativista da AGP em São Paulo, relata em um de seus textos (referência da memória desse momento histórico) que as ações da AGP na cidade partiam, principalmente, das iniciativas do movimento estudantil independente e autogestionário e o movimento anarquista, que convergiram “casualmente, atraídas pelos fascinantes acontecimentos de Seattle”. Com essa inspiração eles tentaram construir mobilizações grandiosas, e de impacto, que pudessem ocorrer de forma autônoma, fizeram um esforço de mobilizar movimentos sociais amplos, mas restringiram, de alguma maneira, a participação dos partidos políticos, que teriam um grande histórico de “aparelhamento” dos movimentos. Foi ficando cada vez mais claro que “o movimento seria formado, principalmente, por grupos contraculturais e socialistas libertários, do movimento estudantil independente e ecologista radical e da parte jovem e radical do movimento feminista e gay.” No começo tentavam evitar qualquer contato com a esquerda institucional, porém, ao perceberem que isolados ficariam mais frágeis, foi preciso inventar formas de relacionamento que incorporassem seus princípios organizativos.

Foi nesse momento que descobrimos que a esquerda institucional era ainda mais sectária. Se temos uma forma de organização que permite o convívio das diferenças, inspirada no lema zapatista do “mundo onde caibam vários mundos”, por que todos não articulamos nossos esforços respeitando essas diferenças? Se temos divergências em como elaborar cartilhas contra a ALCA, por que precisamos fazer *uma* cartilha? Se em nossas marchas não gostamos de caminhões de som porque são autoritários, por que não fazemos então dois blocos - um com, outro sem caminhão de som? Para lidar com esse problema, com o qual se depararam grupos autônomos em todo o mundo, foi desenvolvida uma estratégia chamada de “contaminação”. Esta estratégia consistia em abandonar a tendência ao isolamento dos grupos antiautoritários e fazer um esforço consciente e deliberado de articular atividades conjuntas com a esquerda institucional para envolvê-la em nossa forma de fazer política, “contaminando-a” com práticas mais libertárias. A idéia foi, sobretudo, aplicada aos Fóruns Sociais e, até onde sei, com relativo grau de sucesso.

Em resumo, era possível perceber que, como todo movimento de luta e contestação social, a AGP em São Paulo também era um movimento heterogêneo, ou seja, tinha suas tendências internas em constante conflito. Talvez ainda o pudesse ter em maior escala que outros, já que se tratava de um “movimento de movimentos”; era constituído pela própria convergência de inúmeros grupos, cada um com suas reivindicações específicas, estratégias e táticas de luta.

A coerência e o agir em comum da “multidão” pôde ter funcionado bem num determinado tempo em que a necessidade de se juntar forças contra um inimigo comum se fazia maior do que a de vencer as fissuras por dentro.

O agressivo processo de liberalização econômica iniciado nos anos Thatcher-Reagan já tinha mostrado seus piores resultados com as crises asiática, russa e brasileira. Além disso, havia a ameaça iminente de privatização generalizada de serviços sociais e da completa desregulamentação das legislações ambiental, trabalhista e sanitária. Tudo isso dava como que o pretexto para que cada uma das lutas locais se unisse concretamente frente ao inimigo comum.¹⁰⁰

No entanto, os movimentos possuíam amplo leque de causas e diferenças, o que também contribuía com o trabalho de seus oponentes, como a mídia corporativa e outros agentes do Estado, por exemplo, que exploravam e estimulavam diariamente o acirramento das contradições internas do movimento.

Em algum momento, no final do ano 2000 ou início de 2001, a própria imprensa começou a chamar os manifestantes de “anticapitalistas”, se referindo, no entanto, à parte mais radical deles. Mais ou menos no mesmo período muitos entre os próprios manifestantes começaram a dividir o seu movimento entre uma parte “anticapitalista” e uma parte “reformista”. “Anticapitalismo” não se referia mais à convergência de todas as lutas, mas à oposição à sociedade capitalista. O termo “anticapitalismo” servia para diferenciar dos reformistas – não mais os partidos social-democratas que protagonizaram o debate original “reforma ou revolução”, no início do século XX, mas as ONGs, os sindicatos e os movimentos sociais “moderados”. A distinção entre “anticapitalistas”, “revolucionários” ou “radicais” e “reformistas” ou “moderados” tinha algo de anacrônico. Definitivamente o Black Bloc não era a CNT espanhola e as ONGs não eram o Partido Social-Democrata alemão. Frequentemente a divisão entre reformistas e revolucionários era puramente programática ou retórica, quando não apenas dizia respeito ao tipo de táticas empregadas durante os protestos. A realidade era que, em ambos os grupos, a maior parte simplesmente não tinha um programa atual e consistente de transformação social e operava, portanto, com conceitos bastante anacrônicos.

As relativas vitórias alcançadas, em termos de ações globais, e os impactos de suas lutas tornavam o movimento bastante difundido por todo o mundo. Essa visibilidade expunha as fraquezas e as divergências internas entre os grupos, que por sua vez esbarravam em dilemas fundamentais que traziam à tona suas limitações. O Estado só viria completar o quadro com a repressão aberta e o terror generalizado.

A diferença de táticas era a aparência de um problema mais fulcral de falta de projeto político comum entre aqueles que lutavam. Isso, em nosso entendimento, resulta de um processo, mais amplo, de fragmentação e segmentação da força de trabalho; o que dá ainda mais impulso para que as demandas e projetos específicos de cada grupo “identitário” se

¹⁰⁰ Ibid.

sobressaiam em detrimento dos elementos de coerência e coesão que possam unificar os setores envolvidos.

O novo ativismo era fruto desse cenário. No entanto, as manifestações promovidas pela AGP e a rede Indymedia mostraram na prática que aquela classe trabalhadora que se encontrava fragmentada e dispersa, fruto do processo de reestruturação produtiva – ancorada na exploração da capacidade intelectual da força de trabalho e nas formas cada vez mais precarizadas de relações laborais – podia se auto-organizar em rede, em escala global e de maneira surpreendente, demonstrando, inclusive, seu potencial de produzir em larga escala materiais político-culturais de forma colaborativa através da internet. A luta por democratização que a Rede Indymedia, sobretudo, empreendeu na prática, intrinsecamente ligada aqui à questão da informação e comunicação, corresponde, nesta etapa, à luta pela autonomia da força de trabalho no próprio processo produtivo, reivindicada através do acesso, conhecimento, produção e compartilhamento livre de informação. Essa luta pode também ser identificada como a tentativa de a força de trabalho aumentar os insumos de bens materiais e serviços voltados a ela própria, ou mesmo diminuir ou suspender o dispêndio da força de trabalho no processo produtivo. Num momento em que o capitalismo explora cada vez mais a componente intelectual do trabalho, reivindicar mais informações e processos comunicativos mais democráticos é uma forma de diminuir o dispêndio dessa força de trabalho intelectualizada no processo produtivo.

Um bom exemplo disso foi, a princípio, a forma colaborativa da produção do software livre. Negando as relações de trabalho que impunham restrições ao compartilhamento de informações entre os usuários da rede e outros membros da comunidade de desenvolvedores de softwares, alguns programadores se reúnem externamente ao espaço específico da empresa ou centro de pesquisa no qual trabalhavam, ou seja, na rede, que permite a conexão entre essas pessoas, e produzem de forma aberta e em colaboração uns com os outros, voluntariamente, um novo sistema operacional. Tais softwares possuiriam ainda mais vantagens em relação àqueles desenvolvidos apenas dentro das estruturas da empresa, uma vez que contam com a colaboração de *experts* pelo mundo todo e constante aperfeiçoamento por todos que estão conectados à rede e se simpatizam com a causa de produzirem em comum. Nesse sentido, o produto desenvolvido conta com a dedicação de todos aqueles que, de onde estiverem, podem contribuir - de forma gratuita - para que esse programa seja constantemente atualizado e melhorado.

Paradoxalmente, não é à toa que hoje cada vez mais empresas aderem ao software livre. Essas melhorias e avanços, obviamente, beneficiam a todos. Quanto mais aplicativos e

serviços que possibilitem o compartilhamento de informações, mais informações são trocadas e produzidas. Ou seja, no limite, esse trabalho colaborativo em rede estaria contribuindo de maneira muitíssimo eficiente para o aumento da produtividade geral de informações. O que queremos dizer é que as exigências da força de trabalho em aumentar insumos em sua própria reprodução só podem ser atendidas dentro dos marco capitalista se, necessariamente, em contrapartida, proporcionar o aumento da produtividade. Agora, a maneira como essa dinâmica se processa é sofisticada, e até mesmo sutil. A trajetória seguida pelo midiativismo após a criação da rede Indymedia poderá nos fornecer algumas pistas de como a gestão capitalista pode, uma vez mais, assimilar esta nova modalidade de ação contestatória, incorporando-a política e economicamente aos seus mecanismos de reprodução e aumento da produtividade.

No cenário que até então pincelamos, as divergências internas aos movimentos que compunham a AGP já estavam cada vez mais afloradas e, conseqüentemente, a repressão já havia conseguido minar as grandes mobilizações. É nesse contexto que vimos, por exemplo, os grupos e movimentos autônomos mais libertários tentarem se solidarizarem uns com as lutas dos outros na tentativa de costurarem uma resistência mais voltada às questões locais, como podemos reparar na descrição de Ryoki e Ortellado (2004 p. 12) sobre o movimento em São Paulo:

A certa altura, no ano de 2001, depois de uma longa discussão sobre uma verdadeira convergência das lutas, decidimos que o foco das ações deveria se deslocar dos encontros dos organismos multilaterais para os temas dos grupos locais que compunham a rede. Assim, por exemplo, um grupo ecologista poderia propor uma ação e teria o apoio dos outros grupos feministas, anarquistas, estudantis, etc. Nossa primeira (e única) experiência foi um protesto lembrando o primeiro aniversário do assassinato do homossexual Edson Neris por skinheads.

Porém, mesmo essas tentativas, segundo o autor, também fracassaram. Refletindo sobre a manifestação anterior, ele concluía que embora tivessem tido uma mobilização razoável, “a manifestação foi completamente comprometida por divergências entre nós e os ativistas do movimento gay institucional que queriam a presença da Marta Suplicy e um palanque para políticos e artistas”¹⁰¹.

No balanço que feito recentemente, Manolo (fev.2010) relata, por exemplo, que a própria ideia de realização do Fórum Social Mundial foi concebida no ano 2000 em um encontro de que participaram os grupos ATTAC, Le Monde Diplomatique e a Comissão Brasileira de Justiça e Paz (CBJP), que integravam a AGP, com Oded Grajew, coordenador da Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania (CIVES). Em março, o apoio da prefeitura de Porto Alegre e

¹⁰¹ Ibid. s/p.

governo do Rio Grande do Sul, ambos do Partido dos Trabalhadores (PT), transformaria essa discussão em ideia viável, à qual se somaram mais outras seis organizações e movimentos sociais, formando o Comitê Organizador do Fórum Social Mundial (FSM), realizado pela primeira vez em janeiro de 2001. (Manolo, 26 fev. 2010). Ryoki e Ortellado (2004, p.13) também descreve esse momento da seguinte maneira:

A princípio, o Fórum Social Mundial foi estritamente concebido como um anti-Davos onde a elite capitalista global era substituída pela "elite" da esquerda - representantes dos principais sindicatos, movimentos sociais, ONGs e partidos políticos. [...]um fórum de participação representativa e, pior, uma série de atividades "centrais" para os quais todos os holofotes eram direcionados e sobre as quais os organizadores disputavam politicamente a indicação de nomes e temas. Houve muito debate dentro do movimento [AGP-SP] sobre legitimar ou não os Fóruns Sociais que eram indiscutivelmente organizados de forma hierárquica e não participativa, principalmente no que dizia respeito às questões "importantes".

Tendo em conta estes depoimentos, é possível perceber como, a partir daquelas divergências internas ao movimento global, foram se concretizando ações e alianças entre os grupos "mais moderados" e os empresários interessados "no bem da sociedade civil", além do auxílio financeiro determinante do PT. A proposta desses grupos ainda deixa entrever a tentativa de promover atividades politicamente engajadas que pudessem ser veiculadas pela mídia corporativa, esvaziando, assim, qualquer conteúdo radical e diluindo as diferenças de classes e propostas num grande "Fórum" de todos. Para os ativistas que se identificavam com "espírito de Seattle", libertário, autônomo e anticapitalista, a construção do FSM era a tentativa de arrefecer os ânimos mais radicais do movimento

Que o FSM se realize como tentativa de apresentar-se como síntese das lutas "antiglobalização", é só a realização daquilo mesmo que caracteriza toda a esquerda institucional e sua tentativa permanente de tornar-se porta-voz das reivindicações, para incluí-las - uma vez mais e sempre - na lógica da "diversidade consentida" do mercado e do jogo eleitoral. *Um outro mundo é possível* diz o FSM. A tentativa de traduzir o *realmente* diverso no mundo *falsamente* plural do mercado e do Estado apresenta-se, ainda uma vez, como tentativa de colorir de tons diversos o cinza do *mundo único* do capital e do Estado.

É notável que a pluralidade de agentes que compuseram esta grande onda de mobilizações corresponda às polivalências derivadas do conceito de multidão, desenvolvido por Hardt e Negri, que não distinguem, dentro dessa conceituação, os conteúdos de classe – o que decorra talvez da amplitude exagerada com que aplicam a noção de trabalho produtivo. Vejamos então de que forma esta indefinição social presente nas iniciativas midiativistas se processou em alguns grupos e coletivos no Brasil.

Como já dissemos, o CMI surge da necessidade dos ativistas envolvidos nos “Dias de Ação Global” criarem seus próprios instrumentos de comunicação e produzirem suas próprias informações sobre as lutas que travavam. Por conseguinte, sua proposta era de estender os princípios da comunicação democrática para outros movimentos sociais em escala global.

O CMI se apresentava como um projeto que “queria dar voz aos que não têm voz” o que significava mais do que “vincular-se aos movimentos sociais” – significava que os movimentos sociais falariam por si mesmos, significava que o CMI “era” os movimentos sociais. Claro que tudo isso pressupunha muita coisa: que os movimentos sociais que estavam mais engajados no chamado “movimento antiglobalização” (os movimentos de jovens autonomistas e alguns movimentos sociais ligados à AGP) eram representativos do universo total dos movimentos sociais e que o processo de apropriação do CMI que eles haviam liderado podia ser estendido aos movimentos sociais como um todo em escala global. (Ortellado, 2004)

Após o descenso da AGP, os CMIs acabaram se voltando para suas atividades locais, passando a se pensarem enquanto meio de comunicação relacionado à realidade de cada lugar. No entanto, de acordo com Ortellado, “tentar compatibilizar o discurso social do CMI como veículo dos movimentos, com a convicção política numa sociedade com justiça social e democracia direta” foi uma tarefa difícil internamente, uma vez que consideravam seus princípios e os dos movimentos sociais, que entendiam ser “de base”, incompatíveis.

[...] num determinado momento, ficou claro que se o CMI fosse um veículo “orgânico” aos movimentos sociais ele teria que abrir mão da sua orientação política e submeter-se à orientação dominante dos movimentos ou então, inversamente, se apostasse na sua orientação política, teria que conformar-se com seu isolamento. Esse dilema, como deve ser claro para qualquer leitor, nunca foi abertamente enfrentado e a ambiguidade constitutiva do CMI desenvolveu-se aí também.¹⁰²

Ortellado, na verdade, enxergava que os movimentos sociais passavam por uma longa história de cooptação pelos partidos políticos e pelo Estado, enquanto os ativistas do CMI se diziam herdeiros daqueles movimentos que tentaram resistir e lutar por sua autonomia, como os conselhos operários, maio de 1968 ou a revolta argentina de 2001. Todos esses, em grande medida, também tinham fracassado, deixando apenas o legado político de uma luta que deveria ser continuada e aprofundada, segundo o ex-ativista. Como se identificavam como uma corrente minoritária, era preciso sempre pensar de que maneira se relacionar com os movimentos majoritários vindos de outra orientação. Em 2004, Ortellado lançava o desafio ao próprio grupo refletir sobre sua tarefa.

A presente situação na América Latina é bastante desafiadora neste sentido. Com a ascensão de partidos políticos de esquerda ao poder na Venezuela, Equador, Brasil e Argentina, houve um movimento em escala continental de alinhamento dos movimentos sociais com os governos nacionais. Colocar-se como porta-voz dos movimentos sociais neste contexto significa nada mais, nada menos do que apoiar

¹⁰² Ibid., s/p.

os governos nacionais – não apenas legitimar a estrutura do estado, como apoiar as políticas nada esquerdistas dos governos de Lula, Kirchner e Chávez. O preço por não fazê-lo, nós já estamos pagando: é o isolamento. (ORTELLADO, 2004, p.)

Àquela altura, Ortellado propunha o desafio, ao se aproximar dos movimentos, talvez fosse o de distinguir dentro dentre eles suas dimensões políticas e sociais para compreender a suas próprias dinâmicas.

A distinção leninista é ainda uma realidade dentro dos movimentos. Suas lideranças sabem que os sem-terra apenas querem terra, que os sem-teto apenas querem teto e que os trabalhadores apenas querem melhores salários. Eles tentam ainda manipulá-los para que apoiem ou critiquem o governo, que sejam contra ou a favor das reformas, das privatizações e dessa ou daquela versão da revolução. Se optamos, por nossos valores políticos, a não apoiar esses programas políticos ou menos ainda o processo de manipulação dos partidos, isso não significa que não devemos apoiar a luta *social* por terra, casa e salários. Mas, isso, evidentemente é insuficiente. Porque ao apoiar a luta social do movimento, apoiamos indiretamente a luta *política* da liderança – luta política que pode estar em total oposição aos nossos valores. Numa situação como essa, só uma saída, que não é cômoda, nem muito bem definida: além de construirmos um veículo de comunicação com os valores que temos é preciso construir um movimento com os valores que temos – um movimento que vá além dos pequenos espaços que temos conseguido.

As reflexões sobre os rumos que deveriam tomar o CMI já expressavam um momento de acirramento das divergências internas. A proposta de Ortellado, por exemplo, naquele momento de cooptação e refluxo das lutas globais, era de lutar para a criação de outros movimentos baseados nos princípios da autonomia e democracia, em que o CMI seria o “porta-voz dos que não têm voz rumo a uma nova sociedade”.¹⁰³ No entanto, havia, por exemplo, os que se negavam a atuar junto aos movimentos sociais, sobretudo por incompatibilidade de formas de atuação; outros que tentaram se aproximar dos movimentos sociais e se frustraram com a experiência que tiveram, na maioria, como meros prestadores de serviços “comunicacionais” porém sem participação efetiva nas decisões políticas; e ainda uma outra corrente que divergia dessa linha de atuação restrita aos movimentos sociais ou à construção de um movimento social especificamente, assim, acreditava que a ferramenta e os conhecimentos deveriam ser compartilhados amplamente pela sociedade, principalmente com a emergência da demanda de inclusão digital, objetivando, nesse sentido, desenvolver formas de atuação que auxiliassem as pessoas a se apropriarem dos meios de comunicação e criarem suas próprias redes e informação.

Com o acesso relativamente facilitado aos meios de comunicação, alguns grupos do CMI passaram a produzir vídeos ativistas, rádios livres, boletins impressos, coletivos de

¹⁰³ Ibid. s/p.

tecnologia e política etc. Muitos militantes mais familiarizados com as tecnologias digitais também desenvolveram plataformas mais propícias a um ativismo em rede. Todo o conhecimento adquirido por eles nesse processo de construção de uma ferramenta de participação horizontal e produção colaborativa e autônoma de informação proporcionou um alto nível de domínio técnico das novas mídias. É importante frisar também que o CMI tornou-se um canal de informação de referência dentro da esquerda, sobretudo libertária e autonomista. O número de acessos diários do site até hoje continua sendo maior do que muitos grandes sites corporativos.

Entretanto, a crise interna no CMI fez com que se processasse um descolamento da ferramenta e dos movimentos sociais. Ortellado acredita que essa perda da proximidade mais orgânica com os movimentos deveu-se à própria estrutura em rede proposta pela rede Indymedia, a qual, pelas suas características, seria mais direcionada a movimentos que portassem igualmente uma organização horizontal. (ESPECIAL 9 ANOS..., 2009)

Outro desafio que foi, e ainda é, fundamental para o CMI, segundo Ortellado, é a sua forma de publicação aberta, sua verdadeira essência colaborativa, através da qual todos podem postar seus materiais sem aprovação prévia e sem a necessidade de ser membro do coletivo. A ideia de que todos pudessem publicar autonomamente seus materiais e informações - "*Odeia a mídia? Seja a mídia*" - foi a verdadeira inovação da experiência, o que se materializou na "coluna da direita", espaço da página reservado para que colaboradores e leitores postem seus conteúdos sem o filtro prévio dos editores. Até hoje ela continua funcionando. A rapidez na publicação é o seu ponto positivo, possibilitando que qualquer pessoa publique conteúdo de forma imediata. O filtro dos editores é *a posteriori*, nos casos em que um artigo é "preconceituoso ou discriminatório" ou promove "ataque pessoal, propaganda comercial ou de partido político ou apenas um artigo que contraria a missão do CMI". A coluna da direita possui o link "Publique aqui sua matéria":

LEIA COM ATENÇÃO

Esta página é o coração do site do Centro de Mídia Independente. Nela você pode publicar seus textos, sons, vídeos e imagens e eles estarão imediatamente disponíveis para serem lidos pelos outros usuários. Com isso, todo aquele que acessa o site pode também ser um produtor de mídia. Como disse Jello Biafra, "*Odeia a mídia? Torne-se a mídia!*" [...]

Aqui você pode publicar sua matéria no formato que preferir (acadêmico, jornalístico, declaração pessoal, etc.) e ela aparecerá automaticamente na *coluna da direita*.

Em geral, os autores das matérias publicadas no Centro de Mídia Independente abrem mão de alguns dos seus direitos de autor por meio de uma licença de COPYLEFT. A reprodução não comercial das matérias (ou seja, sua publicação ou exibição em veículo que não vise lucro ou fins comerciais) é autorizada, ao passo que a reprodução comercial sem a consulta prévia ao autor é impedida. Isso faz parte de uma política que acredita que a informação e a cultura devem circular

livremente, mas não devem ser bens comerciais. Assim, a não ser que você avise em contrário (por exemplo, especificando no texto ou no sumário que detém o direito de cópia ou que não aceita a licença padrão do CMI), seu texto será publicado com a seguinte nota de Copyleft: "É livre a reprodução para fins não comerciais, desde que o autor e a fonte sejam citados e esta nota seja incluída". Isso significa que qualquer órgão ou meio de comunicação que não tenha fins comerciais poderá reproduzir sua matéria mencionando o seu nome e o CMI. Por outro lado, empresas e veículos com fins comerciais só poderão reproduzir a matéria se você autorizar.

Para a monitoria do site, foram criados uma [Política Editorial](#) aberta a modificações e um espaço para administração do site. Neste espaço, as matérias, após terem sido publicadas, podem ser escondidas da coluna da direita, indo então para a coluna de [artigos escondidos](#). Além de escondidas, as matérias podem ser editadas ou agrupadas pelo coletivo editorial para facilitar o acesso dos usuários. Temos muito respeito pela integridade do que é publicado. Em geral apenas FAZEMOS CORREÇÕES EDITORIAIS para tornar as matérias mais legíveis ou compatíveis com padrões técnicos. Qualquer problema ou dúvida, entre em contato com o coletivo EDITORIAL DO CMI em contato@midia independente.org. Você pode participar desse coletivo [sendo voluntário](#). (PUBLIQUE AQUI SUA MATÉRIA – CMI)

Assim, é possível dizer a forma da chamada web 2.0, que tem como base esse processo interativo entre os usuários, já estava em gérmen na “coluna da direita” do CMI. Os editores, por exemplo, davam dicas para que os leitores e colaboradores não publicassem qualquer coisa, apontavam algumas sugestões etc. Nesse espírito, nem mesmo as matérias que geravam desacordo eram descartadas, mas apenas movidas para um espaço mais “escondido”, o qual todos podiam facilmente acessar. A ideia de liberdade e transparência era cara ao projeto. Porém, em muitos aspectos pode-se considerar que a coluna da direita foi minada pelo uso inadequado de usuários da internet que apenas aproveitavam-se do canal aberto para darem origem, por exemplo, a um mar de opiniões infundadas, panfletos, e o pior, provocações gratuitas nos comentários. O espaço para promover a opinião de todos fracassou pela quantidade de “lixo eletrônico” que também está presente na internet.

A tentativa de ser uma mídia da multidão, de aglutinar diferentes movimentos, ideias, correntes políticas, contraditoriamente, contribuiu para a própria crise dessa mídia. A “coluna da direita” do site, por exemplo, era constantemente tomada por grupos extremistas de direita, incansáveis em provocar os ativistas. Além disso, a produção colaborativa em rede começava também a ser não só o modelo de inúmeros outros projetos midiativistas, que seguiram caminhos de atuação próximos ao Estado ou ONGs, mas, principalmente, a própria lógica de produção assimilada pelo capitalismo.

3.3 - O ASCENSO DE UM NOVO NEGÓCIO

Grupos que tiveram o CMI como referência, ou que se formaram neste meio, iniciaram outras experiências relacionadas ao uso emancipador das mídias digitais. O coletivo Mídia Tática, por exemplo, surge da inspiração das ações baseadas nas mídias do movimento antiglobalização.

Mídia Tática é um conceito alternativo de mídia que surgiu nos anos 90, fruto de uma série de práticas de ativistas de mídia e festivais de novas mídias pela Europa e EUA. O fundamento básico do conceito mídia tática é um uso diferenciado das potencialidades midiáticas tornado possível graças à crescente acessibilidade dos materiais e equipamentos de mídia, e à conseqüente explosão de produção faça-você-mesmo (DIY). Tal forma diferenciada implica num uso "político" desses meios, desvinculado dos interesses mercadológicos e dos interesses das classes dominantes a eles normalmente associadas - isso sem contar a estrita dependência das mega-corporações que engoliram o setor nos últimos anos - em se dando voz a todos aqueles excluídos desses meios: classes desfavorecidas, minorias (raciais, sexuais, etc.), comunidades alternativas, dissidentes políticos, artistas de rua, etc. Na prática, táticas são "as técnicas pelas quais os fracos se tornam mais fortes que os opressores" (Lovink e Garcia).

A ideia do "faça-você-mesmo", de auto-organização e autoprodução política e colaborativa culminou em, pelo menos, três desdobramentos: coletivos de mídia e cultura digital que se transformam em ONGs para conseguirem atuar num espectro mais amplo da sociedade; grupos que atuariam mais próximos ao governo na tentativa de implementarem políticas públicas no âmbito da cultura digital; e as iniciativas empresariais de redes de relacionamento e compartilhamento de informações e bens culturais. Vejamos de que modo isso vem acontecendo.

Um momento marcante para se compreender o quadro das relações entre as iniciativas midiativistas e o Estado foi o Festival de Mídia Tática Brasil¹⁰⁴, organizado em São Paulo em março de 2003. Diversos grupos midiativistas estavam presentes, tais como: CMI, Mídia Sana, Rizoma.net, Projeto Metáfora, Metarreciclagem, Descentro etc. Aglutinando pessoas e coletivos em torno do tema principal, "*Comunidades em rede e inclusão digital*", o encontro contou com a participação de alguns teóricos da rede como Richard Barbrook¹⁰⁵, John Perry Barlow, da *Electronic Frontier Foundation*, e o então novo Ministro da Cultura, Gilberto Gil. Em pesquisa sobre as políticas públicas de cultura digital, Gannam (2008, p. 32) relata que nesse evento também estava presente uma figura antiga e importante da cena contracultural brasileira, Claudio Prado, produtor de bandas como Mutantes e Novos Baianos. No Festival, Prado já teria proposto a Gil que trabalhassem juntos no MinC num programa que relacionasse música e

¹⁰⁴ O evento é inspirado no Festival holandês *Next Five Minutes* (N5M.org) e deu origem ao coletivo Mídiatática.org.

¹⁰⁵ Autor do livro: *Futuros imaginários: das máquinas pensantes à aldeia global*. Barbrook propõe em seu livro que as novas gerações se apropriem do poder da internet, resistindo à política do *status quo*, através do uso dessa ferramenta de comunicação poderosa para darem forma aos seus próprios destinos. Um grupo de midiativistas da OSCIP traduziram de forma colaborativa o livro. Os direitos do autor foram cedidos à Oscip Descentro.

tecnologia digital, porém, até que isso de fato ocorresse, Prado organizou um grupo no Instituto de Matemática e Estatística (IME) da Universidade de São Paulo (USP), chamado de “Os articuladores”, com o objetivo de elaborar um programa de cultura digital para o MinC. O grupo aumentou principalmente pelo interesse do Mídia Tática participando das reuniões em que discutiam propostas para sair do “gueto” no qual atuavam e se projetarem como vanguarda da web 2.0. Todas essas propostas foram publicadas num ambiente *wiki* público, site colaborativo aberto, em que cerca de 80 pessoas contribuíram. (Gannam, 2008, p. 32)

Depois do projeto pronto, Prado começou a participar dos eventos do software livre no Brasil como representante do MinC¹⁰⁶. Com essa abertura, Prado institucionalizou o grupo como a Organização Não-Governamental Cultura Digital (CD).¹⁰⁷ Em julho de 2004, com a chegada de Célio Turino à Secretaria de Programas e Projetos do MinC, o grupo Cultura Digital participaria da concepção do Programa Cultura Viva desde seu início. (CULTURA DIGITAL 2007-2010 – UM PROGRAMA DO MINC)

A ONG Cultura Digital, a mesma citada no primeiro capítulo dessa dissertação tanto por estar ligada ao Circuito Fora do Eixo como pelo texto de Rodrigo Savazoni, seu teórico e idealizador dos Festivais de Cultura Digital, passaria a se considerar uma “ponte entre a sociedade civil e o Estado”, já o MinC era o próprio “guarda-chuva” das políticas digitais que se dividiriam em duas frentes: trazer as discussões das implicações do digital e do direito autoral; e favorecer a apropriação da tecnologia na prática, a qual se traduziria no projeto dos “Pontos de Cultura”. Nesse projeto as ONGs seriam selecionadas através de edital público e recebem 185 mil, em cinco parcelas, para “revitalização das suas próprias experiências”. Para Gil, esta consistiria na oportunidade de sustentar o desenvolvimento local das comunidades e permitir a mobilização de agentes e seus agrupamentos.¹⁰⁸

Gilberto Gil discursou no lançamento do Fórum de Investidores Privados em Cultura, em abril de 2007, sobre a importância da cultura para a economia:

Nesta nova fase da economia mundial, o que está – e estará – cada vez mais no centro das disputas competitivas são ideias, conceitos e valores, e não meramente os produtos tangíveis como tradicionalmente conhecemos. Diferentemente da economia calcada em objetos concretos sujeitos a retornos estáticos ou declinantes, a ‘economia das ideias’ alimenta-se da criatividade humana e da sua transformação em bens e serviços em constante recriação.¹⁰⁹

¹⁰⁶ Na verdade, Prado conta que se autoneomeou “Coordenador de Políticas Digitais”, fazendo seu próprio cartão com carimbo e entrando livremente no Ministério, onde todos achavam que era seu local de trabalho, porém, acredita ele, que o que fez foi “hackear” o Estado. (Gannam, 2010, p. 33).

¹⁰⁷ Ibid. p. 33.

¹⁰⁸ Ibid. p. 34.

¹⁰⁹ Cf.: <http://www.cultura.gov.br/site/p=919>. Acesso em: 13 mai. 2011.

Uma pesquisa sobre o Vídeo Livre na internet (2010), por exemplo, destaca a importância dos Pontos de Cultura.

Outra ação do Cultura Viva [...] é a Cultura Digital, cujo principal papel é facilitar a apropriação e acesso a ferramentas multimídia em software livre pelos Pontos de Cultura, para que eles possam assegurar sua autonomia, estimulando-os também a adotarem práticas de generosidade intelectual. Antes de ser uma iniciativa governamental, já era uma cultura/conceito difundido entre os vários atores, coletivos e grupos envolvidos. Seu caráter experimental implica pesquisa sobre o uso das novas tecnologias para fins sociais e culturais, o que contribui nos estudos sobre novas formas de colaboração e cooperação.¹¹⁰

Já aqui, é possível observar que o princípio de autonomia, que guiava as iniciativas midiativistas, passa a funcionar como política de incentivo do Estado, política esta que os próprios grupos midiativistas, consciente ou inconscientemente, ajudaram a desenvolver. Interessante destacar que a ênfase do apoio financeiro através do Programa Cultura Viva no MinC estava, principalmente, nas “práticas de generosidade intelectual” e “estudos sobre novas formas de colaboração e cooperação”.

Vimos novamente um ciclo se repetir, de forma semelhante às lutas antiglobalização de ação direta que, internamente, e aos poucos, foram se transformando em grandes eventos midiáticos como os FSMs; as iniciativas midiativistas surgidas na esteira da rede Indymedia veem seus princípios de democratização, redes de colaboração, autonomia, convertendo-se princípio organizador de políticas públicas e elemento constitutivo de sua política de incentivo financeiro. Obviamente que alguns grupos midiativistas, por exemplo, iriam resistir a essa integração de suas atividades ao funcionamento do Estado, o que se processo sobretudo mediante o estabelecimento de parcerias, convênios e editais públicos. Era a ideia do “faça-você-mesmo” – desde que obtenha um edital para tanto.

A ONG Casa de Cultura Digital possui hoje uma sede numa espécie de “castelinho” no centro de São Paulo. Ela abriga em seu espaço cerca de 10 projetos midiativistas, de acordo com a descrição no site:

que resolveram se juntar num mesmo espaço físico para trabalhar melhor – o que chamam de cluster por aí. Mas isso seria demasiado simplista. É muito mais. A CCD é um espaço de troca, por onde circulam idéias, projetos, pessoas. São pessoas e organizações tentando encontrar um modo de convivência e de convergência que respeite as individualidades, as diferenças, as diversidades. Pra quem acredita que o digital é algo mais do que uma mudança estética. Ainda estamos construindo – *el camino se hace al caminar*. Sempre estivemos construindo, aliás. Ali faremos pesquisa, desenvolvimento, articulação de idéias e formação. Jornalismo multimídia. Redes. Plataformas. Sites. Utopias.

¹¹⁰ Pesquisa sobre produção de vídeo livre: <http://pesquisa.videolivre.org.br/wp-content/uploads/2011/01/pesquisa.pdf>

A Casa de Cultura Digital é aberta ao público de forma gratuita e está fundamentada na difusão de uma noção ampla de atuação “hacktivista”, como forma de mobilização social e política através da tecnologia, mais propriamente da ferramenta da internet, de forma livre e compartilhada.

Um dos coletivos que fazem parte da Casa de Cultura Digital é o Transparência Hacker Club, o qual também já pudemos citar rapidamente no primeiro capítulo. Essa comunidade possui mais de 800 membros em sua lista de endereços eletrônicos, que propõem e articulam ideias e projetos “utilizando a tecnologia para criar novos modelos de participação política por meio da colaboração e da ação em rede”. A rede Transparência Hacker tem como princípio de atuação, de acordo com entrevista de Lívia Ascava¹¹¹, membro do grupo, a abertura e o compartilhamento de dados governamentais e a liberdade de informação e de expressão. Muito inspirados pelo projeto *WikiLeaks*, que ficou bastante conhecido por vaziar dados secretos de diversos governos e corporações, o Transparência Hacker trabalha, na verdade, com dados do governo que já estão disponibilizados ao público na internet, porém, dedicam-se a tarefa de organizar, tabular e facilitar o acesso às informações de interesse da sociedade civil.

Um de seus projetos é o *Ônibus Hacker*, “um laboratório hacker sobre quatro rodas que ocupa cidades brasileiras com ações políticas com base na apropriação tecnológica e a prática do ‘faça você mesmo’”, segundo Lívia. O ônibus parece ser mais um local de troca de informações e conhecimentos do que de ações hackers no sentido em que se possa imaginar estritamente atuando no meio digital. As pessoas envolvidas têm como base a experimentação, não se preocupando exatamente com resultados concretos. Essa lógica de produção de resultados, de acordo com Lívia, é muito comum à academia e às empresas, enquanto a lógica de atuação desses hacktivistas estaria muito mais relacionada à forma livre de experimentar e compartilhar informações e conhecimento.

O projeto do ônibus que começou em junho de 2011 teve como forma de financiamento uma plataforma que tem sido tendência nas formas de financiamento colaborativo na internet, o site do coletivo *Catarse*. Essa plataforma é ilustrativa do que chama-se hoje de crowdfunding, o termo em tradução que circula pela internet quer dizer “financiar-se com recursos da multidão” (A LÓGICA DO CROWDFUNDING, out.2011, p. 50) A plataforma funciona basicamente como um “bolsão de ideias”. Aqueles que estão em busca de recursos para realizarem seus projetos apresentam suas propostas com descrição (que pode ser feita em vídeo) e orçamento, e solicita o recursos que necessita para colocá-las em prática. Os interessados no projeto, no caso empresários e a

¹¹¹ As entrevistas em áudio e vídeo estão como um dvd anexo desse trabalho.

sociedade civil de forma geral, o avaliam e, se o considerarem interessante, criativo e necessário, doam recursos para que ele seja viabilizado. (A LÓGICA DO CROWDFUNDING, out. 2011, p. 50)

O sucesso do financiamento depende muito da habilidade dos proponentes de articularem suas redes de contatos para divulgarem seus projetos e pedirem apoio efetivo. Além disso, Diego Reeberg, cofundador da plataforma Catarse no Brasil, uma das primeiras de crowdfunding no país, sugere “três pilares”: A ideia tem de ser muito boa e beneficiar outras pessoas; precisa de um empreendedor apaixonado e também de uma rede de contatos que seja estimulada a colaborar.¹¹²

Os projetos que circulam nessa plataforma colaborativa de financiamento são dos mais variados tipos, o Ônibus Hacker, por exemplo, conseguiu em dois meses realizar a compra de seu ônibus.

Um dos projetos que teve mais sucesso no Catarse foi o “Pimp my carroça”. O grafiteiro Thiago Mundano, interessado no trabalho dos catadores, propôs um trabalho de artvismo, ou seja, a arte a serviço das causas sociais, ambientais e em defesa da cidadania. Seu projeto *Pimp my carroça*, inspirado num programa de televisão norte-americano em que carros velhos são reformados e transformados em supermáquinas, consistia na restauração e decoração das carroças dos catadores de lixo recicláveis, além de equipá-las com itens de possam trazer mais segurança e conforto a esses trabalhadores, como retrovisor, faixas refletivas e capa de chuva. Mundano proporcionou ainda aos catadores um dia de assistência médica e doação de alimentos. De acordo com o grafiteiro, em entrevista para a revista *Continuum*, do Itaú Cultural (DURAN, jun./jul.2012, p.19):

Hoje, todos reclamam dos catadores, buzinam, dizem que estão atrapalhando. A pintura das carroças pretende promover a interação da população com eles”, explica Mundano, que também contabiliza como conquista o fato de colocar a arte para circular livremente e de graça nas ruas, estampada nas carroças. Seu trabalho já é conhecido nos muros de São Paulo, nos quais costuma grafitar rostos e frases incomôdas. Na quase sempre congestionada Avenida Rebouças, lê-se numa parede uma frase do artista: “Você é escravo do trânsito”¹¹³.

O *Pimp my carroça* conseguiu colaboração financeira no Catarse. Ele havia solicitado 38.200 para viabilizar sua proposta, porém já havia ultrapassado essa quantia antes do último dia para doações e, mesmo depois da vigência do projeto, no Catarse, ainda continuou recebendo recursos, atingindo 64.000, doados por 792 pessoas. (Duran, jun./jul.2012, p. 19). O Catarse tem crescido como iniciativa colaborativa. Em maio desse ano, por exemplo, teve 41

¹¹² Ibid., p. 50.

¹¹³ Ibid. p. 19.

projetos inscritos em sua plataforma, 30 deles bem-sucedidos. Aqueles que não atingem suas metas de recursos podem se inscrever novamente e tentar outra chance. As ações que misturam arte e responsabilidade social também têm sido uma tendência de iniciativas midiativistas, como a visibilidade das questões ambientais, cidadania etc.

Assim, o ativismo como engajamento político-social, sobretudo através da mobilização de linguagens artísticas ou baseado na produção de informação, comunicação e tecnologia, se confunde com empreendedorismo. O trabalho ativista que mobiliza essas linguagens tem produzido de forma colaborativa uma quantidade enorme de bens culturais e informações a partir da conexão em rede entre muitas pessoas. Dos exemplos que pudemos citar até agora como iniciativas midiativistas contemporâneas, talvez a forma mais desenvolvida e complexa de organização tenha sido a do Circuito Fora do Eixo. Talvez por isso tenha sido o gerador da polêmica que apresentamos no início deste trabalho.

O Fora do Eixo, de acordo com sua página na internet, foi criado no final de 2005 por uma rede de produtores culturais das cidades de Cuiabá (MT), Rio Branco (AC), Uberlândia (MG) e Londrina (PR), “que queriam estimular a circulação de bandas, o intercâmbio de tecnologia de produção e o escoamento de produtos nesta rota desde então batizada de ‘Circuito Fora do Eixo’”. Hoje o FdE está presente em 25 das 27 unidades federativas do Brasil, sendo que nas regiões sul, centro-oeste e sudeste, todos os estados estão associados ao Circuito.

O Fora do Eixo se apresenta como um movimento social constituído por grupos e empreendimentos solidários atuantes na cadeia produtiva da cultura. O circuito FdE possui uma carta de princípios e regimento interno que explicita os ideais e conceitos formados pela rede, pautando a sua organização e ações na autogestão e na colaboração.

O organograma do grupo se divide em 4 frentes produtoras principais: Distro, Tecnoarte, Eventos /Produção e Agência. Em torno delas existe mais 4 frentes produtoras, respectivamente: Partido FdE, Centro Multimídia, UniFdE, Banco FdE. Essas frentes produtoras são responsáveis pelas seguintes atividades/eixos temáticos: Comunicação Livre, FdE software livre, Música, Clube do Cinema, Palco FdE, Poéticas Visuais e Nós Ambiente.

Tentando resumir a complexa organização do Circuito, podemos dizer que o Partido FdE é responsável pela articulação política do FdE e pelas iniciativas de incluir a cultura no debate político do Brasil. Suas principais ações são pesquisas sobre investimentos culturais no país e transmissão ao vivo de debates com candidatos a cargos de poder no Brasil. Em São Paulo, neste ano de 2012, o Circuito Fora do Eixo transmitiu um debate com o candidato a prefeito de São Paulo pelo Partido dos Trabalhadores (PT), Fernando Haddad, que foi ex-ministro da Educação nos governos de Lula e Dilma, de 2005 até janeiro deste ano. O principal gestor do Fora do Eixo, Pablo Capilé aparece em alguns vídeos e site do candidato discutindo a questão da cultura e dando sugestões para uma gestão que leve em consideração a cultura voltada para a periferia.

A Universidade da Cultura (UniCult FdE) também tenta fomentar a prática da formação livre, troca de conhecimentos livres não reconhecidos pelo sistema de diplomas das universidades, no centro do debate educacional do país. De acordo com os objetivos dessa frente, a ideia é promover a articulação entre a sociedade civil, organizações privadas e políticas públicas, mapeando as dinâmicas culturais e potencializando as inúmeras estratégias de formação continuada dos agentes da cadeia produtiva.

O foco mais importante da organização do Circuito Fora do Eixo, no entanto, é, sem dúvida, as suas “frentes mediadoras”, responsáveis por elaborar

os mecanismos de sistematização, mapeamentos, pesquisa, concepção, execução, sustentabilidade, mobilização, articulação, comunicação e dinâmica entre os indivíduos e as coordenações institucionais do Circuito, democratizando todas as tecnologias e decisões aprovadas pelos membros da organização, provocando a transversalidade entre todas as Frentes.

São elas: o Banco Fora do Eixo, o Centro Multimídia e a Articulação Institucional. O primeiro cuida da sustentabilidade da rede, seus fundos, moedas complementares (Cubo Card) e fluxo entre as várias frentes em relação às decisões acerca dos projetos e atividades que serão executados. O Centro Multimídia é o responsável por toda a comunicação dos diversos pontos Fora do Eixo, desenvolve as redes de mídias independentes locais: Rádio, TV, Redação, Assessoria, Design e Mídia FdE dos projetos institucionais do Circuito. Como o Circuito é formado por outros tantos coletivos e iniciativas, além de projetos com parceiros externos a ele, é possível dizer que uma das frentes mediadoras principais é a própria “Articulação Institucional”, ou seja, a costura interna entre as frentes da rede, na tentativa de fomentar a unidade entre as frentes de atuação e os “parceiros externos”. De acordo com o organograma “coletivo”:

A Frente deve trabalhar a manutenção do equilíbrio da dinâmica de grupo a partir das necessidades que cada Frente demanda em relação aos seus parceiros estratégicos. Algumas das principais ações têm como orientação:

- a relação com os Pontos de Cultura do Governo Federal na busca pela ampliação da rede e troca de tecnologias;
- as Colunas FDE levando seminários, palestras, laboratórios de fomento à coletivos a diversos municípios, promovendo a expansão da rede; e
- o escritórios FDE nacional (SP) e os escritórios FDE regionais, dedicados ao fomento e estruturação de sedes permanentes, na perspectiva de trabalhar o mercado e a ação política da rede.

Atualmente, o Escritório São Paulo (Casa Fora do Eixo SP - CAFESP) tem como principal foco a atuação no mercado cultural na Música, ampliando as alternativas de sustentabilidade da rede e consolidando a cadeia produtiva musical brasileira.

Poderíamos ficar esmiuçando ainda algumas páginas a organização e atividades do FdE, porém, com essa breve explanação, fica evidente que o Circuito conta com uma complexa dinâmica de funcionamento, muitas vezes voltada para a afirmação do próprio coletivo e o fortalecimento da própria estrutura. O objetivo principal da rede parece ser o de definir as metas e organizar o conjunto da chamada cultura alternativa, baseada no princípio de autonomia e colaboração, de modo a transformá-la num grande movimento cultural que oriente as políticas públicas do Estado voltadas a esse campo.

Uma vez que possui várias naturezas de registros institucionais ou não institucionais, como ONGs, OSCIP, Fundação, movimento social, coletivos de culturas etc., isso confere flexibilidade para a rede se aproximar de diversos setores da sociedade, ora mais próxima aos governos ora mais próxima a movimentos sociais ou iniciativas culturais privadas, aglutinando

todas em seu guarda-chuva Fora do Eixo. Essa flexibilidade também facilita a captação de recursos para a “sustentabilidade” da rede. Em 2011, por exemplo, os coletivos do Circuito FdE inscreveram 111 projetos em editais públicos ou privados e não foram aprovados em apenas 14. Dos 97 restantes, entre alguns inscritos e outros aprovados, conseguiram arrecadar: R\$ 1.150.700,00 e ainda R\$ 5.000,00 em projetos institucionais.¹¹⁴ O relatório de receitas do governo do Circuito FdE dos anos de 2010-2011, que comportam projetos aprovados via editais e convênios sob gestão da Casa Fora do Eixo, apontava 17 projetos aprovados, apenas 1 recusado e uma arrecadação de R\$ 1.225.292,00, já captados R\$ 1.075.317,20¹¹⁵.

O Fora do Eixo mobiliza o conhecimento e a linguagem de inúmeros coletivos de arte e cultura espalhados pelo Brasil com sua infra-estrutura que permite que esses pequenos grupos desenvolvam projetos maiores e melhores fundamentados, além de proporcionar uma troca constante de conhecimentos entre todos os seus agentes. É, talvez, uma das formas mais bem organizadas do trabalho colaborativo. Poderíamos citar outras tantas, como o site Overmundo etc, porém, o Fora do Eixo é uma organização através da qual é possível distinguir, de um lado, o trabalho gratuito de uma grande quantidade de colaboradores que contribuem conteúdos para a estruturação e consolidação da organização, com suas produções de músicas, informações, bens culturais de variados tipos ou que recebem remuneração através de moedas alternativas a serem utilizadas dentro do próprio circuito e, de outro, uma organização de gestores muito bem articulada que trabalha na integração geral de todos os coletivos, frentes e espaços do Circuito Fora do Eixo, mapeando as iniciativas, organizando o fluxo de investimentos em cada uma e costurando a unidade entre elas no intuito de consolidar ainda mais sua rede de trabalho colaborativo.

Definitivamente, aqui, podemos dizer que o midiativismo pode se tornar um fim em si mesmo, autorreferenciando a comunicação e a cultura e descolando-se dos movimentos sociais e horizontes transformadores mais amplos. A diferença de uma empresa que vende seus serviços e recebe por isso é que o FdE nutre a distribuição de seus serviços através da captação de editais públicos e privados. Ou seja, trata-se de um coletivo de comunicação que domina as linguagens tanto no trato com os órgãos públicos e das corporações culturais quanto no que diz respeito às iniciativas culturais da sociedade, que ele abarca em sua complexa estrutura. Nesse sentido, e sob vários aspectos, a estrutura, ainda que funcione internamente baseada em

¹¹⁴ Cf. dados no site do Fora do Eixo Card, Banco de Projetos, 2011, disponível em: < https://spreadsheets.google.com/spreadsheet/pub?hl=pt_BR&key=0AjEzvOdRTzfAdGJTRGF2ZGU0cmYzczktZ1FIUllpbVE&hl=pt_BR&gid=4 > . Acesso em: 09 jan. 2012.

¹¹⁵ Cf. Receitas Governo, disponível em: < <https://docs.google.com/a/foradoeixo.org.br/document/preview?id=1820ZMsud79e-X1M7XHAOLYSnEyVuhUL4mxjH5ppRvc8&pli=1> > . Acesso em: 09 jan.2012.

princípios democráticos, assemelha-se mais a uma entidade empresarial do que a um movimento social da cultura que vise a superação das relações capitalistas.

Para vermos como as iniciativas colaborativas ativistas começam a dialogar cada vez mais com a forma empresarial, vejamos outro exemplo.

O *videolog.tv*, outro exemplo, é a maior comunidade de vídeos colaborativos do Brasil. É uma plataforma desenvolvida por brasileiros de maneira pioneira no armazenamento e compartilhamento de vídeos independentes. A novidade foi que, antes mesmo de existir o YouTube, os desenvolvedores criaram uma tecnologia que permitia reduzir o peso do vídeo, facilitando seu envio para a rede. Um dos idealizadores do projeto, Edson Mackeenzy, é também ativista no blog “*Trezentos – o início de uma multidão*”, do qual também participam Ivana Bentes, autora de um dos textos do debate do primeiro capítulo, e Giuseppe Cocco, companheiro de Negri na revista *Multitud* e um dos autores do livro “Capitalismo cognitivo”.

De acordo com o próprio Edson, em entrevista para essa pesquisa, ele trabalha com “empreendedorismo digital, motivando pessoas a desenvolver projetos on-line. Acredito que deste modo podemos ter uma consciência mais justa”. Segundo Edson, ele é *expert* em soluções para transmissão e compartilhamento de vídeo, ex-radialista e colaborador dos “principais eventos de marketing, tecnologia, comunicação e negócios no Brasil e exterior.” No site do *videolog.tv* é possível compreender melhor de que forma a produção colaborativa pode, inclusive, servir aos canais das grandes corporações de mídia, com a rede de televisão Record. Os desenvolvedores apresentam as vantagens para os colaboradores de participar de uma rede como o *videolog.tv*:

Se relacionar e trocar experiências com milhares de produtores pelo Brasil. Fazer parte da nossa rede de negócios para gerar receita com seus vídeos e com a sua popularidade (audiência). Atualmente nós temos mais de 600 mil produtores (videologgers) de vídeos cadastrados, que trazem todo mês uma média de 5 milhões de visitantes. Nossa audiência cresce cerca de 100% todo ano. Desde 2004 já exibimos mais de 454 milhões de produções de vídeos, só em 2009 exibimos mais de 158 milhões de vídeos e o mais legal é que 94% de nossa audiência é de brasileiros que moram no Brasil ou no Exterior. Devido ao crescente desejo do espectador por ações interativas de Transmídia entre emissoras de TV e Internet, a Videolog, Inc., empresa responsável pelo portal Videolog.tv, assinou uma parceria com a Rede Record para associar seu serviço ao portal R7.com desde Novembro de 2010. A ideia principal é que os produtores de vídeo da comunidade Videolog.tv possam interagir com a emissora através do portal R7.com participando ativamente de sua programação através de vídeos colaborativos. (QUEM SOMOS, 17 mai. 2004)

Os colaboradores podem gerar receita através da publicação de seus vídeos no site através de contratos com agências de publicidade que veiculariam propagandas em seus vídeos, no início da sua exibição, e receberiam uma remuneração de acordo com o número de visualizações que o vídeo atingisse. Naturalmente, parte dessa receita seria destinada à

plataforma videolog.tv. A interação dos produtores de vídeo que enviam seus conteúdos para o videolog.tv com o portal R7 é de terem seus vídeos publicados num portal de uma grande corporação de comunicação, o que traria muito mais visibilidade - porém, com os filtros estabelecidos pelos editores do R7.

Como se vê, apresenta-se aqui, a par da generalidade expressa pelo conceito de multidão, uma indiferenciação entre ação política constestatória e ação empresarial inovadora. Os ativistas tanto podem ser trabalhadores precários que produzem gratuitamente enviando suas produções para internet como podem ser *experts* no domínio das linguagens tecnológicas e, como empreendedores, organizarem a produção desses usuários, facilitando-lhes o acesso e o compartilhamento de materiais.

* * *

O fundamento desta miscelânea encontra correspondência nas formulações de Hardt e Negri (2005, p. 182), para quem esta "interatividade cooperativa" sob hegemonia do trabalho imaterial não dependeria mais da função orquestradora do capital na produção, inclinando-se, por isso, para um "tipo de comunismo espontâneo e elementar". Apesar das inúmeras modalidades de hierarquização e fragmentação interna, todos contribuiriam para a produção de riqueza social, de modo que, progressivamente, novos segmentos sociais tenderiam a ser diretamente incluídos na atividade produtiva.

Não existe uma linha social separando os trabalhadores produtivos dos improdutivos. Na realidade, as velhas distinções marxistas entre trabalho produtivo e improdutivo, assim como entre trabalho produtivo e reprodutivo, que sempre foram ambíguas, devem já agora ser completamente descartadas. (Hardt; Negri, 2005, p. 182)

O fenômeno dos blogs, por exemplo, possibilitou de maneira simples que qualquer usuário da rede pudesse criar sua própria página nesse formato e utilizá-la para variados fins. Os blogs possibilitaram, assim, que diversas pessoas, grupos, coletivos, movimentos sociais etc. criassem seu próprio canal de comunicação e expressassem suas ideias. Muitos grupos referenciados pela experiência dos centros de mídia independente também começaram a produzir suas próprias notícias e informações, ora específicas a cada tipo de grupo ora mais abrangentes como um jornal de variedades. O jornalismo, estruturado fisicamente no espaço da redação, dispondo de uma equipe de profissionais em busca da notícia, viu-se obrigado a repensar suas formas em relação ao "tempo da notícia", a informação atual levada ao leitor, ouvinte ou telespectador com o advento da internet e sua produção de informações praticamente em tempo real. A professora Ivana Bentes (19 jan. 2010), como já pudemos apontar no início dessa dissertação, acredita que com a internet estaríamos vivenciando uma verdadeira

possibilidade democrática: “É a sociedade inteira que se apropria das tecnologias e da linguagem jornalística contra o jornalismo, explodindo o jornalismo corporativo.” Hoje viveríamos sob uma era pós-mídia de massa, que seria caracterizada por “práticas descentralizadas de comunicação, que podem criar novos ambientes colaborativos e participativos.”

As características interativas da internet e essa aparente quebra que proporcionou entre autor e produtor, ou melhor, entre consumidor e produtor de informação, já foi reivindicação de outros momentos históricos, como também já pudemos ver nas ideias de Brecht e Benjamin. Poderíamos até dizer que a internet teria realizado na prática aquilo que Brecht vislumbrara para o rádio. Porém, observemos o exemplo dos chamados “blogueiros progressivos”.

De acordo com Luís Nassif (26 mai. 2011), do Blog do Nassif, em entrevista para essa pesquisa¹¹⁶, hoje alguns blogs já ganharam estrutura para competir com os jornais das corporações de comunicação. Assim, o nicho em que os blogueiros trabalham é o de fazer contraponto aos grandes jornais, uma vez que eles se encontram hoje “muito cartelizados, todos praticamente repetem a mesma informação, o mesmo enfoque”. E aí é que os blogs cumpririam um papel importante de moderar e se contrapor a essa “virulência”¹¹⁷. Nassif (26 mai. 2011) explica que seu blog depende muito da contribuição do leitor: “No meu blog eu sou um blogueiro a mais. Provavelmente numa posição privilegiada porque eu sou o dono do blog. E eu procuro, no meu caso lá, estimular as discussões, estimular o contraditório.” A construção dos assuntos abordados em seu espaço virtual ocorre basicamente através da colaboração externas dos leitores, cabendo a ele selecionar os assuntos que mais interessam:

Interessa o comentário do leitor que traz alguma informação enviesada da mídia pra gente fazer o contraponto, interessa, como prioridade, aquelas informações que vêm de mídias alternativas, seja publicações, blogs, sites do exterior seja sites e blogs de conteúdos específicos, interessam as análises pessoais dos leitores etc. A internet é um universo muito amplo, você tem os vídeos do YouTube, um site que produz uma matéria interessante, você tem a charge de humor, esse é o universo de conteúdo. Então se um sujeito traz lá de um blog desconhecido uma matéria interessante. O que norteia tudo isso é o critério jornalístico, se é uma matéria de interesse e exclusiva, seja porque nosso repórter que escreveu, seja porque trouxe de um blog que ninguém lê. Você publica a matéria, dá o crédito para o blog e tudo, é o critério jornalístico mesmo que vigora.

Em relação ao caráter midiativista dessas iniciativas, poderíamos dizer que a ideia de se contrapor aos discursos das mídias corporativas através da citação e referência a elas o tempo todo torna-se uma tautologia, uma vez que negam a mídia ao mesmo tempo em que por ela se pautam. O

¹¹⁶ A entrevista na íntegra encontra-se no Anexo F dessa dissertação.

¹¹⁷ Visitar esses blogs nos períodos de eleições governamentais é um verdadeiro dissabor, uma vez que a já triste defesa de princípios profissionais do bom jornalismo cede lugar para a débil defesa dos candidatos de alguns partidos de esquerda ou a denúncia fervorosa dos órgãos que defendem candidatos opostos. Utilizam-se das mesmas armas das grandes empresas de comunicação que servem às elites dominantes, parecendo reivindicar apenas a troca de posições com elas e a certeza de que tudo se manteria tal como está.

mais importante, no entanto, é que esse tipo de ativismo não coloca em xeque os mecanismos de reprodução da própria indústria das comunicações, uma vez que também sobrevivem da mesma lógica de investimentos, ou seja, a publicidade das grandes corporações que alimenta os principais jornais também pode ser conferida através dos banners publicitários nos blogs alternativos, só que neste de instituições governamentais ou empresas de menor porte. Também aqui, o financiamento ocorre em função do número de audiência de determinado veículo, ou no número de *page views* (páginas visitadas), como explicou Nassif, cujo blog já contou com o “apoio” do *Banco Nacional de Desenvolvimento* (BNDES), por exemplo, e hoje da Caixa Econômica Federal - que mantém o Blog do Nassif e também o blog de outro jornalista que saiu da grande imprensa para o jornalismo “independente” digital, Paulo Henrique Amorim, com o seu *Conversa Afiada*¹¹⁸; e o mesmo se verifica em tantos outros blogs que vivem da mesma atividade de contraponto à mídia.

Além disso, essa mídia alternativa mantém, ainda, a mesma lógica do profissionalismo e premiações da grande mídia. O blog *Conversa Afiada*, por exemplo, foi eleito em 2012, entre 100 mil blogs do Brasil, o mais importante blog político do país pela Empresa de Administração de Produtos da Internet, *Top of Mind*¹¹⁹. Sem falar na hierarquia de funções. No blog de Luís Nassif, cujo espaço físico da redação fica em um complexo empresarial na avenida Paulista, região abastada da cidade de São Paulo, encontra-se uma secretária e pelo menos mais três estagiários e dois funcionários que desenvolvem o trabalho de receber os materiais enviados pelos colaboradores leitores, avaliá-lo e selecioná-lo.

A atuação desses blogueiros, na verdade, constitui um exemplo importante para compreender as condições em que acontece a produção colaborativa na internet hoje: existe uma grande quantidade de informações e bens culturais produzidos por todos os usuários que se utilizam da rede que, através de seus próprios blogs, comentários e sugestões em sites, ou suas redes sociais, disponibilizam na internet tudo aquilo que fazem, gostam, ou consomem; por sua vez, alguns profissionais das tecnologias da informação ou comunicação organizam em seus canais essa produção geral, selecionando, editando e avaliando sua pertinência. Esses profissionais podem trabalhar diretamente ligados às estruturas das grandes corporações ou podem receber financiamento para manterem seus canais independentes. Essa produção geral

¹¹⁸ Cf. Blog do Nassif: < <http://www.advivo.com.br/luisnassif/>>, Blog *Conversa Afiada*: <<http://www.conversaafiada.com.br/>>. A Procuradoria Geral da República entrou, no mês de junho, com uma ação contra os blogueiros que utilizam o PIG para atacar as instituições “democráticas”. O ministro Gilmar Mendes condenou o financiamento de empresas estatais que usam o dinheiro público para apoiar esses blogs. Disponível em: <<http://www.conversaafiada.com.br/brasil/2012/06/02/blogueiro-sujo-vai-ao-supremo-contr-gilmar/>>. Acesso em: 10 jun. 2012.

¹¹⁹ De acordo com matéria publicada no próprio Blog *Conversa Afiada*. Disponível em: < <http://www.conversaafiada.com.br/brasil/2012/07/23/gilmar-heraldo-e-a-globo-quem-processa-pha/>>

de informações capturada por esses profissionais é utilizada por eles em seus canais, porém, sem remunerar todos aqueles que contribuíram com a produção colaborativa.

Essa interatividade colaborativa talvez seja diferente daquela que Brecht vislumbrou para o rádio, principalmente porque naquela época ele já estava atento para o fato de que:

a engrenagem é determinada pela ordem social; então, não se acolhe bem senão o que contribui para a manutenção da ordem estabelecida. Uma função que não ameaça a função social da engrenagem [...] pode ser por ela ser apreendida. [...] A sociedade absorve por meio da engrenagem apenas o que necessita para sua perpetuação. (Brecht, 1967, p. 56)

Dessa maneira, vemos que a defesa ativista da produção colaborativa, iniciada de forma intrínseca às lutas sociais, como foi o caso da rede Indymedia, funcionando como instrumento das lutas antiglobalização, passa a ser a própria tendência das formas de produção capitalistas no âmbito da comunicação.

Para se ter ainda mais noção desse fenômeno, é interessante assistir ao noticiário da televisão e reparar a maneira como os conteúdos produzidos pelos próprios telespectadores, leitores ou ouvintes são difundidos pelas grandes emissoras. O “Bom dia, São Paulo”, jornal da rede Globo, em um dos milhares de exemplos que poderíamos citar, veiculou certa manhã o vídeo feito em telefone celular por um usuário dos trens da CPTM, às 7h da manhã, numa paralisação do transporte público, gravando o pânico dos usuários no momento. Marcos Strecker, editor de mídias sociais do site Folha.com, versão on-line do impresso Folha de São Paulo, em entrevista para essa pesquisa, afirmava as formas como a produção colaborativa dos leitores podia beneficiar a própria produção de matérias para o jornal.

O site da Folha tem a preocupação de acompanhar o desenvolvimento da web 2.0? Existe algum projeto nesse sentido?

Acho que o conceito de web 2.0 já está ultrapassado. É ponto pacífico que os internautas têm um papel ativo na circulação de notícias e mesmo na criação de notícias. Nos blogs, isso está em declínio. Mas cresce nas mídias sociais. Os jornais, a meu ver, já perceberam isso e encaram as mídias sociais como parceiras. A Folha está atenta às mídias sociais e vai levar esse conceito de interação com os usuários, de ouvi-los e permitir que interajam e ‘criem’ suas próprias notícias (ou cardápio de notícias), especialmente nos *tablets* e nos *smartphones*.

De que forma essas redes modificaram a rotina de trabalho?

As redes permitiram aos jornalistas descobrir tendências, prospectar pautas, identificar fontes.

Existe alguma estratégia para fomentar a interatividade com o leitor? As redes sociais atuam nessa perspectiva? Quais os potenciais e limites do uso dessas ferramentas?

Sim, a ideia é conversar com os leitores e permitir que discutam entre si. Não há uma estratégia própria, procuramos aprender como nossas notícias podem ser melhor compreendidas e repercutidas nas redes.

É possível inferir que a interação colaborativa com os usuários, que são também produtores de uma massa de informações durante todo seu tempo de uso dessas tecnologias, impactou no trabalho da profissão do jornalista. Este passou a desempenhar um papel mais de organização e seleção das informações. É difícil e custoso para uma redação de jornal dispor de uma equipe de profissionais que dê conta de fazer a cobertura dos inúmeros eventos que acontecem diariamente em qualquer cidade. Com o acesso facilitado aos instrumentos de comunicação como os celulares, por exemplo, que hoje podem possuir câmeras, gravadores de voz, máquinas fotográficas e até acesso à internet sem fio, todas as pessoas, em situações comuns do cotidiano, podem produzir materiais informativos ou culturais a qualquer momento e numa velocidade de tempo muitíssimo rápida ao enviarem os dados para internet. Isso possibilita, inclusive, que os donos das empresas de comunicação possam enxugar seu quadro de funcionários ou mantê-los trabalhando de suas próprias casas e conectados à internet, desenvolvendo essas funções de organização, edição e publicação das informações produzidas por outros, ou seja, por todos os usuários conectados à internet.

Essa forma de produção coletiva e colaborativa aumentou em grande escala a quantidade de informações disponíveis, mas despertou na maioria dos estudiosos, militantes e entusiastas apenas interpretações otimistas e, por conseguinte, que a noção de democratização fosse insistentemente difundida quando se pensava em internet.

Um fenômeno que impulsionou definitivamente essa percepção foi o surgimento das chamadas “redes sociais”: Facebook, Twitter, YouTube, Orkut etc., só para citar as principais. É interessante perceber, por exemplo, que o Twitter foi criado por Evan Henshaw-Plath, um dos cocriadores da rede Indymedia. De acordo com Evan, ele criou o Twitter pensando numa ferramenta que fosse ainda mais veloz e eficaz para a comunicação entre os ativistas, uma vez que se baseia na troca de mensagens rápidas de até 140 caracteres apenas. Porém, a rede “estourou” e hoje é um fenômeno, possuindo 55 milhões de usuários no mundo todo¹²⁰, ficando em terceiro lugar entre as redes sociais. O Facebook estaria em primeiro lugar com 901 milhões de membros. O YouTube, por exemplo, possui 2 bilhões de visualizações por dia e foi comprado pela Google em novembro de 2006, por 1,65 bilhões¹²¹. Essa plataforma possibilita que qualquer usuário crie uma conta no canal e suba para internet seus vídeos e áudios produzidos.

O Facebook é uma das redes sociais que vale mais dinheiro também, sua receita é de 3,7 bilhões de dólares, sendo que 86% dessa receita é adquirida através de publicidade e 12% a

¹²⁰ Cf. < <http://econsultancy.com/us/blog/4402-20+-more-mind-blowing-social-media-statistics> >

¹²¹ Cf. < <http://www.tecmundo.com.br/youtube/5810-o-youtube-em-numeros.htm> >

partir de jogos digitais da Zynga (Farmville e Mafia Wars)¹²². O Orkut, uma das primeiras redes sociais, perdeu popularidade no mundo todo depois do Facebook e Twitter, foi também comprado pela Google, mas mantém sua própria marca. Essas redes sociais, que na verdade, nem são tantas assim, além de pertencerem a um reduzido grupo de corporações de mídia, mantêm o controle sobre os gostos, comportamentos, relações pessoais etc. de todos que inscrevem suas informações nessas redes de vigilância.

Lembramos agora que as manifestações que ficaram famosas no ano de 2011 por se organizarem através da internet, possibilitando que inúmeras pessoas fossem às ruas e até mesmo derrubassem ditadores, foram, de alguma maneira, articuladas pelas redes sociais como Facebook e Twitter. Manifestantes pixavam nos muros os nomes dessas redes como se elas por si só fossem sinônimo de resistência e auto-organização.

Porém, diferentemente das lutas antiglobalização dos movimentos ligados à AGP, que também se organizavam pela internet, essas redes pertencem a empresas e os dados disponíveis e armazenados em cada uma pode servir tanto às próprias empresas quanto ao Estado. Por essas e outras, o Facebook vem sofrendo processos por violação de dados, uma vez que, por mais que o usuário apague as informações que postou na rede, elas ficam arquivadas no sistema, produzindo um verdadeiro histórico sobre a vida e o comportamento de cada pessoa.¹²³

Os problemas que a internet trouxe em relação às questões de controle e vigilância nem sempre são lembrados pelos teóricos entusiastas. Nesse sentido, as afirmações de João Bernardo sobre as possibilidades que as novas tecnologias trouxeram de intensificar modalidades de vigilância e controle, ao mesmo tempo em que poderiam ser usadas para trabalho e lazer, são fundamentais.

Também Carlo Formenti (2011, p. 144-147), em seu livro *Felizes e explorados*, no qual analisa criticamente as teses dos tecnoutopistas da internet, a partir do começo dos anos 1990, quando nasciam e se difundiam uma série de teorias fundamentadas na convicção de que o salto tecnológico estava criando as condições para o advento de uma economia e uma sociedade pós-capitalista. O experimento do software livre como paradigma de uma “economia da dádiva”; as comunidades virtuais como portadoras de um modelo de relações sociais horizontais e anti-hierárquicas; a internet como ambiente à altura de superar/neutralizar as barreiras entre nações, etnias, culturas e classes sociais; o enfraquecimento de todas as formas

¹²² É possível tabela completa no Anexo 6 dessa dissertação.

¹²³ Cf. < <http://passapalavra.info/?p=47641>>.

de poder centralizado – governos, corporações, partidos políticos, igrejas etc. – acompanhado pelo empoderamento dos cidadãos/consumidores, mas sobretudo dos indivíduos chamados a construir as próprias redes de relações, fundamentadas na livre escolha e não na sua identidade pré-determinada; a queda do custo dos meios de produção, com a consequente drástica queda (baixa) do início do ingresso nos setores produtivos mais inovadores e a chance da oferta a milhões de produtores independentes, de um lado, de se transformarem em empreendedores deles mesmos (capitalismo personalizado) e, de outro, de se interconectarem nas vastas e potentes redes de cooperação espontânea: estas e outras formas de legitimação contribuem para acelerar a ascensão de uma nova empresa que, aparentemente, é parte integrante do processo revolucionário e compartilha objetivos e valores, uma “nova economia”.

Ele identifica que o horizonte do conflito é progressivamente restrito à luta entre a velha e a nova economia, até quando esta última se encontra instalada no lugar de comando, pondo em funcionamento um fulminante processo de colonização dos espaços sociais que a revolução tecnológica tinha contribuído para abrir.

César Bolaño (2007b), por exemplo, defende a tese de que a revolução industrial e, por conseguinte, a instauração do modo de produção capitalista dependem da constituição prévia, não apenas de uma acumulação primitiva de capital, que foi realizada pelo grande capital mercantil do período anterior, responsável pelos transbordamentos de capital para a produção na manufatura, mas também de uma *acumulação primitiva de conhecimento*, que essa manufatura realizaria ao incorporar ao capital o conhecimento de processos de trabalho desenvolvidos pela classe trabalhadora artesanal ao longo dos séculos anteriores.

O período manufatureiro permite justamente essa apropriação pelo capital, do conhecimento anteriormente produzido pelo trabalho, conhecimento esse que, aliado ao desenvolvimento da mecânica e outras inovações decorrentes do trabalho intelectual científico, permitirá o desenvolvimento da máquina ferramenta e a Revolução Industrial originária. A máquina ferramenta é o elemento central de todo processo porque nela está plasmado o conhecimento previamente extraído da classe trabalhadora¹²⁴. (Bolaño, 2007b, p. 2-3)

Bolaño (2007a), assim, aponta a metáfora do software como a forma que o sistema encontra para padronizar o trabalho intelectual, de padronizá-lo e de explorar suas potencialidades pelo capital. É a forma em que se materializa, num elemento do capital constante, o conhecimento que antes era propriedade do trabalhador intelectual isolado, de

¹²⁴ Ibidem, p. 2-3.

forma semelhante ao que ocorreu com o trabalho manual a partir do surgimento da máquina-ferramenta¹²⁵.

A tendência atual, portanto, seria a uma intelectualização geral dos processos de trabalho “exigindo do conjunto da classe trabalhadora a mobilização prioritariamente das suas energias mentais, provocando uma hipertrofia de certas capacidades intelectuais em detrimento de outras, novas formas de alienação, aprofundamento da exclusão social, com a miserabilização completa daqueles que não conseguem se adaptar à mudança e, ao mesmo tempo, desemprego crescente de pessoal qualificado, aumento incontrolável, enfim, de todas as doenças sociais (e mentais) que caracterizam o final do século XX e início do XXI [...]”

A internet, que inicialmente fora brindada como uma estrutura revolucionária, não hierarquizada, de comunicação entre indivíduos livres e iguais, mostra-se claramente hoje como um espaço formado por uma teia complexa e extremamente assimétrica de atores, onde a capacidade de comunicação e de acesso à informação relevante depende justamente daqueles elementos que no passado garantiam o acesso à esfera pública liberal: poder econômico (propriedade), político e conhecimento, nessa ordem de importância. A mudança profunda por que passam hoje todos os sistemas de comunicação aponta não para um avanço da democracia, mas para a constituição de um mundo em que o poder, cada vez mais concentrado, torna viável uma “ação comunicativa” crítica para determinadas parcelas da população mundial, ficando a imensa maioria excluída e iludida pela possibilidade de uma participação periódica em processos eleitorais cada vez mais inócuos, inclusive no que se refere à política nacional, já que o poder de decisão, mesmo nessa matéria, encontra-se em outra parte. (Bolaño, 2007b, p.58-59)

Bolaño conclui então que a produção material e a produção simbólica convergem hoje, apontando para a constituição de um capitalismo total no qual já nada foge à forma mercadoria e à produção de valor e de mais-valia. Assim, o desenvolvimento atual das tecnologias de informação e comunicação tenderia para a superação da separação entre trabalho e vida, aprofundando com isso a alienação, mas demonstrando também a possibilidade de uma transformação real na direção da socialização pelo trabalho num sentido não capitalista. Além disso, seria preciso considerar que esse desenvolvimento abre possibilidades libertadoras nunca antes imagináveis. Nesse sentido, a luta pela autonomia do tempo livre, contra as tendências individualizantes e desagregadoras do capitalismo se faz necessária¹²⁶.

Partindo das afirmações de João Bernardo (2004; 2009) sobre as novas tecnologias, é possível identificar que os sutis mecanismos de assimilação, por parte dos capitalistas, das reivindicações da força de trabalho que tentam o colocar em causa poderiam estar se processando mais uma vez. Enquanto o ativismo reclamava pela livre produção e interação através das redes, demonstrando sua capacidade de auto-organização e produção colaborativa,

¹²⁵ Ibidem, p.55-56.

¹²⁶ Ibidem, p. 59.

o capitalismo pôde, a partir disso, aprender com essas lutas, adaptando os mecanismos e técnicas de trabalho de modo a atender, ao menos parcialmente, as demandas da força de trabalho. Porém, em contrapartida, os capitalistas só podem ceder de um lado se garantirem o aumento da produtividade de outro.

É assim que identificamos que a produção colaborativa em rede e o compartilhamento de informações e bens culturais na internet tende a contribuir com um aumento da produtividade geral sem precedentes. Isto ocorreria num sentido capitalista porque, para além das redes sociais mais ativas estarem sob o controle jurídico e formal de grandes corporações de informação e comunicação, e suas parcerias com o poder estatal, toda produção e consumo destes tipos de bens encontrar-se-ia sob o jugo das relações capitalistas pensadas em sua globalidade. Vistas as coisas sob este ponto de vista, não se poderia ignorar o fato de todos os usuários-produtores manterem-se circunscritos aos limites oferecidos pelas empresas transnacionais de tecnologia, que liberam ou cortam o acesso desses a qualquer momento, assim como organiza e disponibiliza as informações relevantes produzidas pela grande maioria das pessoas. O que faz a Google, o YouTube e outras redes senão apenas proporcionarem uma plataforma empresarial para uma produção global realizada pelos usuários de seus serviços, organizando dados e mecanismos de busca? Dado o fato de capitalismo só poder ser concebido de maneira integrada, através do que cada unidade produtiva se beneficia das inovações e produções das outras, parece-nos que a “multidão” não estaria produzindo “o comum”, que apontaria para processos cada vez mais democráticos, mas sim uma mais-valia global.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho procurou demonstrar que, num cenário em que cada vez mais as novas tecnologias de informação e comunicação são aclamadas como instrumentos promotores de uma nova sociabilidade, crescem, concomitantemente, as iniciativas midiativistas que procuram encontrar soluções para os problemas das relações capitalistas na apropriação emancipadora desses aparatos, vislumbrando processos potencialmente mais democratizantes.

As teorias que procuram entender a sociedade contemporânea centrando-se, de modo restrito e demasiado, nas inovações tecnológicas dos meios de comunicação tendem a conceber e constatar a realidade paralelamente a uma totalidade histórica. Apartada de seu contexto histórico-social-econômico-político, a tecnologia não pode por si só promover grandes transformações numa determinada realidade. É nesse sentido que descartamos a hipótese de haver qualquer conteúdo democrático intrínseco aos aparatos tecnológicos. Não podemos ignorar que a tecnologia faz parte de um processo sócio-histórico, e, como tal, obedece a determinações processadas no âmbito das relações sociais.

Acreditamos, obviamente, que as relações sociais contemporâneas tendem a ser amplamente tecidas por esses novos aparatos, porém, a sociabilidade sempre é alterada diante dos desenvolvimentos tecnológicos. Basta pensar como a revolução industrial, por exemplo, transformou radicalmente o cotidiano de todos de uma época. Era necessário que as massas de trabalhadores vindos diretamente dos campos se habituassem ao ritmo urbano. Para garantir que aprendessem esse novo ritmo, foi necessário, além de um controle rígido dos gestos de trabalho, assegurar que essa força de trabalho estivesse apta à disciplina fabril e às relações de assalariamento capitalista. Assim, os centros urbanos moldavam através de normas, sinalizações e outras regras, o que deveria ser o comportamento mais eficaz às demandas das relações produtivas do capitalismo. O Estado, a família, a escola contribuíam de maneira elementar para a preparação e produção desses novos trabalhadores. Chaplin, em seus filmes, tentou demonstrar como seu personagem custava, cômica ou tragicamente, a entender e se adaptar às regras de sociabilidade que aquela etapa do desenvolvimento capitalista lhe exigia. Sua recusa em se adaptar, artisticamente apresentada, certamente foi levada a cabo por outros tantos trabalhadores que se viram diante da necessidade de vender sua força de trabalho para conseguirem sobreviverem no, então, novo estágio da vida social. Porém, aqueles que já nasciam sob essas novas dinâmicas sociais, compreendiam e se adaptavam mais rapidamente às novas dinâmicas e, assim, sucessivamente. Os meios de comunicação de massa, nesse

sentido, também auxiliariam, definitivamente, na formação e produção dessa classe trabalhadora, difundindo regras e valores essenciais ao sistema produtor de mercadorias e, obviamente, estimulando o consumo ou escoamento desses bens materiais.

Nossa tentativa foi deixar claro, portanto, que toda essa dinâmica de desenvolvimento tecnológico não pode ser considerada o agente de uma transformação qualitativa das formas de produção, onde, por excelência, se define a sociabilidade capitalista. Ao contrário, esse desenvolvimento pressupõe a tensão e a contradição que caracterizam as relações capitalistas, entre a submissão da força de trabalho ao capital e a apropriação pelo capital do produto do processo de produção. Ou seja, temos, de um lado, os capitalistas empenhados em produzir mais em menos tempo e, de outro, os trabalhadores lutando para conseguirem se apropriar de parte maior daquilo que eles mesmos produzem. Todas as lutas empreendidas pelos trabalhadores ao longo dos tempos tinham como fundamentação a diminuição desse paradoxo. Lutas por maiores salários, por diminuição da jornada de trabalho e também as lutas por melhores serviços como educação, moradia, saúde, terra e, por que não, informação.

São esses conflitos sociais que promovem o desenvolvimento das sociedades, tal como apontou Bernardo (2009). Os capitalistas precisam da força de trabalho para continuarem sua produção e acumularem capital e a força de trabalho, por sua vez, necessita de bens de consumo e serviços para poder se formar e se reproduzir. Portanto os capitalistas, como forma de conter esses conflitos, investem em melhorias na qualidade de vida e na capacidade de consumo e, dessa forma, garantem a constante formação e produção da força de trabalho. As inovações e desenvolvimentos tecnológicos, portanto, só podem ser devidamente apreendidos em função desses conflitos.

Finalmente, a difusão da maquinaria eletrônica, das novas tecnologias de informação e comunicação, que teve a conexão entre máquinas e computadores como sua maior novidade, não pode ser compreendida descoladamente das relações sociais capitalistas que a fundamentam. No caso da microeletrônica e da informática, o processo deve ser entendido à luz das resistências empreendidas pelos trabalhadores entre as décadas de 60 e 70, quando a força de trabalho demonstrou saber, ela mesma, controlar seus processos de trabalho, uma vez que a jornada diária na produção já havia possibilitado tal acúmulo de experiência. Como forma de absorver os conflitos e atenuar as tensões, os capitalistas, àquela altura, muito antes da web 2.0, já começaram a incentivar a participação dos trabalhadores na gestão dos processos produtivos, os primórdios da transformação do trabalhador em "colaborador", em "co-gestor" da empresa. Dessa maneira, o desenvolvimento das novas tecnologias de informação e comunicação

possibilitou que os capitalistas dispersassem e fragmentassem a força de trabalho, uma vez que os computadores pessoais permitiam que os trabalhadores produzissem longe do ambiente coletivo de trabalho, fragmentando a classe e dificultando qualquer iniciativa de associação. O avanço da eletrônica consentiu essa dispersão, mas não sem garantir aos capitalistas um controle e vigilância ainda mais eficientes dos processos de trabalho. As câmeras de vigilância, a correspondência eletrônica, os sites de relacionamentos, asseguram aos capitalistas que se controle, mesmo de longe, uma força de trabalho cada vez mais dispersa, porém coordenada.

A força de trabalho, mais uma vez, teve de se adaptar aos processos produtivos com os computadores pessoais, por exemplo, que exigiam procedimentos e condutas bem diferentes dos gestos apenas braçais da operacionalização das máquinas. A componente intelectual do trabalho é posta a trabalhar; sendo agora preciso pensar e planejar o processo, não simplesmente executá-lo.

Com isso, requereu-se um tempo maior para que a força de trabalho se qualificasse à altura da participação exigida pelos novos processos produtivos, uma vez que esses instrumentos se modificam velozmente e demandam sempre novas habilidades. É nesse âmbito que os lazeres adquirem ainda mais importância nas sociedades onde predominam os meios de produção eletrônicos. Os computadores, como bem observou Bernardo (2004), conseguiram, pela primeira vez, conjugar diferentes tarefas num mesmo aparelho: um instrumento de trabalho, de entretenimento e diversão e de fiscalização e controle.

A organização de jovens que se mobilizaram mundialmente no final dos anos 1990, tecendo uma rede de amplo alcance e resistindo à globalização econômica, surge como um efeito não calculado destas transformações e do próprio processo de transnacionalização do capitalismo. Ancorada também no avanço das tecnologias de informação que integrava ainda mais os processos produtivos e dotada de um saber específico, a parcela jovem desta força de trabalho dispersa pôde se conectar globalmente e promover processos de resistência numa escala considerável.

Isso ocorre, contudo, em um estágio avançado de fragmentação e precarização de vários setores da classe trabalhadora, com implicações subjetivas muito profundas, o que jogou peso para que esta nova onda de mobilizações não se generalizasse e alcançasse a condição de um verdadeiro projeto de classe. A multiplicidade de atores que surge desse processo procede à especialização e à parcelização política de cada demanda social específica, dificultando ainda mais a unidade de ação.

Consequentemente, a grande onda de lutas arrefece e os capitalistas novamente conseguem operar processos sutis de assimilação dessas contestações integrando-as em sua própria lógica de produtividade. A produção colaborativa em rede de informações e bens culturais que os midiativistas demonstraram conseguir, rapidamente, foi se transformando no próprio sentido da rede. Toda empresa capitalista, direta ou indiretamente, sempre se beneficiou de inovações tecnológicas promovidas por outra unidade produtiva, buscando sempre inseri-las em processos de trabalho de modo a garantir o seu aumento de produtividade e, logo, suas vantagens competitivas. É a busca incessante pelo aumento da produtividade, como forma de recuperar as cessões feitas aos trabalhadores, que alavanca as inovações tecnológicas, que em seguida se espalham para o conjunto da sociedade. Daí que o funcionamento econômico só possa ser pensado em termos globais, a partir da existência de uma integração tecnológica intercapitalista no âmbito da produção, e que a *mais-valia* só possa ser pensada como o resultado de uma produção globalizada. Frente a isso, concluímos que a produção colaborativa em rede possibilita aos capitalistas uma extorsão de *mais-valia global*, produzida continuamente por uma força de trabalho, senão comandada no âmbito de uma unidade produtiva em particular, certamente circunscrita pela dimensão integrada do capitalismo, ainda que se apresente fenomenicamente como dispersa nas redes. Embora reconheçamos a pertinência das observações de Hardt e Negri, que sugeriram estar esta produção ocorrendo externamente ao comando capitalista, e por isso transbordar os ciclos de reprodução do capitalismo, em nosso entendimento a aparente liberdade com que se desenvolvem hoje os trabalhos colaborativos constitui o mais alto grau atingido pelos mecanismos de aumento da produtividade.

Nesse sentido, também tomamos como equivocada a afirmação de que o trabalho imaterial produziria subjetividades, uma produção biopolítica a qual o capital já não controlaria dada a sua natureza "imaterial" e "incomensurável". O que vemos, no entanto, é a própria assimilação por parte do capital dessa produção colaborativa, imaterial, criativa, em rede, produzida, inclusive, pelos ativistas que buscam se apropriar dos meios de produção, sendo realizada, na maioria dos casos, para além da estrutura de uma empresa específica, concebida no tempo supostamente destinado ao lazer, ao não trabalho. Como já indicamos, o próprio tempo dos lazers tende a servir à produção e reprodução da força de trabalho. A conexão dos computadores pessoais à rede prepara os trabalhadores para uma produção que demanda cada vez mais suas capacidades criativas e intelectuais. O incentivo à participação e colaboração que as empresas capitalistas já empreendiam quando "elevaram" os "meros trabalhadores" à "colaboradores das empresas", considerando suas experiências para as melhorias nos

processos produtivos, foi transportado para à internet com suas possibilidades interativas que contribuíam ainda mais para esse processo de difusão dos conhecimentos acumulados pelos trabalhadores. Assim os capitalistas podem não só aprender com as ideias propagadas, como se apropriarem, posteriormente, de um mar de produções anônimas, gratuitas e contínuas, como o fazem, tanto os blogueiros progressistas que se revestem de ativistas das mídias, como as grandes corporações de comunicação, como a Google, por exemplo, que se utiliza das buscas dos usuários para melhorarem seus algoritmos, afinando os termos com os anúncios publicitários. A função de formar e produzir a força de trabalho, assim como de garantir o escoamento das mercadorias e informação (ou mercadoria-informação) continua sendo levado à cabo pelas famosas redes sociais, anunciadas como as ferramentas revolucionárias da contemporaneidade, como Facebook, Twitter, Orkut e YouTube. Através dessas redes, é plenamente possível controlar os comportamentos das pessoas, suas relações pessoais, gostos e hábitos etc. É por isso que o Facebook recebe tanto investimento das empresas publicitárias, pois não há ferramenta melhor para se operar a produção de um consumo sob medida aos bilhões de usuários das redes.

Contudo, é só no âmbito das empresas consideradas particularmente que podemos ver mais explicitamente uma relação de concorrência entre as unidades produtivas. Por isso, os investimentos na construção da imagem positiva da corporação, a produção de linguagem que atinja um público cada vez mais aderente a seus produtos e/ou serviços, a exploração da afetividade dos atendentes para humanizar as necessidades de venda dos produtos como se fosse uma preocupação demasiada com o bem-estar dos consumidores, sempre tendem a crescer. Entretanto, dada integração entre os capitalistas, que se beneficiam em conjunto das melhorias técnicas e tecnológicas, é na esfera da produção que ocorre a socialização do produto capitalista. A remuneração da força de trabalho aqui, entretanto, não acontece em forma de salário pago por uma entidade jurídica específica para um grupo específico de trabalhadores. Ao contrário, a remuneração também aparece como um todo, como serviços e melhorias para que essa força de trabalho continue se reproduzindo. Acreditamos que essas concepções são as pistas a serem trilhadas nas investigações sobre as dinâmicas dessa produção colaborativa em rede.

O nosso principal objetivo nessa dissertação foi o de levantar elementos críticos às teses mais apologéticas aos potenciais democratizantes das novas tecnologias de informação e comunicação. Com base nestes dados levantados, parece-nos equivocado consagrar estes aparatos como agentes autônomos, propulsores de formas de organização mais democráticas e

desencadeadores de processos produtivos mais criativos e inovadores. Como aconteceu outras vezes na história do capitalismo, tais teses, a nosso ver, parecem desconsiderar a ampla gama de relações que determinam, dialeticamente, o ritmo, o sentido e o conteúdo destas tecnologias.

Sendo parte deste processo, o midiativismo, tal como se desenvolve majoritariamente em nosso tempo, ao se focar cada vez mais na apropriação dos aparatos comunicativos, descolaria-se das demandas e contestações sociais, incentivando dinâmicas de produção "autônomas" e "colaborativas" que, na verdade, tenderiam a ser integradas na própria lógica de produtividade capitalista. O desafio que se coloca ao midiativismo, portanto, é repensar seu papel enquanto mediação a serviço das lutas sociais, contribuindo, de fato, para a construção de novas relações sociais opostas às formas capitalistas de produção.

5 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985

AGENCE FRANCE-PRESSE. Número de usuários de internet no mundo alcança os 2 bilhões (ONU). **UOL Notícias**, São Paulo: 26 jan. 2011. Disponível em: <<http://entretenimento.uol.com.br/ultnot/afp/2011/01/26/numero-de-usuarios-de-internet-no-mundo-alcanca-os-2-bilhoes-onu.jhtm>>. Acesso em: 17 mai. 2011.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo, Boitempo, 2000.

ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy. **Infoproletários: degradação real do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2009.

BAUDRILLARD, Jean. **As trocas simbólicas e a morte**. Trad. bras. Maria Stela Gonçalves e Adail Ubirajar Sobral. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. **A sociedade de consumo**. Trad. port. Arthur Morão. Lisboa: Edições 70, 2007.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1992.

BELL, Daniel. **O advento da sociedade pós-industrial**. São Paulo: Cultrix, 1973.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**, São Paulo, Editora Brasiliense, 1994.

BENTES, Ivana. *A esquerda nos eixos e o novo ativismo*. **Trezentos**. 22 jun. 2011. Disponível em <www.trezentos.blog.br/?p=6056>. Acesso em 25/09/2011.

BERGEL, Martín e ORTELLADO, Pablo. AGP (**Ação Global dos Povos**). In: Latinoamericana. Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe. São Paulo: Boitempo, 2006.

BERNARDO, João. **Economia dos conflitos sociais**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. **Democracia totalitária: teoria e prática da empresa soberana**, São Paulo, Editora Cortez, 2004.

BRECHT, Bertolt. *O rádio como aparato de comunicação Discurso sobre a função do rádio*. Revista **Estudos Avançados** (USP) [online]. São Paulo, v.21, n.60, p. 227-232, Mai/Ago 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v21n60/a18v2160.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2009.

BRECHT, Bertold. *Teoría de la radio (1927-1932)* In: **El compromiso en literatura y arte**. Barcelona: Ediciones Península, edición 62, s/d.

BOLAÑO, César R. S. (org.) **Economia política da internet**. São Cristovão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2007a.

_____. **Processo de trabalho e crítica do trabalho imaterial**: sobre intelecto geral, comunicação e conhecimento. I Encontro Nacional de Economistas Marxistas. Curitiba: 30-31 out. 2007b. Disponível em: <<http://www.sitiodeeconomiaspolitica.ufpr.br/CesarBolano2.pdf>> Acesso em: 24 out. 2010.

BOLAÑO, César. **Indústria cultural, informação e capitalismo**. São Paulo: Hucitec/Editora Pólis, 2000.

BUCCI, Eugênio. *A fabricação de valor na superindústria do imaginário*. In: **Communicare**, vol. 2, nº 2, 2º sem. São Paulo: 2002.

BUCCI, Eugênio. **O espetáculo e a mercadoria como signo**. São Paulo: Senac, s/d.

BURCH, S. *Sociedade da Informação/Sociedade do Conhecimento*. In: AMBROSI, Alain; PIMENTA, Daniel et PEUGEOT, Valérie. **Desafios de palavras**: enfoques multiculturais sobre as sociedades de informação. França: **C & F Éditions**, 2005. Disponível em e-book: <<http://vecam.org/article519.html>>. Acesso em: 31 mar. 2010.

BURGER, Marcelo Wanderley. **Ativismo político na internet e ação direta nas ruas**. Rio de Janeiro. UFRJ/ECO (Dissertação de mestrado), 2004.

CARDON, Dominique.; GRANJON, Fabien. **Médiactivistes**. Paris: Presses de Sciences Po, 2010 – (Contester; 9), p. 7-147.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **A galáxia da internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CASTRO OLIVEIRA, João Henrique de. **Anarquismo, contracultura e imprensa alternativa no Brasil**: a história que brota das margens. Caderno de Pesquisa do CDHIS v.24, n. 2. Uberlândia: dez. 2011. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/cdhis/article/view/13485/9497>>. Acesso em: 30/04/2012.

CEBRIÁN, Juan Luis. **A rede**. São Paulo: Summus, 1999.

CEVASCO, M. E. **Dez lições sobre estudos culturais**. São Paulo: Boitempo editorial, 2003.

COCCO, Giuseppe; GALVÃO, Alexandre P.; SILVA, Gerardo (orgs.) **Capitalismo cognitivo**: trabalho, redes e inovação. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____. Comunicação e direitos humanos: o trabalho dos direitos. **Revista Direitos Humanos**. Nº 4. Brasília-DF: Secretaria de Direitos Humanos (SEDH). Dez. 2009. Disponível em: <http://www.slideshare.net/direitoshumanosbm/revista-direitos-humanos-04>. Acesso em: 15/09/2010.

COELHO, Luciana. A revolução foi, sim, tuitada, mostra estudo. In: **Folha.com** – seção Tec. 21. Set. 2011. [<http://www1.folha.uol.com.br/tec/978717-a-revolucao-foi-sim-tuitada-mostra-estudo.shtml>] Acesso em: 22/09/2011.

COMASSETTO, Leandro R.; SOUZA, Jean Carlos. Reflexões sobre a comunicação numa sociedade desigual In: **Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación**, V. VIII, n. 2, mayo/ago. 2006, p. 2. Disponível em: <<http://www2.eptic.com.br/arquivos/Revistas/VIII,n.2,2006/LeandroComassetto-JeanSouza.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2010.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

COUTINHO, Eduardo G. *Gramsci: a comunicação como política*. In: COUTINHO, Eduardo G.; PAIVA, R.; FREIRE FILHO. **Mídia e poder: ideologia, discurso e subjetividade**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008, p. 41-55.

CORREA, Felipe. *Balço crítico acerca da Ação Global dos Povos*. In: **Passa Palavra**, 28.jul.2011. <<http://passapalavra.info/?p=42773>>. Acesso em: 28/07/2011.

DANTAS, Marcos. **A lógica do capital-informação**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DONOS DA MÍDIA. As redes de TV. In: **Donos da mídia**. 2002. Disponível em: <<http://donosdamidia.com.br/redes>>. Acesso em: 08 nov. 2009.

DOWNING, John. **Mídia radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais**. São Paulo: Senac, 2002.

DOWBOR, Ladislau; et al. **Desafios da comunicação**. Petrópolis: Vozes, 2001.

ESPECIAL 9 ANOS DE CMI-BRASIL. **Especial 9 anos de CMI-Brasil**. Passa Palavra.info, 21 dez. 2009. Disponível em: <<http://passapalavra.info/?p=16807>>. Acesso em: 2/12/2009.

ESPECIAL PRIMAVERA ÁRABE Um ano de Primavera Árabe, a primavera inacabada. In: **Estadão.com.br**: [<http://topicos.estadao.com.br/primavera-arabe>]. Acesso em: 12 jan. 2012.

ENZENSBERGER, Hans Magnus. **Elementos para uma teoria dos meios de comunicação**, São Paulo, Conrad Editora, 2003.

FIORIN, José L. **Linguagem e ideologia**. São Paulo: Editora Ática, 1988.

FISCHER, Desmond. **O direito de comunicar: expressão, informação e liberdade**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

FORMENTI, Carlo. **Felici e sfruttati: capitalismo digitale ed eclissi del lavoro**. Milano: Egea, 2011.

FORTALEZA DE AQUINO, João Emiliano. **Reificação e linguagem em Guy Debord**. Fortaleza: EduUECE, 2006.

_____. **Espetáculo, comunicação e comunismo em Guy Debord**. Kriterion nº115. Belo Horizonte: jun. 2007, p. 167-182.

FREDERICO, Celso. *Debord: do espetáculo ao simulacro*. **Revista Matrizes**, vol.4, nº 1. São Paulo: ECA/USP, Paulus, 2010, p. 184-185. Disponível em: <http://www.matrizes.usp.br/ojs/index.php/matrizes/article/view/164/pdf_189>. Acesso em: 05 mar. 2011.

_____. *Recepção: divergências metodológicas entre Adorno e Lazarsfeld*. **Revista Matrizes**, vol. 1, nº 2. São Paulo: ECA/USP, Paulus, abr. 2008, p. 157-172. Disponível em: <<http://www.matrizes.usp.br/index.php/matrizes/article/view/91/142>>. Acesso em: 14 jan. 2012.

GANNAN, Gustavo. **A trama do sevirismo: os novos modelos de negócios da indústria cultural**. Trabalho de Conclusão de Curso em Sociologia Política. São Paulo: Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 2008.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1982.

_____. **Cadernos do Cárcere**. v.1, 2, 3, 4. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, 2001.

GIBBONS, Fiachra. **O autor morreu**. Entrevista com o cineasta Jean-Luc Goddard. *A Folha de São Paulo - caderno Ilustrada*. Tradução de Clara Allain. 22 jul. 2011, p. E14. (publicada originalmente no jornal *Guardian*)

GONZÁLEZ, J.A. Digitalizados por decreto. Cibercultura@: inclusão forçada na América Latina. In: **Revista Matrizes**, v.2, n.1. São Paulo - ECA/USP, Paulus, 2008, p.113-138. Disponível em: [http://www.matrizes.usp.br/ojs/index.php/matrizes/article/view/57/pdf_46]. Acesso em: 25 out. 2009.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**, Literatura, folclore, gramática. vol. 6. Edição de Carlos Nelson Coutinho, com a colaboração de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Multidão: guerra e democracia na era do império**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

HILSENBECK, Alexander. **Abaixo e à esquerda: uma análise histórico-social da práxis do Exército Zapatista de Libertação Nacional**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Marília: UNESP, jan. 2007.

IANNI, Octavio. O Príncipe eletrônico. In: DOWBOR, Ladislau et al. **Desafios da Comunicação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

JAMESON, Frederic. **Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo: Ática, 1996, p. 74.

LIMA, José Antonio. A revolução tuitada. **Revista Época**. 21. jun. 2011 <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI243064-15220,00.html>>. Acesso em: 21/06/2011.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. **Pesquisa em comunicação**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo, Editora Página Aberta, 1991.

MANOLO. **Crise e oportunismo: o internacionalismo anticapitalista em tempo de Fórum Social Mundial**. Passa Palavra.info. Publicado a partir de 19 fev. 2010 numa série de 7 artigos. Disponível em: < <http://passapalavra.info/?p=18579>>. Acesso em: 19/02/2010.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia**. São Paulo: Ática, 1986.

MARQUES DE MELO, José;; et al. A Sociedade do Conhecimento. In: **Direitos à Comunicação na Sociedade da Informação**. São Bernardo do Campo: Editora da Universidade Metodista de São Paulo, 2005.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. **O Capital: crítica da economia política**. Vol. I. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os economistas).

MARX, Karl.; ENGELS, Friedric. **A ideologia alemã**. Tradução por Viktor Von Ehrenreich. São Paulo: s/d., p. 182-214.

MATTELART, Armand. **A história da sociedade da informação**. São Paulo: Loyola, 2002.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. São Paulo: Editora Pensamento Cultrix, 2005.

MORAES, Dênis. A comunicação sob o domínio dos impérios multimídias. In: **Desafios da Comunicação**. DOWBOR, Ladislau [et. al.]. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p.13-19.

NOGUEIRA, Bruno Torturra. Ministério da cultura. **Revista Trip**. 12 mai. 2011. Disponível em: <http://revistatrip.uol.com.br/revista/199/reportagens/ministerio-da-cultura.html>. Acesso em 25/06/2011.

NORA, Simon; MINC, Alain. **A informatização da sociedade**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1980.

ORTELLADO, Pablo. **Aproximações ao ‘Movimento Antiglobalização’**, 05 jan. 2002. [<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2002/01/14525.shtml>].

_____. *Por que somos contra a propriedade intelectual?* **Centro de Mídia Independente** (CMI- Brasil). 26 jun. 2002. Disponível em: < <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2002/06/29908.shtml> >. Acesso em: 26/08/2009.

OLIVEIRA, Samir. Política e democracia na era digital: como transformar bytes em atitudes concretas In: **Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação** (FNDC) – Notícias, 26/01/2012. [http://www.fndc.org.br/internas.php?p=noticias&cont_key=762722]. Acesso em 19 jan. 2012.

PAIVA, Raquel e BARBALHO, Alexandre (orgs.). **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2005.

PASSA PALAVRA. *A esquerda fora do eixo*. **Passa Palavra**, 17 jun. 2011. Disponível em <www.passapalavra.info/?p=41221> Acesso em 20/05/2012.

PASSARINHO, Natalia. Governo lança Plano Nacional de Banda Larga. In: **Portal Globo.com G1 – Tecnologia e Games**, Brasília: 20 mai. 2010. Disponível em: <<http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2010/05/governo-lanca-plano-nacional-da-banda-larga.html>>. Acesso em: 30 mai. 2010.

PATSHIKI, Lucas. **A rede mundial de computadores e as teias do capital-imperialismo**. Passa Palavra.info. 12 mai. 2012. Disponível em: <http://passapalavra.info/?p=58325>. Acesso em: 12/05/2012.

PIETROFORTE, Antonio V. S.; LOPES, Ivã C. *A semântica lexical*. In: FIORIN, José L. (org.) **Introdução à linguística II: princípios de análise**. São Paulo: Contexto, 2003.

RYOKI, André e ORTELLADO, Pablo. **Estamos Vencendo: resistência global no Brasil**. São Paulo: Conrad, 2004.

SAVAZONI, Rodrigo. *A reinvenção da política*. **Revista Fórum**, nº 99 - ano 9. São Paulo: Publisher Brasil, jun. 2011.

_____. Brecha digital / exclusão digital. In: SPYER, J. (Org.) **Para entender a internet: Noções, práticas e desafios da comunicação em rede**. E-Book: Não Zero, 2009. Disponível em: <<http://para-entender-a-internet.softonic.com.br/>>. Acesso em: 27 fev. 2010.

_____. Democracia, inovação e cultura digital. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, 03 jan. 2010. Disponível em: < <http://diplomatique.uol.com.br/artigo.php?id=595> >. Acesso em: 20 nov.2010.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. Criador da web confirma ataque à rede. revista **A Rede**. coluna Raitéqui. nº 65, ano 7, Dez. 2010.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Vol. I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

_____. “Algumas observações sobre classe e ‘falsa consciência’”. In: NEGRO, A. L.; Silva, S. (org.). **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. UNICAMP: 2001, p. 269-281.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (UNDP). **Making New Technologies Work for Human Development**. New York / Oxford: Oxford University Press, 2001.

UNIVERSIDADE NÔMADE. *O comum e a exploração 2.0*. **Rede Universidade Nômade**. 11 fev. 2012. Disponível em <www.uninomade.net/tenda/o-comum-e-a-exploracao-2-0/>. Acesso em 13/03/2012.

VANEIGEM, Raoul. **A arte de viver para as novas gerações**. São Paulo: Conrad, 2002.

VINICIUS, Leo. **Teses da mais-valia difusa**: a crítica da economia política e o mito da classe produtiva. Tese de doutorado em Filosofia. São Paulo: FFLCH-USP, ago. 2010.

_____. **O movimento de ação direta britânico dos anos 1990**. Passa Palavra.info. 27 ago. 2009. Disponível em: <<http://passapalavra.info/?p=11022>>. Acesso em: 27/08/2009.

WOLF, Mauro. **Teorias das comunicações de massa**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

WOTTRICH, L.H.; SILVA, R.C.; RONSINI, V. M. **A Perspectiva das Mediações de Jesús Martín-Barbero no Estudo de Recepção da Telenovela**. XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Curitiba-PR: Intercom (papers). 4 a 7 set. 2009. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-1712-1.pdf>. Acesso em: 23/08/2010.

WILLIAMS, Raymond. *Língua*. In: **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979, p. 27-49.

_____. *Base e superestrutura na teoria cultural marxista*. In: **Revista USP**, n. 65, São Paulo: março/maio 2005, p. 210-224.

YAGUELLO, Marina. Prefácio de **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. In: BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1992.

ANEXOS

ANEXO A – Índice de artigos produzidos a partir da polêmica Fora do Eixo

12/5/2011, na Revista Trip, artigo de Bruno Torturra "**Ministério da Cultura**", matéria sobre o Fora do Eixo:
<http://revistatrip.uol.com.br/revista/199/reportagens/ministerio-da-cultura.htm>

12/5/2011, na Revista Trip, artigo de Alê Youssef, "**O partido pós-rancor**":
<http://revistatrip.uol.com.br/revista/199/colunas/o-partido-pos-rancor.html>

11/06, **Manifesto da Marcha da Liberdade**:
<http://www.marchadaliberdade.org/2011/06/a-marcha-pelo-brasil/>

17/6/2011, no PassaPalavra, texto do próprio coletivo - "**A esquerda fora do eixo**"
(<http://passapalavra.info/?p=41221>).

21/6/2011, nos comentários do PassaPalavra, **Cláudio Prado** (Casa de Cultura Digital) posta o seguinte texto:
<http://coletivope-de-cabra.blogspot.com/2011/06/texto-do-claudio-prado-sobre-o-fora-do.html>.

22/06 - Artigo do Emir Sader: "**A rebeldia dos jovens que nos faz tanta falta**":
http://www.cartamaior.com.br/templates/postMostrar.cfm?blog_id=1&post_id=716

22/6/2011, no blog Trezentos, por Ivana Bentes - "**A esquerda nos eixos e o novo ativismo**"
(<http://www.trezentos.blog.br/?p=6056>).

22/6/2011, no PassaPalavra, texto do próprio coletivo - "**Domingo na Marcha (1ª Parte)**"
(<http://passapalavra.info/?p=41431>).

23/6/2011, por Pablo Ortellado em seu próprio blog - "**Capitalismo e Cultura Livre**"(<http://www.gpopai.org/ortellado/2011/06/capitalismo-e-cultura-livre>).

23/6/2011, no Blog Alquimia, por Thiago Skarnio - "**Das redes às ruas: e agora, o que fazemos com isso?**":
<http://www.alquimidia.org/sarcastico/index.php?mod=pagina&id=12030&grupo=116>

23/06, na lista Mobiliza Cultura, email de **Giuseppe Cocco**

24/06, na lista Mobiliza Cultura, réplica de **Cláudio Prado**

26/6/2011, nos blogs Trezentos e Pimentalab, por Henrique Parra e Gavin Adams - "**Nem eixo nem seixo**":
(<http://www.trezentos.blog.br/?p=6070>) e (<http://pimentalab.net/blogs/medialab/2011/06/27/nem-eixo-nem-seixo/>)

26/6/2011, no PassaPalavra, texto do próprio coletivo - "**Domingo na marcha (2ª Parte)**"
(<http://passapalavra.info/?p=41710>).

28/6/2011, circula na lista da Marcha da Liberdade, texto já impresso na Revista Fórum, por Rodrigo Savazoni - "**A Reinvenção da Política**"
(http://www.revistaforum.com.br/conteudo/detalhe_materia.php?codMateria=9252).

28/6/2011, por Renato Rovai em seu blog da Revista Fórum – "**Fora do Eixo e a esquerda que a direita gosta**"
(<http://www.revistaforum.com.br/blog/2011/06/28/fora-do-eixo-e-a-esquerda-que-a-direita-gosta/>).

29/6/2011, no blog Razão Crítica, por Elton Flaubert – "**Lutas Sociais e Feitichismo: notas sobre o debate iniciado pelo Passa Palavra**
(I)"(<http://razaocritica2.blogspot.com/2011/06/lutas-sociais-e-fetichismo-notas-sobre.html>).

29/6/2011, no blog Quadrado dos Loucos, por Bruno Cava – “**Sair dos eixos à esquerda (I)**”
(<http://www.quadradosloucos.com.br/1612/sair-dos-eixos-a-esquerda-1/>).

29/6/2011, no blog do Coletivo DAR, por Henrique Carneiro - “**A Maconha, as marchas e a crise do capitalismo**”
(<http://coletivodar.org/2011/06/a-maconha-as-marchas-e-a-crise-do-capitalismo-texto-de-henrique-carneiro/>).

01/7/2011, no PassaPalavra, texto do próprio coletivo - “**Domingo na Marcha (3ª Parte)**”
(<http://passapalavra.info/?p=41866>).

03/7/2011, no blog Razão Crítica, por Elton Flaubert – “**Lutas Sociais e Fetichismo: notas sobre o debate iniciado pelo Passa Palavra**
(II)”(<http://razaocritica2.blogspot.com/2011/07/lutas-sociais-e-fetichismo-notas-sobre.html>).

03/7/2011, no blog Quadrado dos Loucos, por Bruno Cava – “**Pós-modismo Pós-festivo (2)**”
(<http://www.quadradosloucos.com.br/1644/pos-modismo-pos-festivo-2/>).

05/7/2011, no PassaPalavra, texto de Leo Vinicius - “**A Marcha posta a trabalhar**”
(<http://passapalavra.info/?p=42054>).

08/7/2011, no PassaPalavra, texto do próprio coletivo - “**Domingo na Marcha (4ª Parte)**”
(<http://passapalavra.info/?p=42227>).

08/07 - Artigo do Elton Flaubert: **Lutas Sociais e Fetichismo: notas sobre o debate iniciado pelo Passa Palavra**
(III): http://razaocritica2.blogspot.com/2011/07/lutas-sociais-e-fetichismo-notas-sobre_08.html

10/7/2011, no Quadrado dos Loucos, texto de Bruno Cava - “**Dormindo na Marcha (3)**”
(<http://www.quadradosloucos.com.br/1691/dormindo-na-marcha-3/>)

15/07/2011, no PassaPalavra, texto do próprio coletivo - “**Domingo na Marcha (5ª Parte)**”
(<http://passapalavra.info/?p=42544>).

17/07/2011, **Chamada do Encontro Cultura Livre e Capitalismo:**
<https://encontro.sarava.org/Encontro2011/Encontro2011>

28/07/2011, no PassaPalavra, **Balanco crítico acerca da Ação Global dos Povos no Brasil I** - Felipe Correa:
<http://passapalavra.info/?p=42773>

03/08/2011, no PassaPalavra, **Balanco crítico acerca da Ação Global dos Povos no Brasil II** - Felipe Correa:
<http://passapalavra.info/?p=42775>

04/08/2011, na Caros Amigos, texto de José Arbex Júnior - “**Lulismo Fora do Eixo**”: Artigo completo aqui:
<http://www.controversia.com.br/index.php?act=textos&id=9741>

05/08 - Artigo do Giuseppe Cocco: **A crise do MinC no governo Dilma**: levar a sério a questão do valor:
<http://www.revistaglobalbrasil.com.br/?p=676>

10/08, no PassaPalavra, **Balanco crítico acerca da Ação Global dos Povos no Brasil III**- Felipe Correa:
<http://passapalavra.info/?p=42780>

19/08, no PassaPalavra, **Balanco crítico acerca da Ação Global dos Povos no Brasil IV**- Felipe Correa:
<http://passapalavra.info/?p=42782>

25/08/2011, no PassaPalavra, **Balanco crítico acerca da Ação Global dos Povos no Brasil V** - Felipe Correa:
<http://passapalavra.info/?p=42784>

26/08/2011, no Produção Cultural, artigo de Fábio Maleronka, **Velhos Demais para virar adultos**:

<http://www.producaocultural.org.br/no-blog/velhos-demais-para-virar-adultos/>

28/08/2011, Fala introdutória de Silvio Rhatto no **II Encontro Cultura Livre e Capitalismo**:

<https://encontro.sarava.org/Encontro2011/RelatosSabadoManha#toc3>

02/09/2011, no PassaPalavra, **Balanco crítico acerca da Ação Global dos Povos no Brasil VI**- Felipe Correa:

<http://passapalavra.info/?p=42786>

04/10/2011: no Passa Palavra, **Curtir ou not curtir** – Passa Palavra: <http://passapalavra.info/?p=46696>

16/11/2011: **Ocupa Salvador**: diário de viagem – Manolo: <http://passapalavra.info/?p=48618>

11/02/2012, na Rede Universidade Nômade, **O comum e a exploração 2.0** – Universidade Nômade:

<http://uninomade.net/tenda/o-comum-e-a-exploracao-2-0/>

ANEXO B – Primeiro texto da polêmica Fora do Eixo

A esquerda fora do eixo (Passa Palavra)

17 de Junho de 2011

As últimas mobilizações em São Paulo demonstram a fragilidade prática e teórica da esquerda num cenário de ascensão e transformação econômica. Por Passa Palavra

I. 2011, São Paulo em cinco mobilizações

Do início do ano até abril houve grandes manifestações da luta contra o aumento da tarifa de ônibus em São Paulo. Diferentemente do que ocorreu em 2010 e nos anos anteriores, o público mobilizado passou de 4 mil pessoas e, ao invés de esvaziarem, os atos mantiveram-se cheios e permitiram realizar ações que antigamente chamaríamos de radicais, ou mesmo de ousadas, como a ocupação de um terminal de ônibus na região central e a paralisação de um dos sentidos da Avenida 23 de Maio – uma das maiores da capital do estado. A análise informal de alguns militantes sobre esse “fenômeno” baseava-se nos seguintes elementos: *Facebook* (com a confirmação de milhares de pessoas nos eventos que chamavam para as manifestações), repressão policial, o próprio valor da passagem (R\$ 3,00) e a reunião das forças político-partidárias de oposição na cidade aos governos estadual e municipal. O ciclo de 2011 de lutas contra o aumento da tarifa foi encerrado pelo Movimento Passe Livre-SP, por acreditar que seria a hora de impulsionar uma luta mais abrangente que criticasse estruturalmente o sistema de transporte, com a bandeira da tarifa zero. Desse episódio, os militantes refletiram que havia uma “nova juventude” mobilizada: de classe média, estudantil, ligada nas mídias sociais.

Em abril, após uma entrevista para programa de TV, “*Custe o Que Custar*”, o CQC, do jornalista Marcelo Tas, levantou-se a polêmica com o deputado federal e militar da reserva Jair Bolsonaro e seu discurso pró-ditadura e moralmente conservador. Durante aquela semana, a polêmica matéria repercutiu pelas mídias sociais, que pressionaram uma cassação por quebra de decoro parlamentar. Em apoio, grupúsculos da extrema-direita marcaram um ato em defesa ao deputado e, espontaneamente, indivíduos atomizados da esquerda convocaram um ato antifascista com o objetivo de impedir a realização da manifestação. O que foi testemunhado pelos que compareceram nada mais foi que um grupo numericamente insignificante de valentões fantasiados de fascistas. Reencenando a Batalha da Praça da Sé, em que os integralistas foram confrontados nas ruas do centro paulista pelos anarquistas, colocou-se em ação um teatro da luta antifascista: palavras de ordem de um lado e de outro. O ato reuniu cerca de duas centenas de pessoas. Quem de fato protagonizou alguma coisa foi o próprio Estado de Direito, o qual deteve alguns membros dos *skinheads* por serem procurados pela Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância (Decradi).

Em maio o transporte voltou a ser pauta na cidade. Moradores de Higienópolis [1] organizaram um abaixo-assinado com menos de 5 mil assinaturas para impedir a construção de uma estação da linha amarela do metrô no bairro. Segundo os moradores, a estação faria com que “gente diferenciada” passasse a frequentar a região. Espontaneamente, indivíduos atomizados e blogs “antielitismo” divulgaram o “Churrascão da gente diferenciada”, a ser realizado nas ruas de Higienópolis. Ao menos virtualmente, o evento marcado no *Facebook* teve mais de 60 mil pessoas com a presença confirmada. No sábado, dia do “churrascão”, cerca de mil pessoas compareceram e, segundo alguns manifestantes, ao todo 2 mil passaram pelo local.

O campo social presente ultrapassou os limites daquele ativista-militante e político-partidário, isto é, se expandiu com pessoas que não participavam das lutas pelo transporte público. No entanto, o caráter pouco contestatório era evidente. Devido à pressão dos manifestantes, o governo estadual voltou atrás e

decidiu construir a estação na rica região da cidade, a qual já possui acesso a três outras estações. Assim, o grande mote de revolta dessa manifestação lúdica foi o próprio diagnóstico de quão arcaica e antiquada é a elite de Higienópolis, mas, no limite, não se colocou a questão – essa sim crucial – da própria lógica elitista da construção do metrô em São Paulo, que prioriza o atendimento às regiões centrais e exclui as regiões periféricas. Tornou-se assim não uma manifestação “antielite” ou por transporte público para todos, mas contra essa elite arcaica.

Ainda em maio ocorreu uma nova mobilização. Desde 2004, indivíduos e coletivos pró-descriminalização das drogas – ou ainda antiproibicionistas – convocaram a “Marcha da Maconha” e, de modo análogo aos anos anteriores, a marcha foi proibida pela Justiça por apologia ao uso de drogas e a Polícia Militar reprimiu os manifestantes. Por conta disso, no mesmo dia convocou-se na porta da delegacia [esquadra] uma nova marcha, agora contra a violência sofrida. Logo após esse anúncio, o coletivo Fora do Eixo (FdE) entrou em contato com os organizadores para integrar a articulação da próxima marcha.

Entre 21 e 27 de maio ocorreram duas reuniões presenciais. Na primeira lançou-se o nome do ato, que passou a se chamar “Marcha da Liberdade” e não mais “Contra a repressão policial”. Na segunda reunião, no *Studio SP* – uma casa de show administrada por Alexandre Youssef [2] –, Pablo Capilé, articulador do FdE, assumiu as tarefas relacionadas à comunicação da manifestação, como transmissão online, e seu coletivo também arcou com os custos das flores que seriam distribuídas no dia. Capilé ainda mencionou a possibilidade de patrocínio da Coca-Cola à marcha; segundo seu argumento, hoje em dia as empresas buscam contato direto com os grupos e movimentos sem que seja necessário expor as suas marcas. De imediato os presentes ligados ao coletivo Desentorpecendo a Razão (DAR) e Movimento Passe Livre discordaram de tal patrocínio.

Uma das pautas impulsionada a partir da repressão pelos movimentos e coletivos de esquerda foi a promoção de um projeto de lei para proibir o uso de armas “menos letais” em manifestações. Pretende-se que seja aprovado um projeto semelhante ao da Argentina. O coletivo FdE, Cláudio Prado (da Casa de Cultura Digital), e membros da rede MobilizaCultura discordaram que fosse necessário pautar qualquer coisa que não fosse a “própria ideia de liberdade”. Esta foi a maneira encontrada para neutralizar politicamente a Marcha.

No dia 28 de maio, a Marcha da Liberdade agregou movimentos como GLBT, Movimento Passe Livre, Marcha da Maconha, organizações políticas e milhares de indivíduos. Os otimistas estimam 10 mil pessoas, já a polícia calculou a presença de 4 mil manifestantes e na transmissão online a cobertura feita por Bruno Torturra, jornalista da *Trip*, foi acompanhada por cerca de 2 mil pessoas. Um novo ato da Marcha da Liberdade foi convocado para 18 de junho, dessa vez de caráter nacional e, no dia 15 de junho, o Supremo Tribunal Federal julgou e autorizou a realização da “Marcha da Maconha”.

Dessa série de manifestações e atos, extrai-se que as mídias sociais – principalmente o *Facebook* e o *Twitter* – mobilizaram conjuntamente novos setores da classe média, mas, por outro lado, houve também um caráter diferenciado da pauta tradicional dos movimentos sociais e da esquerda em geral. A pauta genérica de algumas delas (e mesmo neutra) ou de grande relação com os direitos individuais – como explicitamente no caso da descriminalização das drogas e da liberdade de expressão – tem possibilitado a aproximação de elementos da classe política – tanto de esquerda como de direita [3] – e também de novas empresas e ONGs com foco no marketing virtual, na publicidade e na cultura.

II. O coletivo Fora do Eixo

A experiência precursora ao Fora do Eixo ocorreu em 2000 com o Espaço Cubo – “a cultura que você não vê na TV” –, fundado por Pablo Santiago Capilé, 31 anos. Na época estudante de publicidade e marketing da Universidade de Cuiabá, Capilé incentivava as bandas da cidade organizando festivais e, assim, formando um mercado cultural independente [4]. Com o crescimento da organização alugaram

uma casa de show e, inspirados no conceito de economia solidária de Paul Singer, criaram uma moeda baseada no trabalho envolvido na produção dos eventos, o Cubo Card.

Num novo fôlego para ampliar a rede, no final de 2005, Capilé formou o Fora do Eixo, um coletivo de gestores da produção cultural independente com o objetivo de promover festivais com intercâmbio de bandas e outras expressões artísticas e contando com a articulação de quatro cidades: Cuiabá, Rio Branco, Uberlândia e Londrina. Diferentemente da produção cultural *mainstream*, o coletivo estimula a cultura fora do eixo Rio-São Paulo. Hoje o Fora do Eixo possui 57 coletivos espalhados pelo país. Segundo a organização, eles possuem a capacidade de realizar 5 mil shows por ano e em mais de 100 cidades. Em seu catálogo figuram algumas estrelas da música independente da atualidade como o *rapper* Emicida e as bandas Macaco Bong, Mombojó e Vanguard. O organograma interno do Circuito Fora do Eixo pode ser visto [aqui](#).

Desde o início de 2011, membros do coletivo de Cuiabá e Uberlândia se mudaram para São Paulo e inauguraram uma casa no Cambuci como sede do Fora do Eixo – a CAFESP (Casa Fora do Eixo - SP). O aluguel de R\$ 4 mil sustenta um espaço para shows, estúdio, salas de reunião e a hospedagem de 18 membros “liberados” que trabalham 24 horas por dia para o coletivo, não recebem salário, mas em troca têm suas despesas pessoais pagas pelos cartões do coletivo; esse investimento individual e comportamental é denominado de se “entregar para a causa” [5].

Atualmente a CAFESP realiza shows todos os domingos com churrasco e cerveja “na faixa”. Mas o principal deste projeto não se trata de festas, conversas e diversão. A sede do coletivo no “eixo” (e não fora dele), como se poderia supor, trata-se de uma estratégia para alcançar o *mainstream* cultural:

“Agora, com a trama bem costurada em 112 cidades, a estratégia é ganhar o mainstream, atrair artistas com carreiras mais consolidadas e criar um pólo para atrair gente, dinheiro e oportunidades. Em parceria com o Studio SP, principal palco da cidade para novos músicos, já ganharam as noites de terça-feira para agendar bandas do Brasil e da América Latina.” [6]

Para sustentar todo esse recurso material e projeto político-cultural, há uma constante pesquisa de editais para financiamentos públicos e privados combinada com a elaboração e envio de projetos para captação dos recursos neles disponibilizados. Em 2010 inscreveram-se em cerca de 125 editais e, com mais de 30 aprovados, captaram aproximadamente R\$ 2 milhões para os projetos (festivais de música, de cinema, de economia solidária, etc.) e R\$ 300 mil para as despesas do “institucional” [7]. Um outro aspecto interessante é que eles possuem diversos tipos de cadastro jurídico: associações culturais, empresas, ONGs, casas noturnas. No total são 57 CNPJs [número fiscal] a serviço do FdE, uma fluidez que permite um amplo leque de atuação dentro dos negócios. Além dos editais há também propostas comerciais para emissoras de rádio como a *OI FM*.

O Fora do Eixo se constituiu e articulou através do programa Cultura Viva do Ministério da Cultura, na gestão do ex-ministro-cantor Gilberto Gil e Juca Ferreira. E fora do governo encontrou o suporte das organizações, empresas e indivíduos que orbitam a “cultura digital” [8].

III. Os embates no Ministério da Cultura

O programa Cultura Viva realizou a distribuição de recursos pelos Pontos e Pontões de Cultura [9], numa parceria direta organizações-governo para fazer cultura. A mudança nas gestões Gil e Juca transformou um Ministério de pequeno orçamento em algo relevante no cenário cultural, com a possibilidade de alteração da Lei do Direito Autoral. No artigo [“A economia criativa e a economia social da cultura”](#), Pablo Ortellado descreve quatro grandes mudanças que ocorreram no Ministério durante esse período: reconhecimento das mudanças das novas tecnologias, política cultural para todos os atores da cadeia produtiva, direito autoral como uma garantia de acesso aos bens culturais e o investimento nos novos modelos de negócios.

Longe de ser uma política de integração nacional através da cultura para forjar a identidade do povo brasileiro presente em outros momentos da história brasileira, o objetivo dos Pontos de Cultura foi estimular uma cadeia de produtores culturais a se intercomunicarem via novas tecnologias para estimular a diversidade cultural brasileira. Ao invés da repetição e massificação da indústria cultural denunciada pelos frankfurtianos, dessa forma haveria a produção “genuína” de cultura, nos quatro cantos do país, isto é, em tese, novos mercados e mais produtores que não precisariam da infra-estrutura produtiva das transnacionais da cultura e dos oligopólios culturais regionais. A prospecção de cultura num primeiro momento abriria a oportunidade para um segundo em que ela entraria na esteira da exportação internacional inserindo a produção cultural brasileira no mercado sul-sul, o que de fato não chegou a ocorrer mas alia-se assim ao pensamento de desenvolvimento nacional do governo Lula.

No entanto, com a mudança no Ministério da Cultura, a ministra Ana Buarque de Hollanda tem confrontado as decisões das últimas gestões, como a retirada do logo do *Creative Commons*, a paralisação dos editais e premiações, e a reforma da Lei do Direito Autoral. Desta forma, acena para os gestores das transnacionais da cultura e dos oligopólios culturais regionais.

A mudança política tem fechado a porta para os recursos dos pontos de cultura [10] e para as mudanças na Lei do Direito Autoral, as quais beneficiariam o modelo de negócios adotado pelas organizações parceiras e o próprio Fora do Eixo. Em resposta foi fundado o “Partido da Cultura”, o PCult, uma organização suprapartidária contra a ministra Ana Buarque, pela retomada e “continuidade das políticas do Gilberto Gil” e também o MobilizaCultura, uma “rede das redes” para “propor políticas no campo da cultura que radicalizem a democracia” [11].

Para essas organizações do campo da cultura digital, a gestão de Ana Buarque, e num aspecto geral o governo Dilma, estão sendo um “retrocesso das conquistas”. Por outro lado, a prática realizada anteriormente por algumas organizações e coletivos reencena o patrimonialismo, que um entrevistado nos descreve:

“Apesar do discurso e da estética anarquistas de muitos, e da adoção de organizações horizontais, como redes e coletivos enquanto forma de organização, a apropriação do Estado – seus recursos e estruturas – é umas das principais práticas do Fora do Eixo. Já enraizados no aparelho do Estado, principalmente no MinC [Ministério da Cultura] mas não só, participam da elaboração dos editais para projetos culturais e de novos tipos de políticas públicas, como os de promoção do uso de softwares livres e da consolidação da Economia Solidária, cuja articulação entre essas tecnologias e o Estado é de criação e exclusividade deles. Assim, ao incorporarem ao Estado (e não só aos governos) a necessidade de políticas nestas áreas, garantem também a exclusividade na apropriação dos recursos destinados a estas mesmas políticas. O interessante é que por fazerem tudo isso usando de estruturas informais e completamente diferentes das que as organizações político-partidárias e tradicionais grupos empresariais adotam para os mesmo propósitos, é praticamente impossível para um observador desatento ou viciado nas velhas estruturas identificar e combater o novo sujeito formado por este coletivo (ou rede). Outra característica é para a maioria dos membros deste coletivo/rede aumentar o próprio poder já é o mais importante, por mais que para um ou para outro o discurso propalado ainda seja o que os movem, e ao invés de executarem os projetos financiados pelos editais que eles mesmos criaram, usam dos recursos e da estrutura do Estado para se articularem por todo o país e garantirem o tempo livre necessário para o desenvolvimento de novos editais, novos discursos, consolidação de práticas e de tecnologias que os mantêm.”

Nessa perspectiva, para estes grupos como Fora do Eixo e Cultura Digital, o embate se dá numa disputa por quem ficará com aquele quinhão do orçamento do Ministério da Cultura, não que o acesso a ele seja para fins diferentes num caso ou em outro.

IV. Cultura livre e os novos modelos de negócios

Os novos modelos de negócios partem da inovação tecnológica e jurídica realizada pelo Software Livre que, quando transportados para o campo da cultura, criam uma produção com a ausência ou flexibilidade do direito autoral, permitindo assim novas formas de geração de valor. Incentivado pelo Fora do Eixo e pelas organizações que compõem a Cultura Digital, o modelo é conceituado como “*open business*” (negócios abertos ou novos modelos de negócios, em português). A pesquisadora da Fundação Getúlio Vargas, Oona Castro, define dois tipos de *open business*: um é fruto do uso do instrumento legal (licenciamento em *Creative Commons*, por exemplo) – e o outro, uma situação social, na qual há produção em rede com flexibilização da propriedade intelectual como o mercado tecnobrega do Pará. A cultura resultante desse processo é denominada cultura livre.

O *open business* é a transformação do modelo de negócios de um mercado monopolista em concorrencial, ou seja, dada a natureza não rival do bem digital e a cópia a custo próximo de zero, o lucro passa a depender da produção material (camisetas, adesivos, etc.) e, principalmente, dos shows; caminha-se assim da renda para os serviços. Para as transnacionais da cultura e os oligopólios culturais regionais, isso significa a modificação do seu papel de intermediador entre mercado e consumidor, e, na dimensão econômica, a extração de lucro por renda é ameaçada.

Advogado e fundador da *Creative Commons*, Lawrence Lessig afirmou em seus artigos e livros que o termo “cultura livre” (*free culture*) é análogo ao “livre mercado” (*free market*). Em seu livro “*Free Culture*”, Lessig afirma que “a cultura livre que eu defendo nesse livro é um equilíbrio entre anarquia e controle. Uma cultura livre, como um mercado livre, é composta de propriedades. Ela é composta por regras de propriedade e contratos que são garantidos pelo Estado. Porém, da mesma forma que um mercado livre é corrompido se sua propriedade se torna feudal, da mesma forma uma cultura livre pode ser deturpada pelo extremismo nos direitos à propriedade que a definem. Isso é o que eu temo sobre a nossa cultura atual. Foi por causa desse extremismo que esse livro foi escrito.” [12]

Os autores de “*Copyright, Copyleft and the Creative Anti-Commons*”, Joanne Richardson e Dmytri Kleiner, analisam essa noção de liberdade: “Uma obra é livre na medida em que pode ser comercialmente apropriada, uma vez que a liberdade é definida como a circulação ilimitada de informação e não como algo livre de exploração.” [13]

A ideologia da cultura livre baseia-se na ideia de que a flexibilização da propriedade intelectual com a concorrência proporcionada pelo livre mercado pode estimular a criação e, nesse processo, democratizar a informação e assim as nações caminharem ao progresso. De fato, quanto maior a flexibilização da propriedade intelectual, maior a produtividade dos trabalhadores e, por isso, maior a produção de riqueza a ser apropriada e transformada em mercadoria. Em síntese, a cultura livre é a própria regra do jogo do capitalismo, a apropriação de algo que a classe capitalista não produz.

Dessa forma, a aliança política tática formada por um programa de oposição às transnacionais da cultura e os oligopólios culturais regionais acabou por ocultar a reflexão crítica sobre o que há de surgir em seu lugar.

V. Gestores e a política Fora do Eixo

A principal atividade econômica do Fora do Eixo não é a produção de um produto, mas a comercialização de seus serviços, os quais se especializam através da gerência dos processos da cooperação social, os tais festivais. É por essa razão que se posicionam contra a existência da figura do “intermediador”, isto é, das transnacionais da cultura e os oligopólios culturais regionais e sua relação entre produtores e mercado. No caso da cultura livre trata-se de um conflito no interior da classe capitalista: de um lado, rentistas da cultura e gestores da produção cultural [14] e, do outro lado, gestores da cultura digital e os artesãos da cultura, em que trabalhadores por conta própria na produção de consumo de luxo – de forma a maximizar seus ganhos – posicionam-se ao lado dos segundos sob o embate de produtivos *versus* improdutivos. Fora desse debate, há artistas que de certa forma preferem manter-se ao lado da “velha”

indústria autoral, talvez não ideologicamente, mas pelo privilégio do circuito de apresentação *mainstream* exclusivo para os artistas das *majors*; uma típica situação de rentista que quer manter o monopólio sobre determinado bem do qual auferir renda. Resta ainda saber onde ficam os proletários que fabricam as mídias na Zona Franca, os que operam o som, os que produzem equipamentos, os que vendem os ingressos etc.

Os artistas do catálogo do circuito do Fora do Eixo representam um nicho de mercado em crescimento, mas que são consumidos como novidade, o diferente, e da mesma forma que outro produto, o risco da estagnação do mercado também existe. Mas, com a vinda do coletivo para São Paulo, trata-se de expandir o mercado divulgando a marca “Fora do Eixo” em mobilizações de jovens com o perfil consumidor de seus produtos [15].

O trabalho do FdE é fazer serviços para outros. Fazem realmente como um coletivo e não como proprietários de algo. Mas isso é justamente o que os identifica como gestores: possuir o *know-how*, o trabalho baseado no conhecimento e na gerência dos processos. Um tipo de trabalho que é possível vender e não ficar sem ele, já que conhecimento é um bem não rival.

Mas além dessas implicações econômicas, na esfera política há outras sobre as quais é necessário refletir. Para o Fora do Eixo a cultura é apenas um pretexto e, atualmente, passaram a buscar meios para chegar na política. Segundo Capilé, o coletivo conseguiu nesses 5 anos “musculatura e capilaridade nacional” e no dia 18, na Marcha da Liberdade, vão mostrar a força da organização.

Em entrevista para a coletânea “Produção Cultural no Brasil”, Capilé responde o que pretendem na política formal:

“Pretendemos criar um ambiente favorável para que daqui há trinta anos o presidente da República possa sair de uma perspectiva ligada a isso que nós estamos construindo. Há trinta anos, ele saiu do sindicato, então podemos tentar criar uma plataforma onde a cultura consiga ganhar mais espaço na agenda.”

Não por acaso, o Fora do Eixo possui instituições semelhantes às do governo como o “Diário Oficial FDE”, “Congresso FDE”, “Casa Civil”, etc. Na análise de Capilé, o momento atual com a ministra Ana Buarque de Hollanda é de enfrentamento e, de uma forma geral, isso é possível graças à construção desse (novo) meio de produção. Além da raiz econômica, a projeção na burocracia os configura politicamente enquanto uma classe gestora, classe que em outros momentos históricos possuiu como projeto a renovação das elites. Mas enquanto dispersos em organizações e instituições, os gestores confundem-se com os trabalhadores na sua oposição à burguesia.

Em caráter elogioso, Alexandre Youssef fez recentemente uma análise sobre o FdE:

*“Imaginem um liquidificador em que se possa colocar as **ramificações da esquerda**, com estratégias e lógicas de mercado das agências de publicidade, misturando rock, rap, artes visuais, teatro, um bando de sonhadores e outro de pragmáticos, **o artista, o produtor, o empresário e o público**. Tudo junto e misturado. O caldo dessa batida é uma nova tecnologia de participação e engajamento que funciona de forma exemplar para a circulação e produção musical, mas que acima de tudo é **um grande projeto de formação política**.*

*O Fora do Eixo cria, portanto, uma geração que se utiliza **sem a menor preocupação ideológica de aspectos positivos da organização dos movimentos de esquerda e de ações de marketing típicas dos liberais**. É, como disse o teórico da contracultura Cláudio Prado, a construção da geração pós-rancor, que **não fica presa à questões filosóficas** e mergulha radicalmente na utilização da **cultura digital** para fazer o que tem que ser feito.” [grifos nossos] [16]*

Podem utilizar os meios militantes e ativistas para ampliar sua influência política e até para expandir seu mercado consumidor de cultura independente, mas não deixarão de ser o que são – uma classe de gestores que visa renovar a burocracia.

VI. A esquerda fora do eixo

Desde a ascensão do PT ao governo e o processo da oposição virar a ordem, forjou-se um pacto social entre as classes que configura-se através da pacificação dos movimentos sociais [17] e diminuição do desemprego por um novo ciclo econômico; além disso, o acesso ao crédito fácil e o Bolsa Família permitiram às classes mais baixas adentrarem no mercado de consumo básico. E, de forma arrebatadora, a promessa de um futuro dourado estaria garantida com a exploração petrolífera da camada pré-sal que permitirá o ingresso do país na OPEP. O brado retumbante do ex-presidente Lula de que “Nunca antes na história desse país...” expôs que, de fato, não se pode mais designar o Brasil como um país “atrasado” na economia global [18].

A conjuntura econômica liquidou o programa de oposição ao governo, seja de direita ou de esquerda, e suas críticas aos programas do governo transmutam-se de acordo com a maré eleitoral: ora dobrar-se-ia o Bolsa Família, ora o mesmo não passaria de um novo clientelismo. O que restou da generalidade dos críticos de esquerda é a sustentação do “socialismo da miséria” [19] e, sem saber responder à social-democracia brasileira, na melhor das hipóteses formulam-se propostas que não ultrapassam a sua própria lógica, como a crítica às consequências da *realpolitik* governista, isto é, ao enriquecimento a partir dos cargos públicos.

Nesse cenário de transformação global que elevou a imagem do Brasil a *hype* – sintetizado na capa da *The Economist* que apresenta a ignição do Cristo Redentor rumo ao espaço –, o “Churrascão da gente diferenciada” revela o seu caráter politicamente ambíguo, em que a incorporação do discurso “antielitista” passou a ser um recado para a nobre elite de Higienópolis: o futuro dos negócios chegou, não ignorem as novas classes médias, pois, mesmo morando na periferia, a sua empregada também pode consumir uma TV de plasma e ter um carro na garagem. O “churrascão” pode, sim, ser compreendido como um ritual lúdico para profanar – sem deixar de estigmatizar – uma elite deslocada do seu tempo, dando boas-vindas aos mais novos consumidores do mercado brasileiro. Um processo que limita-se à modernização da mentalidade e renovação das elites, e que, por isso, foi incapaz de revelar a incoerência de destinar mais recurso público para a ampliação da oferta de transporte público na região mais rica da cidade.

Sem o teatrinho de luta de classes ou antifascista, o que representa a onda anti-Bolsonaro é a recusa em aceitar uma elite arcaica no poder. Antes, a bola da vez foi o senador José Sarney com a hashtag #forasarney no *Twitter*. Da espontaneidade das mídias sociais não saiu outra pauta política que não fosse a renovação ou rejeição da elite política e econômica.

Os elementos da composição dessa nova elite passam pelo consumo e sustentação de novos *habitus*, como se deslocar para o trabalho de bicicleta ou a pé – algo inimaginável para um morador da periferia –, reciclar seu lixo, cuidar de pequenas hortas em casa, consumo de orgânicos, baixar músicas e minutar os momentos do dia numa mídia social. As preocupações políticas passam principalmente pela legalização das drogas e pelo meio-ambiente. Uma geração “pós-rancor” que não se apegua a discussões “filosóficas”, como define, de forma elogiosa, Cláudio Prado.

Esse descontentamento com o “Brasil potência” tem sido abarcado pelo movimento liderado pela ex-petista Marina Silva. Se ao adentrar o poder o PT implementou um pacto social e tirou de cena os movimentos sociais, é também através da conciliação de classes que os ambientalistas buscam fazer oposição, seja eleitoralmente, nas manifestações ou na criação de um novo *habitus*. O clímax desse discurso será ano que vem no *Rio +20* [20], evento para o qual diversas organizações já preparam as suas ações.

Juntam-se ao campo de “oposição” os grupos que anteriormente hegemonizavam o Ministério da Cultura, como o Fora do Eixo e as ONGs e empresas da Cultura Digital. Essa coletividade ambiental, “antielitista” e “alternativa” é uma das redes que permeiam a Marcha da Liberdade; um nome neutro que pode tanto servir para a Coca-Cola quanto para ativistas inseridos num projeto de classe.

Mas, o que o Fora do Eixo apropria da manifestação? Eles se apropriam da comunicação para se projetarem, capturar o “status” de organizadores e depois capitalizar esse público em seu circuito comercial. Esse método difere, por exemplo, de uma campanha do PT ou PSDB, pois não utiliza força de trabalho assalariada para construir sua base social. As ações do Fora do Eixo são a propaganda da organização para o alargamento do mercado e a manutenção de atividades gratuitas para angariarem simpatizantes.

Numa manifestação onde a quantidade de pessoas é consequência da divulgação nas mídias (corporativas e sociais) e não uma causa “real” relacionada ao trabalho cotidiano de formação, construção e mobilização, o refluxo de uma hora para outra é iminente. Um processo semelhante a Marcha da Liberdade são os acampamentos em Portugal e Espanha [21].

Nos limites da renovação e modernização das elites, com esta “geração em rede” mascara-se o conteúdo político das ações de um setor ascendente de uma classe dominante para evitar que se perceba isto que é e jamais poderá deixar de ser um confronto político.

NOTAS

[1] Higienópolis é um bairro de classes média-alta e alta de São Paulo. A sua origem histórica remete ao estabelecimento das famílias aristocratas, mas no decorrer do século XX passou a receber migrantes de origem judaica. Consultado [aqui](#).

[2] Alexandre Youssef é um dos fundadores do site Overmundo, que tem em seu staff Ronaldo Lemos e Hermano Viana. Durante a gestão Marta Suplicy foi coordenador da juventude. Hoje é filiado ao Partido Verde e colunista da revista *Trip*.

[3] Como a ex-petista Soninha Francine (PPS), coordenadora da campanha virtual do candidato à presidência José Serra, que participou da Marcha da Maconha e da Marcha da Liberdade.

[4] “Independente” e “alternativo” são os termos vagos que as empresas encontraram para ocultar que trata-se de um nicho de mercado para o público universitário e similar.

[5] O jornalista Bruno Torturra categorizou a disciplina do coletivo como “espartana”.

[6] Ministério da Cultura, Revista *Trip*, 12/05/2011, disponível [aqui](#).

[7] A lista dos editais é pública e pode ser acessada [aqui](#).

[8] Cultura digital é a produção baseada nas novas mídias, mas também é o nome da ONG fundada por Cláudio Prado para gerir o programa Cultura Viva, do Ministério da Cultura. O conceito desenvolvido por essas organizações pode ser lido [aqui](#).

[9] Segundo Gilberto Gil, ex-ministro da Cultura, o Ponto de Cultura é “uma espécie de ‘do-in’ antropológico, massageando pontos vitais, mas momentaneamente desprezados ou adormecidos, do corpo cultural do País”. Ver [aqui](#).

[10] [Artista considera cancelamento de editais do Minc preocupante](#).

[11] <http://www.mobilizacultura.org/site-em-construcao-2/mobilizacultura/>

[12] LESSIG, Lawrence. “Cultura livre: como a grande mídia usa a tecnologia e a lei para bloquear a cultura e controlar a criatividade”. São Paulo: Trama, 2005.

[13] RICHARDSON, Joanne e KLEINER, Dmytri. "Copyright, Copyleft and the Creative Anti-Commons". Berlin, 2006. Disponível [aqui](#).

[14] Sobre a discussão dos gestores enquanto classe, leia a nota 2 do artigo "Extrema-esquerda e desenvolvimentismo (2)", publicado [aqui](#).

[15] Não será necessária uma análise quantitativa para saber o quanto da esquerda presente nessa série de manifestações corresponde como um potencial público-alvo para os serviços do Circuito do Fora do Eixo.

[16] Ministério da Cultura, Revista *Trip*, 12/05/2011, disponível [aqui](#).

[17] De fora para dentro, os movimentos sociais passam por um processo de cooptação e pacificação pelo governo, e, de dentro para fora, a burocratização das lutas impede a generalização das relações horizontais e solidárias entre os movimentos. Ver o artigo "[Entre o fogo e a panela: movimentos sociais e burocratização](#)".

[18] O Passa Palavra investiga numa série de artigos as mudanças profundas que o Brasil tem passado, ver [aqui](#).

[19] Ver "[Socialismo da abundância, socialismo da miséria](#)", de João Bernardo.

[20] <http://www.uncsd2012.org/rio20/>

[21] *"A mobilização assembleiária não se inventa de cima para baixo. Ou nasce de baixo, ou não acontece. Ou corresponde a interesses de classe mais definidos, exprimindo contradições reais da sociedade e medindo forças no terreno, ou se ficará sempre pelos limites - estreitos e efêmeros - de uma espécie de festa dionisiaca politizada."* Trecho do artigo "[Acampados](#)".

ANEXO C – Segundo texto da polêmica Fora do Eixo

A Esquerda nos Eixos e o novo ativismo

Ivana Bentes (ECO-UFRJ)

Pretendia escrever um texto de avaliação sobre as Marchas da Liberdade em todo Brasil quando vi este artigo na rede, sintomático da perplexidade de certos setores da esquerda tradicional com as mudanças e crise do capitalismo fordista e as novas dinâmicas de resistência e criação dentro do chamado capitalismo cognitivo (pós-fordista, da informação ou cultural).

Crise e desestruturação que tem como horizonte a universalização dos meios de produção e infraestrutura pública instalada, a constituição de novos circuitos e mercados e a emergência de uma intelectualidade de massa (não mais o “proletariado”, mas o cognitariado) com a possibilidade da apropriação tecnológica por diferentes grupo (software livre, códigos abertos, cultura digital).

Crise e paradoxo onde o próprio crescimento gera e multiplica precariedade, mas também novas dinâmicas e modelos.

O capitalismo da “abundância” produz crise ao entrar no horizonte da gratuidade/compartilhamento/colaboração com uma mutação da própria idéia de “propriedade” (ver a crise do Direito Autoral).

O texto percebe as mudanças, estruturais, mas não consegue ir além nas conseqüências e funciona como uma caricatura que busca demonizar as novas dinâmicas sociais e culturais pós-fordistas e despotencializar a cultura digital, o midiativismo e as estratégias de apropriação tecnológicas das redes, inclusive a apropriação de ferramentas como o Facebook, twitter e outras para causas e objetivos próprios, como fizeram os árabes e os espanhóis, hackeando as novas corporações pós-fordistas.

Falta ao texto (além de diagnósticos equivocados sobre a “nova classe dominante”) um arsenal teórico minimamente a altura das mutações, crises e impasses do próprio capitalismo.

Há uma frase sintomática neste artigo que me chamou atenção e que esclarece em muito sobre “quem” fala e de “onde” fala sob a assinatura anônima/coletiva:

Diz: “é praticamente impossível para um observador desatento ou viciado nas velhas estruturas identificar e combater o novo sujeito formado por este coletivo (ou rede).”, referindo-se ao Circuito Fora do Eixo a quem os autores atribuem _ numa teoria “conspiratória” que não esconde uma envergonhada admiração _ praticamente tudo o que está acontecendo de mais interessante na cena do ativismo brasileiro!

A frase explicita o medo diante das novas dinâmicas que estão sendo inventadas e experimentadas “fora do eixo” da esquerda clássica, criando experiências e conceitos que explodem o arsenal de teorias maniqueístas fordistas de uma esquerda pautada pelo capitalismo do século XX, incapaz de enxergar as “revoluções do capitalismo”, dentro “do” capitalismo e que vem sendo discutidas pelo menos desde maio de 68 ou logo depois quando, por exemplo, os teóricos-ativistas Gilles Deleuze e Félix Guattari lançaram o extraordinário manifesto “O Anti-Édipo ou Capitalismo e Esquizofrenia”, de 1972. Ou que ignora as análises sobre as mutações do capitalismo tematizadas por um teórico comunista como Antonio Negri, nos livros “Império” e “Multidão”, dois clássicos contemporâneos.

A frase dá bem a dimensão desse medo e incompreensão do novo e aponta a própria incapacidade de ver dos autores do artigo.

O observador “viciado nas velhas estruturas” é exatamente “quem fala” neste texto, que também se entrega, medroso e preocupado, com a perda do seu próprio protagonismo. Perda de toda uma esquerda fordista que funciona hoje como a “vanguarda da retaguarda” mais conservadora até que muitas dinâmicas do próprio mercado!

Entre os problemas mais gritantes destaco:

1. O texto não consegue configurar que os movimentos e articulações, ainda que incipientes, das marchas das liberdades em todo Brasil não são “a nova classe dominante”, mas a emergência de um movimento transversal, “movimento de movimentos”, com dinâmica própria e singular em cada território, com uma pauta heterogênea, aberta e em construção, sem “central única” ou “comando” dos “iluminados”, que se auto-organiza e cujos “fins” não foram dados a priori!

2. Não se trata de uma “nova classe média liberal”, nem “nova classe dominante”, “despolitizada”, mas de um arranjo transversal que junta e agrega o chamado precariado urbano, a nova força de transformação no capitalismo contemporâneo.

3. Ou seja, movimentos como os das marchas (e tantos outros) ou o Circuito Fora do Eixo são a base de um novo ativismo contemporâneo, a da emergência do precariado cognitivo, ou cultural, ou seja, da explosão e da percepção que o sistema trabalhista fordista e previdenciário clássicos não dão mais contas da dinâmica de ocupações ‘livres’ (mesmo que frágeis e sem segurança) no capitalismo da informação. E que essa precariedade e autonomia não significa apenas “vitimizar” e “assujeitar” é uma potência para novos arranjos, alianças e lutas.

4. O Circuito Fora do Eixo é, no meu entender, um dos mais potentes laboratórios de experimentações das novas dinâmicas do trabalho e das subjetividades. Que tem como base: autonomia, liberdade e um novo “comunismo” (construção de Comum, comunidade, caixas coletivos, moedas coletivas, redes integradas, economia viva e mercados solidários).

Estão FORA do eixo/fetice da esquerda por trabalhadores assujeitados na relação patrão/empregado! Mas tem enorme potência para articularem não apenas a classe média urbana, mas se articularem com os pobres e precários das periferias e favelas, ao se conectarem com outras redes como a da CUFA e outras, que junta os jovens negros e pobres para outras marchas como a do Direito a Moradia, em preparação. Além de outras articulações sem medo de “aparelhamentos” seja das corporações, dos partidos, ou do Estado. Sem demonizar as relações com os mercados, mas inventando e pautando, “criando” outros mercados, fora da lógica fordista do assujeitamento.

5. Ou seja, o Fora do Eixo entendeu que o modelo na produção cultural é o modelo de funcionamento do próprio capitalismo.

Não mais o capitalismo fordista da “carteira assinada” mas o dos zilhões de free-lancers, autônomos, diplomados sem empregos, sub-empregados, camelôs, favelados, contratados temporários, designers, artistas, atores, técnicos, que ou “vendem” sua força livre de trabalho com atividades flutuantes temporárias, ou se ORGANIZAM e INVENTAM o próprio emprego/ocupação e novos circuitos, como tem feito de forma incrivelmente bem sucedida o Circuito Fora do Eixo, resignificando e potencializando o imaginário de jovens no Brasil inteiro.

Uma esquerda pós-fordista que está dando certo, que inventa estratégias de Mídia, que inventa “mercados” solidários, contrariando os anunciadores do apocalipse.

6. A ideia de que, para se ter “direitos”, é preciso se “assujeitar” em uma relação de patrão/empregado, de “assalariamento”, é uma ideia francamente conservadora. O precariado cognitivo, os jovens precários das economias da cultura estão reinventando as relações de trabalho; os desafios são enormes, a

economia pós-Google não é fordista, não é melhor nem pior que as velhas corporações, mas abre para outras dinâmicas e estratégias de luta, EM DISPUTA!

Não vamos combater as novas assimetrias e desigualdades com discursos e instrumentos da revolução industrial!!! Como faz o texto na sua argumentação redutora e tendenciosa.

Não é só o capitalismo financeiro que funciona em fluxo e em rede, veloz e dinâmico. As novas lutas e resistências passam por essas mesmas estratégias.

O Fora do Eixo está apontando para as novas formas de lutas, novas estratégias e ferramentas, que inclui inclusive PAUTAR AS POLITICAS PUBLICAS, PAUTAR o Parlamento, PAUTAR A MIDIA, Pautar a Globo, como as marchas conseguiram fazer! Ser bem sucedido ai, onde muitos fracassaram, é o que parece imperdoável!

Há um enorme ressentimento no texto, mal disfarçado, diante de tanta potência, lida pela chave mesquinha da “luta por poder”, “capitalização de prestígio”, da “nova classe dominante”. O objetivo infelizmente parece ser o de desqualificar, rotular e “neutralizar” os que são os novos aliados de uma radicalização do processo democrático no Brasil, que estão inovando na linguagem e nas estratégias. “Perigo” que ameaça a jovem/velha esquerda, que perde protagonismo em todas as esferas, incapaz de dialogar com esse novo e complexo cenário, com todos os seus riscos. Experimentar = se expor aos riscos.

7. Como dizem os ativistas italianos: “Odeia a Mídia? Torne-se Mídia”. A velha esquerda foi incapaz de fazer frente as velhas corporações, perdeu para a mídia de massas, conseguiu pautar algumas políticas públicas, mas está francamente perdida no capitalismo dos fluxos e das redes. Não sabe como resistir, nem inovar, nem experimentar, nem ousar. Está tristemente na retaguarda do próprio mercado!!!

8. O artigo parece ter como horizonte a luta por cartórios do século XIX!!! Com estratégias e palavras de ordem abstratas, um “anticapitalismo” vago que perdeu o sentido. Pois as novas lutas são em FLUXO, são modulações, não são MOLDES PRE-FABRICADOS, não são sequer anti-capitalistas, no sentido estrito, pois estão hackeando o capitalismo, se apropriando de suas estratégias para resignificar o COMUNISMO das redes, no sentido mais radical de um comunismo DENTRO do próprio capitalismo, esquizofrenia do sistema que produz hoje um horizonte do COMUM, que temos que construir e pelo que temos que lutar.

9. É preciso dizer ainda que “não existe UM outro mundo”, não existe “fora do capitalismo” (como diz Guattari e Negri) só existe esse mundo aqui, em processo, mutante, imanência radical, e é deste mundo aqui (um rio que vem de longe...) que iremos inventar outros tantos mundos, no plural.

10. O Fora do Eixo, nas suas práticas de criação de comum e comunidades (que o texto detecta mas distorce) e politização do cotidiano, não é o “inimigo” a combater, estão forjando as novas armas para os movimentos em fluxo, então criando redes, fazendo midiativismo, estão relendo e re-inventando, de forma empírica e genial, dinâmicas e processos decisivos dos embates políticos: situacionismo, Maio de 68, experiências de Seattle, hackerativismo, cultura livre, estão na deriva e na luta. A “geração em rede” não mascara nenhum tipo de “conteúdo político oculto e perigoso” que precisa ser desmascarado, ela é o novo conteúdo e linguagem política, ela encarna as novas lutas e está inventando futuros alternativos. (IB)

ANEXO D – Terceiro texto da polêmica Fora do Eixo

A reinvenção da política (Rodrigo Savazoni)

Revista Fórum – junho 2011

Das manifestações no Irã pela liberdade de expressão, via Twitter, aos recentes episódios de mobilização cidadã na Espanha, país onde, desde o dia 15 de maio, milhares de pessoas tomaram as ruas para exigir democracia, são cada vez mais explícitos e frequentes os exemplos de que as tecnologias libertárias, apropriadas pelas pessoas e pelas redes, transformam a forma de se fazer política. No Brasil, uma nova geração de ativistas conectados à internet está criando os movimentos sociais do século XXI. Por meio de ações de construção democrática e métodos em geral provocativos, esses agrupamentos contemporâneos começam a confrontar as forças estabelecidas. Aqui, no entanto, a conjuntura difere da do Oriente Médio ou da Europa, onde a falta de democracia e a crise econômica estimulam a insatisfação popular. O Brasil atravessa o melhor momento de sua história, com estabilidade democrática, crença nas instituições e uma inédita inclusão econômica. O que há, então, em comum entre os movimentos brasileiros e o de seus pares internacionais? O que querem, afinal, esses novos agrupamentos sociais?

Não são perguntas fáceis. A primeira característica comum desse movimento de caráter internacional é o fato de serem articulações cuja origem não está nas estruturas partidárias, sindicais ou mesmo nos movimentos sociais surgidos nas três décadas anteriores. São, acima de tudo, forças articuladas em rede, com forte influência do uso das novas tecnologias de informação e comunicação. Há de se considerar também que são grupos que não se prendem a filiações ideológicas rígidas. Sua marca é a ação. Pode-se tentar compreendê-los buscando referências na esquerda libertária, mas boa parte de seus participantes também não se furta a buscar métodos e símbolos na cultura corporativa. Há uma forte conexão com o altermundismo, o movimento por uma outra globalização que se espalhou no final dos anos 1990 e no início da primeira década do século XXI, mas somente essa filiação não explica o que está ocorrendo.

Se aproximarmos nossa lupa, veremos que é útil buscar respostas na cultura digital, que, conforme nos explica o professor André Lemos, da Universidade Federal da Bahia, é a cultura que se forja a partir do surgimento da internet e da popularização da microinformática, processos iniciados no final dos anos de 1970. Essa cultura, baseada na recombinação e na colaboração, foi se alastrando pelo planeta e produziu um curto-circuito em todas as esferas: comportamento, economia, artes, mídia e, evidentemente, política. A percepção dessas transformações, com a massificação das tecnologias, só faz crescer. Conforme explica o professor Javier Bustamante Donas, em artigo para o livro *Cidadania e Redes Digitais*, organizado pelo sociólogo Sérgio Amadeu da Silveira, essas tecnologias não são apenas “uma ferramenta de descrição da realidade, mas de construção da mesma”. Técnica e política, portanto, não podem ser observadas em separado.

Interessante notar que o objetivo desse movimento “tecnológico” é a radicalização da política e da democracia, que vêm sendo paulatinamente aprisionadas pelos interesses econômicos e pelas posturas corporativas da classe política tradicional. Não à toa, surge nesse contexto a questão da transparência, em suas múltiplas acepções. No Brasil, um dos mais interessantes e combativos movimentos contemporâneos é a comunidade Transparência Hacker. Iniciado há quase dois anos, o grupo ganhou notoriedade quando, utilizando-se de uma prerrogativa aberta pela presidência da República do Brasil, clonou o blog do Planalto, que fora lançado sem permitir aos usuários interagirem com o conteúdo. Para evidenciar que o diálogo é a essência da rede, os ativistas hackers criaram uma página semelhante à oficial, a qual reproduzia integralmente os conteúdos originais, com o diferencial de permitir comentários sem qualquer moderação. Ganharam o mundo.

“Eu gosto de pensar que somos ativistas do direito de fazer. É bizarro perceber a quantidade de impossibilidades a que grupos e indivíduos são submetidos quando querem provocar mudanças”, afirma Daniela Silva, da Esfera e da Casa da Cultura Digital, uma das criadoras da comunidade Transparência Hacker (#THacker). A comunidade na qual atua conta com apoio do escritório brasileiro do W3C, a instituição criada por Tim Berners Lee para manter a web aberta e livre, e já tem em sua lista de discussão mais de 500 membros, entre ativistas, jornalistas, programadores e gestores públicos. Daniela destaca que não existem regras prévias de participação, mas sugere que a “colaboração, liberdade, autonomia, ética hacker, abertura para formas novas de agir e de pensar sobre o mundo, valores políticos emergentes e mutáveis (ou mutantes) e um certo gostinho pela provocação” são as principais características do movimento.

A jornalista e ativista recorda que foi justamente quando clonaram o Blog do Planalto que ela e seu grupo puderam sentir a força das redes. Aquilo que começou como uma pequena provocação ganhou notoriedade por evidenciar um jeito de agir que rompia com o tradicional. “Tinha gente da esquerda nos odiando de um lado, e gente da direita odiando mais do outro. Conservadores tarimbados acharam uma graça absurda daquele ato desmedido de liberdade. Libertários ferrenhos pediam nossa cabeça no Trezentos (blog que reúne uma ampla comunidade de defensores do compartilhamento do conhecimento). Uma grande quantidade de pessoas admiráveis achou o máximo”, relembra.

Ela pontua que essa ação só foi possível porque o governo Lula adotara o Creative Commons como licença de conteúdo, numa iniciativa pioneira mundialmente. Foi, portanto, o próprio Planalto, a sede do governo brasileiro, que providenciou os meios técnicos para a provocação. E eles não tiveram dúvidas em fazê-la.

Software Livre, Cultura Livre

Voltando à investigação sobre a essência dos movimentos da cultura digital, é preciso recuperar o conceito de software livre, pois é por meio dessa articulação pioneira que o espírito de nossa época começa a se delinear. No início dos anos 1980, um grupo de engenheiros liderados por Richard Stallman criou a Free Software Foundation (FSF), organização com o objetivo de defender a colaboração e o compartilhamento quando os softwares começavam a se tornar instrumentos de enorme ganho financeiro. Para maximizar seus vencimentos, as empresas de tecnologia começaram a adotar patentes e mecanismos de proteção de propriedade intelectual, contrariando assim a essência do desenvolvimento científico, que é baseado na evolução a partir do conhecimento acumulado. Para “amarrar” a liberdade de compartilhar ao modelo de licenciamento, a FSF criou um modelo alternativo (a licença GPL), que passou a ser utilizada pelos desenvolvedores no mundo todo. Essa ação, aparentemente técnica, embutia um confronto político que cresceria desde então: o da luta contra a propriedade na era do conhecimento.

Essa visão de superação da propriedade privada é comum a todo movimento de cultura digital, e, como não podia ser diferente, foi estabelecida como diretriz pelos ativistas que, em 2003, participaram da elaboração dos Pontos de Cultura. Convidados a trocarem informações com o poder público, esses agentes propuseram construir em conjunto com os criadores populares noções de compartilhamento do conhecimento e uso do software livre. Essa história vem sendo recorrentemente contada, justamente por ser um caso de sucesso. Pouca gente sabe, no entanto, que na base desse movimento havia uma rede organizada, em processo de construção, que até hoje se constitui como um repositório de ideias inovadoras. Trata-se da rede Metareciclagem.

“A metareciclagem é mais um foco de potência de ação política – porque as pessoas trocam entre si – do que uma instância política autônoma, que tenha uma coerência”, explica o ativista Felipe Fonseca, um dos remanescentes daquele grupo que formulou o kit multimídia dos Pontos de Cultura e que lançou este mês o livro Laboratórios do Pós-Digital, disponível para download no endereço <http://efeefe.no-ip.org/livro/laboratorios-pos-digital>. “É um espaço de diálogo entre diferentes formas de ambientação política. Isso configura uma forma de ação política em si, mas é muito difícil de tratar dentro da experiência da política tradicional”. Ativa há oito anos, a rede segue produzindo inspiração e

articulação. O ponto de contato é estabelecido por meio de uma lista de discussão e da plataforma da comunidade, cujo endereço é www.metareciclagem.org.

“A gente começou em 2002 nas primeiras edições do Fórum Social Mundial, que exerce sobre nós uma grande influência, foi uma época que as pessoas voltaram a sonhar com a possibilidade de mudar o mundo”, recorda Fonseca. No caldeirão variado de leituras que vêm alimentando os ativistas desde essa época estão Hakim Bey (autor de Zonas Autônomas Temporárias), Michel de Certeau (A Invenção do Cotidiano), a dupla Toni Negri e Michael Hardt (Império e Multidão) e Paulo Freire, cuja pedagogia seria profundamente estudada para o desenvolvimento da ação nos Pontos de Cultura. Fonseca, lembra, porém, que essas referências se articulavam, de forma livre, com outras que provinham de ambientes corporativos estranhos à esquerda tradicional. Em especial, cita o Manifesto Cluetrain, publicado há dez anos e hoje um texto clássico, que principia com a frase: “Começou uma poderosa conversa global”.

Apesar de extremamente influente entre a geração atual de ativistas, a Metareciclagem segue como uma espécie de força motriz subterrânea, uma seiva, que os ativistas buscam para se alimentar do novo. Essa condição, conforme esclarece Fonseca, é algo que o grupo sempre perseguiu. “A gente nunca ansiou por tomar o poder. A gente sempre trabalhou com autossabotagem. Nos momentos em que se pôde tomar o poder, a gente fugiu disso, a gente não entrou nessa. Isso permite negociar com um grande espectro de poderes”, explica. Uma forma de demonstrar a extensão e força da Metareciclagem é analisar as várias políticas públicas de inclusão digital do país. Programas como os Pontos de Cultura, o Gesac e as Casas Brasil, do governo federal, e também o programa ACESSA São Paulo, do governo paulista, contaram com a participação ativa de atores pertencentes a esse agrupamento. Isso sem que o grupo jamais tenha realizado qualquer disputa de forma organizada. Não seria isso agir como um rizoma, afinal?

“Explosões no dia a dia”

“O que queremos é contaminar e migrar. A gente está sempre atrasado e sempre correndo atrás do prejuízo. A gente está sempre na perspectiva de movimento. São tantas explosões no dia a dia”, diz Pablo Capilé, articulador do Fora do Eixo (www.foradoeixo.org.br), uma rede de coletivos de produção cultural que está presente em todos os estados do Brasil.

Iniciada em 2005, por meio de uma parceria entre produtores das cidades de Cuiabá (MT), Rio Branco (AC), Uberlândia (MG) e Londrina (PR), a rede foi crescendo e hoje é tida como a principal força político-cultural surgida no país nos últimos anos. Somente no ano passado, mais de 5 mil bandas circularam por meio das ações dos coletivos que integram essa rede. A partir das articulações por eles lideradas, foram promovidas ações como a criação da Associação Brasileira de Festivais Independentes (Abrafin), e a criação do Partido da Cultura, que vem buscando interlocução com a classe política tradicional sobre questões de interesse das novas gerações.

Recentemente, o Fora do Eixo trouxe sua caravana de artistas (artistas + ativistas) para uma ocupação permanente em São Paulo. Alugaram uma enorme casa no bairro do Cambuci, que serve como base para as bandas do circuito que circulam e como sede operacional do comando nacional do movimento. Entre as inúmeras inovações introduzidas por esse grupo, está a de utilizar a economia solidária para construir relações sociais diferenciadas entre a rede de produtores e ativistas que compõem o circuito.

Parte da força desse movimento vem de sua perspectiva de entrega radical, posto que seus membros, além de morarem juntos, partilham todos os seus gastos por meio de um caixa coletivo. Isso não os impede, no entanto, de se apropriarem de ferramentas de marketing para promover seus trabalhos e a si mesmos. Na visão orgânica que estão construindo, é preciso falar a linguagem da juventude, sem temores nem rancores. “Você tem uma juventude de classe média que chega pelo marketing liberal e depois vai entender que nós podemos ser os detentores dos meios de produção”,

explica Capilé, para recordar um documentário que os moradores da Casa Fora do Eixo assistiram sobre o comunista Luiz Carlos Prestes, e que gerou enorme identificação entre seus pares.

Nada do que o Fora do Eixo conseguiu, até agora, segundo Capilé, seria possível não fossem as novas tecnologias, em especial a internet, uma estrutura, para ele, “tão veloz quanto o que a gente está construindo”. “Essa é a plataforma política que consegue olhar para a gente de igual para igual. A gente é parceiro. Velozes iguais. É a ferramenta ideal para que essa história pudesse acontecer. Não fosse isso, dificilmente conseguiríamos com tanta agilidade chegar onde chegamos, no desterritório, na zona de contaminação, nas trocas de tecnologia e na inteligência colaborativa”.

O diferencial brasileiro

“Existe uma questão que o Brasil avançou muito mais que outros lugares, que é o lugar da rede para driblar o universo institucional”, avalia Fonseca. “A gente chegou muito cedo a essa compreensão, de construir em rede, de forma dinâmica, aproximando pessoas”.

Durante os oito anos de governo Lula, novas formas de fazer política foram fortemente estimuladas por meio, principalmente, de três frentes: 1. das ações em defesa do software livre (que é a matriz ideológica de boa parte dos movimentos políticos e sociais em rede); 2. das políticas públicas lideradas pelo Ministério da Cultura de Gilberto Gil e Juca Ferreira em favor do compartilhamento do conhecimento, como os Pontos de Cultura, os Pontos de Mídia Livre e o Fórum da Cultura Digital; 3. da proposição de um Marco Civil de direitos dos cidadãos digitais pelo Ministério da Justiça, legislação elaborada de forma aberta e compartilhada (veja o site www.culturadigital.br/marcocivil). Esse texto aguarda apreciação do Congresso Nacional.

Apesar de estabelecerem relação construtiva com o governo Lula, parte deles tendo agido ativamente para a garantia da eleição de Dilma Rousseff à presidência, esses movimentos não têm se furtado a fazer a crítica pela esquerda das decisões tomadas no início do novo governo. Medidas tomadas pelo Ministério da Cultura, como no caso da retirada da Licença Creative Commons do site e a mudança de orientação para a revisão da Lei de Direitos Autorais, demonstraram o quão tênue pode ser a relação entre os novos movimentos sociais e a política institucional. “Em resposta a essa efervescência social, por oito anos, nós tivemos as melhores políticas governamentais de acesso à rede, à tecnologia e à cultura digital do mundo”, diz Daniela. “Não é à toa que todo mundo está de olho no Brasil. Agora, precisamos cuidar pra não perder o bonde – e todos nós estamos falhando em dar aos retrocessos políticos recentes uma resposta fluida e criativa.”

Boa parte dos ativistas que compõem os movimentos da cultura digital passaram a se reunir por meio da lista do Movimento Mobiliza Cultura, que também pode ser mais bem conhecido pelo site www.mobilizacultura.org. A ideia desse espaço é permitir que as diferentes redes possam estabelecer conexão e assim potencializar as lutas comuns em defesa da liberdade.

As lutas contemporâneas

Em artigo para o livro *Cidadania e Redes Digitais*, publicado pelo Comitê Gestor da Internet do Brasil, o professor espanhol Javier Bustamante descreve o que compõe a nova cidadania digital, ou hipercidadania. Nesta lista, adaptada, é possível compreender alguns dos elementos que unificam a ação política contemporânea.

- defesa da apropriação social das tecnologias;
- tecnologias para promover a democracia, seja ela representativa ou participativa;
- compreender a rede e seu acesso como um novo direito humano;
- promover políticas de inclusão digital;
- promover a aproximação da gestão pública dos cidadãos, por meio das tecnologias;
- defender os commons

- articular as lutas contra a exclusão digital com a de outros excluídos;
- combate ao vigilantismo e às tentativas de cerceamento das liberdades;
- promover o software livre e o conhecimento livre;
- cultura popular e diversidade cultural na esfera pública interconectada;

ANEXO E – Quarto texto da polêmica Fora do Eixo

O comum e a exploração 2.0

11/02/2012
Por Universidade Nômade

O 3º FÓRUM DE MÍDIAS LIVRES

O 3º Fórum de Mídias Livres (FML), realizado em Porto Alegre no escopo do Fórum Mundial Temático 2012, foi marcado pelo apelo à convergência. Os desafios para a democratização das comunicações no Brasil dependem de uma mobilização abrangente, de amplo espectro articulado em rede, dos grupos, coletivos e veículos que trabalham à margem dos conglomerados das comunicações. A chegada de Ana de Hollanda como ministra da cultura de Dilma, com suas relações íntimas com o ECAD, a dita “classe artística” e a grande indústria fonográfica, acabou por fechar as portas do governo aos novos protagonistas do campo cultural e das mídias livres. Em menos de um ano, o MinC da Holanda tornou-se um reduto de defesa aristocrática da “arte” contra a cultura. Daí os apelos no 3º Fórum quanto ao respeito às diferenças para a expansão de redes contra-hegemônicas ao establishment representado pela indústria cultural nacional e internacional. No “espírito do tempo” dessa convergência, não há lugar para purismos, dogmatismos, academicismos, para qualquer esboço de retorno a formas ultrapassadas de militância, consideradas analógicas ou “1.0”.

A rede Universidade Nômade, inclusive por meio da Revista Global/Brasil, participou dos dois fóruns anteriores, no Rio de Janeiro (2008) e em Vitória (2009). Em ambos, não só debateu horizontalmente, como contribuiu para a formulação de uma frente transversal de construção para as novas mídias livres e/ou redes colaborativas. O que se traduziu, por exemplo, na política dos Pontos de Mídia Livre. Numa perspectiva materialista, de fato, não adianta aferrar-se a elaborações teóricas ou cartilhas utópicas, mas, sim, identificar movimentos e lutas reais que já estão constituindo uma alternativa ao modelo da grande mídia e grande indústria cultural. Desde os primeiros fóruns, consideramos acertado o diagnóstico da importância de colocarem-se tarefas concretas para a coordenação de movimentos sociais, redes militantes e/ou mídias auto-organizadas de cauda longa. No sentido que esses vários agentes (pontos, singularidades) se qualifiquem cada vez mais para, no limite, constituírem-se como uma teia múltipla e politicamente organizada contra o status quo. Noutras palavras, constituírem-se como um comum produtivo, material e antagonista ao capitalismo: seja ele 1.0 ou 2.0, analógico ou digital.

A 3ª edição do FML, no entanto, causou estranheza. Seu calendário, a composição das mesas e suas pautas, foram pré-definidos por um círculo fechado que, quando teve a legitimidade contestada, tentou legitimar-se apelando às atividades de um “comitê executivo”, instituído em 2008, e cujas atividades e deliberações não foram apresentadas aos midialivristas em lista aberta. Em princípio, participaram desse comitê os cabeças de algumas organizações já estabelecidas. Ou seja, a maioria dos midialivristas não participou da construção do 3º FML: um evento pré-formatado e pré-pautado. Essa centralização havia se tornado conhecida pelo vazamento de um e-mail assinado por Pablo Capilé, do circuito Fora do Eixo (FdE). Vide: http://www.4shared.com/office/sqjEIRbl/2012_e_as_Redes_em_Rede.html?refurl=d1url

A mensagem, dirigida a grupos “parceiros”, convoca a formação de redes em rede e contém um calendário e uma pauta completos para 2012. Esse pacote inclui o Fórum de Mídias Livres em Porto Alegre, mas também o Festival Digital, o Grito Rock, os encontros anuais do próprio FdE e da Casa de Cultura Digital e, finalmente, **a decisão já tomada** de organizar um Fórum Mundial de Mídia Livre em ocasião da Rio + 20. Entre as redes “parceiras”, citadas porém não consultadas: Pontos de Cultura, Pontos de Mídia Livre e Espaços Hackers. Quando interrogações e vozes dissonantes começavam a se fazer ouvir, o próprio Capilé informou que “não precisamos mais ficar lotando a caixa de emails de ninguém aqui com um debate que será feito a partir de agora em **outras listas**” Vide: http://www.4shared.com/office/VGSr5KU9/2012_e_as_Redes_em_Rede_-_2.html?refurl=d1url

O 3º FML em Porto Alegre aconteceu num ambiente onde o dissenso foi rapidamente desqualificado, e onde a convergência veio pré-estabelecida de cima a baixo. Uma forma de organização que lembra não só a burocracia estatal, como também aparelhos meramente partidários, em que são camufladas a hierarquização e a fragmentação por meio da mística do consenso. Ao invés de momento para a construção democrática, o FML se tornou o lugar de

ratificação burocrática de decisões tomadas antes, alhures e por outrem! O FML tornou-se assim o teatro de mais uma comédia da representação.

Diante disso, vale a pena problematizar o estado do processo de constituição de “mídias livres” e mais em geral o movimento da “cultura” de resistência à restauração no MinC. O que significa o apelo de convergência e ao que, afinal, se pretendem fazer convergir as redes? O que está em jogo nesses consensos cada vez mais impermeáveis e institucionalizados, que são reproduzidos, muitas vezes na sua essência acriticamente, nos fóruns e encontros culturalivistas e midialivistas? O que significa que as redes (no plural) agora devam constituir-se em uma só rede?

AS REDES E OS NOVOS MODELOS DE NEGÓCIOS

De tempos para cá, se tornou costumeira a expressão “gestor de redes” e “redes em rede”. Por gestão de redes se entende a atividade de ligar os pontos e trançar os fios do que passa a ser uma cadeia produtiva. O gestor opera como um agregador dos múltiplos nós produtivos da economia da cultura. Por um lado, gere o fluxo de equipamento e trabalhadores (gestão de eventos, carreiras, plataformas); por outro, o fluxo do dinheiro (editais, patrocínios, investimentos, lucros). Na música, por exemplo, significa articular bandas, casas de show, plataformas, equipes técnicas, promoters, produtores, publicitários, críticos e intelectuais. Essas conexões compõem uma rede que o gestor administra, promovendo o empreendedorismo dos participantes e sob o guarda-chuva de uma marca. A marca, por sua vez, é construída como um modo de engajamento de seus trabalhadores, um jeito característico de trabalhar, vestir-se, negociar, em suma, uma ética e uma estética, uma forma de vida: um coletivo. O objetivo deste concerto passa a ser implementar a marca até se obter um conglomerado de redes, integradas ou “parceiras”. Funciona como um **brand management**, pelo qual se aplicam e aperfeiçoam processos e técnicas de marketing, determinados pelas oportunidades (e ameaças), com vistas a expandir, controlar e conservar os mercados. O processo vai produzindo sinergia e se constituindo como mercado (cultura) flexível, eficiente, sinérgico, horizontal, em suma, livre como na expressão livre mercado. Tudo isso se ensina tranquilamente nas faculdades de economia ou administração da FGV, PUC, da COPPE/AD da UFRJ etc.

A REDE COMO NOVO MODELO DE NEGOCIO

Criado ao redor da música independente (indie), o Fora do Eixo opera mais fortemente na cadeia produtiva da música e se organiza no formato de coletivos de produtores. O FdE, aqui, é fora do eixo produtivo das grandes gravadoras e produtoras, e não somente fora do eixo RJ-SP. Para ser autônomo, é preciso não só fazer música fora do mainstream, mas passar a ter controle sobre os processos de distribuição, divulgação, organização de eventos, parcerias etc. Ele conta com gestores “orgânicos” que se entregam 24 horas para a “causa”, numa moral do trabalho que lembra tanto as vanguardas profissionalizadas de militantes liberados quanto o executivo workaholic das multinacionais. Desde 2005, o FdE se expandiu à margem das redes oligopólicas da indústria fonográfica, de laços amiúde familiares e muito verticalizados. Ele se propõe a desenvolver a cauda longa de produtores e bandas pelo país, sem se subordinar à indústria cultural. Nesse intuito, vem organizando shows, festivais, turnês, encontros, debates e fóruns, fornecendo plataformas e espaço para bandas menores e artistas jovens, iniciantes ou com pequenos públicos. Nos anos Lula, o FdE foi bem-sucedido em angariar sistematicamente verbas de editais do Ministério da Cultura (MinC), bem como patrocínios (que também são públicos) de empresas e bancos.

Assim como outros grupos político-culturais aliados ao MinC de Gilberto Gil e Juca Ferreira, encampou o discurso culturalivista e digitalista, de contraposição aos atravessadores tradicionais e à supervalorização do artista criador. Trata-se de uma concepção de novos modelos de negócios, adaptados à era digital, às licenças Creative Commons e à riqueza das redes onde a informação não teria rivais.

Mais recentemente, o FdE começou a se mover para o eixo. Nascido nas regiões centro-oeste e norte, instalou-se com sucesso em São Paulo e Minas Gerais, e agora tenta avançar mais decisivamente para o Rio de Janeiro e Pernambuco. Além disso, começou a buscar parcerias com bandas, por assim dizer, menos alternativas, contratando artistas de maior visibilidade, e também através de conexões mais fortes com o setor público (governos estaduais e prefeituras) e mesmo partidário (por meio do Partido da Cultura, de iniciativa do próprio FdE).

A PRIMEIRA GERAÇÃO DE CRÍTICAS AO NOVO MODELO DE NEGÓCIOS

O FdE como rede centralizadora de redes já foi objeto de uma série contundente de críticas. Em geral, essas associam uma análise correta do funcionamento material desse novo modelo de negócios a uma perspectiva teórica

e política ambígua, como se o FdE fosse um “desvio” dos princípios da remuneração do “artista” ou até da luta revolucionária. Por corretas que elas possam ser no plano da análise, essas críticas são politicamente insuficientes. Contudo, merecem a atenção dos ativistas.

Dentre as críticas ao FdE, destacam-se: 1) a dependência de verbas estatais, 2) o caráter político do grupo, 3) a exploração dos artistas com o não-pagamento ou minoração dos cachês, e 4) um comportamento predatório dos mercados.

1) Quanto às verbas estatais, argumenta-se que eles não são sustentáveis como projetos culturais, que o dinheiro público acaba aplicado em iniciativas mais amadoras e de pequeno público. Essa crítica tende a ser reacionária, na medida em que a grande indústria supostamente “profissional” também sobrevive de uma relação preferencial com os governos e, na prática, tende a se beneficiar de montantes bem mais vultosos a título de isenção fiscal, parcerias, facilitações e verbas de publicidade. Todos os artistas medalhões com os quais se identifica a Ministra Buarque de Hollanda recorrem aos subsídios estatais por meio das Leis de renúncia fiscal. Ademais, o Estado tem por função constitucional promover o acesso, a qualificação e a produção da cultura, que é por si mesma um retorno social dos investimentos. O sonho do capitalismo é todos viverem de salário e venda de produtos, duas formas sociais do mesmo fenômeno de mercantilização do trabalho, do mundo da mercadoria. A crise do capitalismo global colocou a nu essas abstrações.

2) Quanto ao componente político, à direita, a crítica tende a se contradizer, pois a indústria cultural e a grande mídia igualmente mantêm uma agenda política, rigorosamente ideológica mesmo ao silenciar a respeito de suas opções e tendências. A diferença do FdE é assumir agressivamente a pauta política, inclusive no jargão de seus membros. Já na vertente à “esquerda”, o FdE banalizaria as lutas sociais e marchas, esvaziando o seu caráter conflitivo e antagonista. Sua aparência esquerdista não passaria de estratégia de marketing para cooptar o sentimento de revolta e insatisfação da juventude. Porém, diz-se, não ataca o sistema; pelo contrário, é parte dele. Essas avaliações, das quais o coletivo *Passa Palavra* é emblemático, acabam reduzindo a crítica à denúncia do desvio entre teoria e prática. É preciso avançar a análise sobre a matriz da exploração no contexto do capitalismo cognitivo, assim como a composição de classe que lhe resiste, o que falta nessas análises em comento. Não percebem como a teoria circula e viabiliza certas práticas e vice-versa, como a teoria é pensamento estruturado e organizado para fazer sentido e ser efetivo em determinado contexto de relações. Numa perspectiva materialista, não adianta acusar o FdE de anticapitalista de menos, ou de falsidade ideológica, mas destrinchar a matriz prático-discursiva que possibilite algo como o FdE avançar ao mesmo tempo sobre mercados e espaços tradicionalmente ocupados pelas esquerdas. O que interessa não é demonizar o FdE, como se fossem “traidores”, mas entender como, por quais mecanismos um novo modelo de negócio avança e consegue fazer operações de hegemonia nas redes de movimento. Até o ponto de ser – mundo afora – apresentado academicamente como “rede de ativismo descentralizado”.

3) Outro bloco de críticas circunda o pagamento dos cachês. O FdE aufere verbas públicas e de patrocínio, porém não remunera diretamente a maioria dos artistas que performam em seus shows e festivais. Geralmente paga passagens, alimentação e hospedagem apenas para os músicos (e não à toda a equipe), o que não deixa de consistir numa remuneração indireta, mas não os cachês. Em parte, isto decorre da própria concepção de cultura como cadeia produtiva. Em vez de ser encabeçada pelo artista-criador, como no discurso reacionário do ECAD e do MinC da Dilma, a economia da cultura se faz com a cauda longa de produtores, trabalhadores e serviços agregados. Daí a menor importância conferida aos cachês, em relação à retroalimentação do processo como um todo. Ao atribuir ao artista um papel quase sagrado na produção, deixando de lado o processo social como um todo, essa crítica também é insuficiente, embora legítima na boca de artistas que se recusam a entrar no esquema do Cubo Card: ou seja de receber pagamentos com base em títulos emitidos pelo próprio FdE, algo como uma moeda complementar.

4) Finalmente, quanto à predação, o FdE não esconde a sua estratégia de inserção e dominação dos mercados. Não à toa, num Fórum de Mídias Livres e no Fórum Social em geral, o extremo pragmatismo de seus membros em contornar debates para concentrar-se nas pautas do próprio grupo e suas possíveis convergências (parcerias e negócios). Atualizando o par estratégia/tática, o FdE não cansa de esclarecer que mantém a hegemonia sobre suas composições com grupos estatais ou privados: o MinC, a Petrobrás, o Itaú Cultural, a Coca-Cola etc, pois estaria “hackeando” essas instituições menos do que sendo “hackeado” por elas. Novamente, neste âmbito, o FdE lembra tanto uma vanguarda leninista (na luta expansionista por hegemonia), quanto uma multinacional (na luta expansionista pelo controle dos mercados). Se o linguajar é “pós-pós”, a prática é bem aquela de uma captura de novas redes produtivas dentro de uma só rede, sendo essa estruturada segundo os métodos mais tradicionais do

século 20. A pauta — importantíssima — da flexibilização dos direitos autorais acaba sustentando como que uma “vontade geral”. Ora, quando tratada fora de um contexto de luta contra a mercantilização da vida, a flexibilização dos direitos autorais serve mais ao capital do que aos movimentos. Afinal, no novo modelo de negócios que o Facebook ou a Google expressam bem, enquanto muitos trabalham de graça (free, livre) em frente seus computadores, investindo suas vidas na internet, poucos ganham rios de dinheiro no mercado financeiro. O mesmo vale para o mercado fonográfico, e para cultura digital em geral, onde muitos trabalham de graça enquanto os gestores, ou produtores culturais dos grandes festivais e suas polpudas verbas de publicidade, negociam milhões. Esse é o novo modelo de negócios que tenta rearticular o capital no campo dos comuns, para rearranjá-lo no interior mesmo de sua nova crise. Assim, a multidão é liquidada à crowdsourcing, o objeto da exploração do trabalho livre, no sentido de gratuito.

Mas, aqui também, o que interessa não é “denunciar” os novos modelos de negócios, mas entender como eles funcionam e por onde passam os conflitos que os atravessam.

A PERSPECTIVA DO COMUM

É urgente ir além dessas “denúncias”. Isso significa recolocar a questão de um ponto de vista crítico e materialista. Em vez de moralizar a questão ou contornar seus principais enovelamentos práticos-discursivos, se faz necessário tomar mais analiticamente a expansão das redes sob o discurso midialivista e culturalivista (da qual o FdE é apenas um detalhe). Trata-se de contextualizar essas dinâmicas produtivas sob a alcunha “cultura livre” ou “mídia livre” sobre o pano de fundo do ciclo de lutas e revoluções que se afirmou, claramente, ao longo do ano de 2011.

As lutas, ocupações, marchas e acampadas globais exprimem um desejo de mudança e uma forma de organização que as conferem um caráter antissistêmico. Contudo, a crise global, essa proliferação de acontecimentos e embates, tanto pode resultar numa ruptura com o capitalismo global financeirizado, quanto numa nova reestruturação e captura, uma nova síntese, em suma, em algo como um altercapitalismo (ou capitalismo 2.0). Esse capitalismo já se anuncia como um regime de acumulação que abre mão da retórica e até das instituições democráticas, servindo como exemplo o caso da Itália, onde o sistema financeiro global decidiu compor ele mesmo o gabinete de governo do país, com o primeiro-ministro Mário Monti. Por isso, é preciso assumir a situação de crise na sua dimensão ambivalente, propugnando pelo aprofundamento do ciclo de lutas, ou seja, pela radicalização da crise. Daí a relevância de uma perspectiva da crise que não perca de vista a dimensão antagonista, em vez de convergir convenientemente para uma síntese neutralizada.

Dito isto, uma boa maneira de apreender as alternativas da crise se dá por meio da perspectiva da constituição do comum.

O comum, na esteira do marxismo operaísta, da filosofia da diferença e da antropologia canibal, é uma organização política das relações produtivas e materiais. Não só como modalidade de convivência, cooperação e produção, mas também como base material para a auto-formação e auto-valorização do trabalho, das redes colaborativas, da criação de formas de vida a partir de formas de vida, da constituição antropofágica de perspectivas de mundos além do capitalismo. O comum está além do público-estatal e do privado, como esfera transversal onde cultura, economia e política se amalgamam gerando potências de vida: biopolítica e auto-valorização. Trata-se da ocupação intensiva do espaço e do tempo, sob outra gramática organizacional. Uma organização heterogênea que se constitui não para nivelar as diferenças, mas para produzir a partir delas, gerando novos entes e processos. Sob a perspectiva do comum, se podem abordar e elaborar estratégias para muitos campos políticos: a gestão de recursos naturais e da própria relação entre natureza e cultura; a produção e reprodução da vida social (saúde, educação, políticas da mulher, ações afirmativas); a geração, circulação, distribuição e alocação de energia, renda, conhecimento e direitos.

Por outro lado, é preciso admitir que a constituição do comum não ocorre com a produção de um espaço homogêneo e consensual, como se superasse a luta de classe numa convergência definitiva. O comum é substância híbrida que não é eclética, mas atravessada por atritos e conflitos, e que troca energia a todo momento entre as divisões sociais e as pautas políticas, entre a materialidade da pobreza e a reapropriação da riqueza social. **Ademais, o comum que interessa é necessariamente antagonista.** Mas não é antagonista porque se opõe a alguma grande entidade chamada Capital, ao qual devêssemos convergir para efetuar uma luta contra-hegemônica. O discurso da contra-hegemonia não questiona o poder, mas se limita meramente a disputá-lo, numa prisão dialética. O comum antagoniza ao capital enquanto relação social, dentro da qual estamos todos, da mesma maneira que as relações de poder. Por isso, não tem cabimento dissociar fins e meios, o que geralmente está

implicado no par estratégia/tática. A relação social do capital não pode ser combatida senão na afirmação de relações outras, além de seus rendimentos como métrica, exploração e subordinação produtivas. **O comum, portanto, é menos o fim do caminho que o ponto de partida, é menos a saída da luta do que o próprio terreno onde a luta entre comunismo e capitalismo passa a acontecer.**

Discordando dos saint-simonianos digitais (ou tecnutopistas) e dos ultra-liberais das redes, é preciso admitir que a centralidade do comum não significa que as dinâmicas produtivas que o constituem não sejam objeto de novas investidas do capitalismo, pós-moderno ou cognitivo. Quer dizer, da reconfiguração das relações sociais atravessadas pela divisão de classe e pelo comando capitalista. O domínio do comum também (ou sobretudo) é passível de expropriação.

Mas como se controla o trabalho em dinâmicas de comuns criativos e colaborativas? Qual é a tal diferença entre o capitalismo “analogico” e “capitalismo digital” (para usar um dos chavões binários dos intelectuais apologeticos dos “pós-pós”)?

Com efeito, o que muda é a **exploração**: o capitalismo 1.0 organizava a cooperação entre as forças produtivas para poder explorá-las. O “comum” era assim “produzido” (e imediatamente subsumido) na divisão capitalista do trabalho (na relação salarial – uma manifestação histórica – uma forma jurídica em historicamente aparece [como na propriedade privada] - (consumo de bens e serviços via acesso a direitos e/ou programas sociais é uma forma de remuneração – ou seja, de incorporação de parte do tempo de trabalho dispendido – da força de trabalho)) e explorado indiretamente, por meio dessa divisão técnica.

O capitalismo 2.0, ao contrário, explora diretamente o comum (a colaboração) que já existe, como condição prévia: o trabalho colaborativo entre as singularidades (os pontos). No capitalismo 1.0, a exploração determina a colaboração. Um paradoxo que emerge na ambiguidade dos temas do “emprego”. No capitalismo 2.0, a colaboração é condição da exploração e por isso pode acontecer por fora da relação de emprego, na precarização da relação salarial, no terreno da empregabilidade (workfare).

A empresa capitalista, neste cenário, não pode mais controlar diretamente a produção. Porque, na economia da cultura e do conhecimento, a dinâmica do valor está concentrada no capital variável. Noutras palavras, não está mais atrelada ao domínio dos meios de produção e das máquinas, nas condições objetivas da produção, mas na própria subjetividade, na capacidade dos sujeitos cooperarem, criarem em conjunto e se reinventarem -. A vida como um todo é investida, à medida que a subjetividade atravessa não só o tempo de trabalho propriamente dito, mas as ações mais cotidianas, o dia-a-dia, a linguagem, a ética e a estética dos sujeitos. É por isso que, no capitalismo cognitivo, a produção social ocupa todas as esferas da existência: o lazer, a educação, os esportes, as relações amorosas, a família, o Estado etc. Não admiram as atividades da publicidade, isto é, a cognição sistemática dos valores de uso, conseguir enxergar valor a ser expropriado por toda parte. Desta forma, busca subsumir as potências de vida em produtos vendáveis, em um imaginário ou em estilos de vida que determinada marca representa. A atividade por excelência do capitalismo cognitivo é o brand management, que opera nas condições subjetivas da produção social.

Por um lado, essa administração capitalista das subjetividades extrai uma quantidade imensa de mais-valor a partir do comum, ao passo que camufla a exploração ao contar com a participação direta dos explorados, assim neutralizando e mistificando o antagonismo entre exploradores e explorados. Por outro, a multidão dos expropriados pode organizar-se autonomamente e dispensar o gestor capitalista. Isto significa conferir um caráter afirmativo, radicalmente democrático e antagonista ao comum. **Ou o comum é uma prática política, ou não é.**

VOLTANDO AO CASO DO FORA DO EIXO

A extração de mais-valor do comum no Circuito FdE não reside, como supõe certa crítica moralista, em algum desvio ou malversação de verbas públicas. Não é que as planilhas não fechem, como se houvesse um rombo escuso. O FdE é bem sucedido (a maioria das vezes) em abrir integralmente as planilhas orçamentárias e prestar contas da aplicação dos recursos. É que, dentro da lógica da teoria do valor, a expropriação do comum não aparece. Pensado isoladamente, caso a caso, o capital investido na produção dos eventos e na gestão das carreiras corresponde à remuneração das partes envolvidas e aos custos operacionais e comerciais. A questão é que, ao assumir o brand management “Fora do Eixo”, sucede uma valorização paralela e cumulativa. A acumulação de valor se dá na integração, na sinergia, na socialização dos múltiplos trabalhos e projetos tomados isoladamente. Daí a

formação de um autêntico capital social, de uma intensificação da produção em rede. **Essa valorização difusa supera, exponencialmente, a possível extração de lucro dos empreendimentos isolados.**

A **riqueza das redes** (Y. Benkler) aparece, por conseguinte, não da produção de lucros por edital ou evento, mas por meio da apropriação global do valor cognitivo: exploração do comum! Se o FdE reúne confiança coletiva para emitir débitos contra si mesmo, como promessas de pagamento sob o seu guarda-chuva, como o cubocard, isto se deve, em boa parte, ao lastro conferido pelo capital social (*"In FdE We Trust!"*). O comum é expropriado e se torna renda: não é por acaso que o próprio Capilé fala de um subprime do FdE! Nessa gestão rentista, quanto mais redes parceiras ("redes em rede"), quanto mais expansível o FdE se afirmar como brand, maior a captura da produtividade difusa: **as redes que caem na rede. Nesse sentido, o FdE é o antípoda da política dos Pontos!**

Isso aparece, evidentemente, nas polpudas verbas de publicidade, no interesse que grandes marcas e empresas manifestam em relação aos enfim reencontrados **representantes** da nova juventude, das lutas da geração, do estilo indie, descolado, alternativo etc. Ao não pagar cachês e informar que a planilha fechou, que não sobrou nada, redes como o FdE deixam de divulgar a cadeia produtiva da cultura em sua inteireza, em sua verdadeira cauda longa de circuitos de valorização e apropriação. Num contexto nacional de ascensão de renda e consumo, no interior e nas periferias, o interesse pelos novos mercados consumidores é dobrado. Não soa ilógico, portanto, o FdE propor a participação da Coca-Cola em uma marcha da liberdade em São Paulo, mesmo sem a marca estar diretamente exposta no evento. E é aí, também, que aparece o caráter não-transversal do "movimento". Não admira, ainda, o caminhar do FdE em direção ao eixo. Trata-se de um ciclo, onde o indie, o alternativo, o independente rapidamente se integram no novo mainstream. Os gestores 2.0 das redes em rede aos poucos mostram a face como os novos capitalistas, afinados com o discurso altercapitalista da sustentabilidade, do cool e da indignação seletiva. São gestores do comum que precisam abafar a qualquer custo o antagonismo e o dissenso, ao mesmo tempo em que mistificam a exploração dos comuns com discursos enviesadamente radicais e antissistêmicos.

... E O HOMEM CORDIAL VIROU "PÓS-PÓS"

O debate nas redes passou a ser patrulhado pelo mais último jargão: todo dissenso é rancoroso, desatualizado, analógico. O discurso tem que ser "novo" e "pós" e, nessa medida, será "digital", plugado, pós-rancor. O homem cordial passou a esconder seu autoritarismo soberbo atrás do pensamento binário do "Pós-Pós".

Ao expor o processo interno de centralização dos calendários de eventos, o FdE não faz mais do que revelar novamente a relação do capital (social). Discordâncias e dissensos significam inscrição em "listas de queimados", expressando o comando subjacente à gestão das redes. Ao pautar o Fórum de Mídias Livres com o discurso da convergência, ele e suas redes parceiras não fazem mais (e não permitem que se debata mais) do que uma reprodução e alastramento do modelo deles, que, do ponto de vista do novo negócio, vem dando certo. Vem dando certo porque se concilia bem com o funcionamento do Estado e do mercado, quicá de modo mais eficiente e sinérgico do que os modelos antigos, oligárquicos e familiares.

A apropriação do comum depende que todos não só participem da contra-hegemonia, mas invistam a subjetividade, que sejam subsumidos como subjetividades. Não basta trabalhar, é preciso se integrar 24 horas por dia à "causa", e com entusiasmo. O discurso do pós-rancor aí se inscreve funcionalmente. Assim, se alguém dissente, só pode estar numa vibe ruim, rancorosa, e isso não é só ruim para o consenso, mas para a própria subjetividade que depende da cooperação engajada e integral em primeiro lugar. O capitalismo cognitivo prescreve mais uma subjetividade do que tarefas propriamente ditas. Daí é preciso que todos cooperem felizes numa lógica de trabalho grátis (free, livre), ou do contrário não se pode extrair a renda do comum. No fundo, talvez, o capitalismo desde sempre seja gestão de redes com o propósito de obter mais-valor e acumular a riqueza. E desde pelo menos o modelo japonês, que a sociologia do trabalho conhece por toyotismo, subsista a ideia de gestão horizontal de redes, um outro nome para o controle dos trabalhadores. Por isso, às vezes, a resistência por dentro do comum pode se dar com a não-colaboração. Através da não-colaboração, a ética hacker se mostra mais potente, hackeando consensos e comitês. A ética hacker nesse sentido é uma prática sabotadora e radical. A colaboração entre os hackers se dá através da não-colaboração com práticas antidemocráticas, cada ato de desestabilização e/ou destruição feito pelos hackers é também um ato de cooperação, entre singularidades que se mantêm enquanto tais: o fazer-se da multidão!

O BRASIL VIVO COMO POLÍTICA DO COMUM

Nos últimos tempos, tem ficado claro como é indispensável produzir o dissenso por dentro dos fóruns, congregações, discursos e práticas do culturalivismo, midialivismo e digitalismo. Da mesma maneira que tem ficado claro que a democracia depende das praças Tahrir, Puerta del Sol, Liberty Park e de Pinheirinho. Para que tudo isso não convirja nalguma matriz para um novo capitalismo e não a sua ruptura. É preciso, imediatamente, romper certos consensos, não só sobre a cultura livre, mas também sobre o código aberto, o software livre, a horizontalidade de redes e os creative commons.

Isso pode acontecer, como propomos, dentro de uma perspectiva antagonista de comum. Sair dos cercamentos (enclosures), com efeito, não significa contornar a apropriação do trabalho, mas somente um tipo dela. Tem acontecido uma verdadeira multiplicação das formas rentistas de valorização do capital, que poucos têm se proposto a analisar, mais preocupados em ver a questão como um problema jurídico ou de sustentabilidade profissional.

Embora o software livre conviva bem com marcas consagradas, ele permanece como importante terreno de lutas, que pode e deve ser articulado com as lutas pelo hardware livre e pela banda larga, onde persiste uma gigantesca extração de renda. As lutas não podem ser resumidas às frentes digitalistas, nem a um retorno nostálgico ao 1.0, de tomada dos meios de produção simplesmente objetivos. De qualquer modo, é fundamental repensar as formas de organização, para contestar o núcleo do modo de produção na apropriação do trabalho social. Só assim se pode manter aberto o horizonte de lutas, contra as sínteses conciliadoras. Confrontado pelo ciclo de lutas, o capitalismo se reinventa, e as teorias precisam se colocar à altura das lutas que estão a um passo a frente.

Não há solução dos quebra-cabeças da gestão e da sustentabilidade, a não ser em lutas e políticas públicas que assumam as dimensões biopolíticas da produção do comum. Está em questão o reconhecimento das dimensões produtivas da vida e da diferença como condição da geração da própria vida. Enfim, não se trata de organizar um show, ou um festival, ou um projeto, mas uma política viva, permanente, da cultura do trabalho, uma política do Brasil vivo. **A política dos Pontos de Cultura, aliando dinâmicas de redes e formas transversais com uma base material de renda e liberdade, já é um esboço dessa saída potente à crise, contra todas as tentativas de reestruturação do altercapitalismo ou capitalismo 2.0.** A política dos Pontos afirma experiências do comum, tão inovadoras e potentes, ao intensificar a produção desejante e os processos de auto-valorização e autonomia e, assim, abrir todos os mercados e marcas à multidão de diferenças e à proliferação de lutas sociais que é o comunismo mesmo, aqui e agora.

ANEXO F - ENTREVISTA COM LUÍS NASSIF, DO BLOG DO NASSIF

1- Como se organiza o Blog do Nassif?

Tem o portal do Nassif que é uma outra plataforma que tem quase 18 mil usuários. Tinha o blog que tava no IG, mas eu resolvi levar para um conceito de rede social também, de plataforma. Então o blog ele faz parte da mesma estrutura que o Brasilianas, que é esse portal maior que as pessoas se cadastram, cada qual tem o seu blog, podem escrever seus comentários, têm todas as ferramentas do outro portal que estamos trabalhando para torná-lo mais funcional. A gente tem uma característica que não tem em nenhum blog que, nos comentários, os leitores podem colocar fotos, vídeos, ou seja, os comentários são componentes do conteúdo, facilitando quando a gente quer pegar aqueles comentários mais trabalhados e transformar em post. O AdVivo é o mesmo, eu tenho o domínio advivo faz tempo, então tem o cash financeiro e o cash que tá dentro do domínio advivo, mas num futuro próximo a gente vai juntar tudo num endereço só.

2- Como surgiu a proposta do blog e como é seu processo de produção no blog?

Para falar do processo de produção, a gente tem que dividir em duas etapas. A etapa inicial, heróica, digamos assim, dos blogs e você vai ter uma segunda etapa quando alguns blogs vão ganhar uma estrutura pra competir com os jornais. Nessa etapa atual, o nicho que a gente trabalha é o de contraponto aos jornais, como os jornais hoje estão muito cartelizados, todos praticamente repetem a mesma informação, o mesmo enfoque; então, abre um espaço pra gente entrar e fazer o contraponto, isso dá muita leitura aos blogs e eles cumprem uma função importante que é ajudar a moderar essa virulência dessa velha mídia cartelizada. No meu caso tem muita contribuição de leitor, não só para sugerir matérias que têm que entrar pra discutir, mas trazer também análises, informações e tudo mais. Então o blog ele é fundamentalmente colaborativo. Tem alguns blogs que o blogueiro quer potificar (podcast), então ele é a autoridade máxima, só ele fala, só ele dá opinião, só ele decide, diz o que é certo, o que é errado, o que é um estilo também, eu não tô criticando. No meu blog eu sou um blogueiro a mais. Provavelmente numa posição privilegiada porque eu sou o dono do blog. E eu procuro, no meu caso lá, estimular as discussões, estimular o contraditório. Então se tem alguém com uma posição de que eu não concorde, mas que está bem fundamentada, coloco em discussão, independentemente, de não concordar. Eu sempre adotei esse estilo no blog. Porém, o ano passado isso foi muito prejudicado, porque com a radicalização da campanha [da Dilma], como nosso papel era fazer o contraponto à mídia e ela diariamente aqueles factóides, aquelas falsas denúncias, então praticamente toda a discussão ficou prejudicada, o pluralismo foi prejudicado. Agora progressivamente a gente tá voltando ao estilo original.

Você tem aqueles blogs que são militantes, tanto à esquerda, quanto à direita, mas eu quero fazer um blog jornalístico. O ano passado eu ajudei a engrossar os blogs progressistas, um nome meio complicado. Teve o problema de tá Barão de Itararé, que é ligado ao PCdoB e tudo. Mas naquele momento era importante o pacto, pacto contra aquela “moto” niveladora criada pela mídia. Mas a medida que vai decantando aí a radicalização, você claramente os blogs, aqueles que são mais de militantes mesmo, dos dois lados, o que é importante, porque estão trazendo de volta uma militância que andava meio dispersa e meio perdida. E aqueles blogs que, embora tenham posições, no meu caso me defino como de centro-esquerda, mas são blogs que tentam contemplar o jornalismo mesmo. Então o blog que eu quero é esse.

3- Como é a relação com os blogueiros progressistas?

A relação é no seguinte sentido, eu procuro, no meu blog, dar prioridade aos que não têm espaço na mídia, aqui tem muita gente que vem falar, por exemplo, sobre gastos militares, pessoal ligado à Defesa, ou o cara do Mato Grosso que defende o agronegócio, tem espaço. Agora, a maior parte do blog aqui, porque ele reflete a média dos leitores, é a do pessoal que tem uma posição mais ligada aos, assim chamados, blogs progressistas. Mas eu não quero militância. O ano passado criou-se a ideia de que eu podia ser um militante, mas aí te expõe de uma forma monumental, porque daí qualquer radical aí se ver em condição de patrulhar e dizer o que você tem que falar ou não. Eu sofri um ataque das feministas o ano passado lá que, era tipicamente isso. Enquanto blog jornalístico, quando eu dou espaço para movimentos sociais, eu sou bem visto pela militância, se eles me consideram militante, então eles passam a me patrulhar se eu dou espaço pra outro setor. Eu não quero essa amarra. Em parte meus conflitos com a velha mídia porque quiseram enquadrar. Inclusive as bandeiras aí de inclusão social, a gente dá muito espaço, mas definitivamente não sou blogueiro militante. Mas tenho uma relação de muito respeito com alguns blogs mais ideológicos, tem pessoas muito legais, leais, mas o fato de te considerarem militante é uma imbecilidade para o exercício jornalístico.

4- Como ocorre a definição da pauta das matérias veiculadas no Blog?

Interessa o comentário do leitor que traz alguma informação enviesada da mídia pra gente fazer o contraponto, interessa, como prioridade, aquelas informações que vêm de mídias alternativas, seja publicações, blogs, sites do exterior seja sites e blogs de conteúdos específicos, interessam as análises pessoais dos leitores etc. A internet é um universo muito amplo, você tem os vídeos do YouTube, um site que produz uma matéria interessante, você tem a charge de humor, esse é o universo de conteúdo. Então se um sujeito traz lá de um blog desconhecido uma matéria interessante. O que norteia tudo isso é o critério jornalístico, se é uma matéria de interesse e exclusiva, seja porque nosso repórter que escreveu, seja porque trouxe de um blog que ninguém lê. Você publica a matéria, dá o crédito para o blog e tudo, é o critério jornalístico mesmo que vigora.

5- O blog participa de quais mídias sociais?

O blog está ligado ao Facebook, Twitter e um canal no YouTube. O Twitter, porém, é uma ferramenta complicada para aqueles movimentos de manadas na internet, que pegam uma frase que você escreveu e publicam fora do contexto e isso repercute por toda a rede de forma deslocada.

6- Em relação aos pontos positivos dessas redes que são amplamente divulgados como um processo de democratização

Sim! O que que é a democracia? Quanto mais opiniões você consegue entrar no jogo, mesmo que seja caótica num momento, você tá democratizando.

ANEXO G - ENTREVISTA COM MARCOS STRECKER, EDITOR DE REDES SOCIAIS DA FOLHA ON LINE

1) Qual é a sua formação, há quanto tempo trabalha na *Folha* e por qual(is) editoria(s) do jornal você já passou?

Estudei Física e Comunicação Social na USP, já passei por Mundo, Ilustrada, Mais!, Opinião e fui correspondente-bolsista em Paris.

2) Qual é, basicamente, a função de um editor de redes sociais?

Definir a estratégia do jornal nas mídias sociais, normatizar o uso pelos jornalistas e ampliar a presença do jornal nas redes mantendo os princípios editoriais da Folha.

3) Como funciona o processo de produção dos conteúdos, desde a seleção da pauta, passando pela divisão de tarefas, até o conteúdo final que o leitor acessa na *Folha On Line*?

No jornal impresso, há reuniões diárias que vão decantando as pautas, até o fechamento no final do dia. Na Folha.com, há o acompanhamento dessas reuniões para que as pautas sejam complementares, mas sua característica é dar vazão às notícias da hora, que poderão – ou não – ter repercussão na versão impressa no próximo dia.

4) Qual a sua opinião sobre a web 2.0? O site da *Folha* tem a preocupação de acompanhar o desenvolvimento desse tipo de plataforma? Existe algum projeto nesse sentido?

Acho que o conceito de web 2.0 já está ultrapassado. É ponto pacífico que os internautas têm um papel ativo na circulação de notícias e mesmo na criação de notícias. Nos blogs, isso está em declínio. Mas cresce nas mídias sociais. Os jornais, a meu ver, já perceberam isso e encaram as mídias sociais como parceiras. A Folha está atenta às mídias sociais e vai levar esse conceito de interação com os usuários, de ouvi-los e permitir que interajam e 'criem' suas próprias notícias (ou cardápio de notícias), especialmente nos *tablets* e nos *smartphones*.

5) O site está vinculado a quais redes/ferramentas de comunicação, por exemplo, *facebook*, *twitter*, etc?

Nessas redes os internautas podem compartilhar as notícias da Folha. Seguindo a Folha nelas, recebem as notícias mais relevantes. Já temos mais de 110 mil seguidores no Twitter. No Facebook temos mais de 380 mil fãs, somos o terceiro maior jornal do mundo nessa rede.

b) De que forma o site se utiliza dessas novas tecnologias para produzir seu conteúdo?

A Folha adapta seu conteúdo para a linguagem própria dessas redes.

c) Quais razões motivaram a escolha destas redes?

São os modelos mais bem-sucedidos e com o maior crescimento no momento.

d) De que forma essas redes modificaram a rotina de trabalho?

As redes permitiram aos jornalistas descobrir tendências, prospectar pautas, identificar fontes.

6) Existe alguma estratégia para fomentar a interatividade com o leitor? As redes sociais atuam nessa perspectiva? Quais os potenciais e limites do uso dessas ferramentas?

Sim, a ideia é conversar com os leitores e permitir que discutam entre si. Não há uma estratégia própria, procuramos aprender como nossas notícias podem ser melhor compreendidas e repercutidas nas redes.

7) Quais as instâncias decisórias do jornal? Como funcionam os processos de tomada de decisão sobre o conteúdo e em relação à construção da pauta? Essas ferramentas de comunicação influenciam nesse aspecto?

No impresso e na Folha.com há uma estrutura muito bem sedimentada, com hierarquia e reuniões periódicas. Com a urgência diária, as notícias da Folha.com são aprovadas em sua grande maioria pelo editor-adjunto de digital (cada editoria tem um). Nos perfis principais das redes sociais, eu determino as pautas que entram. Cada vez mais, a “voz” das redes é ouvida pela Redação. Ou seja, há um feed-back para a repercussão das notícias nas redes.

8) Qual é o procedimento em relação aos comentários dos leitores postados no site? São moderados? Quais os critérios para aceitação e recusa destes?

Sim, há uma norma de conduta para comentários no site da Folha.com e no Facebook. No Facebook, as normas estão em https://www.facebook.com/folhadesp#!/note.php?note_id=193605323999708

9) O site já sofreu algum processo jurídico?

Não sei porque não sou responsável pela Folha.com, apenas pelas mídias sociais.

10) A Folha toma alguma precaução em relação às questões de segurança na internet? O site já saiu do ar alguma vez por conta de ataques na rede?

Segurança é uma preocupação permanente. Desconheço que tenha saído alguma vez do ar por causa de ataque.

11) Qual a sua opinião sobre a questão da privacidade na internet? E qual é a opinião da *Folha* em relação aos jornalistas manterem suas próprias páginas e redes sociais?

Acho que redes sociais já são uma realidade e o cuidado com a privacidade só tende a aumentar, o que é saudável. Jornalistas participam das redes e, nelas, representam o jornal, quer queiram ou não. Então precisam tomar certos cuidados, sem perder a liberdade de se expressar individualmente. Devem participar, mas tomando certos cuidados para não emitirem opiniões que comprometam sua independência.

12) Como o site se mantém financeiramente? Quais os principais gastos para se manter um jornal na internet?

Não tenho números, pelas razões que te apontei. Mas a publicidade é fundamental para nosso site e nossa presença nas mídias sociais.

ANEXO H – ENTREVISTA COM EDSON MACKEENZY, BLOG TREZENTOS

Nome e/ou pseudônimo:

Edson Mackeenzy

Sexo / Idade:

Masc. / 29 anos

Profissão:

Empresario

País/Cidade:

Rio de Janeiro/BR

Quando começou a participar e como aconteceu seu ingresso no blog?

Quando fui convidado por Sergio Amadeu.

Com que objetivos participa de um projeto como este?

Tenho um trabalho forte na área de empreendedorismo digital, motivando pessoas a desenvolver projetos on-line. Acredito que deste modo podemos ter uma sociedade mais justa.

Quais tarefas/atividades você desenvolve com maior frequência dentro do blog e quanto tempo em média se dedica pra cada uma?

Eu passo maior parte do tempo, lendo, interagindo e divulgando os posts interessantes.

Quais dificuldades pessoais enfrentadas na participação e produção do blog?

Dedicação de tempo.

Recebe algum tipo de remuneração pelas atividades que desenvolve no blog?

Não.

Faça um breve relato de sua trajetória política pessoal.

Sou CEO (**Diretor executivo**) e fundador do portal Videolog.tv, a maior comunidade de vídeos do Brasil, co-autor do Livro “Internet – O Encontro de 2 mundos”, Prof. de Novas Tecnologias e Entretenimento, expert em soluções para transmissão e compartilhamento de vídeo, ex-radialista e mergulhador. Participa como palestrante e/ou colaborador dos principais eventos de marketing, tecnologia, comunicação e negócios no Brasil e exterior.

1 - Em sua opinião, quais os principais objetivos motivam o projeto de comunicação do *Blog Trezentos*?

Tornar as informações de inovação e tecnologia mais transparentes e acessíveis a todos.

2 - Que razões levaram à escolha da internet como meio privilegiado para o desenvolvimento deste projeto de comunicação?

Baixo custo, Presença não física e penetração em massa por um meio de comunicação eficaz e colaborativo.

3 – Também em sua opinião, quais foram as influências políticas (outros sites, movimentos sociais, teóricos etc.) na construção do blog Trezentos.

Este é o primeiro que participo.

4 – Existe uma organização da dinâmica de trabalho? Como acontece esse processo?

Cada um escreve quando se sente confortável.

5 – Quais são as principais tarefas necessárias para a manutenção do blog?

Participação.